

Universidade Federal Fluminense (UFF)  
Centro de Estudos Gerais (CEG)  
Instituto de História (IH)  
Programa de Pós Graduação em História (PPGH)



TIAGO DE OLIVEIRA

**ENTRE A CRÍTICA DAS ARMAS E AS ARMAS DA CRÍTICA:  
TROTSKISTAS NA DITADURA MILITAR (1968-1973)  
UMA CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DO TROTSKISMO NO BRASIL**

Niterói

2018

TIAGO DE OLIVEIRA

**ENTRE A CRÍTICA DAS ARMAS E AS ARMAS DA CRÍTICA:  
TROTSKISTAS NA DITADURA MILITAR (1968-1973)  
UMA CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DO TROTSKISMO NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade Federal Fluminense, como  
requisito parcial para obtenção do título de Doutor.  
Área de concentração: História Social  
Linha de pesquisa: Poder e sociedade

Orientador: Prof. Dr. Cezar Teixeira Honorato

Niterói, RJ

2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

048e Oliveira, Tiago de  
Entre a crítica das armas e as armas da crítica:  
trotskistas na ditadura militar (1968-1973). Uma  
contribuição à história do trotskismo no Brasil / Tiago de  
Oliveira ; Cezar Teixeira Honorato, orientador. Niterói, 2018.  
230 f.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói,  
2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2018.d.30698002890>

1. Ditadura Militar, 1964-1979. 2. Trotskismo. 3. Exílio.  
4. Bonapartismo. 5. Produção intelectual. I. Título II.  
Honorato, Cezar Teixeira, orientador. III. Universidade Federal  
Fluminense. Instituto de História.

CDD -

TIAGO DE OLIVEIRA

**ENTRE A CRÍTICA DAS ARMAS E AS ARMAS DA CRÍTICA:  
TROTSKISTAS NA DITADURA MILITAR (1968-1973)  
UMA CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DO TROTSKISMO NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade Federal Fluminense, como  
requisito parcial para obtenção do título de Doutor.  
Área de concentração: História Social  
Linha de pesquisa: Poder e sociedade

Aprovado em 06 de abril de 2018.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Drº Cezar Teixeira Honorato – UFF  
Orientador

---

Prof. Drº Demian Bezerra de Melo – UFF/IEAR

---

Prof. Drº Felipe Abranches Demier – UERJ

---

Prof. Drº Ricardo Figueiredo Castro – UFRJ

---

Prof. Drº Murilo Leal Pereira Neto – UNIFESP

Niterói

2018

*À todos e todas que resistiram e lutaram naqueles anos,  
mas que permanecem ausentes nos livros de história,  
mesmo tendo feito a história.*

## **AGRADECIMENTOS**

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão da bolsa de pesquisa, fomento que contribuiu para uma maior dedicação ao trabalho da pesquisa.

À Universidade Federal Fluminense e às professoras e professores do PPGH, pelos anos de inspiração e aprendizado – desde os anos do mestrado. Registro também meu agradecimento aos funcionários e funcionárias da secretaria da pós, sempre atenciosos e gentis. E também aos colegas, amigos e amigas que fiz nessa temporada de UFF-Gragoatá.

Ao professor Cezar Teixeira Honorato pela disposição em ser meu orientador. Aos membros da banca de arguição (qualificação e defesa) Tatiana Poggi, Felipe Demier, Demian de Melo, Ricardo Figueiredo e Murilo Leal pelos comentários, críticas, observações e rigor com que avaliaram esse trabalho. A todos sou grato.

Um trabalho como este não seria possível sem a consulta de documentos históricos. Sua guarda, tratamento e organização é garantida por funcionárias e funcionários dedicados dos arquivos públicos. Por isso sou grato também aos trabalhadores e trabalhadoras do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-Unicamp), Centro de Documentação e Memória (CEDEM-Unesp) e o Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Contei também com diversas manifestações de apoio e ajuda imprescindíveis nestes anos. Meu reconhecimento e gratidão primeiramente e sempre aos meus pais, Angela e Alceu pelo apoio desde sempre e incondicionalmente para que eu prosseguisse estudando. Agradeço também o apoio que sempre recebi da minha irmã Nieve e do meu irmão José Vinicius. E apesar de muitos momentos de trabalho solitário, nunca estive sozinho. Por isso registro aqui também meus agradecimentos a todos e todas que com sua presença, direta ou indiretamente, me ajudaram nessa caminhada. Simone do Prado Romeo, Fernando Vieira (Fernandão), Ettore Medina e Nathalia Maringolo, Fernando Prado, Horácio Vieira e Ana Letícia. Um agradecimento especial para minha companheira e amante Camila Mantovani, pelo carinho, estímulo e presença constante na minha vida.

À todos e todas sou grato, os méritos são nossos; as falhas e problemas são só meus.

*“A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas.”*  
(Karl Marx, Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843)

## RESUMO

Após o golpe civil-militar de 1964 a história da esquerda no Brasil foi marcada por uma expressiva fragmentação em pequenos grupos e partidos. Organizações e partidos que existiam antes àquele acontecimento, como os comunistas (PCB e PCdoB), a Política Operária (POLOP), assim como a Ação Popular (AP) foram acometidos por dissensões e rupturas políticas ao longo da segunda metade da década de 1960. Esse momento de renovação política também alcançou o movimento trotskista brasileiro, representado desde os anos 1950 pelo Partido Operário Revolucionário. A partir de 1968, com a criação das Fração Bolchevique Trotskista (FBT) e do Movimento Estudantil 1º de Maio – que em seguida tornou-se Organização Comunista 1º de Maio (OC1M) –, a história do trotskismo deixou de ser representado por uma única organização ou partido, como havia sido desde sua origem nos anos 1930. As duas organizações, junto com o surgimento, fora do país, dos grupos Outubro, Ponto de Partida e da tendência trotskista (Combate) do Partido Operário Comunista (em seguida conhecida como POC-Combate) – todas em 1971 – representaram o início de uma nova fase do movimento trotskista no Brasil. O objetivo desta tese foi analisar o projeto revolucionário que elaboraram esses trotskistas em sua luta contra a ditadura militar e pela revolução socialista, no período delimitado entre os anos 1968 e 1973. Nesse sentido, duas foram as questões que nosso trabalho procurou responder: por um lado, como analisaram o processo histórico-político pós-1964, particularmente aquele inserido no período delimitado; e por outro, quais foram as táticas e estratégias políticas que tentaram concretizar naqueles anos. Tal como ocorreu com as outras vertentes da esquerda brasileira, dois foram os caminhos apontados para a revolução brasileira: a perspectiva da luta armada revolucionária imediata – da qual o POC-Combate, entre os trotskistas brasileiros, foi o único partidário – e aquele que a concebia como o resultado de amplas mobilizações sociais centradas no proletariado urbano. Nosso argumento principal é que essa diferença estavam embasadas em distintas análises do regime político que vigorou especialmente após a decretação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968. Assim a análise que captou a ditadura militar como algo estrutural, como uma face política inevitável para a manutenção do capitalismo no país – como defendeu o POC-Combate – traduziu-se no imperativo pela adequação da organização política dos revolucionários e sua preparação para a guerra revolucionária. Já a análise que esboçaram as outras organizações trotskistas, cada uma à sua maneira, colocaram em relevo que a sustentação do regime político estava alicerçada na desarticulação, repressão e controle das organizações políticas dos trabalhadores, o que conferia, ao menos temporariamente, condições favoráveis à ditadura e a burguesia. Com essa leitura FBT, OC1M, Outubro e Ponto de Partida elaboraram um projeto político alternativo tanto à luta armada, proposta pelas organizações guerrilheiras, quanto às alianças de classe que defendeu o PCB. Nesse projeto político trotskista – que estruturou-se sobre a perspectiva da reorganização política dos trabalhadores – eles se diferenciaram do conjunto das esquerdas do período e em alguns casos anteciparam os sentidos políticos que tomaram posteriormente as lutas contra a ditadura militar, como na pioneira defesa que fizeram da luta pelas liberdades democráticas.

**Palavras-chave:** ditadura militar; história da esquerda; história do trotskismo;

## ABSTRACT

After the civil-military coup of 1964 the history of the left in Brazil was marked by an expressive fragmentation in small groups and parties. Organizations and parties that existed before such events, such as the Communists (PCB and PCdoB), Política Operária (POLOP), as well as Ação Popular (AP) were affected by dissent and political breakdowns during the second half of the 1960s. This moment of political renewal also reached the Brazilian Trotskyist movement, represented since the 1950s by the Partido Operário Revolucionário. From 1968, with the creation of the Fração Bolchevique Trotskista (FBT) and the Movimento Estudantil 1º de Maio – which later became the Organização Comunista 1º de Maio (OC1M) – the history of Trotskyism was no longer represented by a single organization or party, as it had been since its inception in the decade of the 1930. The two organizations, together with the out-of-country emergence of the Outubro, Ponto de Partida and trotskyist tendency (Combat) of the Partido Operário Comunista (hereafter known as POC-Combat) – all in 1971 – were the beginning of a new phase of the Trotskyist movement in Brazil. The purpose of this thesis was to analyze the revolutionary project elaborated by these Trotskyists in their struggle against the military dictatorship and the socialist revolution in the period between 1968 and 1973. In this sense, two questions were addressed by our work: analyzing the post-1964 historical-political process, particularly that inserted in the delimited period; and on the other, what tactics and political strategies they tried to achieve in those years. As with the other aspects of the Brazilian left, two paths were pointed out to the Brazilian revolution: the perspective of immediate revolutionary armed struggle – of which POC-Combate, among the Brazilian Trotskyites, was the sole supporter – and the one who conceived as the result of broad social mobilizations centered on the urban proletariat. Our main argument is that this difference was based on different analyzes of the political regime that took effect especially after the decree of Institutional Act nº 5, in December 1968. Thus the analysis that captured the military dictatorship as something structural, as an inevitable political face for the maintenance of capitalism in the country – as the POC-Combat advocated – was translated into the imperative by the adequacy of the political organization of the revolutionaries and their preparation for the revolutionary war. The analysis sketched out by the other Trotskyist organizations, each in its own way, emphasized that the support of the political regime was based on the disarticulation, repression and control of the workers' political organizations, which provided, at least temporarily, favorable conditions for dictatorship and the bourgeoisie. With this reading FBT, OC1M, Outubro and Ponto de Partida elaborated an alternative political project both to the armed struggle, proposed by the guerrilla organizations, and to the class alliances that defended the PCB. In this Trotskyist political project – which was structured around the perspective of the political reorganization of the workers – they differed from the left-wing group of the period and in some cases anticipated the political senses that later took the struggles against the military dictatorship, as in the pioneering defense that made for the struggle for democratic freedoms.

Keywords: military dictatorship; history of the left; history of trotskyism.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b>	12
1	<b>BREVE INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA QUARTA INTERNACIONAL NO PÓS-GUERRA</b>	21
	1.1 Movimento pela Quarta Internacional e América Latina	26
	1.2 A estratégia revolucionária para o continente latino-americano	30
2	<b>ITINERÁRIO POLÍTICO DA QUARTA GERAÇÃO DO MOVIMENTO TROTSKISTA NO BRASIL (1968-1973)</b>	36
	2.1 O POR-T e o surgimento de uma nova fase do trotskismo no Brasil	37
	2.1.1 O POR-T, a nova Internacional e as primeiras críticas à J. Posadas	41
	2.2 Do Movimento Estudantil 1º de Maio à Organização Comunista 1º de Maio	45
	2.3 A Fração Bolchevique Trotskista	52
	2.4 O Comitê de Unificação FBT-OC1M (1971-1972)	60
	2.5 O Grupo Outubro	70
	2.6 Da POLOP ao “trotskismo-guerrilheiro”: o POC-Combate	80
	2.7 O Grupo Ponto de Partida	92
3	<b>ANÁLISES TROTSKISTAS SOBRE A DITADURA MILITAR</b>	102
	3.1 Ditadura Militar estrutural: a análise do POC-Combate	102
	3.2 O papel bonapartista da “camarilha militar”: a interpretação da FBT	106
	3.3 O bonapartismo na análise dos militantes oriundos do Movimento Estudantil 1º de Maio	119
	3.3.1 O “erro de método” de Filinto	121
	3.4 Comitê de Unificação e Ponto de Partida: a ditadura militar semifascista	127
4	<b>ENTRE A CRÍTICA DAS ARMAS E A ARMA DA CRÍTICA: PROJETO REVOLUCIONÁRIO E TROTSKISMOS (1968-1973)</b>	132
	4.1 “De que organização precisamos?”: as conclusões do POC-Combate	136
	4.1.1 Uma guerra revolucionária prolongada	141
	4.1.2 Uma nova “teoria da ofensiva revolucionária”	146
	4.2 As críticas trotskistas às organizações político-armadas	150

4.3	Por onde começar ?_____	164
4.3.1	A importância dos sindicatos e das oposições sindicais_____	167
4.3.2	A luta pelas liberdades democráticas_____	174
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> _____	190
	<b>FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> _____	195
<b>APÊNDICE</b>	Cronologia_____	208
<b>ANEXOS</b>	1. Quadro 1 Militantes trotskistas processados judicialmente, anos 1960 e 1970_____	214
	2. Quadro 2 Organizações Trotskistas no Brasil, por ocupação dos processados judicialmente, anos 1960 e 1970_____	216
	3. Tradução “La represión al servicio del desarrollismo”_____	217
	4. Tradução “An interview Brazil with four trotskyists (1972)”_____	226

## INTRODUÇÃO

Um olhar panorâmico sobre as pesquisas que podemos chamar genericamente de história da esquerda no Brasil nos permite vislumbrar uma ênfase no Partido Comunista do Brasil (PCB).<sup>1</sup> Seguido por aquelas abordagens que destacaram as organizações políticas inseridas no ciclo das ações armadas contra o regime militar pós-1964, ou seja, na virada dos anos 1960 até início da década de 1970<sup>2</sup>; ambas talvez só sejam superadas em quantidade pelas pesquisas sobre e relacionadas ao Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>3</sup>.

Por outro lado, com uma pequena bibliografia, entre esses pontos mais nítidos e perpassando-os, encontra-se a história daquelas organizações de matriz política trotskista. Nestes trabalhos se tomarmos como referência as ênfases ou períodos históricos mais abordados, grosso modo, sobressaem dois cômodos mais nítidos<sup>4</sup>. Um contendo o conjunto de trabalhos sobre suas origens, dedicados às organizações e aos anos finais da década de 1920 e os anos 1930<sup>5</sup>; e um outro, em menor número, de pesquisas que enfocam ou relacionam as organizações trotskistas e o Partido dos Trabalhadores (PT) fundado em 1980<sup>6</sup>. Entre os dois vale destacar outros dois trabalhos, um que aborda a experiência da sua segunda geração, sobre o Partido Socialista Revolucionário nos anos 1940<sup>7</sup>; e o outro sobre o Partido Operário

1 Sobre a já vasta bibliografia a respeito do PCB ver, entre outros, SANTOS, L. Soares. Un pequeño balance de la literatura sobre el Partido Comunista de Brasil. *Lecturas*. Boletín de la Sección de Historia de la FIM, número 4. 13 pp.

2 Sobre a bibliografia sobre esse tema ver, entre outros, ANGELO, V. A. DE. Esquerda armada no Brasil: um balanço da história e da produção acadêmica recente. In: *Dimensões*, vol. 32, s.l., 2014. pp. 52–78.

3 Sobre os trabalhos relacionados ao PT ver a bibliografia comentada de MENEGOZZO, Carlos. H. M. *Partido dos Trabalhadores: bibliografia comentada (1978-2002)*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

4 Partimos aqui do levantamento realizado por Dainis Karepovs a respeito das pesquisas sobre a história dos trotskismos desenvolvidas a partir do Arquivo Edgard Leuenroth. Ver KAREPOVS, Dainis. O Arquivo Edgard Leuenroth e a pesquisa sobre o trotskismo no Brasil. In: *Cadernos AEL – Trotskismo*. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, v.12, N.º 22/23, 2005. pp. 263-284.

5 MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão Revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1993). SILVA, Angelo José. *Comunistas e Trotskistas: a crítica operária à revolução de trinta*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2002. E o trabalho historiográfico de Karepovs sobre a cisão Sacchetta do PCB em 1937-1938, ocasião em que parte desses dissidentes aderem ao trotskismo dando origem a segunda geração do movimento trotskista no país, formando o Partido Socialista Revolucionário, partido que teve em suas fileiras o, então, jovem Florestan Fernandes. KAREPOVS, D. *Luta Subterrânea. O PCB em 1937-1938*. Editora Hucitec/Unesp, São Paulo, 2003.

6 FARIA, M. M. DE. *Partido Socialista ou Partido dos Trabalhadores? Contribuição à História do Trotskismo no Brasil. A experiência do movimento convergência socialista*. Rio de Janeiro, PPHC- UFRJ, 2011. Dissertação de mestrado. ANGELO, V. A. DE. *A Trajetória da Democracia Socialista : da Fundação ao PT*. São Carlos, PPGCS, Universidade Federal de São Carlos, 2007. Dissertação de mestrado. MIRANDA, V. A. DE. *Dois trotskismos num partido de massas: As trajetórias das organizações Democracia Socialista e Convergência Socialista no PT de 1978 a 1992*. Campinas, PPGCP, Unicamp, 2014.

7 FERREIRA, P. R. *Imprensa política e ideologia*. São Paulo: Moraes, 1989.

Revolucionário-Trotskista (POR-T), que aborda sua atuação dos anos 1950 até os anos iniciais do regime militar pós-golpe de 1964<sup>8</sup>. Afora esses trabalhos, as pesquisas acadêmicas sobre as organizações trotskistas durante a Ditadura Militar, principalmente depois da sua consolidação com o AI-5 em 1968 até o início do movimento pelo PT em 1979, são mais raros. Com exceção dos estudos sobre as organizações da “luta armada” – dentro do período 1968-1972 – a observação estende-se também para a história da esquerda de um modo geral.

A história da esquerda é uma das dimensões a partir da qual é possível compreender o período histórico que se abriu depois do golpe militar de 1964. Por outro lado, uma história da esquerda, tal como entendemos aqui, somente poderá contribuir com essa compreensão se ela restabelecer os conflitos entre as classes sociais que foram a base e o sentido da própria existência dessas organizações políticas. Ou seja, indo além dos conflitos internos da organização e da exposição da sua trajetória, para, ao incorporar o movimento da classe trabalhadora em luta, inserir a organização e sua história como parte da história política e social do país. Tal como a proposição do marxista italiano Antonio Gramsci que ao partir dos conceitos de *classe* e *luta de classes*, como centrais para a análise dos processos históricos, apontou para uma história do partido como a *história de uma determinada classe social*. Esta, por sua vez, não está isolada, mas em conflito com outras classes. Portanto, é do quadro global mais amplo que resulta a história de um determinado partido. Para Gramsci então “escrever a história de um partido significa nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico”<sup>9</sup>. Para percorrer esse caminho é fundamental identificar e sintetizar os traços mais gerais que caracterizaram a luta da classe trabalhadora na Ditadura Militar.

Para compreendermos o *regime político* que vigorou no intervalo histórico delimitado para nossa pesquisa, entre a edição do AI-5 (de dezembro de 1968) até 1973, ano que precedeu o início da “política distensão” – demarcada pela posse de Ernesto Geisel em março de 1974 –, devemos recuar a análise sobre os sentidos do golpe *empresarial-militar* de abril de 1964.

A ruptura democrática do golpe 1964 representou uma nova composição na forma de dominação política da burguesia brasileira. Anteriormente, no processo histórico-político dos anos 1946-1964, aquela forma foi marcada pela presença, *malgré lui*, das liberdades

---

8 LEAL, M. *À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil Contemporâneo, (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

9 GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3. Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 87.

democráticas. Os percalços e mutilações do “regime democrático-liberal” daqueles anos – evidenciados pelas várias restrições à autonomia política do conjunto dos trabalhadores e nas várias tentativas de golpes e impedimentos – apontavam para as dificuldades com as quais classes e frações de classe dominantes se batiam para conseguir manter sua dominação. Um desafio que estava aberto, pelo menos, desde o que se convencionou chamar de “crise de hegemonia” do final dos anos 1920 da qual resultou a “Revolução de [19]30”.

O andamento e os atos desse drama político da burguesia eram duplamente determinados, internamente e externamente – desdobramentos diretos da sua condição de classe dominante em países como o Brasil, localizados na periferia do sistema capitalista. Assim, internacionalmente ela sofria as pressões de suas irmãs abastadas dos países de capitalismo originário – já em sua fase imperialista – e concomitante, desde cedo, no plano nacional, preocupava-se com o desenvolvimento e formação do proletariado. Tanto num caso como no outro estava em causa a sua própria existência como classe dominante. Sua aliança prioritária com o imperialismo ia até o limite onde não comprometesse o seu “status” de burguesia nacional – o que em caso contrário a transformaria em uma simples “burguesia tampão”; por outro lado, o proletariado, assim como outros setores da classe trabalhadora, constantemente a ameaçavam com suas latentes pulsões anti-sistêmicas<sup>10</sup>. Essa historicidade específica, como destacaram alguns autores<sup>11</sup>, imprimiu suas marcas no “padrão de dominação burguesa”, para falarmos como Florestan Fernandes<sup>12</sup>, e se traduziu concretamente – entre outros aspectos – no *leitmotiv* que atravessou a relação entre o Estado e as classes sociais no Brasil por longos anos.

Faltava à burguesia brasileira as alargadas bases materiais – das quais as burguesias do capitalismo central podiam lançar mão – para, dada a complexidade econômica e social decorrente do desenvolvimento industrial, nos limites de um capitalismo dependente, incorporar as pressões e demandas da classe trabalhadora e de outros segmentos sociais em um projeto de dominação político e cultural. Em outras palavras, eram estreitas as margens para a emergência de *formas de dominação hegemônica* pela burguesia brasileira. Como disse o historiador Felipe Demier

---

10 Conf. FERNANDES, F. *A Revolução no burguesa no Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 289 et seq.

11 FERNANDES, *op. cit.* e DEMIER, Felipe. Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro. In: *Revista Outubro*, São Paulo, nº 13, 2º semestre de 2005. pp. 59-78.

12 FERNANDES, *op. cit.*, *passim*.

Uma dominação de tipo hegemônica implicaria, portanto a existência de uma ou mais frações burguesas que lograssem colocar sob sua direção política não só os demais segmentos proprietários, mas também, e principalmente, as ameaçadoras classes subalternas. Essa capacidade hegemônica alcançada por certas frações do capital, conferindo à burguesia um papel de classe dirigente no cenário nacional, criava, na perspectiva gramsciana, as condições para uma forma de dominação político-social calcada numa combinação relativamente equilibrada de elementos coercitivos e consensuais. Embora a coerção ocupasse o papel determinante na estrutura de dominação hegemônica – como, aliás, ocorre em qualquer formatação do Estado capitalista (em qualquer regime político) –, seria a forte dosagem consensual contida nesta que a distinguiria das formas de dominação não hegemônicas, nas quais a violência é nitidamente predominante e, em alguns casos, é quase exclusiva.<sup>13</sup>

É como parte desse processo que entendemos o golpe de 1964 e o regime político que se seguiu. Como uma “solução” para a “crise de hegemonia” que se arrastava, mas que no entanto não a resolvia<sup>14</sup>. Nesse sentido ainda, o regime político que se seguiu não consistiu em uma forma de dominação hegemônica. Concordamos então com Demier, para quem o golpe e o regime político posterior foram o resultado de um longo processo de autonomização do Estado, resultado direto, na sua interpretação, das dificuldades que possuía a burguesia em consolidar uma forma de dominação em bases hegemônicas. Dada essa incapacidade congênita da burguesia, não restou outra alternativa a não ser lançar mão de modalidades do regime bonapartista.

O golpe civil-militar de 1964, ao fechar a “crise orgânica” que o precedeu, fez com que a iniciativa e a força política pendesse para a burguesia, através do bloco político que conquistou o Estado<sup>15</sup>. Os ataques e retiradas de direitos pelos quais serão alvo a classe trabalhadora na construção de uma nova regulação social entre capital e trabalho, assentou-se na super-exploração econômica, na associação com o capital monopolista e no controle político – os pilares para a retomada da acumulação do capital que configurou os anos de crescimento econômico conhecido como “milagre econômico”, a partir de 1968. Para concretizar suas metas econômico-políticas o regime buscou controlar politicamente os trabalhadores, através da manutenção da estrutura sindical da época de Vargas, e atacou e

---

13 DEMIER, F. A Ditadura bonapartista do grande capital: a questão dos regimes políticos nas interpretações históricas. *Outros Tempos*, nº17, v. 11, p. 166–182, 2014. p. 171.

14 Conf. DEMIER, F. Algumas considerações teóricas sobre o bonapartismo. In: DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): um ensaio de interpretação histórica*. pp. 29-57.

15 DREIFUSS, R. A. *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.

desarticulou as forças políticas que constituíam o bloco político dos trabalhadores e das camadas populares, colocando um fim ao *regime populista* que caracterizou o período histórico 1946-1964.

Consolidada aquela meta mais imediata de “saneamento político”, o regime atacou permanentemente e violentamente qualquer possibilidade de re-articulação das forças políticas do pré-golpe, inclusive as de matriz burguesa como a Frente Ampla. E com o mesmo expediente tentou impedir a formação de uma nova articulação das forças políticas que se seguiram ao golpe e por causa do golpe. Nos referimos aqui ao impacto do golpe de 1964 nas organizações de esquerda, que se desdobrou em seguida na grande divisão das principais organizações existentes no período anterior, como a Ação Popular, a POLOP, o PCdoB e com mais intensidade, por ser o que conquistou maior inserção social, o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

As tentativas de suprimir a expressão política dos interesses dos trabalhadores perpassou todo o período da Ditadura Militar, e em alguns momentos, como entre os anos de 1969 e 1973 no período de maior fechamento político, esse objetivo conseguiu se impor através da coerção<sup>16</sup>. Nesse sentido a repressão política às organizações de esquerda também estava inserida dentro desse processo, como parte de um objetivo mais amplo, pois visou impossibilitar qualquer tipo de vínculo daquelas com suas bases sociais.

Uma história da esquerda então, na perspectiva que esboçamos mais acima, não pode deixar de levar em conta essa condição das classes trabalhadoras ao longo do processo histórico-político da Ditadura Militar. Desse modo a atuação das organizações de esquerda, relacionadas e inseridas na luta dos trabalhadores pela sua expressão política, resulta na compreensão da história da esquerda como parte da história das classes trabalhadoras. Tal foi a proposta da pesquisa que ora apresentamos.

Indagar sobre a atuação das organizações trotskistas durante a Ditadura Militar significa primeiramente então apreender a atuação dos trotskismos no processo de luta das classes trabalhadoras pela expressão dos seus interesses nesse período. É dentro dessa questão mais geral que as outras questões mais específicas ganharam mais textura. Assim as questões que procuramos responder e nos aproximaram do nosso objeto de estudo foram: qual foi a política elaborada pelos trotskismos durante esse período; como foi percebido o processo de

---

16 Momento em que o regime também revestiu-se de elementos de consenso ao incorporar setores da classe média à modernização capitalista empreendida pelo Estado. Vale lembrar ainda que mesmo uma “ditadura sem hegemonia” não pode prescindir de um consenso mínimo. Conf. COUTINHO, Carlos N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3ª ed. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 202-205.

luta das classes trabalhadoras contra a ditadura; como caracterizaram o regime militar; quais foram as diferenças políticas entre os trotskistas e entre eles e outras organizações de esquerda. Enfim, qual era e como se constituiu o projeto político dos trotskismos durante a Ditadura Militar entre os anos 1968 até 1973.

Em difíceis condições a trajetória das organizações que estudamos também não conseguiram escapar às investidas da repressão, o que explica em grande parte a característica dos primeiros dessas organizações. Como por exemplo, a desarticulação e enfraquecimento da *Fração Bolchevique Trotskista* (FBT), o desenvolvimento organizativo do *Movimento Estudantil 1º de Maio* (ME1M), que tornou-se posteriormente *Organização Comunista 1º de Maio* (OC1M) em resposta ao cerco da repressão. Assim como o encerramento das discussões no Partido Operário Comunista (POC), com o assassinato de Luiz Eduardo Merlino em 1971. Merlino era o porta-voz das teses trotskistas da tendência *Combate*, retornou da França a fim de continuar as discussões internas que haviam sido paralisadas no ano anterior. O que fez com que seus militantes recém aderentes ao trotskismo alterassem seu campo de atuação do Brasil para a Argentina e Chile, incorporando-se a experiência de “luta armada” junto ao Partido Revolucionário del Trabajador-*El Combatiente* argentino. Ainda sobre os efeitos da repressão na história das organizações trotskistas podemos mencionar também a aglutinação dos militantes no exílio e a criação de novos grupos ou organizações, como o *Grupo Ponto de Partida* no Chile e o *Grupo Outubro* na França, ambos criados entre 1970 e 1971.

O objetivo do nosso trabalho foi analisar o projeto revolucionário que elaboraram esses trotskistas em sua luta contra a ditadura militar e pela revolução socialista, no período delimitado entre os anos 1968 e 1973. Tentamos responder a duas questões específicas: por um lado, como analisaram o processo histórico-político pós-1964, particularmente aquele inserido no período delimitado; e por outro, quais foram as táticas e estratégias políticas que tentaram concretizar naqueles anos.

Como veremos, a luta armada também polarizou o trotskismo brasileiro – bem como o movimento trotskistas internacional. Dentre àquelas cinco organizações que mencionamos logo acima, a tendência *Combate* do POC – ou POC-*Combate* – tornou-se a única trotskista brasileira que endossou a perspectiva da luta armada revolucionária imediata. Enquanto que as outras buscaram viabilizar um caminho que concebia as transformações históricas como o resultado de amplas mobilizações sociais, cujo papel central era reservado ao proletariado urbano. Perspectiva que foi, especialmente depois de 1967-1968, minoritária entre o conjunto

das esquerdas.

Procuramos desenvolver o argumento de que as particularidades que expressaram o trotskismo daquele período, esteve embasado em distintas análises sobre o regime político que se seguiu ao golpe de 1964 — e especialmente após a decretação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968. Ou seja, tentamos demonstrar que as estratégias e táticas – os projetos políticos – estavam conectadas com o entendimento que possuíam do processo histórico-político.

Assim, no caso do POC-Combate, seus militantes viram a ditadura militar como algo estrutural, tal como uma inevitável face política necessária para a manutenção do capitalismo no país. Isso traduziu-se no imperativo de adequação da organização política dos revolucionários e sua preparação para a guerra revolucionária. Já a análise que esboçaram as outras organizações trotskistas, cada uma à sua maneira, colocaram em relevo que a sustentação do regime político estava alicerçada na desarticulação, repressão e controle das organizações políticas dos trabalhadores, o que conferia condições favoráveis à ditadura e a burguesia, sempre vista como temporária. Com essa leitura FBT, OC1M, Outubro e Ponto de Partida elaboraram um projeto político alternativo tanto à luta armada, proposta pelas organizações guerrilheiras, quanto àquela baseada na alianças de classe que defendeu o PCB. Nesse projeto político trotskista – que estruturou-se sobre a perspectiva da reorganização política dos trabalhadores – eles se diferenciaram do conjunto das esquerdas do período e em alguns casos anteciparam os sentidos políticos que tomaram posteriormente as lutas contra a ditadura militar, como na pioneira defesa que fizeram da luta pelas liberdades democráticas.

Antes de passarmos à forma em que se dividiu nossa exposição faz-se necessário algumas últimas observações sobre o projeto político desses trotskistas. Para sua compreensão temos que considerá-lo como produto de vários aspectos que lhe deram forma. Dentre estes ao nosso ver os principais são: i) o movimento pela Quarta Internacional, a “Internacional trotskista” criada em 1938; ii) a sucessão da conjuntura política entre os anos 1968 a 1973, que configurou uma determinada fase da Ditadura Militar e iii) as diferentes trajetórias dos grupos e organizações trotskistas brasileiras que surgiram a partir de 1968.

Dessa forma dividimos os capítulos da seguinte maneira: no primeiro apresentamos introdutoriamente os principais aspectos que constituem o arcabouço teórico-analítico da tradição marxista trotskista e introduzimos os principais momentos da história pela criação da Quarta Internacional – com ênfase na relação deste movimento com a América Latina. O

segundo capítulo apresenta a trajetória das organizações e grupos trotskistas brasileiros que surgiram a partir de 1968. O terceiro, por sua vez, discute algumas das análises que essas organizações e parte de seus militantes fizeram sobre o golpe civil-militar de 1964 e o regime político depois do AI-5. Por fim, a partir da discussão anterior o último capítulo analisa as estratégias e táticas que foram elaboradas pelos trotskistas em decorrência da visão que tinham da ditadura militar.

Vale a pena antes de concluirmos essa introdução algumas considerações sobre os acervos e as fontes utilizadas em nossa pesquisa. Os principais acervos que consultamos foram: Arquivo CEDEM/CEMAP, São Paulo/Unesp e seus diversos Fundos ou coleções<sup>17</sup>; Arquivo Edgard Leunroth, Campinas/Unicamp, o AEL: Fundo Luiz Araújo onde encontram-se preservados os documentos sobre o ME1M e a OC1M principalmente entre os anos 1968-1975; Fundo Gilberto Mathias, com documentação produzida pelo POC e POC-Combate; os recém adquirido materiais da Fundación Pluma, proveniente da Argentina sobre a Quarta Internacional; além dos processos e documentos preservados pelo Projeto Brasil Nunca Mais.

Tivemos acesso também aos materiais preservados por Arkan Simaan, ex-militante do ME1M e de Outubro<sup>18</sup>. Formado por várias cartas e de documentos políticos internos das organizações nas quais participou e também da FBT. Consultamos também o Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde estão a documentação da política política do DEOPS.

Por fim consultamos ainda quatro acervos com acesso on-line e documentação em cópia digital. Dois com plataformas de hospedagem da Argentina, Archivo Leon Trotsky e Fundación Pluma, também com vasto material sobre a Quarta Internacional e de organizações trotskistas latinoamericanas. A Encyclopedia of Trotskyism Online (ETOL) e seus documentos também sobre a Quarta Internacional, hospedado na plataforma online do Marxist Internet Archive nos EUA, em sua maioria em inglês. E o Association Rasser, *diffuser les archives des révolutionnaires (RaDAR)*, criado pela hoje extinta Ligue Communiste Révolutionnaire, com documentação em francês.

Utilizamos tipos diversificados de fontes. Nesse aspecto vale sublinhar ainda que sua produção foi marcada fundamentalmente pelas condições disponíveis para a atuação política,

---

17 Entre outros consultamos principalmente os seguintes: Fundo Livraria Palavra, Fundo Em Tempo, Coleção POR-T, Fundo POLOP, Coleção de Periódicos e a Coleção Asmob, onde estão preservados principalmente os periódicos dos brasileiros exilados.

18 Com o objetivo de preservar o anonimato do autor desta monografia e evitar qualquer possibilidade da sua identificação, em observância à seção “b” do Art. 18 do Edital nº 001/2017 de 10 de novembro de 2017, decidimos preservar a identidade verdadeira dos ex-militantes identificados através da pesquisa ou daqueles que nos concederam entrevistas – com exceção daqueles já falecidos. Em seu lugar mantivemos o pseudônimo ou “nome de guerra” que utilizaram durante o período histórico abordado.

que variou de acordo com o ano e com o país onde foram produzidos. Por exemplo, para os militantes brasileiros no Chile e na França foi possível até editar revistas, o que para a FBT e a OC1M, com atuação no Brasil, era difícil, senão impossível, sequer manter uma regularidade dos seus boletins ou jornais – dessa forma, as fontes diferem também de organização para organização. São principalmente revistas, jornais, panfletos que almejavam uma circulação mais ampla, externa à organização; e aqueles documentos internos, de circulação mais restrita, voltados ao público interno à organização ou entre organizações, como o registro de discussões internas, resoluções e cartas trocadas entre militantes. Em menor medida utilizamos parte das diversas entrevistas que realizamos com ex-militantes. Estas foram realizadas a partir de alguns instrumentos e métodos da história oral, constituindo o que se pode chamar de *história oral temática*.

## CAP. 1 BREVE INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA QUARTA INTERNACIONAL NO PÓS-GUERRA

Não é nosso objetivo aqui, vale adiantar, expor todas as minúcias que perpassaram a história da Internacional fundada em 1938 pela *Oposição de Esquerda Internacional* em sua luta contra o *stalinismo*<sup>19</sup>. Para os objetivos do nosso trabalho vamos destacar brevemente as raízes da grande divisão que ocorreu nos anos 1950 e como esta se desenvolveu e foi atualizada durante anos 1960. Dando ênfase em seguida para a expressão desta na América Latina, continente que despertou grandes expectativas no movimento trotskista internacional, constituindo-se em um importante capítulo da história desse movimento<sup>20</sup>.

Se tomarmos os marcos das rupturas da Quarta Internacional depois da Segunda Guerra Mundial (1940-1945), para os propósitos desse trabalho, podemos dividir nossa abordagem da história da Quarta Internacional em dois momentos: o primeiro após seu Terceiro Congresso Mundial, realizado em 1951 na França, sob o impacto dos desdobramentos políticos do pós-guerra; e um segundo, em 1963, com a unificação das organizações trotskistas, ou pelo menos de grande parcela destas, que haviam se dividido na sequência do terceiro congresso. Este momento teve como base a convergência das avaliações sobre a luta de classes internacional do período, como as revoluções coloniais e a revolução cubana.

Como nos interessa apenas expor em linhas gerais essa trajetória de divisão, podemos tomar como referência o que já foi produzido sobre essa história pelos próprios militantes trotskistas<sup>21</sup>. Mesmo que a exposição presente nessa literatura seja de viés militante

---

19 A *Oposição de Esquerda Internacional* surgiu primeiro na Rússia nas disputas políticas pelos rumos da revolução soviética e o papel do Partido Comunista da Rússia nos anos 1920. Posteriormente essa disputa se desdobrou para a Internacional Comunista e incluiu a participação de novos militantes provenientes de outras seções nacionais, além da própria Rússia. A política da Oposição internacional até então não era criar outros partidos operários (muito menos criar outra Internacional) mas atuar, como fração, nas fileiras dos PCs nacionais, intentando re-orientar a “política” dos partidos e da III Internacional. Somente depois da ascensão do nazismo na Alemanha, com a chegada de Hitler ao poder em 1933 – tendo a III Internacional grande responsabilidade nesse processo – é que vai ser afirmada a necessidade de ruptura com os PCs e a construção de uma nova IC, devido à falência da III Internacional, controlada pelo *stalinismo*.

20 Ao longo da nossa exposição preferimos utilizar a noção de movimento pela Quarta Internacional por entender que suas divisões constituíram efetivamente em um movimento pela construção de uma internacional, assim não endossamos a existência, principalmente após a ruptura dos anos 1950, de uma Quarta Internacional. Assim, mesmo quando utilizarmos a expressão “Quarta Internacional” para não ficar repetitivo no texto, ou “movimento trotskista internacional”, nos remetemos a essa ideia de movimento pela Quarta Internacional.

21 BENSÁID, Daniel. *Trotskismos*. Lisboa: Edições Combate, 2008; SAGRA, A. *A Internacional. Um permanente combate contra o oportunismo e o sectarismo*. São Paulo, Editora José Luiz e Rosa Sundermann, 2010. 2ª edição; MORNEO, Nahuel. *O Partido e a Revolução*. São Paulo, Editora José Luiz e Rosa Sundermann, 2008, 2ªed.

– suas narrativas estão longe de ser isenta – ela é suficiente para o objetivo em apontar introdutoriamente aqueles marcos que mencionamos logo acima. Entretanto, em alguns pontos específicos vamos nos apoiar em recentes pesquisas acadêmicas, como os trabalhos de Meucci<sup>22</sup> e Monteiro<sup>23</sup>.

Como afirma Monteiro os anos entre 1951 e 1953 são os anos de crise do movimento trotskista<sup>24</sup>. Estes anos compreendem o controverso Terceiro Congresso Mundial (1951), realizado ainda sob os impactos do avanço da URSS no Leste Europeu e que resultaram em uma revisão teórico-política das bases programáticas que até então constituíram o movimento; até a ruptura dos seus setores contrários ao que se chamou à época de “revisonismo pablista”, em referência ao seu principal teórico, o militante grego Michel Pablo, pseudônimo de Michel de Rapitis (1911-1996).

O panorama mundial do pós-guerra implicou em acontecimentos que desafiavam os referencias teórico-políticas do movimento trotskista internacional. A expansão da União Soviética sobre os países do Leste Europeu, as revoluções na China e Iugoslávia, assim como as revoluções coloniais apresentavam uma dinâmica distinta do que era esperado para os processos revolucionários. Estes acontecimentos trouxeram a necessidade em decifrar seus significados e determinar quais deveriam ser a política dos trotskistas na nova etapa histórica que se abriu após o fim da guerra. Questões como qual o significado das transformações sociais no Leste Europeu, a caracterização do stalinismo e dos Partidos Comunistas.

Os trotskistas já estavam divididos depois da conferência de reconstrução da Quarta Internacional em 1944 em suas apreciações analíticas sobre os significados das novas formações sociais dos países do Leste Europeu (se eram capitalistas ou não capitalistas). Nestes países a burguesia nativa havia sido expropriada na sequência da ocupação militar pela Rússia, no contexto das disputas com os EUA pela divisão do mundo em zonas de influência. Suas análises também foram marcadas pelo clima de tensão entre as duas potências mundiais, que colocou o mundo em estado de apreensão com a possibilidade de uma terceira guerra mundial. As novas perspectivas teórico-políticas que motivaram a ruptura dos anos 1950 surgiram naqueles anos iniciais da nova configuração histórica do pós-Segunda Guerra

---

22 MEUCCI, Isabella Duarte Pinto. *Revolução Cubana e o movimento trotskista na América Latina : impactos na construção de um projeto político (1959-1974)*. Campinas, 2015, [s.n.]. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

23 MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. *O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra: uma análise de sua (re)leituras teóricas e programáticas (1944-63)*. Niterói, 2016, 425 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

24 MONTEIRO, *op. cit.*, 180.

Mundial.

A definição a respeito das mudanças sociais nos países do Leste Europeu implicavam diretamente na avaliação sobre a natureza política do stalinismo, pois este estava a frente daquelas transformações sociais e políticas, através do Exército Vermelho e dos PC's locais. Sendo mais claro, reconhecer que aqueles países deixavam de ser formações sociais capitalistas poderia, no limite, conferir ao stalinismo, *malgré meme*, um papel revolucionário que ainda poderia protagonizar nos próximos processos revolucionários.

O movimento internacional trotskista, após várias hesitações e confusões teóricas, chegaram à conclusão de que os países daquela região eram Estados operários burocraticamente deformados, “caracterização que apontava a existência de um regime análogo ao da URSS, porém já originado dessa forma, ao passo que aquele teria sido fruto de um processo de 'degeneração', conforme a caracterização de Trotsky.”<sup>25</sup>

A conclusão sobre as transformações sociais no Leste Europeu, no entanto, abriu margem para uma reavaliação do *stalinismo* e conseqüentemente para a elaboração de uma estratégia revolucionária que se adequasse à nova situação política mundial e sua correlação de forças. Foi nesse marco que novas divergências emergiram entre várias seções nacionais da Internacional e se desdobraram na ruptura internacional dos anos 1950. Este período foi marcado pela divisão entre, o que se chamou à época pelos militantes, “pablistas” e seus críticos os “anti-pablistas” – em referencia direta ao principal mentor do novo projeto político dos trotskistas Michel Pablo.

Pablo refletia à “quente” a conjuntura política que marcou os anos iniciais do período denominado em seguida por “Guerra Fria” – a tensão política entre as duas potências hostis entre si que surgiram depois da Segunda Guerra Mundial, os EUA e a URSS. Daniel Bensaïd, anos depois, assim sintetizou aquela conjuntura:

Em Abril de 1950, começa a guerra da Coréia. Os anos 50 são marcados pelo clima de Guerra Fria, o *maccarthismo* nos Estados Unidos, o processo e execução de Rosenberg, o início da experiência auto-gestionária jugoslava, o nascer da revolução colonial no Egito ou na Bolívia em 1952. Em 1953, os operários de Berlim-Leste revoltam-se. Em 1954, o imperialismo francês é derrotado em Diên Biên Phû e a guerra de libertação argelina começa em *La Toussaint*. O ano seguinte assiste (por iniciativa da Índia, do Egito, da Jugoslávia) à conferência dos países não-alinhados em Bandung. Em 1956, Nasser nacionaliza o canal de Suez, Krushov denuncia os crimes de Estaline no seu relatório ao XX Congresso, Mao lança na China a campanha das Cem Flores, Varsóvia e Budapeste insubordinam-se contra o jugo

---

25 MONTEIRO, *op. cit.*, 166.

burocrático, a revolução húngara é esmagada pelos tanques soviéticos. Em Cuba, uma dúzia de barbudos escapados do desembarque do *Granma* inicia a luta armada contra a ditadura de Batista.<sup>26</sup>

No contexto da Guerra da Coreia (1950-1953), onde tanto os EUA, quanto a China e a URSS se envolveram diretamente, a possibilidade de uma Terceira Guerra Mundial parecia iminente. Pablo tinha como quase certa uma nova conflagração bélica mundial e apontava que esta levaria à mobilizações revolucionárias tanto na Europa, quanto nos EUA<sup>27</sup>. O que poderia levar os PC's stalinistas, pressionados pelas fortes mobilizações, a ir além da sua perspectiva política, tornando-se mesmo em direção política das eventuais revoluções que ocorreriam nos diversos países. Deslocava-se assim paulatinamente o sentido da caracterização que até então formulavam os trotskistas sobre a natureza política do *stalinismo* – como intrinsecamente contrarrevolucionário – que, sob as poderosas pressões das condições objetivas revolucionárias, poderia cumprir um papel revolucionário.

As medidas práticas sugeridas por Pablo e referendadas no Terceiro Congresso Mundial (1951) eram a consequência lógica daquele raciocínio: os trotskistas deveriam não só apoiar os processos revolucionários que viriam, como era necessário se aproximar e inclusive ingressar nos PS's e PC's, “com o objetivo de 'influencia-los' ou de formar uma 'ala esquerda' em seu interior”, coerente com a “expectativa de que seria em tais grupos (especialmente nos PCs) que surgiriam as 'forças revolucionárias' durante a crise política a ser engendrada pela [nova] guerra [mundial].”<sup>28</sup> Perspectiva que na prática significava um distanciamento dos pilares fundadores da própria fundação da Quarta Internacional, em especial seu objetivo em superar a “crise de direção revolucionária do proletariado” através da construção do partido e a disputa pela consciência das massas revolucionárias contra os reformistas e o stalinismo. Nesse sentido, os críticos dessa perspectiva, como a maioria do PCI sua seção francesa, a SLL inglesa e o SWP dos EUA, caracterizaram esse giro político como “revisão pablista”.

As divergências se precipitaram e consumaram-se na ruptura internacional em 1953, especialmente em razão das propostas prático-táticas que orientavam a preparação das organizações trotskistas para o próximo período revolucionário. Pablo, em suas orientações, reeditava a tática do *entrismo* utilizada por algumas organizações trotskistas nos anos 1930.

---

26 BENSALID, Daniel. *op. cit.* p. 86.

27 MONTEIRO, *op. cit.*, 182.

28 Idem, p. 183.

Visto que o trotskismo não seria a direção política das revoluções que se avizinhavam, seus militantes deveriam ingressar nas fileiras das forças que cumpririam o papel de direção política revolucionária, em especial nos PC's. Sabendo que nestes as frações eram vedadas, esse ingresso implicaria em uma atuação clandestina e que implicaria inclusive no abandono propriamente dito do programa político defendido pelos trotskistas. A esse tipo de entrismo, Pablo o nomeou de *sui generis*.

As primeiras reações vieram do PCI, seção francesa da Quarta Internacional, em grande medida pela proximidade entre este partido e o Secretariado Internacional (SI) – órgão dirigente internacional – que desde 1946 estava sediado na França. A maioria daquele partido contestava as principais linhas de análise de Pablo já no período pré-congressual. A oposição às teses de Pablo no III Congresso Mundial (1951), no entanto, pela combinação de uma série de circunstâncias foi uma pequena minoria, restrita a uma parcela dos delegados do PCI. Após o congresso ao partir para a implementação prática do entrismo *sui generis* a ruptura foi inevitável. Frente à resistência do PCI em aplicar tal tática no PC francês, os dirigentes do SI utilizaram vários expedientes visando deslocar os opositores da direção do partido da seção francesa. Em 1952 o racha no PCI se concretiza na realização de dois congressos, um realizado pela sua maioria e outra pela sua maioria. Em seguida o SI reconhece a minoria do PCI como seção oficial da Internacional e expulsa a maioria daquele partido das fileiras da Quarta Internacional<sup>29</sup>.

Novas divergências e rupturas foram engendradas, ainda em torno à tática do entrismo, entre as seções dos EUA o SWP, e a SLL inglesa no ano seguinte. As duas mais o PCI, após esboçarem a formação de uma fração visando o próximo congresso mundial, decidiram fundar uma nova articulação internacional para combater o “revisionismo pablista”. Em reunião de novembro de 1953 em Paris eles fundaram o Comitê Internacional da Quarta Internacional (CI). Estava consumada a divisão internacional entre os trotskistas.

Antes de prosseguir vale destacar uma última observação sobre o CI. Este não obteve um desenvolvimento organizativo, ao contrário do SI que continuou auto intitulado-se como a Quarta Internacional, realizando congressos, conferências, elegendo militantes para suas instâncias dirigentes, com reuniões periódicas do Comitê Executivo e articulada com suas seções nacionais sob o centralismo democrático. Projetado inicialmente para ser uma fração pública visando o quarto congresso, o CI não chegou a possuir nenhuma instância dirigente

---

<sup>29</sup> Idem, p. 212.

internacionalmente e à suas seções aderentes era conferida ampla margem de autonomia política em suas elaborações. Ao longo de sua existência realizou apenas encontros internacionais esporádicos, como o de novembro de 1955, em Paris, e a Conferência de Leeds, na Inglaterra em 1958<sup>30</sup>.

### 1.1. Movimento pela Quarta Internacional e América Latina

As divergências políticas que precederam o Terceiro Congresso Mundial (1951), bem como suas resoluções aprovadas e a divisão que se seguiu tiveram repercussões na América Latina. No Brasil, por exemplo, como veremos na próxima seção, a fundação do POR-T estava diretamente relacionado com a resolução que reconheceu como seção oficial da Argentina a organização política dirigida por Juan Posadas<sup>31</sup>, a quem também foi conferido a direção do Bureau latino-americano da Quarta Internacional (BLA). Além da Argentina e do Brasil, as orientações tático-políticas do III Congresso Mundial tiveram sérias consequências no processo revolucionário da Bolívia.

A divisão entre de um lado o SI e de outro o CI também se expressou no continente. Entretanto, foi justamente um acontecimento histórico latino-americano que possibilitou um novo impulso para o movimento trotskista internacional. Trata-se da Revolução Cubana (1959) e a posterior unificação entre os partidos do SI e grande parte dos que compunham o CI, que deu origem à Quarta Internacional-Secretariado Unificado (SU). A partir de então as apreciações sobre o processo revolucionário na América Latina tornaram-se centrais nas elaborações do SU.

Entre as resoluções aprovadas no congresso de 1951 a América Latina aparece pela primeira vez na resolução *América Latina: Problemas e Tarefas*, que

Reverberando a Teoria da Revolução Permanente, o documento ponderava que as burguesias nativas da América Latina não seriam capazes de levar a cabo uma libertação anti-imperialista ou uma reforma agrária. Daí, apontava para a necessidade de uma revolução proletária na região. A partir dessa chave analítica, o documento discutia ainda a questão do “populismo”, isto é, dos países nos quais a burguesia industrial passou a “nutrir noções de independência [...] e até projeta uma certa resistência ao imperialismo” (Argentina, Brasil, México).<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> Idem, pp. 231-233.

<sup>31</sup> Pseudônimo de Homero Rómulo Cristalli Frasnelli (1912-1981), membro do Partido Operário Revolucionário (POR) argentino, dirigente do Bureau Latino Americano (BLA) e fundador da Quarta Internacional Posadista.

<sup>32</sup> MONTEIRO, *op. cit.*, p. 208.

O documento estava marcado pela nova perspectiva de Pablo, ainda que pontuasse a centralidade do proletariado no processo revolucionário e a necessidade da construção do partido marxista revolucionário na região. Reconhecendo a expressão de “movimentos anti-imperialistas pequeno-burgueses” em alguns países e dentro da previsão a respeito da inevitabilidade da Terceira Guerra Mundial, os trotskistas latino-americanos deveriam aplicar o entrismo nesses movimentos, como nos, entre outros, o MNR da Bolívia, o peronismo na Argentina e a APRA do Peru<sup>33</sup>.

Essas orientações vão incidir mais diretamente sobre a seção boliviana, o *Partido Obrero Revolucionario* (POR) – uma das poucas organizações do movimento trotskista que conquistou uma audiência mais ampla e significativa para suas ideias. Paralelamente aos anos de crise da Quarta Internacional ocorria um notável processo revolucionário na Bolívia, no qual os trotskistas acumulavam uma expressiva influência política. Desde 1944 o POR atuava entre os mineiros organizados na Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Bolivianos (FSTMB). Em seu congresso de 1946 a Federação Sindical, refletindo a radicalização política dos mineiros fomentada pelos anos de opressão nacional no contexto da Segunda Guerra Mundial, aprovou grande parte do programa trotskista, como “escala móvel de salários e de horas trabalhadas, contrato coletivo, controle operário das empresas capitalistas, independência sindical, formação de fundos de greve, formação de grupos armados de defesa e de uma Frente Única.”<sup>34</sup>

Foi na sequência da insurreição popular de 1952 que derrotou o golpe militar que tentou impedir a posse de Víctor Paz Estenssoro (1907-2001) presidente eleito pelo MNR – um ano depois, portanto, do Terceiro Congresso Mundial – que as novas perspectivas da Quarta Internacional repercutiram na seção boliviana e iniciou a fragmentação do movimento trotskista na Bolívia. O XII Pleno do Comitê Executivo da Internacional, instância que reunia os dirigentes do SI, de novembro do mesmo ano, já depurado de seus críticos “anti-pablistas”, em sua resolução sobre a Bolívia afirmava:

O POR participou a fundo da insurreição de abril, evitando isolar-se das amplas massas polarizadas na ação pelo MNR. Sua política tem procurado, então, continuar evitando isolar-se das massas sobre as quais o MNR exerce sempre uma forte influência, e sobretudo, não isolar-se da base da ala esquerda daquele ... Outra

---

33 Idem, p. 209.

34 ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A revolução boliviana*. São Paulo, Unesp, 2007. pp. 55-56.

alternativa que pode se apresentar e da qual naturalmente é preciso compreender toda a importância e explorá-la a fundo , é ver-se consumir uma ruptura entre a direita e a esquerda do MNR, ou seja, conseguindo esta última conquistar a maioria do MNR, ou seja, separando-se dela e constituindo-se em partido distinto. Em todos os dois casos, o POR poderá encarar a possibilidade de um governo operário-camponês formado pela coalizão dos dois partidos.(Resolução do XII Pleno do Comitê Executivo da Quarta Internacional, novembro de 1952)<sup>35</sup>

Tais orientações implicaram que o POR desse prioridade cada vez mais para sua aproximação com a esquerda do MNR ao invés de construir uma política independente para o processo revolucionário. Em seu 10º Congresso o partido adotou em sua resolução a reprodução, em grande parte, dos documentos do congresso mundial de 1951, nutrindo fortes expectativas em relação à ala esquerda do MNR.

O POR apoiará a ala esquerda em sua luta contra a direita , a ajudará a orientar-se ideologicamente, e pressionará para que avance para posições mais radicais e paralelamente mobilizará as bases movimentistas para que exijam à direção esquerdista adotar o programa da revolução proletária ... O predomínio total deste setor modificará profundamente a natureza do MNR e permitirá que se aproxime de grande maneira do POR. Só em tais condições se pode falar de um governo POR-MNR.<sup>36</sup>

O POR logo se dividiu em torno de uma maioria, alinhada com as perspectivas dos dirigentes do SI, e uma minoria que preconizava a construção e fortalecimento do partido projetando um papel dirigente na revolução boliviana<sup>37</sup>. Divisão que enfraqueceu sobremaneira a ala esquerda da revolução e fortaleceu as posições estratégicas do MNR às vésperas do primeiro congresso da Central Obrera Boliviana (COB) fundada no calor da revolução em abril de 1952<sup>38</sup>.

35 RESOLUÇÃO do XII Pleno do Comitê Executivo da Quarta Internacional, novembro de 1952. Apud ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A revolução boliviana*. São Paulo: Unesp, 2007. p. 121.

36 RESOLUÇÃO do X Congresso do POR, 10 de junho de 1953. Apud ANDRADE. *op. cit.*, p. 121-122.

37 Os primeiros ficaram com o periódico do partido Lucha Obrera e eram liderados entre outros por Hugo Gonzáles Moscoso (1922-2010); já a minoria aglutinou-se em torno da nova publicação Masas e era liderado por Guillermo Lora (1922-2009) e Edwin Moller. Pouco tempo depois significativos quadros políticos do POR ingressariam no MNR, abandonando o trotskismo. Conf. ANDRADE, *op. cit.*, p. 122-123. No início dos anos 1960 surgiria uma terceira organização trotskista a partir de parcelas do POR (Lucha Obrera) que endossou a ruptura internacional de Posadas. O POR (Masas) manteria uma atuação independente de vínculos internacionais, só retomando sua participação no movimento pela Quarta Internacional em 1970 ao alinhar-se organicamente ao CI, às vésperas da ruptura que ocorreria nesse agrupamento. Voltaremos ao POR (Masas) e ao CI mais adiante.

38 A Central Obrera Boliviana centralizou as milícias armadas, todas as organizações operárias e camponesas da Bolívia. Com o exército destruído tornou-se um organismo de poder, semelhante aos soviets na Rússia. Foi marcada também pelas Teses de Pulacayo, tais teses eram o próprio programa de transição traduzido para a

A divisão internacional de 1953 entre SI e CI, por outro lado, expressou-se no continente com a formação do Secretariado latino-americano do Trotskismo Ortodoxo (SLATO), criado sob a iniciativa do argentino Grupo Operário Marxista (GOM) dirigido, entre outros, por Nahuel Moreno<sup>39</sup>, a qual também se vincularam as pequenas seções do Chile e Peru. O GOM havia sido preterido em favor da organização de Posadas no congresso de 1951 e manteve uma atuação independente até 1954 quando vinculou-se ao Comitê Internacional. A disputa pela liderança do movimento trotskista latino-americano entre a SLATO e o Bureau latino-americano (BLA) – o secretariado do SI para a região – traduziu no continente a divisão internacional.

A convergência das análises de parcelas do CI, especialmente o SWP estadunidense, com o SI sobre os então processos revolucionários em curso, primeiro sobre a Independência da Argélia (1962) e em seguida da Revolução Cubana (1959) recolocou a possibilidade de uma re-unificação entre o Comitê Internacional e o Secretariado Internacional. Mas sem dúvida foi o triunfo dos guerrilheiros de *Sierra Maestra* que impactou significativamente o movimento trotskista internacional, assim como extensas parcelas da esquerda internacional ao longo dos anos 1960 e princípios dos 1970.

A Revolução Cubana e sua excepcional dinâmica revolucionária – a utilização da violência revolucionária sob a forma da tática da “guerra de guerrilhas” no campo e a ausência do Partido Comunista como sujeito político, substituído pelo núcleo guerrilheiro e suas ramificações urbanas – trouxeram para as esquerdas da época novas perspectivas para a atuação revolucionária. A tentativa em generalizar o caminho cubano para o restante América Latina levou ao surgimento de várias organizações que defendiam a “luta armada” em oposição ao “pacifismo” e “etapismo” dos PC's stalinistas.

A leitura do processo revolucionário cubano pelo movimento trotskista internacional confirmava aspectos do seu arcabouço teórico-analítico e introduziam novas abordagens sobre o sujeito social e político (as classes sociais e a organização política dirigente no processo revolucionário), bem como sobre os métodos revolucionários<sup>40</sup>. Entre as confirmações das

---

realidade concreta da Bolívia. Em 1946 no congresso de Pulacayo da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia, influenciados pelos trotskistas do POR aprovaram as teses, que propunha entre outras palavras de ordem transitórias a escala móvel de salários, controle operário, armamento dos trabalhadores e ocupação das minas. Conf. SAGRA, A. Bolívia: 50 Anos à Beira de Tomar o Poder. In: *Marxismo Vivo*. São Paulo, 2004, nº8. pp.49-61; e ANDRADE, op. cit.

39 Hugo Miguel Bressano Capacete (1924-1987). Posteriormente se tornaria um dos dirigentes argentinos do trotskismo mais conhecido, a ponto de lhe ser atribuído uma tradição política própria chamada de “morenismo” por derivação do seu pseudônimo.

40 Conf. MEUCCI, op. cit.

lições e teses do movimento trotskista pelo processo revolucionário cubano, como demonstrou a pesquisa de Isabella Meucci, estavam a afirmação da possibilidade em derrotar o imperialismo, a liderança da revolução pelo Movimento 26 de Julho demonstravam concretamente a inviabilidade dos PC's como instrumento revolucionário e o decurso da revolução comprovaria também em essência a dinâmica revolucionária exposta pela Teoria da Revolução Permanente contra as teorias “etapistas” predominante entre os PC's<sup>41</sup>.

Foi em linhas gerais com base no acordo a respeito desses aspectos que parcelas do CI, como o SWP estadunidense e os latino-americanos do SLATO, estabeleceram junto com o SI um novo re-arranjo do movimento trotskista internacional que resultou na formação da Quarta Internacional-Secretariado Unificado, no congresso de 1963. As seções inglesa e francesa do CI apresentavam posições totalmente divergentes com o restante do movimento trotskista e não participaram da re-unificação.

Com a reunificação, acompanhada pelas seções aderentes do SLATO, a já frágil articulação do CI deixou de ter expressão no continente. Vínculo que seria retomado no início dos anos 1970, através da adesão do POR (*Masas*) boliviano e com a aproximação de *Política Obrera* da Argentina, já no contexto de avançada crise que acabou por extinguir o CI e a criação de novos agrupamentos internacionais.

Foi no âmbito das “inovações”, como propôs Meucci, decorrentes das leituras sobre o processo revolucionário cubano pelo movimento trotskista internacional – particularmente pelo Secretariado Unificado – que fez da América Latina a região para onde se transferiu as expectativas de novos triunfos revolucionários. E que poderia, assim acreditavam, tirar o trotskismo da marginalidade política e tornar a Quarta Internacional efetivamente em uma organização de massas. O continente tornou-se assim parte de um importante capítulo da história do movimento trotskista internacional.

## 1.2 A estratégia revolucionária para o continente latino-americano – 1969-1973

As reavaliações que fizeram os trotskistas, que resultou dos impactos da Revolução Cubana – como o papel do campesinato (ou trabalhador rural), sobre o sujeito político (o tipo de organização necessária para dirigir o processo revolucionário) e uma nova avaliação sobre a utilização da violência revolucionária (genericamente chamada de luta armada) – configurou elementos para um novo projeto político revolucionário trotskista para a América Latina.

Tratava-se na verdade de deslocamentos dentro do paradigma revolucionário

---

41 MEUCCI, op. cit., *passim*.

bolchevique, digamos assim, o qual até então era a referência direta dos trotskistas, ou seja, a centralidade da classe operária, as mobilizações urbanas e a necessidade da construção do partido marxista revolucionário como sujeito político consciente do processo revolucionário. Assim, um novo projeto foi se configurando, pouco a pouco, com a “guerra de guerrilhas” no lugar das mobilizações das massas, o núcleo guerrilheiro no lugar do partido, o deslocamento da atuação nas cidades para o campo e o papel revolucionário atribuído aos camponeses ao invés da exclusividade que até então destinava-se aos trabalhadores fabris<sup>42</sup>.

Essa nova mirada, bem como os debates que se seguiram sobre os caminhos para a revolução no continente perpassou grande parte do movimento pela Quarta Internacional, em especial naquele representado no Secretariado Unificado. Mas foi entre os trotskistas da SLATO, especificamente entre os argentinos, que ela foi discutida em termos práticos e teóricos, antecipando assim os debates que ocorreram no SU a partir do final da década de 1960.

O contexto de radicalização das lutas pela terra em Cuzco no Peru no início da década de 1960 suscitou o debate sobre as “inovações” entre os trotskistas. Naquele país, o POR peruano liderado por Hugo Blanco havia conquistado amplo respaldo entre as massas camponesas, com inserção em vários sindicatos agrários, que conquistou inclusive a direção da Federação Sindical de La Convención. Com as crescentes mobilizações dos camponeses desencadeou-se em seguida uma onda de repressão na região, o que colocou a necessidade da resistência em outro patamar. Através da organização de milícias armadas de “autodefesa”, vinculadas aos sindicatos, a adoção da “luta armada” emergiu concretamente entre os trotskistas. Esse processo no Peru trouxe a discussão a respeito dos sujeitos sociais (notadamente sobre o caráter revolucionário do camponês), do campo como espaço de atuação política e a guerrilha como caminho para a revolução em duas ocasiões.

Em 1962 ainda na conjuntura de lutas e da formação da *Frente de Izquierda Revolucionaria* (FIR) – criada a partir do POR e outras organizações peruanas – alguns militantes argentinos de Palabra Obrera foram enviados ao Peru para auxiliar na construção da nova organização visando encaminhar seu vínculo internacional com o SLATO, impulsionar as mobilizações no campo vinculando-as com as mobilizações nas cidades e construir o partido. Entretanto o plano não saiu como o esperado. Daniel Pereyra, um dos enviados ao Peru, inclinou-se para a preparação do *foco guerrilheiro* e com o objetivo de angariar fundos

---

42 MEUCCI, *op. cit.*, *passim*.

para a luta revolucionária foi realizado um assalto ao Banco de Crédito de Miraflores em Lima. Apesar de bem sucedido a repressão logo identificou e prendeu todo o grupo de Pereyra e em seguida o próprio Hugo Blanco<sup>43</sup>.

No mesmo ano Ángel Bengochea (1945-1964), outra liderança de Palabra Obrera, viajou à Cuba com o objetivo de obter recursos com os cubanos para as lutas travadas no Peru. Junto com outros militantes participaram de treinamento militar, discutiu também com Che Guevara sobre a situação latinoamericana e peruana<sup>44</sup>. A experiência deixou Bengochea ainda mais convencido sobre a viabilidade de desencadear a guerrilha na província de Tucumán, objetivo que foi discutido entre seus camaradas de partido sem, no entanto, conquistar o apoio da organização. Bengochea então, junto com seus aliados, deixaram a organização para iniciar os preparativos da “luta armada”. O projeto acabou de forma trágica com sua morte em 1964 na explosão de um pequeno arsenal, antes mesmo da luta começar<sup>45</sup>.

Os dois episódios geraram um debate teórico-político em Palabra Obrera sobre a tática guerrilheira como uma forma viável a ser adotada pelos revolucionários trotskistas nos processos de lutas. Ciente das pressões sobre o método guerrilheiro que ainda permaneciam na organização, mesmo após as polêmicas com Pereyra e Bengochea, Nahuel Moreno destacou-se como o principal dirigente a criticar a generalização do caminho cubano para outros países. Sobre o assalto ao banco no Peru, por exemplo, Moreno a caracterizou como aventureira e *putchistas*, por adotar uma ação armada desligada do desenvolvimento da luta de classes<sup>46</sup>. Mas foi nas críticas à teoria revolucionária de Che Guevara que ele balanceou aquelas questões no interior do paradigma revolucionário bolchevique<sup>47</sup>.

Moreno afirmou, contrapondo-se a Guevara, que para o triunfo da guerrilha era necessário a existência de um grande partido de massas, além do apoio dos países vizinhos<sup>48</sup>. Dessa forma ele procurava distanciar-se da ênfase absoluta no método da guerrilha, pontuando também que as condições para a tomada do poder em Cuba dificilmente se repetiriam em outros países. Não descartava porém que no processo de lutas revolucionárias a utilização de formas variadas de luta armada seriam utilizadas pelas massas, mas sim a perspectiva que tornava a guerra de guerrilhas o único método revolucionário – distinguindo

43 BIANCHI, A. *El Che rodando por Callao: o trotskismo e as guerrilhas latinoamericanas*, 2012. Blog Convergência, 29 de outubro. Disponível em: <http://blogconvergencia.org/?p=343> Acesso em: 20 fev. 2017.

44 Idem.

45 Conf. BIANCHI, *op. cit.* e MEUCCI, *op. cit.*, p. 136.

46 MEUCCI, *op. cit.*, p. 135

47 Segundo Meucci, Nahuel Moreno expôs suas críticas em “Dos métodos frente a la revolución latinoamericana” redigido em 1964. Conf. MEUCCI, *op. cit.*, p. 136.

48 Idem, p. 136.

dessa forma luta armada e guerrilhas, vendo nesta última ações armadas de uma vanguarda desvinculadas das lutas do movimento de massas<sup>49</sup>. No entanto a polêmica sobre adotar ou não a guerrilha estava apenas começando entre os argentinos. Logo em seguida ela se expressou novamente e dessa vez se desdobrou e se conectou com o movimento pela Quarta Internacional, notadamente no Secretariado Unificado.

Em 1968, um ano antes do IX Congresso Mundial da Quarta Internacional-SU, e repercutindo os então recentes posicionamentos dos dirigentes cubanos em expandir a revolução no restante da América Latina, através das guerrilhas, o recém fundado *Partido Revolucionario de los Trabajadores* (PRT) se dividiu sobre a mesma questão. Este surgira em 1965 da união entre o *Palabra Obrera* e a *Frente Revolucionaria Indoamericana Popular* (FRIP), dirigida principalmente pelos irmãos Santucho, Mario Roberto (1936-1976), Francisco René (1925-1975) e Oscar Asdrúbal (1930-1975). A nova organização resultou de uma unificação precária em termos programáticos, marcada pelas distintas trajetórias e experiências prévias das duas organizações. Enquanto *Palabra Obrera* orientava-se pela atuação nos sindicatos peronistas e possuía mais força em Buenos Aires, a FRIP vinha de uma atuação entre os estudantes e trabalhadores da província de Tucumán, Santiago del Estero e Salta, e já possuía uma inclinação por desenvolver um trabalho junto ao proletariado rural, visto como o principal sujeito social da revolução<sup>50</sup>.

As diferenças políticas que marcavam a trajetória das duas organizações expressou-se na ruptura de 1968 antes do IV Congresso da organização unificada, com a constituição do PRT-*El Combatiente* (PRT-EC) liderado pelos irmãos Santucho e assim nomeado em razão do jornal que passaram a publicar contrapondo-se ao PRT-*La Verdad* (PRT-LV) que manteve a publicação do partido anteriormente unificado, liderado entre outros por Moreno. O PRT-EC realizou em seguida, no mesmo ano, o seu próprio IV Congresso no qual suas resoluções defendiam que o partido preparasse a “luta armada” imediata, fundamentadas em uma eclética combinação de autores marxistas, como Che Guevara, Mao Ze Dong, Trotsky e os vietnamitas Ho Chi Min e Giap<sup>51</sup>. Projetando assim a luta armada sob a forma da “guerra popular prolongada” e conseqüentemente a criação, pelo partido, de um exército revolucionário, o que veio a ocorrer posteriormente em seu V Congresso em 1970 com a fundação do *Ejercito Revolucionario del Pueblo* (ERP).

49 MEUCCI, *op. cit.*, pp. 136-138.

50 MEUCCI, *loc. cit.* e BIANCHI, *op. cit.*

51 POZZI, Pablo. *Por las sendas argentinas: el PRT-ERP, la guerrilla marxista*. Buenos Aires, Imago Mundi, 2004, 2ª ed.

Paralelamente, a questão sobre a luta armada, e em especial sob sua forma da guerrilha, alcançava os dirigentes da Quarta Internacional-SU. Nos preparativos do IX Congresso Mundial, ainda em 1968, os dirigentes do SWP estadunidense apresentaram a proposta de resolução sobre a situação política internacional. Esta apontavam as tendências que se expressavam em decorrência da dinâmica de crises do capitalismo, pontuando o avanço da luta dos *vietcongs* no sudoeste da Ásia e as mobilizações nos grandes centros urbanos<sup>52</sup>. A proposta foi aprovada no executivo da Internacional com exceção do trotskista italiano Livio Maitan (1923-2004) que preferiu se abster. Alguns meses depois, mais precisamente em maio de 1968, Maitan apresentava seu ponto de vista em uma carta enviada ao SU, intitulada “Um documento insuficiente”<sup>53</sup>. Nesta o trotskista italiano criticava vários pontos do documento aprovado e concluía: “para romper sua marginalidade o trotskismo deveria ser capaz de colocar-se à frente do movimento de massas e conduzi-lo à vitória nas lutas revolucionárias 'de um ou mais países’”<sup>54</sup>. Tratava-se então de identificar a região aonde as perspectivas pareciam mais promissoras para um novo triunfo revolucionário, esse lugar para Maitan era a América Latina, onde a Quarta Internacional deveria dar prioridade em especial para a Bolívia. País onde estava convicto que o desenvolvimento da Internacional trotskista ganharia novo impulso<sup>55</sup>.

Após a carta, em novembro de 1968, Maitan redigiu a proposta de *Resolução sobre a América Latina* que seria aprovada pelo congresso mundial em abril do ano seguinte. Na referida resolução os conflitos políticos e sociais do continente eram sublinhados e as particularidades da situação política de seus países desconsideradas para caber dentro de um ascenso revolucionário generalizado que supostamente percorria todos os países da América Latina. O continente estaria passando por uma “situação de crise pré-revolucionária” e a hipótese mais provável, diz a resolução, era que os conflitos assumissem cada vez mais a característica de “explosões sociais e políticas, crises revolucionárias e guerra civil” na forma de uma luta armada prolongada, contra o imperialismo e as burguesias nativas, à escala continental. Assim caracterizada, a perspectiva da insurreição de massas na estratégia da guerra revolucionária era deslocada em favor da guerrilha rural, que inevitavelmente marcaria o processo revolucionário no continente. Cabia aos trotskistas latino-americanos a preparação

---

52 BIANCHI, *op. cit.*

53 MAITAN, Livio. An Insufficient document. In: International Information Bulletin. Discussion on Latin America (1968-1971). s.l. [New York], s.d. [1972], s.c.p. [SWP]. pp. 11-16.

54 BIANCHI, *op. cit.*

55 Idem.

imediate de suas organizações para se adequar à guerra civil continental que assumiria “formas variadas de luta armada, nas quais o eixo principal por todo um período” seria “a guerrilha rural”<sup>56</sup>.

A partir de então a questão da luta armada, em especial sob sua forma da guerra de guerrilhas, assim como sua aplicação na América Latina, tornou-se um dos eixos centrais na discussão dos trotskistas, aliás como entre a esquerda do continente de uma forma geral. A definição desse projeto revolucionário, por sua vez, não ocorreu sem oposição. Desde o início o SWP se opôs à orientação guerrilheira de Maitan que foi em seguida referendada no congresso. O PRT-LV que vinha de um acúmulo, como vimos, de discussão sobre essa questão foi preterido em favor do PRT-EC – pois este estava alinhado com a nova orientação predominante da Internacional – mas graças a proposta dos estadunidenses o PRT-LV manteve seu vínculo com a internacional em razão da inclusão no estatuto do *status* de seção simpatizante. Juntos, nos anos que se seguiram ao congresso, foram as principais organizações a articular uma oposição internacional contra o projeto revolucionário definido e apoiado especialmente pelos dirigentes internacionais europeus, nos marcos do Secretariado Unificado.

Este era o pano de fundo quando se deu o encontro entre os militantes brasileiros e a Quarta Internacional. Antes de passarmos para a próxima seção, vale frisar mais uma vez que todo esse processo que expomos até aqui, esteve longe de transcorrer de forma linear e simplificado como abordamos, esta trajetória foi muito mais complexa e contraditória do que a simplificação, da qual nos valemos aqui, que a distância no tempo nos permite perceber retrospectivamente. Nosso objetivo foi apenas pontuar em linhas gerais a trajetória do movimento pela Quarta Internacional para que a exposição sobre os brasileiros ficasse mais clara.

---

56 RESOLUTION on Latin America, p. 720. Documents World Congress of the Fourth International. In: Intercontinental Press, SWP, vol. 07, nº 26, july 14, 1969, s.c.p., s.l. [New York].

## Cap. 2 ITINERÁRIO POLÍTICO DA QUARTA GERAÇÃO DO MOVIMENTO TROTSKISTA NO BRASIL (1968-1973)

Neste capítulo apresentamos brevemente e de maneira mais descritiva do que analítica o itinerário das organizações trotskistas que inauguraram o que podemos chamar de quarta geração do movimento trotskista no Brasil, entre os anos 1968 e 1973. Julgamos essa exposição necessária por dois motivos, primeiro apresentar a trajetória dessas organizações que é em grande parte desconhecida ou que aparece com lacunas em alguns trabalhos; e por outro para contextualizar os documentos que serão utilizados nos próximos capítulos.

As primeiras versões sobre as origens das Fração Bolchevique Trotskista (FBT) e o Movimento Estudantil 1º de Maio (ME1M) – as organizações que abriram um novo capítulo da história do trotskismo no Brasil – as atribuem como o resultado das rupturas pelas quais sofreu o Partido Operário Revolucionário-Trotskista (POR-T). De fato, como veremos, assim ocorreu com a FBT, aliás isso explica, inclusive, o porque do nome que adotaram – inicialmente pretendiam ser uma fração do POR-T. Já sobre o ME1M prevaleceu a versão equivocada que apareceu nos artigos sobre o POR-T e o “posadismo” na série *Contribuição à História da Esquerda Brasileira* coordenada por Marco Aurélio Garcia, publicada entre 1979 e 1980 no jornal *Em Tempo*<sup>57</sup>. Foi neste ocasião que as duas organizações apareceram pela primeira vez como desdobramentos de rupturas do partido.

Aquela versão se consolidou posteriormente ao ser reproduzida primeiramente na apresentação que precede o documento político da Organização Comunista 1º de Maio, na coletânea *Imagens da Revolução* organizada por Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira Sá, publicada em 1985<sup>58</sup>. E em seguida com o capítulo sobre trotskismo no clássico livro sobre o período *Combate nas Trevas* de Jacob Gorender, publicado pela primeira vez em 1987<sup>59</sup>. Desde então, essa foi a versão comumente apresentada quando o trotskismo é mencionado nas pesquisas sobre a história da esquerda nesse período da Ditadura Militar<sup>60</sup>.

57 MAIA, Andreas. “O que foi o Partido Operário Revolucionário”. In: GARCIA, M (org.). *Contribuição à História da Esquerda Brasileira, 1960-1979*. *Em Tempo*, nº 104, 17 a 30 de abril de 1980, pp. 16-17 e “A crise do posadismo”. In: GARCIA, M (org.). *Contribuição à História da Esquerda Brasileira, 1960-1979*. *Em Tempo*, nº 105, 01 a 14 de maio de 1980, pp. 14.

58 Organização Comunista 1º de Maio. In: REIS, Daniel A. e SÁ, Jair F. de (org's). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006, 2ª ed., pp. 387-388.

59 GORENDER, J. Trotskismo e atração pelo nacionalismo autoritário. In: *Combate nas Trevas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Expressão Popular, 2014. 5ª ed., pp. 133-136.

60 Poderíamos citar ainda a obra de SILVA, Antônio O. da. *História das Tendências no Brasil (origens, rachas e propostas)*. s.l., s.c.p., s.d. Embora de difícil acesso, por vezes também é utilizada em algumas pesquisas como fonte por apresentar as trajetórias das organizações políticas. Nesta também foi reproduzida a versão que

## 2.1 O POR-T e as origens da quarta geração do movimento trotskista no Brasil

Antes de entrar propriamente dito na apresentação da trajetória dessas organizações – com uma versão diferente para o surgimento do MEIM – consideramos necessário uma breve exposição sobre o POR-T. Assim poderemos esclarecer qual a relação que existiu entre as duas organizações com aquela que, entre os anos 1952-1968, representou exclusivamente a terceira geração do movimento trotskista no Brasil.

O POR-T surgiu como um dos resultados da formação do Bureau latino-americano da Quarta Internacional (BLA) – o secretariado regional para o continente criado no Congresso Mundial de 1951 – cuja direção ficou a cargo de J. Posadas, do *Grupo Cuarta Internacional*, seção argentina oficialmente reconhecida na ocasião do mesmo congresso. O objetivo do BLA era construir seções nacionais da Internacional na América Latina. O que ocorreu no Brasil, logo em seguida em 1952, a partir da vinda de Guilherme Marcelo Almeyra (1928-), enviado do BLA, que estabeleceu contato com ex-militantes do Partido Socialista Revolucionário (PSR)<sup>61</sup>.

Com esses contatos iniciais, em novembro, sem a realização de um congresso, o lançamento do jornal *Frente Operária* inaugurou a criação do POR-T<sup>62</sup> – partido que marcou o início da terceira geração do trotskismo no Brasil. Vale observar que estas circunstâncias em que foi criado e as condições em que surgiu não possibilitaram a manutenção de um laço de continuidade com a geração que os precederam.

Podemos dividir a história do POR-T, apenas para organizar nossa exposição, em dois momentos, os dois estreitamente vinculados com o movimento trotskista internacional. No primeiro momento, do seu surgimento até início dos anos 1960, o POR-T caracterizou-se por

---

mencionamos, os textos da série coordenada por Garcia constam como suas referências.

61 Este contato que possuía o delegado do BLA era o do então jovem militante trotskista Leôncio Martins Rodrigues (1934-) – que posteriormente tornou-se um reconhecido acadêmico. O PSR, organização representativa da segunda geração do movimento trotskista no Brasil resultou da unificação entre o Partido Operário Leninista (fundado no início de 1937, com o Comitê Pró-Reagrupamento da Vanguarda Revolucionária do Brasil – evolução da dissidência do PCB de 1937, a última à esquerda que ocorreram nas seções da Internacional Comunista – em agosto de 1939. Conf. KAREPOVS e MARQUES-NETO, *op. cit.*, p. 131-132. Sobre a mencionada dissidência do PCB ver o trabalho de KAREPOVS, D. *Luta Subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec, Unesp, 2003. Entre seus militantes o PSR contou com o jornalista e ex-militante do PCB Herminio Sacchetta (1909-1982) e de Florestan Fernandes (1920-1995). Sobre o passado trotskista do sociólogo Fernandes ver COGGIOLA, O. Florestan Fernandes e socialismo. In: FERNANDES, F. *Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995.

62 “Em 15 de novembro de 1952 foi lançada a primeira edição do Frente Operária, que seria publicado de forma mais ou menos regular até 1990, tendo sido, de 1952 a 1968, o único jornal a reivindicar as ideias trotskistas no Brasil.” LEAL, M. *À esquerda da esquerda*. Trotskistas, Comunistas e Populistas no Brasil Contemporâneo (1952-1966). São Paulo, Paz e Terra, 2004, p. 35.

desenvolver uma política nos marcos das resoluções do III Congresso Mundial, onde predominou a tentativa em aplicar a tática do *entrismo sui generis*. O segundo momento, a partir de 1962, foi marcado pela ruptura de Posadas com o SI e o delineamento do que se convencionou chamar posteriormente no movimento trotskista por “posadismo”. Este segundo momento foi até 1966 quando se iniciou os questionamentos e o processo de defecções do partido<sup>63</sup>. Vejamos.

Nos anos 1950 o POR-T aglutinou cerca de cem militantes e desenvolveu atividades em São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. Estendendo-se, na década seguinte para Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Sul, procurou integrar-se ao movimento sindical, nas mais diversas categorias, como nos trabalhadores de hotéis, ferroviários, nos condutores, garçons, trabalhadores em bondes, trabalhadores da construção civil, dos frigoríficos etc.

No Rio Grande do Sul, onde se originou a Fração Bolchevique Trotskista (FBT), o POR-T foi criado em 1962 e chegou a contar com 15 a 30 militantes. Atuou no movimento estudantil e no meio sindical, principalmente nos segmentos dos trabalhadores da construção civil e metalúrgicos. No Rio de Janeiro, nos anos 1960, o POR-T atuou no movimento estudantil, entre os camponeses, trabalhadores da Companhia Brasileira de Energia Elétrica e entre os trabalhadores dos estaleiros.

Esta atuação sindical do POR-T foi caracterizada, segundo Karepovs e Marques Neto pela busca de uma independência sindical em relação ao Estado, pela agitação por comissões de fábrica e objetivo de uma central única dos trabalhadores<sup>64</sup>.

Com o objetivo da “aliança operário-camponesa” eles iniciaram, em fins dos anos 1950, atividades no nordeste, a partir de deslocamentos de militantes para aquela região:

Em dezembro de 1961, o partido apresentou o que se chamou de ‘plano operário para o nordeste’, no qual as propostas ocupações de terras, expropriações, sem indenização, dos latifúndios, bem como medidas de planificação da produção rural das terras que seriam dirigidas por conselhos de camponeses<sup>65</sup>.

O trabalho se desenvolveu na Paraíba e em Pernambuco. Em També-PE conquistaram a

---

63 Essa periodização é sugerida por LEAL, M., *op. cit.*, p. 41.

64 KAREPOVS, Dainis e MARQUES NETO, José Marques. Os Trotskistas E Suas Organizações Políticas (1930-1966). In: RIDENTI, Marcelo e REIS Fº, Daniel Araújo (Org.). História do Marxismo no Brasil, vol. 5 . Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60. Campinas, Editora Unicamp, 2007.p.142.

65 KAREPOVS, Dainis e MARQUES NETO, José Marques. *op. cit.*, p.143.

adesão dos militantes da pequena organização Movimento Revolucionário Tiradentes – cuja origem remetia à uma das organizações de luta pela terra na região, as Ligas Camponesas – que ingressaram no POR-T. Em 1963, no entanto, a repressão policial e a violência dos latifundiários chegou aos trotskistas. seu principal dirigente entre as massas de trabalhadores rurais Jeremias foi assassinado<sup>66</sup>, além da prisão de outros militantes do partido em Pernambuco<sup>67</sup>. Com o golpe civil-militar de 1964 a repressão conseguiu impedir o prosseguimento das atividades do POR-T no campo ao prender cerca de 40 militantes, em novembro de 1964<sup>68</sup>.

O POR-T tentou também participar dos rumos que tomaram os grandes acontecimentos da luta de classes no Brasil. Nas manifestações que se seguiram à crise institucional, após a renúncia de Jânio Quadros, eles iam além da defesa da legalidade constitucional que defendeu o PCB e levantaram reivindicações como *Assembleia Nacional Constituinte*. Por outro lado, avaliavam que a burguesia brasileira possuía uma facção nacionalista, potencialmente radical. Com essa análise eles projetaram a possibilidade do partido em *influenciar* esses setores a ir adiante, cumprindo funções de direção revolucionária, ou seja, aproximando-se das posições “marxistas revolucionárias”. Na verdade, “todo este tortuoso caminho encobria concepções esquemáticas e etapistas impostas por J. Posadas, que entendia o nacionalismo com uma etapa no processo revolucionário latino-americano”<sup>69</sup>.

Desde 1955, nos marcos do III Congresso Mundial (1951), os militantes do POR-T tentaram aplicar a tática do entrismo *sui generis*, com o ingresso de parte deles nas fileiras do PCB, com o objetivo de constituir “uma ‘ala revolucionária’ e a buscar maior audiência do que até então vinham obtendo, em especial nas bases do partido stalinista.”<sup>70</sup>. A tática correspondia, como vimos, às diretrizes e expectativas da Quarta Internacional (SI): os PC’s

---

66 Pseudônimo de Pedro Roberto Pinto (1941-1963). Jeremias foi enviado à Pernambuco em 1962 e tornou-se rapidamente uma importante liderança dos trabalhadores do campo na região de També. Foi assassinado a mando dos latifundiários em 08 de agosto de 1963. Conf. LEAL, op. cit., pp. 228-245. O personagem Levindo do romance *Quarup* de Antonio Callado publicado em 1967 foi inspirado na trajetória de Jeremias, através do contato do autor com as lutas no campo quando era repórter do *Jornal do Brasil*. Conf. LEAL, op. cit., p. 249.

67 Esta experiência do POR-T no nordeste parece ter sido a única na história dos trotskismos no Brasil a conquistar uma audiência entre os trabalhadores rurais. Em seu livro Murilo Leal (op. cit., pp. 228-254) relata esse período em que os trotskistas conseguiram, junto com as Ligas Camponesas, participar da radicalização das lutas pela terra no Brasil no início dos anos 1960. Essa história também é narrada nas memórias do então militante do POR-T no nordeste Gilvan Rocha, no entanto a partir de uma ótica anti-trotskyista que mantém ainda hoje o autor. Ver Rocha, G. *Meio século de caminhada socialista*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2008.

68 Idem, op. cit., idem.

69 KAREPOVS, Dainis e MARQUES NETO, José Marques. op. cit., p. 145.

70 Idem, ibidem, p. 140.

do mundo seriam empurrados, devido a correlação de forças mundial, a fazer a revolução, os trotskistas, então, deviam estar juntos com essa suposta vanguarda revolucionária. A tarefa foi cumprida com dificuldades por seus militantes e obteve poucos resultados.

No entanto, vale a pena destacar dois momentos em que o entrismo praticado pelo POR-T pareceu repercutir no PCB. Uma delas foi a tentativa de influir nas cisões que ocorreram no PCB na segunda metade dos anos 1950. Trata-se das conhecidas cisões de José Maria Crispim de 1955 e a de Agildo Barata, em 1956-1957<sup>71</sup>. As divergências com o *Manifesto de Agosto* de 1950 marcaram a cisão Crispim<sup>72</sup>. No ano seguinte, depois de ser expulso ele ingressou no POR-T e rapidamente foi colocado em posições dirigentes no Bureau Político do partido e do BLA. Mas tratou-se de uma breve passagem pelas fileiras do trotskismo, o POR-T estava longe de possuir todo o aparato do qual dispunha o PCB para seus quadros profissionais e dirigentes – Crispim abandonou suas fileiras em 1958.

Já cisão de Agildo Barata ocorreu sob a crise que se abateu sobre os PC's do mundo em 1956, por um lado em razão da divulgação dos crimes de Stálin no XX Congresso do PCUS, e por outro pela repressão às mobilizações políticas na Hungria e Polônia no mesmo ano. Nesta ocasião os trotskistas do POR-T chegaram até a publicar artigos na imprensa oficial do partido stalinista<sup>73</sup>. Coerentes com a tática *sui generis* atuaram no sentido de não rompimento da tendência liderada por Barata. Tratava-se, novamente, de tentar influenciar e organizar esse grupo, dotando-o de coesão política para lutar por um congresso partidário democrático, no qual participariam também todos os militantes expulsos. Sobre esse episódio o historiador Murilo Leal disse:

Além dos artigos publicados no Frente Operária, os trotskistas intervieram na crise do PCB por meio de duas cartas abertas assinadas por José Maria Crispim, de artigos de Leôncio Martins Rodrigues e Ruy Fausto publicados na imprensa oficial do PCB, e na revista dos renovadores e também por meio de Raul, que era membro de uma ala contestadora de jovens comunistas que editaram o jornal interno O Observador. Intervieram também ainda em reuniões realizadas com vários integrantes das facções dissidentes.<sup>74</sup>

71 Ver LEAL, op. cit., pp. 73-97.

72 Como ficou conhecido o manifesto “Prestes aponta aos brasileiros o caminho da libertação” assinado por Luis Carlos Prestes (1898-1990) em nome do comitê central do PCB. Tratava-se da tardia e esquerdista reação dos comunistas à cassação de seu registro legal em 1947 pelo governo Dutra, onde passou de uma posição pacifista à pregação da violência revolucionária imediata. Conf. GORENDER, J. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Expressão Popular, 2014. 5ª ed., rev. e ampl., p. 24.

73 Ver LEAL, op. cit., 88-97.

74 Conf. KAREPOVS, Dainis e MARQUES NETO, José Marques. Os Trotskistas E Suas Organizações Políticas (1930-1966). In: RIDENTI, Marcelo e REIS Fº, Daniel Araújo (Org.). História do Marxismo no Brasil,

Porém todo esse processo de debates internos foi sufocado pela direção do PCB que cessou o debate pós-XX Congresso nas páginas de *Voz Operária*, expulsou os renovadores, apelando para a disciplina, a unidade e o combate aos agentes inimigos do partido.

Para os propósitos do nosso trabalho, ainda sobre essa experiência de entrismo, vale destacar também a captação do militante Fábio Munhoz (1940-1990) ao POR-T, devido ao contato com a militante trotskista Doroty Massola que realizou o entrismo na juventude do PCB, no bairro Ipiranga em São Paulo. Munhoz participou de diversos momentos da história da esquerda brasileira, foi militante do PCB, aderiu ao trotskismo passando a militar no POR-T, afastou-se desse partido em 1966 e participou do grupo que fundou o Movimento Estudantil 1º de Maio, em 1968.

#### 2.1.1. O POR-T, a nova Internacional e as primeiras críticas à J. Posadas

Em 1962 o movimento trotskista internacional viu tomar corpo mais uma divisão. Naquele ano J. Posadas rompeu com o SI e formou a sua própria internacional, considerada posteriormente como a Quarta Internacional-Posadista. Centrando os fundamentos da sua ruptura sobre diferenças políticas com os dirigentes europeus, incapazes, a seu ver, de avaliar corretamente os impactos da revolução colonial sobre a revolução mundial. As razões políticas que levantou J. Posadas para a ruptura do BLA e a (re)criação da Internacional tornaram-se as bases do projeto político do *posadismo*, como ficou conhecido no movimento trotskista. São elas: 1) a Terceira Guerra Mundial. Para seus fundadores, em especial seu chefe supremo Posadas, um terceiro conflito mundial era inevitável. “Exigia-se a aceitação da inevitabilidade da guerra e a necessidade de preparação das massas para a guerra atômica mundial.”; 2) a avaliação da existência de uma situação revolucionária mundial e 3) a desvalorização da revolução colonial pelos dirigentes europeus do SI, que subordinavam àquelas a revolução nos países capitalistas centrais.<sup>75</sup>

Segundo Murilo Leal a ruptura do BLA e a formação de uma nova Internacional, por um lado, afora o aspecto personalista que se concretizou na figura de Posadas, tentou responder a crise pela qual passava o movimento trotskista. Nesse sentido, o projeto político

---

vol. 5 . Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60. Campinas, Editora Unicamp, 2007.p.90

75 LEAL, Murilo. *À Esquerda da Esquerda*. Trotskistas, Comunistas e Populistas no Brasil Contemporâneo (1952-1966). São Paulo, Paz e Terra, 2004. p. 142-143.

de Posadas combinou três aspectos: “a fundação de uma nova organização, a proposição de uma nova linha política e de novas formas de funcionamento interno da organização.”<sup>76</sup>

Mas a principal inovação desse projeto foi sua proposta para um novo tipo de funcionamento interno nas organizações trotskistas, a panacéia para por fim às divisões e divergências (que já eram) recorrentes no movimento trotskista. Sobre isso disse Posadas:

nesta etapa a relação do centralismo democrático deve mudar : centralismo 90%, democracia 10%. Digo estas cifras como guias e relação (...)  
 (...) Nos preparamos também para uma etapa histórica próxima na qual não haverá lugar para o centralismo democrático. A guerra atômica não permitirá o centralismo democrático. A guerra atômica vai exigir um grupo decidido, já preparado, disposto a enfrentar o caos maior que a humanidade já viveu (...)  
 (...) Nós estamos pelo monolitismo, que não é a anulação da liberdade do pensamento dentro da vida da Internacional, não é a anulação da elaboração coletiva. Monolitismo significa uma única intenção, uma única vontade de ação, um único objetivo, um único programa, uma única política e uma única organização.<sup>77</sup>

A controle que exercia Posadas sobre a direção do POR-T impossibilitou que a ruptura de 1962 fosse sequer discutida, a organização acatou, com pouca ou sem discussões, as resoluções do novo centro político internacional. Alguns de seus militantes à época, no entanto, são unânimes na avaliação de que a partir de então o partido deu uma guinada sectária, deixou de atrair militantes, alguns se afastaram, e acabou por tornar-se uma seita à medida que Posadas avançou cada vez mais para posições, no mínimo, excêntricas. Arkan Simaan, por exemplo, que tomou contato com o POR-T em 1964, através de Fábio Munhoz, em entrevista que nos concedeu disse:

creio que nunca fui plenamente considerado militante pelo POR-T, meu único contato era o Fábio [Munhoz], eu e ele em praças públicas, faculdades, bares, a gente tomava uma cerveja, ele me doutrinava, passava o material, marcava outro encontro e sumia. Raramente participei de reuniões com a presença de outros companheiros. Quando acontecia era dentro de carros. Soube depois que um simpatizante devia dar provas absolutas de submissão antes de ser cooptado aos aparelhos. Talvez por razões de segurança, os posadistas escondiam os pontos de reunião aos que tinham a mínima reação contrária à sua pregação. Ora, eu contestava certas afirmações do Posadas. Demorei, porém, a perceber a prevenção deles contra

<sup>76</sup> Idem, ibidem, p. 143.

<sup>77</sup> POSADAS, J. “Informe de organización adoptado como resolución del VII Congreso Mundial”, *Revista Cuarta Internacional*, nº 4, Ano 22, julho de 1964. Apud LEAL, Murilo. *À Esquerda da Esquerda. Trotskistas, Comunistas e Populistas no Brasil Contemporâneo (1952-1966)*. *op. cit.*, p. 147.

mim, só me dei conta quando notei o comportamento diferente que davam ao JA<sup>78</sup> que engolia como hósta a verborreia do POR-T. Os posadistas desconfiaram ainda mais de mim quando comecei a desconversar as conversas que eu tinha tido com JA. Ele virou dirigente do partido (...) Além disso, me chateava o culto da personalidade ao Posadas e os comentários de temas onde, visivelmente, ele não conhecia nada, como, por exemplo, a relatividade geral. Por que diabos ele tinha que tocar em todos os assuntos? Ainda por cima, ele acreditava em discos voadores, afirmava que eram enviados por seres superiores que só poderiam ser socialistas e por isso aclamados quando invadissem a Terra para impor o comunismo!<sup>79</sup>

Murilo Leal em sua pesquisa destacou que até 1962 o POR-T possuía uma relativa autonomia, mas que em seguida a intervenção de Posadas, através da sua ideia de *monolitismo* colocou fim a esta autonomia e aumentou seu controle, exigindo “uma fidelidade e uma aplicação cega das diretrizes do dirigente.” Houve, no entanto, resistências essa guinada. Para Leal a V Conferência Nacional do POR de 1966 tornou-se um marco nesse sentido. Nesta ocasião foi divulgado o documento “Crítico, Planejar e Construir o Partido Coletivamente”, no qual um grupo de signatários avaliou os rumos tomados pela organização e inclusive endereçou duras críticas do culto a personalidade de Posadas. Segundo Leal:

Sobre o significado do documento, podemos dizer que representou: a) uma crítica ao monolitismo e aos sintomas de fechamento do POR; b) a partir do exame das principais atividades realizadas, um balanço sobre os dilemas em cada frente de trabalho; c) a defesa de um projeto de trabalho visando inserir o POR nos movimentos sociais, na contra-mão da tendência ‘posadista’ de encerrá-lo em si mesmo; d) uma tentativa de resgatar e preservar o que pareceria válido da atividade de Posadas.<sup>80</sup>

Para seus signatários Posadas acertou ao romper com os dirigentes do SI e constituir uma nova direção internacional, no entanto, o partido não conseguiu conquistar a direção política desses novos processos que surgiram. Atribuía esse fato ao isolamento ao qual o POR-T se manteve, numa espécie de seita mais preocupada em manter a organização do que efetivamente colocá-la em contato com o desenvolvimento das lutas sociais. Outro ponto também frisado foi a substituição do “centralismo democrático” pelo que chamaram de

<sup>78</sup> Trata-se de um estudante que Simaan apresentou ao POR-T e que posteriormente ingressou no partido. O entrevistado solicitou que o nome verdadeiro do militante fosse preservado.

<sup>79</sup> Entrevista de Arkan Simaan à Tiago de Oliveira, 03/02/2013.

<sup>80</sup> LEAL, Murilo. À Esquerda da Esquerda. Trotskistas, Comunistas e Populistas no Brasil Contemporâneo (1952-1966). São Paulo, Paz e Terra, 2004. p. 152.

“centralismo personalista”, em referência ao monolismo. Propunham, ao contrário, que o POR-T deveria inserir-se nos “organismos de massa”, com a adaptação do partido para a nova conjuntura que se abriu com o golpe militar de 1964. Para esses militantes o golpe desestabilizou o movimento nacionalista<sup>81</sup> e o aparato dos comunistas, fato que abriu ao POR-T a possibilidade de tornar-se uma alternativa política tendo, inclusive, sido procurado por vários militantes, mas que o partido não conseguiu aproveitar essa oportunidade.

O partido deveria se abrir, argumentavam. Começando com um jornal, cujo objetivo não fosse exclusivamente para reafirmação da ruptura e de contraposição ao SI. Com o aprimoramento das análises sobre o Brasil e suas regiões e a preparação do partido para as próximas lutas, sem descartar a possibilidade de sua preparação para a guerrilha – refletindo o ambiente político do momento.

O ponto que mais se distanciou do “posadismo” foi sobre a questão do funcionamento interno do partido. Segundo Leal,

o documento lançava a discussão contra o ‘central personalismo’ que seria o ‘centralismo gravitando não em torno de um organismo coletivo mas de uma ou mais personalidades’. O texto advertia: ‘conciliar com o vício que esta nascendo é alimentar um monstro que poderá dar dores de cabeça bem maiores mais tarde’. A crítica atingia direta ou indiretamente o próprio Posadas e seus representantes no Brasil.<sup>82</sup>

O documento foi repudiado na conferência, aqueles que assinaram tornaram-se alvo de duros ataques por parte da direção do POR-T e Posadas ( presente na Conferência): “fracionistas”, expressão da “radicalização da pequena burguesia sem conteúdo revolucionário e muito menos marxista”. Os opositoristas foram “orientados” a dissolver imediatamente o “funcionamento paralelo”, os que estavam em funções dirigentes retornaram às células de base<sup>83</sup>. Desarticulados politicamente, esses militantes pouco a pouco se afastaram do partido e/ou abandonaram a militância trotskista.

Ainda assim, o documento “Crítico, Planejar e Construir o Partido Coletivamente” tornou-se o registro dos primeiros sinais de que o POR-T não conseguiria manter indefinidamente seu *status* de único representante do movimento trotskista no Brasil. Dentre

81 A mesma avaliação ocupou um lugar central nas elaborações da FBT, como veremos mais adiante.

82 LEAL, Murilo. op.cit. p. 155.

83 Idem, ibidem, p. 156.

aqueles que assinaram o documento, ao menos tres deles mantiveram-se por um tempo nas fileiras trotskistas e participaram das novas organizações que surgiram posteriormente: Fábio Munhoz que após editar o jornal *Chispa*<sup>84</sup> participou da articulação que criou o Movimento Estudantil 1º de Maio, enquanto que Gilvan Rocha e Antônio Carlos Leal Campos ingressaram na Fração Bolchevique Trotskista.

O POR-T, por sua vez, mesmo enfraquecido continuou atuando durante a Ditadura Militar e mesmo depois, no regime democrático. Hoje seus militantes, que reivindicam abertamente o legado de Posadas, encontram-se no Partido dos Trabalhadores e editam o periódico *Revolução Socialista*<sup>85</sup>. Apesar da sua pequena influência entre os trabalhadores, as ideias do POR-T marcaram uma parcela da intelectualidade acadêmica uspiana, como o próprio Leôncio Martins Rodrigues e Maria Hermínia Tavares com seus estudos sobre o sindicalismo brasileiro e Boris Fausto e sua obra sobre a Revolução de 30.

A partir das próximas seções entramos efetivamente na apresentação das organizações que inauguraram um novo momento na história do trotskismo no Brasil, o Movimento Estudantil 1º de Maio (posteriormente Organização Comunista 1º de Maio), a Fração Bolchevique Trotskista, a tendência (trotskista) Combate do Partido Operário Comunista (POC-Combate) e os Grupo Outubro e Grupo Ponto de Partida. Nosso objetivo é trazer à tona suas origens e indicar sumariamente quais foram suas principais iniciativas, bem como os principais acontecimentos que marcaram essas trajetórias durante os anos 1968-1973.

## 2.2 Do Movimento Estudantil 1º de Maio à Organização Comunista 1º de Maio

Existem poucas evidências que corroboram a versão de que a organização que surgiu em São Paulo, no ano de 1968, tenha sido o resultado de uma dissidência estudantil do POR-T. Ao contrário, as fontes disponíveis são suficientes para afirmar que essa experiência política tem uma origem distinta<sup>86</sup>. O fato é que contou com a participação, em seus

84 Em 1967 Fábio Munhoz, junto com Mtnos Abdala Calil (1940-) e Julio Calasso (1943-), todos já afastados do POR-T, editaram entre agosto e dezembro o jornal *Chispa*. Suas tres únicas edições reproduziam em linhas gerais o jornal Frente Operária. Não possuíam um projeto efetivamente de ruptura com aquele partido, tanto que em sua última edição solicitaram o re-ingresso no partido que eles haviam deixado e reproduziram o editorial e outros artigos de Frente Operária. As tres edições de *Chispa* encontram-se preservados no AEL/Fundo MSR.

85 DEMIER, F. História do trotskismo no Brasil (1952-1964). In: Blog Junho, 16 de setembro de 2015. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/historia-do-trotskismo-no-brasil-1952-1964/>. Acesso: 20/12/2016.

86 A maioria dos autores apresentam a versão de ex-militantes da OC1M que ingressaram depois de 1968, principalmente após 1970. Essa versão esta registrada no Documento sem título. 30 páginas,s/1, 14/01/1973, preservado no AEL, fundo Luiz Araújo. Esta fonte esta inserida no contexto da I Conferência da OC1M realizada entre o final de 1972 e concluída no início de 1973. Pela referência a esse documento em outras fontes da mesma

momentos iniciais, de ex-militantes do POR-T<sup>87</sup> – o que talvez explique a atribuição de sua origem a esse partido. No entanto estes militantes àquela altura (1968) já estavam distantes desse partido, seja pela sua expulsão, como nos casos de Fábio Munhoz, Júlio Calasso e Mtnos Abdalla Calil, ou pelo abandono voluntário de qualquer perspectiva nesta organização, como foi para Arkan Simaan e Ottaviano De Fiori<sup>88</sup>. Em sua maioria os futuros integrantes do ME1M não apresentavam atividade política anterior, como os então estudantes de filosofia Luiz Araújo (1943-1985) e Walter Paixão<sup>89</sup>.

A origem da então Organização Comunista 1º de Maio foi tema de discussão em sua I Conferência, que ocorreu entre o final de 1972 e o início de 1973. Em crítica a um dos documentos apresentados o militante Luiz Araújo afirmou:

o ME 1º de Maio não foi formado. Havia já, desde algum tempo, a tendência de vários futuros militantes do ME 1º de Maio de formar um grupo político. Esta tendência se consolida em decisão, em deliberação, consciente, e em execução.(...) De muitos militantes, e não todos ex-posadistas, forma-se um *grupo político independente*, simpático ao trotskismo, e em circunstância política bem determinada – em abril/maio de 1968. É a sua organização – ainda que dispersiva, caótica, ‘movimentista’ – mas autônoma, que marca o início da história do 1º de Maio. Sua postulação como marxista, trotskista, além de pura simpatia, conduzirá à sua evolução – do choque de confusas contradições, da heterogeneidade de seus militantes, e pelo caminhar pelas ondas do movimento de massas.<sup>90</sup>

O ex-militante e fundador do ME1M, Arkan Simaan na entrevista que nos concedeu, por sua vez, relatou o episódio inaugural, digamos assim, do grupo e o porque da data internacional de luta dos trabalhadores foi associado ao nome do novo grupo político.

---

conferência, assinalamos entre colchetes o título História do 1º de Maio. É com base neste documento, também preservado no fundo Movimentos Sociais Recentes do AEL, que a pesquisadora Mirza Pellicciota (2012) afirmou que o ME1M era um “racha posadista”, entretanto a autora não considerou o restante da documentação da conferência presente no Fundo Luiz Araújo. Neste aquela versão é questionada pelo militante Luiz Araújo, como veremos a seguir.

87 Como os já mencionados Fábio Munhoz, Júlio Calasso, Metnos Abdala Calil e também Ottaviano de Fiori (1931-2016) e Arkan Simaan (1945-).

88 Entrevista de Arkan Simaan à Tiago de Oliveira, 23/01/2013.

89 Walter Paixão (1941-) além de ser estudante de filosofia na Faculdade de Filosofia da USP nos tempos da Rua Maria Antonia também era bancário no extinto BANESPA, onde participou do início da oposição bancária Participação Ativa. Entrevista de Leôncio à Yacob Falasha em 07/04/2014.

90 *Contribuições à discussão do documento sobre a evolução do 1º de Maio*. 07/03/1973, ass.: Guilherme [Luiz Araújo]. AEL/Fundo Luiz Araújo. p2. ( sublinhado no original)

Fábio [Munhoz] trouxe-nos uma notícia “de suma importância”: os operários de Osasco queriam perturbar o discurso do governador Abreu Sodré na Praça da Sé no dia 1º de Maio<sup>91</sup>. O governador estava de conchavos com os pelegos do PCB<sup>92</sup>. Na hora “H” vamos o governador, jogamos pedras e gritamos *Abaixo a ditadura!* De repente, um grupo bradou: *Só a luta armada derruba a ditadura!* Com eles avançamos para cima do palanque. A polícia hesitou em reprimir temendo machucar o governador, mas logo que Abreu Sodré se refugiou na catedral ela desceu pau na gente. Desatamos a correr pelas ruas berrando *Operários no poder!* e os partidários do foquismo *Só a luta armada derruba a ditadura!* Na sequência, levamos conosco umas duzentas pessoas até a Maria Antônia. Improvisamos um comício na rua e eu convidei os que desejavam continuar a luta a uma reunião no dia seguinte à noite. (...) Criamos um grupo de discussão e resolvemos escrever um panfleto para “explicar ao povo porque derrubamos o palanque”. Para assinar o panfleto, precisávamos de um nome. Colocamos *Movimento Operário Estudantil 1º de Maio* que depois virou *Movimento Estudantil 1º de Maio*. Essa denominação mais simples bastava: ela lembrava nosso ato de repúdio à ditadura e aos pelegos e resumia nosso objetivo de Aliança Operário-Estudantil.<sup>93</sup>

Com essa perspectiva o ME1M procurou integrar-se aos principais acontecimentos políticos do ano de 1968. Especialmente nas lutas estudantis que àquela altura, em São Paulo, tinha como principal foco de agitação a Faculdade de Filosofia da USP na rua Maria Antônia. Como nas lutas contra Reforma Universitária da ditadura, que incluíam os Acordos MEC-USAID, na ocupação da universidade e no conflito com os estudantes de direita do Mackenzie. Entretanto, recém criado e em disputa com outras organizações que já atuavam a algum tempo e possuíam uma base mais ampla, eles não conseguiram eleger delegados para o XXX Congresso da UNE, realizado naquele ano em Ibiúna-SP.

Tiveram também uma pequena participação nas lutas sindicais daquele ano. Como nas mobilizações bancárias e na formação da oposição à direção do sindicato, a *Participação Ativa*, através dos integrantes Walter Paixão e Paulo Skromov, ambos eram estudantes e trabalhadores, no caso bancários no antigo Banespa. Estiveram envolvidos também no apoio à greve metalúrgica de Osasco-SP em julho. Um dos líderes da greve, o jovem operário-estudante José Ibrahim, por exemplo, na sequência à repressão que se abateu sobre o

91 Segundo Walter Paixão, na entrevista que nos concedeu, Roberto Espinoza, operário e estudante, trouxe a informação. Espinoza era um dos integrantes do grupo político de jovens metalúrgicos em Osasco-SP e que junto com outras organizações haviam recentemente conquistado a direção do Sindicato dos Metalúrgicos, através de uma chapa de oposição. Conf. Entrevista de Walter Paixão à Tiago de Oliveira em 07/04/2014.

92 Em 1967 o movimento sindical brasileiro procura se rearticular. A partir de encontros e reuniões buscam desenvolver uma campanha contra a política de arrocho salarial. Para centralizar essa campanha, em São Paulo, é criada o Movimento Intersindical Anti-arrocho (MIA), agrupando diversos sindicalistas, entre pelegos, PCB e sindicalistas de Osasco. Em 1968 o MIA organiza uma comemoração do 1º de Maio na praça da Sé em que o governador Abreu Sodré é convidado. Foi a última aparição do MIA. Conf. RIDENTI, M. O Fantasma da Revolução Brasileira. São Paulo, Unesp, 2005, 2ªed. p.180. E FREDERICO, C. (org). *A Esquerda e o Movimento Sindical Operário 1964-1984*. São Paulo, Novos Rumos, 1987, v.1. pp.53-57.

93 Entrevista de Arkan Simaan à Tiago de Oliveira , 03/02/2013.

movimento, refugiou-se na residência do casal de atores Francisco Solano (1945- ) e Gabriela Rabelo (1946- ), então integrantes do ME1M.

A mudança na situação política após a decretação do Ato Institucional nº 5 em 13 de dezembro de 1968, implicou, no ano seguinte, em novos desafios para o grupo, seja pela perseguição e repressão política que também os alcançou, seja pela ausência de espaços políticos nos quais eles atuaram no ano anterior. Em 1969 a continuidade do ME1M era incerta, com as dificuldades para a atuação política aberta e acossados pela repressão as divergências sobre os próximos passos do grupo dividiu seus integrantes. Um setor inclusive possuía dúvidas sobre a viabilidade em prosseguir com aquela experiência, enquanto que para outro além de manter o grupo viam a necessidade em expandir suas atividades para além do ambiente estudantil<sup>94</sup>. A segunda perspectiva, com veremos, prevaleceu.

Ainda em 1969 o grupo esboçou uma tendência por adaptar sua atuação às novas condições políticas, com a formação de núcleos clandestinos para incorporar novos integrantes e dar continuidade às atividades políticas, além iniciar atividades de formação política. A partir de maio, no entanto, grande parte dos integrantes que fundaram o grupo se afastaram. Fábio Munhoz foi preso em 1969, ao ser liberado em janeiro de 1970 escolheu se exilar no Chile. Em seguida Júlio Calasso, Abdala Calil e Ottaviano De Fiori afastaram-se de maiores envolvimento políticos. Simaan, cuja prisão estava decretada desde o início do ano, também decidiu deixar o Brasil. Dentre seus fundadores, entre o final de 1969 e o início de 1970, restou somente Luiz Araújo.

Foi sob essas condições, porém, que começou a ser esboçado efetivamente a estruturação de uma nova organização política, da qual a tentativa com a breve experiência de formação de núcleos clandestinos foi sua expressão imediata e espontânea. Em 1970, ainda que fragilizada e com poucos integrantes, essa tendência se consolidou. O ano ficou marcado pela repressão que alcançou a FBT e que quase a desarticulou, impondo ao ME1M um recuo necessário em suas atividades, por razões de segurança. A repercussão da repressão à FBT foi além das questões de segurança, significou um momento de inflexão na trajetória do ME1M. Quando comentou a situação do grupo em meio a esse episódio de repressão, em carta à Simaan, já exilado em Paris, Luiz Araújo também sinalizou para as novas perspectivas que se abriram:

---

94 DOCUMENTO sem título [História do 1º de Maio], *op. cit.*, pp. 15-17.

Tudo isso [prisão dos militantes da FBT] trouxe-nos o caos (...). Mas, ao mesmo tempo, tudo remediado, parece ter servido como um divisor de águas (...). Só pelos fins de 68 algo assim tentou ser formado, mas caoticamente. Foi uma condição de fato – a mudança da situação política, o ato 5 [Ato Institucional nº 5] com o refluxo, que nos obrigou a adotar novas formas organizatórias. As reuniões assembleárias já não eram possíveis. A gente mudaria a forma de nos organizar em 69 e o caráter da organização. Em 69 já não se falava em 'frente de massas'. E 'era consenso' que a gente tinha um programa. Entretanto, a gente estava de olhos fechados diante do fato de que sempre fomos, até hoje, o caos! Porque, verificada a impossibilidade dos planos de 68, passamos, sem formas organizatórias disciplinadas, sem planejamento, enfim, sem um programa advindo de uma realidade concreta.<sup>95</sup>

A criação da Frente Estudantil Socialista (FES), em junho de 1970, que visou estruturar uma política para a atuação no movimento estudantil, junto com o lançamento do jornal *1º de Maio* para o movimento operário em novembro, representou os primeiros sinais dessa nova orientação<sup>96</sup>. Em outra carta à Simaan, de agosto de 1970, Luiz Araújo anunciou essas novas iniciativas e a decisão que tomaram em alterar o nome do grupo para Organização Comunista 1º de Maio. Mudanças que denotavam a inclinação de seus integrantes por transformar efetivamente aquela experiência em uma organização política, ou nas palavras de Araújo “um embrião do partido operário”<sup>97</sup>.

A nova denominação, Organização Comunista 1º de Maio, apareceu pela primeira vez em novembro de 1970 na única edição que se destinou ao setor operário do jornal *1º de Maio*. Publicação que resultou de um contato estabelecido entre a organização e um operário de Osasco, que inclusive havia participado da greve em 1968. Na mesma carta de agosto Luiz Araújo assim anunciou

Estamos [com] um excelente contato operário – um líder, que passou pelos grupos [de] guerrilhas e rachou. Esta quase integrado à nossa organização após várias discussões! Tem ele contato com outros líderes (de muitos talvez você já ouviu falar) e que irão ser trabalhados por nós. Vamos tirar para breve um jornal sobre [a] luta de classes desde [19]64 e o problema do partido, sobretudo dirigido a esses operários.<sup>98</sup>

Entretanto, como adiantamos, a publicação do setor operário não passou do primeiro

95 CARTA. Lino [Luiz Araújo] a Raul [Arkan Simaan], 30/05/1970, 6 pp. In: Acervo pessoal Arkan Simaan.

96 *1º de Maio*. Organização Comunista 1º de Maio, Setor Operário. São Paulo, 03 de novembro de 1970, nº 01, 09 pp. In: AEL/Fundo Luiz Araújo.

97 Carta Luciano [Luiz Araújo] a Raul/Filinto [Simaan/Solano], 01/08/1970. Acervo pessoal de Arkan Simaan.

98 Idem, ibidem.

número. Somente em 1972 eles conseguiram realizar uma nova tentativa, quando lançaram *O Batente*, jornal da Tendência Sindical Classista (TESICLA). Cujo segundo número só apareceu em 1974, o que dá a medida das dificuldades do período para uma inserção entre os trabalhadores dado o cerco político da repressão ditatorial<sup>99</sup>.

Além da re-aproximação com os trabalhadores de Osasco, a OC1M conseguiu estabelecer contato com trabalhadores operários em São Paulo e contou inclusive com o ingresso de dois deles à organização. O que ocorreu também na região do ABC-SP, cuja aproximação contou com o recrutamento de um operário e ocasionou a publicação de *O Batente*<sup>100</sup>.

Paralelamente tentaram estruturar uma atuação política no movimento estudantil da Universidade de São Paulo, à época já localizada na Cidade Universitária. As condições políticas presentes no movimento estudantil não eram muito diferentes das do movimento operário. No caso do movimento político dos estudantes a ditadura conseguiu a sua desarticulação e tentou substituir suas organizações independentes por entidades oficiais, enquadrando-as em uma legalidade ditatorial, primeiro com a Lei nº 4.464 (1964), conhecida como Lei Suplicy – em razão do nome do ministro Suplicy de Lacerda – e depois com os decretos 228 (1967) e 477 (1969)<sup>101</sup>. O regime militar tentava assim vincular as organizações estudantis à burocracia acadêmica para desvincular suas atividades de qualquer conteúdo político<sup>102</sup>. Era um setor também particularmente vigiado pela repressão, por ter sido o principal protagonista das lutas sociais de 1968 e por ser o principal segmento de recrutamento da esquerda armada. Essas circunstâncias desencorajavam a atuação política do conjunto dos

---

99 Temos dúvidas se o primeiro número de *O Batente* chegou a circular na época, isso pela proximidade de seu lançamento com a queda da FBT em abril/maio de 1972. Não encontramos essa primeira edição em nenhum arquivo ou coleção. O registro dessa edição, no entanto, foi preservado graças à sua re-publicação na edição nº 02 da Revista *Outubro* (publicada no exílio pelo grupo homônimo que vamos abordar mais a frente). A partir de 1974 foi publicado mensalmente até 1976. Seus números, com exceção do nº 01, encontram-se preservados no CEDEM/CEMAP Fundo periódicos.

100 DOCUMENTO sem título [História do 1º de Maio], *op. cit.*, pp. 21-23.

101 A Lei Suplicy liquidou com a estrutura orgânica do movimento estudantil e substituiu e dispôs novas regras para a organização estudantil, com a criação, por exemplo, dos Diretórios Estudantis. Já decreto 228, revogou a Lei Suplicy, e impôs a intervenção nas organizações estudantis, estipulando a organização da eleição, financiamento e determinando objetivos não-políticos. Por fim, o decreto 477 tornou infração grave qualquer atividade de cunho político por parte da comunidade universitária, punindo os professores e funcionários com demissão e aos estudantes com a expulsão. Conf. Revista *Adusp*, outubro de 2004.p.71.

102 O DCE da USP depois de 1969 continuou existindo “clandestinamente”, distante dos estudantes e com poucas ações políticas. Entre seus diretores, no período 1970 estavam Ronaldo Mouth Queiroz, estudante de geologia e militante da ALN, foi assassinado pela ditadura em 1973. Conf. Biografia, Ronaldo Mouth Queiroz, disponível em: <http://movebr.wikidot.com/bio:queirozrm>, acessado em 28/10/2013. Com a impossibilidade da continuidade do DCE em 1971 as pautas estudantis foram organizadas através da articulação dos CA's, primeiro via Comissão dos Presidentes dos Centros Acadêmicos (CP), em 1971, e depois com o Conselho de Centros Acadêmicos (CCA), a partir de 1972, que aglutinava 17 dos 26 CA's da USP.

estudantes.

No início da década de 1970 as primeiras iniciativas que o movimento estudantil conseguiu articular foram justamente àquelas ligadas à organização das suas entidades representativas mais elementares, como os Centro Acadêmico's (CA), a época também chamados de grêmio estudantil ou centrinhos.

A OC1M atuou durante todo esse processo de reorganização do movimento estudantil, através da Frente Estudantil Socialista (FES). A FES existiu até o início de 1976, quando os militantes do movimento estudantil da OC1M e da Organização Marxista Brasileira (OMB) anteciparam a unificação das suas organizações com a criação da chapa *Liberdade e Luta* no primeiro pleito do então recentemente primeiro Diretório Central dos Estudantes reconstruído, o DCE-Livre da USP *Alexandre Vanucci Leme*.

Embora a publicação da FES, o jornal *Frente*, tenha tido mais sorte do que as iniciativas junto ao movimento operário, a irregularidade das suas seis edições, entre julho de 1970 até maio de 1973 – com duas edições em 1970, uma em 1971, duas em 1972 e uma no ano seguinte<sup>103</sup> – evidenciam também grandes dificuldades para a atuação contínua nesse setor. Foi a mais bem sucedida iniciativa da organização, conseguiram expandir sua atuação para os cursos de Ciências Sociais, Filosofia, História e Letras, participando da construção e fundação de CA's, como nas Ciências Sociais, e com o recrutamento de novos militantes. Além da edição do pequeno jornal *Frente*, e as tentativas em expandir as pequenas mobilizações que surgiram, por exemplo contra alto dos preços das refeições no restaurante universitário e também na formação de grupo de estudo.

Outro aspecto que resultou da estruturação política da OC1M foi a criação, junto com a FBT em julho de 1971, de um *Comitê de Unificação*. O contato com a FBT foi restabelecido através de Francisco Solano que passou pelo Brasil em setembro-agosto de 1970. O Comitê teve vida curta, em abril de 1972 ocorreu uma nova repressão à FBT que a desarticulou completamente (pelo menos até 1974) e implicou para a OC1M um novo recuo nas suas atividades, o que ocasionou, por exemplo, na interrupção da aproximação que desenvolviam junto com os trabalhadores<sup>104</sup>. Reservamos uma seção específica para abordar essa experiência do Comitê de Unificação OC1M-FBT.

103 Frente nº 1, 10/08/1970; Frente nº 2, 14/12/1970; Frente nº 3, 30/05/1971; Frente nº 4, 03/1972; Frente nº 5, abril de 1972; Frente nº 6, maio de 1973. As edições estão preservadas no AEL e no CEDEM/CEMAP. A partir de 1974 a publicação da FES se diversificou e ganhou outro nome, *Polêmica*. *Polêmica* entre 1974 e 1975 circulou no formato de jornal, com média de 20 páginas e em 1975 contou também com a publicação semanal em formato de panfleto. Suas edições estão preservadas no CEDEM/CEMAP Coleção Movimento Estudantil.

104 DOCUMENTO sem título, *op. cit.*, pp. 22-23.

### 2.3 A Fração Bolchevique Trotskista

As origens da FBT e seus primeiros passos pareciam muito mais promissores do que a experiência do ME1M. Como veremos a seguir, a FBT já em 1968 constituiu-se em uma organização política estruturada, embora, tal como os paulistas, com dimensões regionais. Sua imprensa, *Voz Proletária*, foi publicada regularmente até 1970, realizaram duas conferências e em 1969 romperam o isolamento político em relação ao movimento pela Quarta Internacional, o que quebrou de vez o monopólio exercido pelo POR-T e sua (de Posadas) Internacional – isso abriu, como veremos mais adiante, a possibilidade de unificação com a OC1M, o que se traduziu na criação do Comitê de Unificação em 1971. Entretanto, foi sobretudo sobre a FBT que a repressão obteve mais êxito, com sua desorganização e desarticulação. Vejamos.

Em 1962 o POR-T foi criado no Rio Grande do Sul e estruturou-se em torno de jovens estudantes, como Vito Letizia (1937-2012) e Deivis Hutz (1940-), que até então haviam participado da Juventude Comunista do PCB. Atuaram predominantemente no movimento estudantil do estado, contribuindo, junto com a AP e a POLOP, para uma “hegemonia da esquerda anti-stalinista no movimento estudantil”<sup>105</sup> entre os gaúchos. Conseguiram também estabelecer contato com o movimento operário, inclusive com a incorporação de alguns como militantes. Leal estimou que no período entre 1962 a 1968 chegaram a contar com entre 15 a 30 militantes.<sup>106</sup>

Foi em torno dessa experiência voltada ao movimento operário que as diferenças políticas na regional de Porto Alegre-RG emergiram. Vito Letizia, segundo Deivis Hutz o principal militante que articulou a FBT<sup>107</sup>, ao mencionar o episódio de sua expulsão e de outros militantes do POR-T, na entrevista que concedeu à Murilo Leal, assim explicou:

Eu fui expulso em função do tipo de trabalho que nós estávamos levando no movimento sindical. (...) nós estávamos organizando comitês operários que pretendiam ser comitês classistas no interior do movimento sindical e a partir de um certo momento houve uma decisão de interromper esse tipo de organização. Veio um informe de S.[ão] Paulo dizendo que não era aquela a forma adequada de organizar os trabalhadores. E nós protestamos. Não queríamos mudar o rumo do trabalho que estávamos tendo àquela altura já fazia quase um ano. E eles nos ordenaram

105 LEAL, M. *À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil Contemporâneo*, (1952-1966). *op.cit.*, p. 216.

106 Idem, *ibidem*.

107 Entrevista de Deivis Hutz a Tiago de Oliveira, entrevista realizada em Suzano-SP, 04/05/2013.

taxativamente que se não seguissemos a orientação determinada nós deveríamos nos retirar da organização. Nós dissemos não nos retirávamos, que eles nos expulsassem se quisessem e eles nos expulsaram.<sup>108</sup>

O trabalho sindical que mencionou Letizia era o Comitê de Mobilização Metalúrgica (CMM) que existiu desde o final de 1965 na sequência da eleição sindical metalúrgica, em Porto Alegre – onde participaram junto com militantes da Ação Popular (AP) da chapa de oposição. O propósito do CMM era reunir as forças políticas de oposição à direção “pelega” do sindicato, editou um periódico a *Folha Metalúrgica* e suas principais estavam nas fábricas Micheleto e Taurus. Em 1968, no entanto, parte dos militantes do Comitê Regional (CR) entram em desacordo com a política aplicada no CMM pelo militante responsável pelo setor, chamado pelo codinome Orl.[ando]. A intervenção de Orlando era diversa, para não dizer oposta, as elaborações do CR em fins de 1965. Em um documento de balanço dessa experiência, o núcleo que deu origem à FBT afirmou:

A forma de atuação decidida em 65 foi sendo gradativamente deixada de lado. Logo passou o P.[artido] a funcionar no CMM como se seu objetivo central ali fosse fazer com que a vanguarda metalúrgica aceitasse a colocação de todas as palavras-de-ordem do P.[artido] nos manifestos do CMM.

*Nunca houve a menor compreensão da política de frente única por parte de Orl.[ando].* Discutia-se em meados de 66, refutando afirmações de Orl.[ando] no CR, que o P.[artido] no CMM devia procurar os elementos de vanguarda que discordavam do P.[artido] mas que estivessem dispostos a levar a luta por alguns pontos. (...)

Em todo caso, *o fato objetivo é que, a partir de um certo momento, o P.[artido] no m.[ovimento de] m.[assas] passou a atuar mais ou menos ao inverso do que poderia ser deduzido das discussões realizadas no CR desde fins de [19]65.* (grifos no original)<sup>109</sup>

No mesmo documento argumentaram ainda que o partido na prática substituiu CMM, o que resultou na sua desarticulação com a saída dos ativistas operários e sem conseguir atrair novos membros, o que levou também à saída dos operários do partido. O POR-T saiu enfraquecido dessa política, em 1967 sequer participou da chapa de oposição na nova eleição sindical – a qual a AP liderou exclusivamente. Para os autores do documento a

108 A transcrição, bem como o áudio, da entrevista mencionada encontra-se no Fundo POR, no Arquivo CEDEM/CEMAP, fundo constituído a partir da doação de Murilo Leal.

109 Balanço de Atuação do P.O.R. (T) no Comitê de Mobilização Metalúrgica de Porto Alegre (R.G.S.) Abril de 1968, s/a. In: Acervo Particular de Arkan Simaan.

responsabilidade por essa desastrosa política era creditada tanto ao CR, quanto à direção nacional do POR-T que não corrigiu esse erro no estado.

O dirigente do CR, no entanto, inviabilizou essa iniciativa em discutir a atuação dos trotskistas no CMM. O documento concluiu com a proposta de abertura da discussão sobre a política do partido para os sindicatos, a partir do balanço da experiência anterior, notadamente sobre o CMM. Esta, por sua vez, deveria ser discutido amplamente em todas as células, com a discussão daquele documento, quando com a produção de outros; além de retomar o CMM imediatamente. O dirigente do CR não aceitou a proposta de uma nova discussão e puniu o autor do documento, provavelmente Vito Letizia, com sua exclusão do CR.

Com a insistência dos militantes universitários do partido pela continuação de uma política de construção do CMM a ruptura tornou-se inevitável, o CR dissolveu todas as células universitárias e expulsou esse setor do partido. Estes militantes, por sua vez, não aceitaram a expulsão e procuraram se organizar visando o combate político tanto interno, quanto no âmbito internacional.

A princípio passaram a se auto-denominar *Fração Universitária* do POR-T. E em seu primeiro documento, também de abril de 1968, as críticas baseadas na experiência do CMM se desdobravam na crítica ao funcionamento interno do partido e em novas avaliações sobre a situação política nacional e internacional, assim como a visão de uma necessária re-adequação do partido à conjuntura política. Essas avaliações destacavam a decadência da influência política tanto do PCB, quanto dos setores nacionalistas, o que abriam, avaliavam, novas oportunidades para o partido e a Internacional (de Posadas). Para a Fração Universitária o partido deveria

partir destas conclusões, destas constatações para compreender que neste momento temos que nos reestruturar para ligar-nos ao movimento de massas de uma maneira direta e compreender que temos que nos colocar junto à cabeça, como necessidade para que qualquer direção possa responder às tarefas de agora.<sup>110</sup>

Ainda sem saber, a então recente ruptura gaúcha do POR-T desenvolvia uma perspectiva que contestava frontalmente o “posadismo” já consolidado no partido.

---

110 Documento Interno sobre a Crise do POR-T [abril de 1968], Fração Universitária – Porto Alegre (RGS), POR-T seção brasileira da IV Internacional. In: Acervo Particular de Arkan Simaan.

Na perspectiva da Fração Universitária tratava-se de uma crise do partido e era preciso demonstrar o acerto de suas avaliações para além dos aspectos internos, sem essa demonstração a própria fração se desintegraria, avaliavam. O maior desafio, reconheciam, era a sua relação com a Internacional e com Posadas. A fração não via diferenças sobre a política desenvolvida pela Internacional e por Posadas, estas estariam localizadas principalmente nos aspectos internos do POR-T. Existiria então uma contradição entre os acertos políticos da Internacional e a incapacidade de sua seção nacional em aplicar essa política. É com esses desafios que os dissidentes realizaram sua I Conferência, entre julho e agosto de 1968, ocasião em que é fundada a *Fração Bolchevique Trotskista* do POR-T.

Realizada nas proximidades de Porto Alegre dela participaram entre outros os universitários Vito Letizia, Devis Hutz e o operário Luiz Castilhos (1929-?) – este tinha sido militante do POR-T durante a experiência do CMM, mas deixou o partido logo em seguida. De São Paulo participaram Antonio Carlos Leal Campos (1944-), um dos signatários do documento de 1966<sup>111</sup>, Márcia de Almeida Mendes (1945-) e mais uma militante. Da conferência é estruturada a FBT com uma direção nacional, composta por militantes do sul e de São Paulo, e dois Comitês Regionais (CR), Rio Grande do Sul e São Paulo, além das células por setor de atuação dos militantes. E a decisão de ter uma publicação própria, a *Voz Proletária* que começou a circular a partir de setembro de 1968. Até 1969 a FBT conseguiu implantar-se somente no Rio Grande do Sul, através da continuidade da intervenção no movimento estudantil universitário e na retomada da experiência do CMM.<sup>112</sup>

Na resolução sobre a Internacional foi delineada as perspectivas da FBT quanto ao movimento pela Quarta Internacional. O objetivo segundo a apresentação, quando da sua publicação como suplemento, afirmava que era preciso iniciar uma batalha política pelo fim do “monolitismo” e combater o desvio sectário do POR-T, propondo para tanto “um congresso da Seção Brasileira da Internacional posadista, com a participação da Fração Bolchevique-Trotskista.”<sup>113</sup>. Mantinham como principais interlocutores nessa questão a Internacional de Posadas, embora apontassem para a unificação com as tendências trotskistas da Europa. Para a FBT, Posadas foi a resposta adequada a um período histórico anterior,

111 “Crítico, Planejar, Construir Coletivamente o Partido”, mencionado no Capítulo I seção 2.1. POR-T e o surgimento da quarta geração do trotskismo no Brasil.

112 Conf. IPM, Prontuário nº36121, Fração Bolchevique Trotskista. Arquivo Público do Estado de São Paulo, fundo DEOPS.

113 A Crise da Quarta Internacional e a necessidade da unificação das tendências trotskistas. Suplemento nº 2 de *Voz Proletária*. Fração Bolchevique Trotskista, seção brasileira da IV Internacional, s.l., fevereiro de 1969. 14 pp, p.12. [Resolução da 1ª Conferência da FBT, de julho/ago em 1968]. In: CEDEM/CEMAP, Fundo Fábio Munhoz.

quando o nacionalismo e os PC's ainda mantinham controle sobre o movimento de massas na América Latina. O dirigente argentino teria assim percebido a especificidade da luta de classes do continente, diferentemente dos dirigentes europeus. Dessa forma a ruptura de Posadas em 1962 foi não só acertada como inevitável

Posadas – e o posadismo nesta época [período anterior] – significavam uma interpretação de um período histórico que não foi interpretado por qualquer outra corrente. Posadas foi o setor da Quarta Internacional que entendeu como a Internacional devia se mover dentro da etapa do nacionalismo. As análises sobre o nacionalismo são de Posadas. Não de outros. A 4ª Internacional Européia avançou até um certo ponto e depois começou a se decompor depois da Segunda Guerra Mundial, muito lentamente, mas começou a perder força, a perder capacidade de militância. E esta perda de força e capacidade de militância se devia ao fato de que o motor da revolução mundial não estava mais na Europa, estava nos países coloniais, como analisava a própria Internacional Européia naquela época. (...)

E além de o motor da revolução mundial estar nos países coloniais, o fenômeno do nacionalismo e a compreensão de como se dá o processo de revolução aqui na América Latina, só foi compreendido pelos militantes que fizeram a sua experiência revolucionária aqui na América Latina, cuja expressão mais alta foi Posadas naquela época. (...) Posadas rompeu porque representava uma experiência superior.<sup>114</sup>

Era preciso ir além, já que a situação política, tanto nacional quanto internacionalmente, davam mostras de que o nacionalismo e os PC's já não controlavam o movimento de massas, assim, as “respostas posadistas” já não eram suficientes. Mas esse ir além não significava uma ruptura com o “legado posadista”, tratava-se de um “passo a frente além do posadismo daquele período. Dar um passo a frente significa mudar os objetivos no que diz respeito a atuação do Partido no movimento de massas”. Nesse ponto apoiavam-se na experiência política no Rio Grande do Sul, que abordamos mais acima. Aquela experiência para a fração era representativa de uma política adequada para o novo período histórico, “o Partido tem que se ligar às correntes do movimento de massas e se colocar como sua espinha dorsal, como seu eixo (...) e para dar esse passo Posadas não tem servido.”<sup>115</sup>.

Essa perspectiva seria concretizada, segundo a FBT, em quatro frentes: na própria constituição da fração; na perspectiva de buscar a unificação das correntes trotskistas, especialmente as da Europa com a Internacional Posadista; na crítica ao “monolitismo posadista”; e na convocação de um novo congresso do POR-T, que deveria incluir a participação da Fração e de outros militantes que se afastaram, ou foram expulsos. Em síntese,

114 A Crise da Quarta Internacional e a necessidade ...., *op. cit.*, p. 3.

115 Idem, pp. 4-5.

modificar a política do partido, retomar o centralismo democrático e aproximar a Internacional (posadista) das correntes internacionais do trotskismo que atuavam na Europa, visando sua unificação.

Assim, em outubro de 1969 Vito Letizia viajou à Europa para estabelecer contatos com o movimento trotskista internacional, passando pela França, Itália e Inglaterra. Letizia entrou em contato com as seções da Quarta Internacional de Posadas na Itália e na Inglaterra. Mas foi na França, através do contato com a *Organisation Communist Internationaliste* (OCI), que ocorreria mudanças significativas para a FBT, principalmente sobre o posicionamento a respeito de Posadas e sua Internacional<sup>116</sup>. A viagem de Letizia representou para essa nova geração de trotskistas no Brasil o começo da superação do isolamento político dos brasileiros em relação ao movimento pela Quarta Internacional, decorrente do controle político de Posadas e seus fiéis seguidores sobre o POR-T. A reunião entre o representante da FBT e o dirigente Stephan Just da OCI foi mediada e registrada em ata pelo militante brasileiro Francisco Solano<sup>117</sup>, que participara do Movimento Estudantil 1º de Maio e estava na França desde fins de 1968. Dessa reunião teve início o processo de afastamento da FBT, bem como a dissolução das expectativas em relação ao POR-T e a Internacional chefiada por Posadas.

Em carta para a direção da OCI, datada de março de 1970, um mês após a II Conferência da FBT, Vito Letizia anunciou

[A Segunda Conferência da Fração] foi o derradeiro passo no processo de diferenciação da Fração para com o movimento posadista. Na Conferência discutiu-se em termos de ruptura total com as ideias da dita Internacional de Posadas, de maneira totalmente diferente do que ocorrera na primeira conferência. Portanto, resolvemos formalmente romper todos os laços com a organização posadista. As discussões que tivemos em Paris e Londres tiveram importante papel para esclarecer a Fração a respeito da natureza do movimento posadista. Elas nos permitiram apreender o significado de Posadas no movimento trotskista mundial com uma precisão que era impossível obter na América Latina unicamente com a nossa experiência.<sup>118</sup>

116 A viagem de Vito Letizia pela Europa é mencionada na troca de cartas entre Francisco Solano e o militante do Movimento Estudantil 1º de Maio Arkan Simaan, este ainda em seu primeiro exílio em Port of Spain. *Carta de Philippe a Raul*, 02/03/1970. Acervo particular de Arkan Simaan.

117 *Ata discussão Vito Letzia e Spahn Just*, outubro de 1969. Acervo particular de Arkan Simaan.

118 *Carta de Michel [Vito Letizia] à direção da OCI*, 11/03/1970. (em francês). In: Acervo particular de Arkan Simaan. Tradução gentilmente realizada por Arkan Simaan.

No documento *Balanço e Organização do Partido*, um dos que integraram a II Conferência, a política da fração em relação à Internacional é caracterizada como “remendos ao posadismo”, uma crítica limitada que pressupunha que fora da Internacional (de Posadas) não era possível desenvolver uma atividade política trotskista.

não por acaso era praticamente impossível a um setor saído do posadismo fazer-lhe uma crítica profunda. Posadas ao romper com a IV Internacional de Pablo, isolou seu grupo da discussão que fazia o trotskismo mundial. A estrutura burocrática do grupo posadista, coloca seus militantes completamente alheios ao desenvolvimento, ao trabalho e a polêmica que as correntes trotskistas travam, visando a construção da direção marxista revolucionária mundial.(...) As condições especialmente favoráveis que permitiram o surgimento da Fração no RGS não foram suficientes para eliminar os dois fatores fundamentais que determinam nossas principais deficiências: a experiência em nível regional e a impossibilidade de nos basearmos numa concepção realmente trotskista, capaz de levar a fundo a crítica ao posadismo.<sup>119</sup>

A II Conferência da FBT, realizada em fevereiro de 1970 na cidade de Canelas-RG contou com pouco mais que o dobro de militantes da primeira, mais de trinta militantes. No intervalo de menos de dois anos a fração havia se estruturado principalmente no estado gaúcho, sem grandes êxitos em São Paulo, onde contava com duas células, uma universitária e uma operaria – a última formada pelo deslocamento do operário Luiz Castilhos que tentou atuar entre os metalúrgicos do ABC, na Laminação Metalúrgica de Santo André. As dificuldades em São Paulo eram creditadas ao fraco desenvolvimento do POR-T nesta cidade<sup>120</sup>. Por outro lado, a fração nesse ínterim ganhou a adesão da regional nordeste do POR-T. No mesmo período em que Vito Letizia estava na Europa, os trotskistas do nordeste realizaram sua I Conferência Regional e formalizam sua adesão à FBT. Estes militantes eram em sua maioria também estudantes universitários, militantes de Fortaleza e Recife que entraram em desacordo com a direção pelos mesmos motivos dos gaúchos, as questões internas. Acompanhavam também a avaliação sobre as mudanças da situação política e que deveria resultar em uma alteração substancial do funcionamento interno do partido, tal como os trotskistas do sul preconizavam.

Esse primeiro período da fração foi caracterizado por atividades estritamente internas

119 *Balanço e Organização do Partido. Documento Interno.* Partido Operário Revolucionário. Fração Bolchevique Trotskista, fevereiro de 1970. In: AEL/Fundo BNM, Anexo: 8046.

120 *Balanço e Organização do Partido. Documento Interno.* Partido Operário Revolucionário. Fração Bolchevique Trotskista, fevereiro de 1970. Idem.

de estruturação da organização e nas respostas ao trabalho no Rio Grande do Sul. Segundo o documento *Balanço e Organização do Partido* o aumento das tarefas de intervenção, a busca por uma intervenção nacional e a inserção da FBT no movimento trotskista internacional, a partir da ruptura com Posadas, junto com a perspectiva de aumento dos seus quadros militantes, com a adesão nordestina, colocavam a necessidade de uma mudança na direção política. Assim, a FBT sai de sua II Conferência organizada internamente com a eleição de um Comitê Central (CC), com treze membros, a formação de três Comitês Regionais, Rio Grande do Sul, São Paulo e Nordeste, constituída pelos dirigentes eleitos das células de base e pelos membros do CC das respectivas regionais. Foi criado ainda um Bureau Político (BP) de três membros eleitos pelo CC responsáveis por centralizar a direção política da organização.<sup>121</sup>

As novas possibilidades de desenvolvimento da FBT abertas com sua reorganização, sua expansão para o nordeste e seu contato com o movimento trotskista internacional, que ocasionou a revisão do legado de Posadas, foram interrompidas pela repressão da ditadura, que através das prisões a partir de Porto Alegre desarticulou a fração nacionalmente em abril/maio de 1970, poucos meses, portanto, depois da sua segunda conferência<sup>122</sup>. Recorrendo às torturas a repressão rapidamente prendeu quase a totalidade dos dirigentes da fração<sup>123</sup>. A vaga repressiva desencadeada no Rio Grande do Sul foi o resultado da tentativa frustrada de seqüestro do cônsul dos EUA pela VPR em Porto Alegre em abril. Logo em seguida os órgãos da repressão são deslocados para o sul do país, alcançando todas as organizações revolucionárias desse Estado<sup>124</sup>.

Após essa repressão os poucos militantes que conseguiram escapar, principalmente os do nordeste, tentaram reorganizar a FBT. Somente em meados de 1971 conseguiram estruturar um pequeno núcleo partidário a partir do qual esperavam dar continuidade à organização política. As circunstâncias pela qual passavam esses militantes, combinado com o abandono das expectativas em relação ao POR-T e a Internacional de Posadas – referendadas na II

---

121 Conf. IPM, Prontuário nº36121, Fração Bolchevique Trotskista. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS.

122 O jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, do dia 03/05/1970, anuncia a prisão dos militantes “subversivos” da FBT: Willi Alberto Branks Dal Zot, Alexandre Schneider da Silva, Lúcio Borges Barcelos, Luiz Antonio dos Santos Aranovitz, Vito Antonio Letizia e Nara Helena Naumann Machado. In: Acervo Particular de Arkan Simaan.

123 IPM, Prontuário nº36121, Fração Bolchevique Trotskista. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS.

124 Conf. CHAGAS, Fábio André Gonçalves. *A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos de 1960 e 70*. Niterói, 2007, [s.n.f.]. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

Conferência – os aproximaram dos paulistas da Organização Comunista 1º de Maio<sup>125</sup>. Em julho desse ano ambas as organizações convergiram para um processo de unificação com a criação do Comitê de Unificação-FBT-OC1M. Porém em 1972, com um novo ataque da repressão, a FBT se desarticula totalmente com a prisão do restante de seus militantes. Somente em 1974 com a redução das penas de alguns militantes é que a fração vai reaparecer, desaparecendo em seguida com a incorporação de seus militantes aos novos processos políticos de unificação entre os trotskistas brasileiros, na segunda metade da década de 1970.

#### 2.4 O Comitê de Unificação FBT-OC1M (1971-1972)

O objetivo de unificação, ou melhor da constituição de uma única organização trotskista entre os paulistas do então Movimento Estudantil 1º de Maio e os gaúchos da Fração Universitária do POR-T (denominação provisória da sua recente cisão regional) surgiu ainda em 1968. Naquele momento, embora o ME1M não fosse efetivamente uma organização politicamente estruturada, os militantes advindos do POR-T, como Mtnos Abdalla Calil, Júlio Calasso e particularmente Fábio Munhoz, esboçavam na prática seu núcleo dirigente<sup>126</sup>.

A primeira tentativa, em 1968, não avançou devido ao não entendimento entre os militantes a respeito das instâncias dirigentes da possível organização política conjunta, os paulistas, notadamente os provenientes do POR-T, reivindicavam para si a direção política de São Paulo, o que teria sido recusado pelos militantes da futura *Fração Bolchevique Trotskista* do POR-T. Nome que inclusive teria sido sugerido pelos militantes do ME1M, o que era coerente com o objetivo destes que estavam a frente do grupo paulista. Como já mencionamos anteriormente os três logo em seguida às expulsões do POR-T de 1966 editaram o jornal *Chispa* que em seu último número solicitava o re-ingresso ao partido<sup>127</sup>.

Sobre esse episódio, retomado na I Conferência da já Organização Comunista 1º de Maio realizada entre o final de 1972 e concluída no início de 1973, Luiz Araújo afirmava:

o contato com os ex-militantes posadistas do sul se deu antes de julho/68. A divergência fundamental não foi jamais a que o companheiro aponta (método de reconstrução da Internacional Comunista ...). Isto jamais foi sequer insinuado pelos

125 Segundo a política política a retomada da publicação de *Voz Proletária* em novembro de 1971 (seu último número datava de março de 1970) só foi possível graças a OC1M. IPM, Prontuário nº36121, Fração Bolchevique Trotskista, *op. cit.*

126 Esse aspecto é mencionado na Carta de Luiz Araújo a Raul [ Arkan Simaan] de 30/05/1970 que citamos mais acima.

127 Ver nota de rodapé 84.

ex-militantes posadistas do ME 1º de Maio. Houve, quanto aos problemas políticos, acordo (crítica ao monolitismo, influência, etc.). Houve, isto sim, divergência na hora de *dividir os cargos de direção*, e que era dito confessadamente, em 68. Cada grupo queria ser majoritário. A fração não aceitava nem a paridade. Os ex-militantes posadistas do ME 1º de Maio também acreditavam na possibilidade de formar uma organização em nível nacional. Tanto é que quase se tornam militantes da Fração, e dão o nome a este grupo, segundo diz o documento. Por outro lado, o próprio fato de os ex-militantes posadistas do ME 1º de Maio terem dado o nome a Fração e terem participado de seu processo inicial de formação, é reflexo de algo. *Reflexo de que não enxergavam o posadismo falido.*<sup>128</sup>

Quando a perspectiva de unificação foi retomada pelos militantes em 1971, a situação das duas organizações era outra. A FBT havia concluído sua ruptura com o POR-T e sua Internacional (de Posadas) depois da sua II Conferência Nacional (1970), mas estava praticamente desarticulada pela repressão do regime militar. O ME1M, por sua vez, dava seus passos rumo a estruturação de uma organização política nos moldes bolcheviques, alterando seu nome para OC1M e já não possuía entre suas fileiras aqueles ex-militantes do POR-T. A circunstância pela qual passava a FBT, desorganizada e com os poucos militantes que não foram presos dispersos e mergulhados na clandestinidade e já distanciada das expectativas de recuperar politicamente o POR-T colocou sob novas bases a possibilidade de unificação entre as duas organizações políticas. A re-aproximação entre a FBT e a OC1M resultou da vinda do ex-integrante do ME1M Francisco Solano<sup>129</sup> que em agosto de 1970 retornou ao Brasil para procurar os contatos que Deivis Hutz lhe havia passado quando este esteve em Paris<sup>130</sup>. Meses depois, em julho de 1971, em carta para Arkan Simaan e Francisco Solano, Luiz Araújo anunciou a formação do Comitê de Unificação-FBT-OC1M<sup>131</sup>.

128 CONTRIBUIÇÕES à discussão do documento sobre a evolução do 1º de Maio. Guilherme [Luiz Araújo] 07/03/1973. AEL/Fundo Luiz Araújo, p. 2. (grifos no original). Este episódio também é mencionado, tal como na versão de Luiz Araújo, em CARTA: Manuel para Filinto [Francisco Solano] , 25/02/1972. AEL/Fundo Luiz Araújo.

129 Francisco Solano (1944-) integrou o ME1M em 1968, junto com sua esposa à época Gabriela Rabelo eram recém formados na Escola de Artes Dramáticas da USP. Ambos foram os primeiros brasileiros a ir para a França ainda em 1968. Solano fora contemplado com uma bolsa de estudos francesa para estagiar nos principais teatros daquele país, porém logo em seguida ele abandona a carreira de ator e ingressa na OCI atuando politicamente, entre Brasil e França, até 1980 quando retomou sua carreira de ator. Rabelo, por sua vez, não prosseguiu militando, mas contribuía como mediadora das trocas de correspondência entre Brasil e França. Entrevista de Gabriela Rabelo à Tiago de Oliveira, 20/10/2012 e entrevista de Francisco Solano à Tiago de Oliveira, 27/10/2012.

130 Deivis Hutz, um dos poucos militantes da FBT que conseguiu escapar das quedas de 1970, passou pela França em maio do mesmo ano e estabeleceu contato com a OCI antes de partir para Israel. A reunião com dirigentes da OCI também foi registrada em ata por Francisco Solano. Conf. RELATO do cp. [companheiro] da Fração. 04/06/1970. Acervo Pessoal de Arkan Simaan.

131 Na mesma carta Luiz Araújo compartilhou suas impressões sobre a situação em que se encontrava a FBT: “nós já havíamos notado isto há muito tempo – que a F.[ração] esta totalmente desestruturada. Infelizmente, mas não adianta esconder (...) Aqui, em S. Paulo, deve ter a F. uns oito elementos (...) Não tem infra-estrutura

O Comitê de Unificação, no entanto, teve vida curta. Na prática ele foi dissolvido com as novas prisões dos militantes da FBT em 1972. Embora nesse mesmo ano tenha ocorrido uma grave divergência entre os militantes do Comitê na ocasião da I Conferência dos Trotskistas latino-americanos, a qual voltaremos mais adiante. Sua formação e desenvolvimento ocorreu no interior dos processos que marcaram o movimento pela Quarta Internacional: a formação da oposição internacional à estratégia revolucionária para a América Latina – centrado na “luta armada” sob a forma da guerrilha – no Secretariado Unificado; e a crise sobre os encaminhamentos do Comitê Internacional, que em seguida dividiu-se em dois novos agrupamentos, com a “re-fundação” da Internacional pela SLL inglesa e a formação do Comitê de Organização para a Reconstrução da Quarta Internacional (CORQUI) articulada sob a liderança da OCI francesa. Mesmo com essa curta duração e sob difíceis condições políticas, esse episódio é fundamental para compreender os desdobramentos posteriores que tomaram a história do trotskismo no Brasil, como a divisão entre os remanescentes da FBT em 1974 e a formação do Grupo Outubro<sup>132</sup>.

A perspectiva traçada pelas duas organizações seguia um cronograma pelo qual deveriam transcorrer até o congresso de unificação e a criação de uma nova organização – como atuação conjunta<sup>133</sup>, a integração de militantes à ambas as organizações, discussões política sobre o programa. No entanto, sobre a organização internacional, a Quarta Internacional, ficou estabelecido um acordo que evidencia o que argumentamos mais acima, a condição de isolamento dos trotskistas brasileiros. O acordo estabelecia a não filiação imediata à um ou outro agrupamento internacional, sem definir uma posição a favor de uma outra, ou mesmo a participação direta em suas discussões em curso. Em seu lugar foi estabelecido um plano de pesquisa sobre a história da Quarta Internacional e sua situação à época, o que incluía o contato com organizações fora do país e a troca de publicações, para trazer mais elementos de uma posterior decisão quando da realização do congresso de

---

nenhuma (local para reunião, meio de impressão, trabalham o dia todo, com poucas exceções) e apenas um deles trabalha numa fábrica: nisto se resume sua atividade política. E fora de S. Paulo, não há quase nada, além de contatos.” CARTA de Lino [Luiz Araújo] para Raul [Arkan Simaan] e Filinto [Francisco Solano], 15/07/1971, 3 pp. AEl/Fundo Luiz Araújo.

132 Em 1974 uma parte dos militantes da FBT ingressaram na Liga Operária, organização formada a partir do exílio chileno e fundada na Argentina no final de 1973; enquanto que a outra parte em 1975 participou junto com as organizações Outubro e a Organização para a Mobilização Operária na fundação da Organização Marxista Brasileira. Abordaremos o Grupo Outubro logo a seguir e sobre os rumos da FBT e do surgimento de Liga Operária mais adiante.

133 Em DOCUMENTO sem título [História do 1º de Maio], s.d. [1973] é mencionado a atuação conjunta dos militantes na Frente Estudantil Socialista (FES) criada pela OCIM em 1970 e que atuava na USP.

fundação da organização unificada<sup>134</sup>.

Foi a concretização desse plano de pesquisa que caracterizou o restabelecimento do contato desses militantes brasileiros com o movimento pela Quarta Internacional. Entre 1971 e 1972 representantes tanto da FBT, quanto da OC1M, viajaram para Argentina, Chile e Uruguai, estabeleceram contato com partidos e organizações trotskistas, participaram de cursos de formação política, conferências e congressos<sup>135</sup>. Na Argentina, por exemplo, participaram do VI Congresso do Partido Revolucionario del Trabajador-*La Verdad* (PRT-LV) e de cursos de formação. Foi nesse país também que os brasileiros se reuniram com dirigentes do *Socialist Workers Party* (SWP) dos EUA. No Chile encontraram-se com o dirigente do *Partido Obrero Revolucionario* (POR-Masas) boliviano Guillermo Lora, com a *Frente de Izquierda Revolucionaria* (FIR), organização trotskista chilena, e com os brasileiros, lá exilados, do *Punto de Partida*<sup>136</sup>.

Além das reuniões e trocas de publicações, atividades que integravam o projeto de pesquisa, eles também realizaram entrevistas com dirigentes trotskistas latino-americanos. Há o registro de pelo menos três entrevistas resultantes dessa iniciativa. Uma feita com Nahuel Moreno<sup>137</sup>, dirigente, à época, do PRT-LV, preservada no Fundo Luiz Araújo, do Arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp-SP. E outras duas, uma com Guillermo Lora e uma com um dirigente da FIR, registradas na relação dos materiais apreendidos pela repressão no “aparelho” da FBT em São Paulo, nas quedas de 1972<sup>138</sup>. É razoável supor também a realização de uma quarta entrevista, com o SWP.

Os brasileiros, por sua vez, também foram entrevistados. A entrevista que recebeu o título de *La represión al servicio del desarrollismo*, concedida pelos militantes brasileiros ao jornal *La Verdad*, do PRT argentino, está inserida nesse contexto<sup>139</sup>. É possível afirmar, pelas

134 Conf. DOCUMENTO sem título [História do 1º de Maio], s.d. [1973], 33 pp. Aspecto que desagradou o enviado do Grupo Outubro ao Brasil, como vemos a seguir.

135 Também segundo o documento citado na nota anterior os primeiros contatos internacionais começaram a partir de agosto de 1971, com a viagem da militante “Ana” para a Argentina, seguida da viagem de “Gaspar” e “Marcos”, este último militante da FBT. DOCUMENTO sem título, *op. cit.*

136 DOCUMENTO sem título [Relatório sobre a situação da Quarta], s.a., 06/01/1972, 10 pp. AEL/Fundo Luiz Araújo. Abordaremos o Grupo Punto de Partida em uma seção mais adiante.

137 ENTREVISTA feita por companheiros da F.B.T. e O.C.1º Maio com o dirigente do P.R.T. (La Verdad), N. Moreno, em [19]71. s.d. [1972]. AEL/Fundo Luiz Araújo.

138 IPM, Prontuário nº69567, Fração Bolchevique Trotskista. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS.

139 Esta entrevista foi publicada na edição 8/9 da *Revista de América*, periódico editado pelo PRT-LV e na *Intercontinental Press* do SWP dos EUA. “La represión al servicio del desarrollismo”. In: *Revista de América* nº 8/9, s/l. [Argentina], s.c.p., mayo/agosto de 1972. pp. 38-41; e “Developing struggle against dictatorship”. In: *Intercontinental Press*, s.c.p., s.l. [EUA], vl, 10, nº 18, may, 1972, pp. 520-523. Além dessa entrevista concedida ao PRT-LV existe outra concedida em fevereiro de 1972, publicada sob o título “An interview with four trotskysts” na mesma revista do SWP. In: *Intercontinental Press*, s.c.p., s.l. [EUA], vl, 10, nº 29, july, 1972, pp.

fontes disponíveis, que eles participaram do VI Congresso do PRT-*La Verdad*, realizado em outubro de 1971<sup>140</sup>; ocasião em que concederam a entrevista ao jornal e entrevistaram Moreno.

*La represión al servicio del desarrollismo* é um dos registros das primeiras aproximações dessa geração trotskista com o movimento pela Quarta Internacional. Através dela podemos entrever a avaliação e a denúncia que faziam os trotskistas, naquele momento, da Ditadura Militar brasileira e as perspectivas que esboçaram para sua atuação política. Mostra também um grande entusiasmo com a unificação, entrelaçado por um otimismo desmedido em relação às possibilidades de atuação política. Os desdobramentos imediatos à entrevista, no entanto, mostraram que eles estavam equivocados na apreciação da relação de forças políticas daquele momento. Para os militantes do Comitê a repressão política no Brasil era a condição para a expansão econômica do que foi chamado posteriormente de “milagre econômico”, daí o caráter que a luta contra a Ditadura Militar deveria assumir: “luta pelas liberdades democráticas e sindicais, contra as leis anti-operárias e anti-democráticas, e pela liberdade de todos os presos políticos, essa é a base da luta do proletariado na atualidade.”<sup>141</sup>

Sobre o processo de unificação então recém iniciado e a Quarta Internacional, afirmavam:

Vemos a construção do partido com um processo de integração entre nossa unificação e nossa participação e fortalecimento nas lutas operárias e estudantis, dentro desse mesmo processo com outras tendências que, evitando as variantes pequeno-burguesas do reformismo e do militarismo<sup>142</sup>, se voltem para a classe operária e se dirijam até o marxismo, isto é, até o trotskismo. (...) a construção do partido revolucionário não será possível nos limites do Brasil e das colônias de exilados brasileiros. O partido só pode ser concebido como parte da unidade revolucionária e da luta de classes mundial. O que significa vincular-se às lutas do proletariado e do trotskismo mundial. Em nosso Congresso de Unificação, trataremos de definir nossa relação com o trotskismo mundial, a IV Internacional<sup>143</sup>.

Dessa aproximação com os trotskistas argentinos do PRT-LV foi firmado também pelas três organizações um acordo, que incluía inclusive ajuda financeira aos brasileiros, visando o

854-855. As traduções das respectivas entrevistas, realizadas por nós, encontram-se nos anexos desse trabalho.

140 Eles participaram do congresso como observadores, voltaremos a falar sobre isso mais adiante.

141 “*La represión al servicio del desarrollismo*”, *op. cit.*, pp. 39.

142 “Militarismo” ou “desvio militarista” eram expressões comuns entre a esquerda do período para designar as organizações político-militares adeptas da “luta armada”.

143 “*La represión al servicio del desarrollismo*”, *op. cit.*, pp. 40-41.

congresso de unificação das organizações brasileiras (previsto para janeiro de 1972), a criação de uma imprensa da organização unificada, sob os moldes do partido bolchevique, com o princípio organizativo do centralismo democrático, o desenvolvimento de um trabalho nos setores estudantis e operários em São Paulo, e o envio de uma delegação para o curso de formação de quadros para a Argentina, que seria realizado em fevereiro de 1972<sup>144</sup>. Diz ainda o documento do acordo:

Os acordos do ponto anterior observaram os acordos programáticos e principistas existentes entre as três organizações com referência: a) *a oposição total a estratégia guerrilheira*; b) a reivindicação principista de que a principal tarefa em nossos países é construir os partidos trotskistas, como a coluna vertebral do futuro partido marxista revolucionário com influência no movimento de massas; c) a necessidade de desenvolver a IV Internacional como a principal tarefa revolucionária, entendendo isso como a aceitação do programa de transição e os princípios trotskistas; d) a necessidade de estruturar uma tendência trotskista ortodoxa em nível mundial e latino-americana; e) estes acordos principistas devem ser a base do trabalho comum e levado ao momento da unificação em uma só organização trotskista latino-americana e mundial, apesar das diferenças táticas-organizativas que nos diferenciam com respeito a participação do PRT (La Verdad) na IV Internacional dirigida por Mandel, Frank, etc.<sup>145</sup>

Era definida ainda a participação dos brasileiros na redação da Revista de América, publicada pelo PRT-LV.

O acordo com os argentinos não obteve avanços, antes mesmo das quedas de 1972 da FBT. No informe apresentado pelo dirigente do PRT-LV que viajou ao Brasil, ainda no ano de 1971, para conferir o desenvolvimento dos acordos era dito:

Cumprimos todos os acordos assumidos com os companheiros brasileiros para ajuda-los a construir um partido no Brasil. Temos dado a ajuda financeira e os materiais que nos haviam pedido. Da viagem de nossos companheiros a Porto Alegre, podemos chegar a conclusão de dois aspectos. Primeiro que a debilidade do grupo é tremenda, falavam em 6 militantes, que depois se reduziram a três, que não puderam se reunir. (...) Em segundo lugar que dada as características dos

144 Deste curso somente os militantes da FBT aceitaram participar dessa atividade, segundo CARTA de Túlio [Solano] para Raul [Simaan], 22/12/1971. Acervo Particular de Arkan Simaan.

145 DOCUMENTO sem título [Acordo Político], s.l. [Buenos Aires], s.d., 1 p. Archivo León Trotsky. Cotejando com o DOCUMENTO sem título [História do 1º de Maio], *op. cit.*, e com outros documentos da OCIM presumimos que este acordo foi firmado em meados de 1971. Vale frisar como o documento se refere aos dirigentes europeus da Quarta Internacional-SU “IV Internacional dirigida por Mandel, Frank, etc.” e não como “mandelista” como frequentemente aparece nas narrativas posteriores sobre a divisão no movimento trotskista internacional. Grifos nossos.

companheiros é muito perigoso nosso trabalho no Brasil, por isso devemos nos limitar a apoiar nosso trabalho no Brasil a partir do Uruguai ou Argentina, ajudando em tudo o que pudermos. Não repetindo a experiência da última viagem. O que mais nos entusiasmou foi a possibilidade de vir para a escola de quadros. Nós cremos que dada a importância do Brasil para o desenvolvimento do trotskismo vale a pena realizar o esforço que estamos fazendo.<sup>146</sup>

Não era a primeira vez que os argentinos estabeleciam contato com os trotskistas brasileiros. Na carta que Vito Letizia enviou à OCI, citada anteriormente, ele mencionou também o contato entre os militantes argentinos com os militantes brasileiros da FBT no Rio Grande do Sul, ainda em 1969 – em seguida ao Congresso Mundial da Quarta Intercontinental-SU – quando este estava na Europa, nas suas palavras “o camarada do PRT, que aqui esteve, falou-nos de um bloco que constituíram com o SWP (Hansen), os canadenses e os indianos a fim de criar uma tendência na organização de Peter Frank. Eles nos convidaram a participar dela.”<sup>147</sup> Como veremos essas aproximações dos argentinos com os brasileiros do Comitê de Unificação-FBT-OCIM era concomitante à aproximação com os brasileiros exilados no Chile do Grupo Ponto de Partida, e estavam no contexto de formação da oposição internacional à estratégia guerrilheira<sup>148</sup>.

Mas antes da dissolução do Comitê de Unificação pela repressão, como já adiantamos, eles se dividiram na I Conferência dos Trotskistas latino-americanos, realizada em abril de 1972 no Chile. Sob o nome de *I Conferencia Latinoamericana por la reconstrucción de la 4ª Internacional*, o encontro foi convocado pelo POR-Masas boliviano – que em 1970 aderiu ao CI<sup>149</sup> – pela *Política Obrera* da Argentina e o *Partido Obrero Marxista Revolucionario* do Peru<sup>150</sup>. Seu título oficial já sinalizava o contexto de crise pelo qual passava o CI, que logo em seguida na conferência internacional liderada pela OCI (antiga maioria do PCI expulsa em

146 ORDEN del día del 4/12/71 del C.[omitê] E.[xecutivo], PRT-LV, [Informe sobre o Brasil do ponto 1) Latinoamérica] s.l., 04/12/1971, 3 pp. Fundación Pluma.

147 CARTA de Michel [Vito Letizia] à direção da OCI, 11/03/1970. Acervo particular de Arkan Simaan.

148 Na mesma edição de Revista de America (*op. cit.*) onde foi publicada a entrevista com os brasileiros do Comitê de Unificação apareceram também o primeiro documento do Grupo Ponto de Partida “A propósito de um sequestro” e a carta que Moreno enviou à Luiz Araújo criticando os posicionamentos de Guillermo Lora a respeito da Frente Revolucionária Anti-imperialista, sob o título “Lora reniega del trotskyismo” (REVISTA DE AMÉRICA, *op. cit.*, pp. 17-26), evidenciando que os argentinos acompanhavam com atenção os trotskistas brasileiros. A carta de Moreno à Araújo encontra-se preservada no AEL/Fundo Luiz Araújo. Sobre o contexto que ensejou a carta abordaremos a seguir.

149 Conf. *La Vérité*, nº 547, 03/1970, pp. 14-77.

150 *Masas*, nº 387, Año XVI, La Paz (Bolívia), 08 de marzo de 1971, p. 11. Segundo esta edição de *Masas* na reunião para sua convocação foram definidos os seguintes eixos para discussão da conferência: “El movimiento nacionalista y la estrategia de la revolución proletaria em los países economicamente atrasados; el foquismo, el castrismo, y la naturaleza del Estado Cubano; el stalinismo; la crisis de la IV Internacional, el revisionismo em el seno de la IV Internacional, y la experiencia de la IV Internacional.” *Masas*, *op. cit.*, idem.

1953 da Quarta Internacional-SI) seria criado o CORQUI. Além dessas organizações latino-americanas ao redor do CI, participaram também os franceses da OCI e os brasileiros, na qualidade de observadores, do Comitê de Unificação junto com o Grupo Outubro que na ocasião divulgou o primeiro número da revista do grupo<sup>151</sup>.

A conferência, no entanto, foi mal sucedida. Sua principal discussão girou somente em torno do tema “Estratégia da revolução latinoamericana a partir da experiência boliviana” sem chegar sequer a uma resolução final<sup>152</sup>. A conferência ficou dividida sobre os desdobramentos da Revolução Boliviana, principalmente entre os representantes franceses da OCI e do POR-*Masas*. Antes de prosseguir vale a pena um rápido panorama sobre o processo revolucionário boliviano dos anos 1970-1971.

No final do ano de 1970 os trabalhadores reorganizaram-se em torno da COB, aproveitando-se da instabilidade política que então percorria a Bolívia, marcada pela divisão entre as classes dominantes e pela rápida reorganização das forças políticas populares dentro das margens democráticas abertas pelo governo do general Ovando Candía. Com a morte inesperada do general René Barrientos em 1969, em um acidente aéreo, no poder desde o golpe de 1964, o general Ovando Candía assumiu o governo através de mais um golpe contra o vice-presidente civil Siles Salinas que assumira provisoriamente. O governo de Candía caracterizou-se por uma inflexão democrática que aprofundou ainda mais a instabilidade política com a rápida reorganização do movimento de massas, com a Federação de Mineiros e a COB na vanguarda<sup>153</sup>. Em outubro de 1970 a COB formou o “Comando Político da COB e do Povo”, no qual participavam o “Bloco de Partidos Populares”, com participação destacada dos trotskistas do POR-*Masas*<sup>154</sup>. Já a seção da Quarta Internacional-SU, o POR (*Moscoso*) envolvido com as frustradas tentativas de desencadear a guerra de guerrilhas foi surpreendido pelas novas mobilizações urbanas. Sem nenhum vínculo com as massas não pode fazer nada, a não ser proclamar que só a luta armada, através da formação de

---

151 “Parte importante de sua tarefa [de “W.”, aliás Andrés] aí será a divulgação do periódico Outubro.” CARTA CREDENCIAL, s.a. [Grupo Outubro], s.l., s.d. [1972], 1p. Acervo particular Arkan Simaan.

152 Em virtude do golpe militar de Hugo Banzer em agosto de 1971 seu temário foi reorganizado. Na revista *América Índia*, única publicação, e que não passou do seu primeiro número, voltada para as discussões preparatórias da conferência era destacado os seguintes temas: “1. La crisis em el Comité Internacional; 2. Estrategia de la revolución latinoamericana a partir de la experiencia boliviana.; 3. Tareas de organización del trotskismo revolucionario latinoamericano; 4. Informe de los distintos partidos; 5. Documento final y estructuración de la dirección.”. In: *América Índia*, nº 1, enero de 1972, s.l., s.c.p. CEDEM/CEMAP, Coleção periódicos.

153 Conf. ANDRADE, Everaldo de O. *A revolução boliviana*. São Paulo: Unesp, 2007. pp. 142-143.

154 Conf. ANDRADE, 2007, p. 147.

um exército revolucionário poderia liquidar com o imperialismo<sup>155</sup>.

Respondendo ao chamado do “Comando Político” a greve geral de outubro de 1970 derrotou a articulação golpista dos generais Candía e Rogélio Miranda levando à presidência Juan Torres, general da ala nacionalista do exército<sup>156</sup>. Derrotada a nova tentativa de golpe pela greve geral que assumiu características de insurreição popular, a organização das forças políticas populares avançou ainda mais com a criação a partir do “Comando Político da COB e do Povo” da Assembleia Nacional Popular, o primeiro e único *soviet* (conselho) da América Latina<sup>157</sup>. Com o golpe reacionário do general Hugo Banzer em agosto a revolução boliviana mais uma vez é derrotada. No exílio chileno, em novembro de 1971, as forças políticas derrotadas tentaram se reagrupar em torno de uma *Frente Revolucionária Anti-imperialista* (FRA) que além de aglutinar a maioria das organizações envolvidas, contava também com setores militares ligados à Torres<sup>158</sup>. A polêmica na conferência dos trotskistas surgiu pela defesa e participação do POR-Masas nessa ampla frente, constituída sem uma clara delimitação política e composta também por alas nacionalistas e setores burgueses.

Foi travado um debate de princípios entre franceses e bolivianos do POR-Masas. Para a OCI a FRA era uma frente política burguesa, muito diferente da Frente Única Revolucionária preconizada pelo marxismo revolucionário. Para o POR-Masas o nacionalismo burguês poderia cumprir um papel revolucionário devido a peculiar dinâmica dos países “atrasados” que colocava seus setores burgueses em choque com a dominação imperialista<sup>159</sup>. Com apenas dois dias de conferência foi difícil chegar a um acordo para contornar essas diferenças<sup>160</sup>.

Essa polêmica em torno da FRA repercutiu entre os brasileiros às vésperas da conferência. Em março de 1972 foi aprovado no Comitê de Unificação-FBT-OC1M a

155 Conf. ANDRADE, Everaldo de O. *Bolívia: Democracia e Revolução*. A comuna de La Paz de 1971. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 115-116.

156 Para se ter uma ideia do grau de instabilidade política da Bolívia naquele momento Everaldo Andrade menciona que por alguma fração de tempo em 06 de outubro seis chefes militares foram presidentes do país (2007, op. cit., p. 149).

157 Conf. ANDRADE, 2007, *op. cit.* e idem, 2011, *op. cit.* Coube a Guillermo Lora do POR-Masas apresentar a resolução nº 1 da Assembleia em 21/06/1971 conf. ANDRADE, 2007, *op. cit.* p. 157.

158 Conf. ANDRADE, Everaldo de O. *Bolívia: Democracia e Revolução*. A comuna de La Paz de 1971. São Paulo: Alameda, 2011, p. 273.

159 A FRA estava longe de corresponder às características do Conselho Popular representado pela Assembleia Popular e obteve poucos resultados políticos e desencadeou no POR-Masas uma nova ruptura em 1972, com a formação da Vanguarda Comunista del POR, liderado por Filemon Escobar, outro importante dirigente do POR. (ANDRADE, 2011, op. cit., 274).

160 RAPPORT de la delegation française a la Conference Latino-americaine, OCI, s/d [1972], 33 pp. In: Arquivo pessoal de Arkan Simaan O debate sobre a Frente Revolucionária Anti-imperialista e a Frente Única Revolucionária prosseguiu na imprensa trotskista do POR-Masas, de Política Obrera e da OCI ao longo do ano de 1972.

*Declaração dos trotskistas brasileiros aos trotskistas latino-americanos*, uma contribuição dos brasileiros para a discussão sobre a “Estratégia da Revolução Latinoamericana a partir da experiência boliviana”. A declaração além de criticar as posições do POR-Masas ao longo do processo revolucionário boliviano de 1971 e seu apoio à constituição da FRA, também criticava os posicionamentos dos argentinos de Política Obrera veiculados em sua imprensa<sup>161</sup>. Seu principal autor certamente foi um dos representantes da FBT que participou da “escola de quadros” do PRT-LV e as posições do documento são muito semelhantes às do partido argentino<sup>162</sup>. Embora aprovado pelo Comitê de Unificação, seu conteúdo ia de encontro ao acordo estabelecido anteriormente de pesquisa sobre a situação da Quarta Internacional sem participar dos seus debates em curso.

A aprovação, no entanto, ocorreu quando Luiz Araújo representante oficial do Comitê de Unificação na conferência já estava no Chile. De lá ele provavelmente enviou um telegrama discordando totalmente da declaração, desaprovando o militante da OC1M que também aprovou o documento e exigindo que o mesmo se retratasse publicamente imediatamente através de um telegrama. Eis alguns trechos do rascunho que Araújo redigiu,

Até então, estávamos evitando, durante o trabalho de pesquisa internacional, *acusar grupos com os quais estivéssemos discutindo*. O atual documento rompeu esta norma, o que me deixa aborrecido, principalmente por ser um golpe contra o prestígio do 1º [de maio] (...) No meu entender o documento chegado (sic) *abriu publicamente as discordâncias* e isto colocará o problema da cisão (...) Neste momento, reconhecido como delegado oficial, assumi a responsabilidade de não apresentar o documento oficialmente. A conferência aceitou que Fa. o leia, mas a conferência aceita minha posição de que o documento não é oficial apesar do nome C.[omitê de] U.[nificação].<sup>163</sup>

Segundo o informe do PRT-LV/PSA Luiz Araújo apoiou a defesa por parte do POR-Masas e

161 DECLARAÇÃO dos trotskistas brasileiros aos trotskistas latino-americanos. Comitê de Unificação-FBT-OC1M, São Paulo, março de 1972, 10 pp. AEL/Fundo Luiz Araújo.

162 Os argumentos são semelhantes em essência aos do dirigente do PRT-LV Aníbal Lorenzo em artigo publicado na Revista de América sob o título “Las Lecciones de Bolivia”. In: *Revista de América*, nº 6 y 7, julio-octubre 1971, pp. 5-26. Na relação dos vários materiais “subversivos” apreendidos no “aparelho” da FBT em São Paulo pelos agentes da repressão em abril-maio de 1972 aquela edição de Revista de América é um deles. IPM, Prontuário nº69567, Fração Bolchevique Trotskista. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS.

163 CARTA de R. [Luiz Araújo] à Companheiro F., Santiago do Chile, 08 de abril de 1972, 5 pp. AEL/Fundo Luiz Araújo. No informe sobre a referida conferência elaborado pelos argentinos do PRT-LV/PSA diziam: “Também participou da Conferência um companheiro da fração que quase é expulso da conferência por se opor a frente anti-imperialista”. BOLETIM interno del 21 de Abril de 1972. Archivo Fundación Pluma.

de Política Obrera em relação à FRA, razão pela qual logo em seguida Nahuel Moreno lhe enviou uma carta onde criticava a posição dessas organizações e em tom provocativo afirmava: “se a política de [Guillermo] Lora e Política Obrera é correta, sejam consequentes e a apliquem no Brasil.”<sup>164</sup>

Mas a continuidade da discussão no Brasil não foi possível pela prisão de todos os militantes da FBT pela repressão em abril-maio de 1972, logo ao final da conferência<sup>165</sup>. Na prática o Comitê de Unificação foi dissolvido e mais uma vez a repressão “resolveu” as divergências.

## 2.5 O Grupo Outubro (1971-1973)

O Grupo Outubro surgiu ligado aos militantes que estavam na França exilados, como nos casos de Arkan Simaan e Deivis Hutz, ou por outras razões, como o próprio Solano que estava em Paris desde 1968 e Victor Leonardi que seguiu para a Europa por razões de estudo. Alguns de seus integrantes tinham desenvolvido atividade militantes no Brasil nas organizações FBT, como Hutz e no ME1M, como Simaan e Solano. Outros, no entanto, ingressaram na política já na França, através da militância na OCI. A ideia em formar um grupo de brasileiros trotskistas a partir do exterior foi sendo definida paralelamente ao desenvolvimento das organizações no Brasil e ganhou novo impulso com a formação do Comitê de Unificação-FBT-OC1M em julho de 1971. Seu objetivo inicial não era se constituir em um terceiro grupo político, mas contribuir com o processo de unificação dos brasileiros e retornar ao Brasil.

Embora não se declarasse como terceiro grupo, sua origem ligada à OCI o colocou como defensor das posições da organização francesa para o movimento pela Quarta Internacional, ou seja, Outubro já surgiu como defensor do ingresso dos brasileiros ao Comitê Internacional, sob a liderança dos franceses. Aspecto que os diferenciava dos brasileiros da FBT e OC1M e que, como veremos, será o principal fator de divergências entre o Comitê de Unificação e o representante de Outubro enviado para participar do processo de unificação. Outubro acabou por tornar-se efetivamente uma terceira organização em 1973, depois da

164 Carta de Nahuel Moreno à Fernando [Luiz Araújo], 21/04/1972, 6 pp. AEI/Fundo Luiz Araújo. Como já adiantamos esta carta também foi publicada com pequenas modificações na Revista de América sob o título “Lora Reniega del Trotskysmo”. In: Revista de América, nº8/9, mayo-agosto de 1972, Buenos Aires, pp 17-26.

165 Dois anos depois em carta para Nahuel Moreno um militante da FBT sob o codinome Vieira atribuía a queda da FBT à infiltração do nefasto “Cabo Anselmo” na POLOP, organização que a fração havia estabelecido contato. CARTA de “Vieira” à Nahuel Moreno, s.d. [1974], 7 pp. Archivo León Trotsky. Em 1972 o representante de Outubro, Deivis Hutz, enviado à conferência também foi preso ao tentar entrar no Brasil pela fronteira do sul.

dissolução do Comitê de Unificação e da ruptura da OCIM, no contexto da sua I Conferência (1972-1973), com o representante do grupo enviado ao Brasil, fragmentando ainda mais o movimento trotskista brasileiro.

Solano, como vimos era militante da OCI desde 1969 e neste ano havia mediado a reunião entre Vito Letizia (FBT) e Stephán Just (1921-1997), um dos dirigentes da organização francesa, traduzindo os documentos da fração e redigindo a ata dessa reunião. No mesmo ano ele também procurou restabelecer o contato com os militantes do ME1M, através de cartas à Simaan e Luiz Araújo. Esses contatos eram esparsos e sem continuidade, especialmente marcado pelas dificuldades política de atuação pelas quais passavam os militantes no Brasil.

No início de 1970, com em Port Of Spain, as trocas de cartas com Solano são restabelecidas e os projetos políticos começam a ser definidos. Para Solano a FBT mesmo com as limitações políticas decorrente das suas expectativas em recuperar o POR-T (e a Internacional de Posadas), possuía a característica fundamental de ser uma organização política e que buscava restabelecer o contato com o movimento trotskista internacional. Ingressar então na FBT poderia ser uma alternativa, em carta de fevereiro de 1970 Solano afirmava:

ela procurou o “CI” (e quando digo “CI” não quero dizer que só ele poderia ou deveria ser procurado, muito embora é nele que o troskismo sobreviveu, e é nele que o marxismo foi preservado enquanto organização ... ), isto é, procurou religar o laço que une o proletariado brasileiro com o mundial, o qual Posadas havia tentado cortar definitivamente, consciente ou não, como queira. (...) Isso, a atitude da “Fração”, para mim é prova de que o *grupo* é regenerável, de que ele procura, embora confusa e penosamente se você quiser, sair do beco no qual foi colado pelo posadismo, enfim, adota uma atitude, como princípio ( o internacionalismo), que é a *base única* de nossa política. Que por esse fato a “Fração” esteja já imune de erros graves, desvios, etc, ninguém afirmou isso. Trata-se de nos ingressarmos nela e lá dentro *combatemos sem descanso* para que ela entre definitivamente no bom caminho.<sup>166</sup>

Simaan por sua vez ressaltava as dificuldades pelas quais passava o ME1M e a frustrada tentativa de constituição de uma única organização trotskista em 1968, episódio que abordamos mais acima. Ele, ainda em Port of Spain , mantinha contato com os brasileiros e tinha conhecimento da situação dos brasileiros. Em maio de 1970 Simaan chegou à Paris e

<sup>166</sup> CARTA de Filinto [Solano] à Raul [Simaan], 02/03/1970. Acervo pessoal de Arkan Simaan. Grifos no original.

inicialmente se reconhecia como militante do ME1M, mas naquele momento somente a FBT era reconhecida como organização trotskista pelos franceses. Devido à interrupção dos contatos pairava a suspeita de que o grupo tinha deixado de existir. Em sua primeira carta para Luiz Araújo após sua chegada assim relatava a situação:

No sábado e domingo realizou-se o 1º congresso da AJS ( Alliance de Jeunes pour le Socialisme) onde estive presente. (...) Tentei, então, enviar em nome do “1º” uma saudação, no que fui impedido. A razão deste impedimento foi o fato de que a mensagem certamente seria recusada visto que a direção desconhecia por completo a nossa existência. Esta recusa baseou-se a meu modo de ver, seja porque a interrompida comunicação postal dava-lhes a impressão de que já não mais existíamos como organização senão em nossas cabeças, seja porque, era-lhes difícil admitir, quando encontravam-se em contato com a “Fração” a existência de outra organização – que confusamente ou não – admitia como principio necessário a reconstrução da IV internacional.<sup>167</sup>

Por isso a carta que recebeu de Luiz Araújo, datada de 30/05/1970, com informações sobre o ME1M foi fundamental para demonstrar a existência do grupo<sup>168</sup>. Por outro lado Simaan via como necessário também buscar um acordo com a FBT, sobre a base do reconhecimento do ME1M como direção em São Paulo e sobretudo era necessário aprofundar a discussão para um programa do ME1M

Embora esteja convencido de que minha mais importante tarefa agora em França seja precisamente a de comunicar o “1º” com alguma organização revolucionária dando absoluta prioridade ao CI, não acredito, que isto deva ser feito em detrimento de nossa existência como organização. (...) Isto não significa que não tenhamos erros e que não estejamos necessitando urgentemente de aperfeiçoamentos. Um deles é o que diz respeito à nossa necessidade de programa e a modificação de nosso caráter como organização. Devemos imediatamente adotar o Programa de Transição como o programa do Movimento. (...) Após o estudo deste programa é necessário escrever um documento e envia-lo imediatamente à França onde armado com o mesmo poderei procurar contatos internacionais para o “1º de Maio” entre organização e organização e não como esta sendo feito (...) Este documento deve tomar a forma de uma análise acerca do período do posadismo, da crise da IV Internacional etc etc . Neste ponto poderei participar das discussões enviando material de leitura e análises pessoais.<sup>169</sup>

167 CARTA de Raul [Simaan] para Lino [Luiz Araújo], 20/05/1970. AEL/Fundo Luiz Araújo.

168 Trata-se da carta em que Araújo relatava a queda da FBT e anuncia a redefinição política do ME1M. Fizemos menção a essa carta quando abordamos as origens da OC1M. CARTA Lino [Luiz Araújo] a Raul, 30/05/1970, 6 pp. In: Acervo pessoal Arkan Simaan.

169 CARTA de Raul [Arkan Simaan] para Lino [Luiz Araújo], 20/05/1970. AEL/Fundo Luiz Araújo.

Simaan procurou concretizar esses objetivos desempenhando a função de dirigente político do ME1M no exílio. Suas cartas seguintes a Luiz Araújo eram análises que tentavam auxiliar o processo de desenvolvimento político do ME1M. Entre esses aportes destacavam-se as análises do “posadismo”, sobre as jornadas de 1968 e uma polêmica sobre o movimento estudantil<sup>170</sup>. As elaborações de Simaan iam ao encontro das preocupações de Luiz Araújo que como vimos em 1970 anunciou o início das modificações no ME1M, processo que culminou na mudança do nome para Organização Comunista 1º de Maio e na publicação do jornal 1º de Maio nº5 em 1971. Nesse ínterim Solano, assim como Simaan, desconheciam os novos rumos do ME1M, bem como a situação da FBT.

O companheiro Filinto esta muito mal informado a respeito da “Fração” e do “1º”. E, sempre que uma questão é colocada ele esta sempre inclinado a ter tolerância com a Fração e a censurar-nos. (...) Ele esta muito confuso no que diz respeito à sua posição [de Filinto]. Hora (sic) afirma que na sua volta ao Brasil optaria pela “Fração” ora pelo “1º”.<sup>171</sup>

A repressão sobre a FBT, em abril de 1970, e a passagem de Devis Hutz pela França em junho, antes de ir para Israel, começou a redefinir a atuação dos trotskistas brasileiros no exterior. Na reunião com os dois, Hutz afirmou a necessidade de unificar as organizações no Brasil<sup>172</sup>. Em agosto de 1970, como já adiantamos, Solano retornou ao Brasil para restabelecer o contato com os militantes do ME1M e procurar os militantes da FBT dispersos pela repressão. Para Simaan na carta onde foi anunciada o retorno de Solano, tratava-se de colocar sobre novas bases a concretização de um partido trotskista, combinando os aspectos positivos das duas expressões do trotskismo no Brasil:

Hoje as duas organizações chegaram a um ponto de crise sério. Ambas devem começar a pensar na construção tanto do Partido nos limites nacionais como da

170 CONTRIBUIÇÕES à crítica do posadismo. Raul [Arkan Simaan], Paris, 17/06/1970. Acervo pessoal de Raul [Arkan Simaan]; 1968: começo de um balanço. Raul [Arkan Simaan], Paris, 17/07/1970. Acervo pessoal de Arkan Simaan; ALTO ao centrismo e a confusão. Raul [Arkan Simaan], Paris, 24/07/1970. Acervo pessoal de Arkan Simaan. Todas essas cartas/documentos também estão preservadas no AEL/Fundo Luiz Araújo.

171 CARTA de Raul para Lino [Luiz Araújo], 20/05/1970. AEL/Fundo Luiz Araújo.

172 “No Brasil é necessário se unir a todos os grupos que romperam com o posadismo. Neste sentido com o ‘1º de Maio’”. RELATO do cp. [companheiro] da “Fração”, 04/06/1970. Acervo pessoal de Arkan Simaan.

Internacional. Tal tarefa será por demais prejudicada se as duas organizações não pensarem seriamente numa união onde se levarão em conta os créditos e débitos políticos de cada uma com a respeito à revolução. A unificação de todos aqueles que no Brasil se reclamam do trotskismo é uma necessidade imperiosa.<sup>173</sup>

Do Brasil Solano relatava suas impressões sobre a situação dos brasileiros, ocasião em que apareceu mais uma vez o objetivo em integrá-los ao CI:

É necessário levar muito bem em conta o fato de que os cps. [companheiros] por terem estado até hoje, pode-se dizer, isolados (uma ou outra carta quase não conta ...) conservam ainda muito de uma certa desconfiança, quase inconsciente muitas vezes, em relação ao que vem de fora. (...) Aliado a um sentimento, mesmo que vago, de autosuficiência (eles realmente devem ter suas razões para isso, visto tudo que se passou neste último ano e meio) esta a ausência de hábito (também bastante compreensível) de leitura e discussões em conjunto, o que não poderia ser muito diferente. Mas é preciso mudar ! (...) não continuo vendo como poderíamos ou quem quer que seja assimilar um método [marxista] que só a permanência numa organização revolucionária em construção permite. Ora, isto tem um significado muito claro para nós hoje: ligar-nos ao CI. Ligar-nos, é claro, organizacionalmente, mas primeiramente, se assim podemos dizer, metodologicamente, isto é, assimilando-lhe os princípios. (...) tenho muitas vezes a impressão de que pensam poder resolver todos os problemas decorrentes de um longo passado de erros que, repito, não foram os agentes mas que tem que percorrer obrigatoriamente, com inteligência é claro, afim de corrigi-los, tão simplesmente, “ligando-se ao CI”.<sup>174</sup>

O anúncio sobre a constituição do Comitê de Unificação-FBT-OCIM<sup>175</sup>, o ingresso de Simaan, junto com Víctor Leonardi e Paulo Rodolfo Pereira na OCI, bem como o retorno de Hutz e Solano à França colocaram em outro patamar a atuação dos trotskistas brasileiros no exterior. Foi criado então o Grupo Outubro voltado para auxiliar o processo de unificação em curso no Brasil. Em novembro de 1971 Solano mais uma vez retornou ao Brasil, dessa vez como representante dos trotskistas brasileiros na França. Trazia consigo o documento que resultou das discussões do recém criado Grupo Outubro, o *Texto projeto para discussões*<sup>176</sup>.

Foram realizadas poucas reuniões entre o CU e Outubro, através de seu representante.

173 CARTA de Raul ao 1º de Maio, 06/08/1970. Acervo pessoal Arkan Simaan.

174 CARTA de Filinto [Francisco Solano] à Raul [Arkan Simaan], 29/08/1970. Acervo pessoal de Arkan Simaan.

175 CARTA de Lino [Luiz Araújo] à Raul [Simaan] e Filinto [Solano], 15/07/1971. AEL/Fundo Luiz Araújo.

176 TEXTO projeto para discussões, s.a. [Grupo Outubro], s.d. [1971], 33 pp. AEL/Fundo Luiz Araújo. Este documento com pequenas modificações foi publicado na primeira edição da Revista Outubro em abril de 1972, divulgada na I Conferência dos trotskistas latino-americanos, com o título “Pela construção de um Partido Operário Revolucionário no Brasil”. Segundo a apresentação da revista o documento foi escrito em outubro de 1971. Revista Outubro, nº 01, abril de 1971, s.l. [França], s.c.p. CEDEM/CEMAP, Fundo Periódicos.

A primeira reunião ocorreu no dia 10 de dezembro 1971, nesta ocasião foi discutido pela primeira e única vez o documento elaborado pelos trotskistas brasileiros na França. Em síntese esse documento fazia um balanço político da então recente história do país, responsabilizando a política “conciliatória” do PCB como a grande responsável pela derrota de 1964; o ano de 1968 como o esboço do desenvolvimento da independência política do proletariado, processo interrompido pela repressão e adesão de parte das organizações de esquerda à “luta armada”; e a definição do sentido das próximas lutas: a luta pelas liberdades democráticas<sup>177</sup>, junto com a necessidade da construção do Partido Operário Revolucionário no Brasil. Era feito também um panorama da história da Quarta Internacional, onde era condenado a política de Michel Pablo e de J. Posadas, colocando o CI como a única alternativa para a reconstrução da Internacional trotskista.

Os militantes do Comitê de Unificação manifestaram concordância com o documento, exceto sobre a proposta de adesão imediata ao CI. Esse foi o primeiro desacordo entre o Comitê e Outubro. “O C[omitê de] U[nificação] afirma, e tem completa razão, que não pode tomar um posição com respeito a isso, assim, sem conhecer mais profundamente com respeito a crise da IV.”<sup>178</sup> Com esse problema juntou-se outro correlato, sobre a própria natureza política do Grupo Outubro. Para os integrantes do Comitê tratava-se de um terceiro grupo, que defendia as posições da OCI e conseqüentemente do CI. O problema levantado parece ter vindo dos militantes da FBT, que enviaram uma carta a Andrés, militante da fração e membro de Outubro. Simaan então enviou uma carta à FBT, tentando esclarecer essa controvérsia:

Somos um grupo na medida em que temos uma homogeneidade de posições sobre alguns problemas políticos, em especial no que diz respeito às tarefas de reconstrução da IV. Mas isto não quer dizer que sejamos uma 3ª “organização” trotskista brasileira, como o são a FBT e o 1º de Maio. Não temos interesses organizativos diferentes dos cdas [camaradas] da FBT e do 1º. (...) lutamos politicamente pela unificação da Org 1º de Maio e da FBT, isto é, pela formação da necessária organização trotskista brasileira, unificando todos os trotskistas do Brasil.

177 “a luta contra a ditadura é *inseparável* da luta pelas liberdades democráticas. E isto, desde já, desde hoje. Sem tal luta não pode existir luta pelo governo operário-camponês, mesmo porque esta palavra-de ordem não pode nas *atuais* condições ser agitada ao dia a dia mas unicamente figurar em nossa propaganda.” TEXTO projeto para discussões, *op. cit.*, p. 28. Grifos no original.

178 CARTA de Túlio Matta [Francisco Solano] para Raul [Arkan Simaan], 22/12/1971. Acervo pessoal de Arkan Simaan. Em carta datada de 01/02/1972 ainda sobre a questão da Quarta Internacional relatava: “sem dúvida alguma os cps. [companheiros] que estiveram com ele [Moreno], sobretudo o cp. [companheiro] da FBT, sofreram sua influência. Até hoje ficara-me difícil argumentar contra o grupo de M.[oreno] (que busca constituir uma fração dentro do S.U. (...)) posto que não possuía nenhum dc. [documento] do seu grupo.” CARTA de Túlio Matta [Francisco Solano] para Raul [Arkan Simaan], 01/02/1972. Acervo pessoal de Arkan Simaan.

Desde já nos consideramos militantes dessa organização.<sup>179</sup>

De fato, os militantes de Outubro também integravam a OCI e manifestavam acordo sobre os rumos do CI, já em vias de se tornar CORQUI sob a liderança dos franceses. O que se chocava com o acordo do Comitê de Unificação, como já vimos, de não adesão a nenhum agrupamento internacional sem concluir a pesquisa sobre o movimento pela Quarta Internacional, dado seu completo isolamento político a respeito do movimento trotskista internacional. No entanto, apesar de vinculado à OCI o Grupo Outubro possuía uma autonomia política e editava um periódico próprio. A OCI assim definiu o grupo

O Grupo Outubro é um grupo trotskista agindo entre a emigração brasileira na Europa e buscando ganhar militantes para construir no Brasil o Partido Operário Revolucionário (POR), seção da Quarta Internacional; O grupo Outubro adota o Programa de Transição e milita internacionalmente no que foi o Comitê Internacional da Quarta Internacional (CIQI), e que será brevemente o Comitê de Organização para a Reconstrução da Quarta Internacional. O Grupo Outubro com respeito às suas relações com os grupos trotskistas no Brasil considera que seus objetivos de luta são, em linhas gerais, os mesmos que os da Fração Bolchevique Trotskista (FBT), do 1º de Maio e do Comitê de Unificação (CU) por eles criado; O Grupo Outubro mantém com esses dois grupos no Brasil as mais estreitas relações permitidas pelas circunstâncias e se considera participante integral das discussões do CU; O Grupo Outubro, em razão da distância, da repressão e das dificuldades para desenvolver plenamente uma discussão política, considera de seu dever constituir-se nesta fase como grupo independente e ter sua própria publicação; Na França, todos os militantes do grupo Outubro, por serem trotskistas, militam na OCI e, com respeito às suas atividades relativas à classe operária francesa, dependem da disciplina organizacional da OCI e, segundo os estatutos desta, pagam cotizações e divulgam a imprensa da OCI; O Grupo Outubro mantém as mais estreitas relações com a OCI, embora possua fisionomia política própria. Ele discute regularmente com a OCI sobre os diversos problemas políticos e organizacionais aos quais poderá ser confrontado, mas conserva sua autonomia política e organizacional, sendo que na esfera internacional manifesta posições políticas próprias que todo grupo político autônomo possui<sup>180</sup>.

Marcado por essas divergências e sob a mais rigorosa clandestinidade os debates entre o representante de Outubro e o Comitê não avançaram. Solano, impaciente com as poucas reuniões e com o reduzido avanço no processo de unificação, escreveu o documento “A

179 CAROS camaradas da FBT, s.a. [Arkan Simaan], 16/01/1972. Acervo pessoal de Arkan Simaan.

180 DOCUMENTO apresentado por Marc [François Chesnais], 03/11/1971, (em francês). Acervo pessoal de Arkan Simaan. Essa definição foi endossada pelos militantes de Outubro, segundo Simaan em entrevista que nos concedeu.

unificação dos trotskistas brasileiros deve ser seriamente buscada”<sup>181</sup>. Neste, Solano mais uma vez afirmava que o objetivo do Grupo Outubro não era se constituir em uma terceira organização, mas sim contribuir para a unificação dos trotskistas no Brasil. E questionava os posicionamentos dos militantes da FBT, que diferentemente da sua direção anterior, aquela que foi presa em 1970, inclinava-se em participar da minoria do SU<sup>182</sup>. “Atualmente os dirigentes da FBT (ou ao menos aqueles que se fazem representar no c.[omitê] de u. [nificação]) dão prioridade de discussões e entendimentos com a minoria do SU pablista e, particularmente, com o grupo de Moreno.”<sup>183</sup>

Solano, assim como o restante do Grupo Outubro, embora manifestassem desaprovação pelos contatos da FBT com os argentinos do PRT-LV e sua política de formação da oposição internacional à política da direção majoritária do SU para a América Latina, desconheciam totalmente os debates pelos quais passava a Quarta Internacional, ao menos no âmbito desse setor internacional. Simaan em carta para o trotskista argentino Jorge Altamira, dirigente de Política Obrera, evidencia que os brasileiros de Outubro, de certa forma, também estavam isolados politicamente sobre o trotskismo internacional e sua reverberação na América Latina:

No momento parecem estar [os brasileiros] muito impressionados por Moreno e sabemos que alguns deles deverão ir para a Argentina participar de um seminário de Moreno sobre ‘Lógica e dialética’. Aqui temos poucas informações sobre Moreno (ou mais exatamente, não temos nada), e seria muito importante para levar adiante com eles que vocês mandem para cá tudo quanto possam ter sobre o assunto<sup>184</sup>.

O Comitê de Unificação respondeu criticamente ao apelo de Solano com dois documentos, “Aos companheiros trotskistas brasileiros na França: sobre problemas da unificação” e “Contribuições à discussão sobre o texto: 'A unificação dos trotskistas

181 A UNIFICAÇÃO dos trotskistas brasileiros deve ser seriamente buscada. Túlio Matta [Francisco Solano], 03/02/1972. AEL/Fundo Luiz Araújo.

182 Filinto menciona a carta de Vito Letizia à OCI de 1969 após a II Conferência da FBT a qual citamos anteriormente mais acima. Entretanto nesta carta Letizia manifesta que estava disposto a manter discussões com o PRT-LV.

183 A UNIFICAÇÃO dos trotskistas..., *op. cit.*

184 CARTA de Raul [Arkan Simaan] à Jorge [Altamira], 07/02/1972. Acervo pessoal de Raul. Na edição número 04 da Revista Outubro, de maio de 1973, foi publicado um artigo de autoria de Julio N. Magri de Política Obrera de ataques a Nahuel Moreno e sua organização, sob o título “Do centrismo pseudo-trotsquista ao centrismo anti-trotsquista”. In: *Revista Outubro*, nº 04, maio de 1973, s.l. [França], s.c.p., pp. 29-41. Acervo pessoal de Arkan Simaan.

brasileiros... de Túlio Matta”<sup>185</sup>. Em ambos as duas organizações do comitê deixavam claro que o problema não era o Grupo Outubro ser ou não ser uma terceira organização, mas sim a pressa do seu representante em acelerar a unificação e integrá-los ao CI, como se a unificação pudesse se dar “em cima da discussão do texto redigido por 'Outubro'<sup>186</sup> (como se a concordância em cima de 20 ou 40 páginas fosse suficiente para a unificação de 2 org. [anizações]).”<sup>187</sup>

Os militantes do Brasil concebiam a unificação como um processo que envolveria não só a superação do seu isolamento sobre o movimento pela Quarta Internacional, mas também o isolamento das organizações em relação à classe trabalhadora, o que demandaria tempo. Ressaltavam que não se tratava da unificação de dois partidos, mas de duas organizações debilitadas e em processo de reorganização ao mesmo tempo em que buscavam a “construção [de] uma linha política de atuação comum e de uma única org.[anização] trot.[skista] no Brasil.”<sup>188</sup>

Este processo passa pela intervenção social conjunta e caracterização da situação objetiva em que vivemos em nível nacional e internacional. Isto só será possível em cima de profundas reflexões sobre o desenvolvimento da luta de classes em nível nacional e internacional e em cima de uma luta no sentido de conquistar posições dentro da classe operária, de significar um dado objetivo na luta de classes no Brasil. Teremos que nos basear, neste processo, não só em nossas experiências anteriores como também nas do próprio movimento operário em nível nacional e internacional. É necessário romper o isolamento imposto pelas nossas origens, o posadismo, e pela situação objetiva brasileira. Isolamento esta que não diz só respeito ao exterior mas inclusive às próprias massas pois uma das principais características do posadismo foi seu isolamento das massas, vivendo em forma de “seita”.<sup>189</sup>

Viam também como positivo o fato dos brasileiros constituir um grupo na França e insistiam para que publicassem rapidamente sua revista, passo fundamental para contribuir com o processo de unificação fazendo a ponte entre os brasileiros e a Europa. E sobre as acusações de que estariam dando prioridade às discussões com a minoria do SU

185 AOS COMPANHEIROS trotskistas brasileiros na França: sobre problemas da unificação. Comitê de Unificação-FBT-OC1M, 20/02/1972, 4 pp. AEL/Fundo Luiz Araújo. CONTRIBUIÇÕES à discussão sobre o texto “A unificação dos trotskistas brasileiros deve ser seriamente buscada” de Túlio Matta [Francisco Solano]. Comitê de Unificação-FBT-OC1M, 05/03/1972, 5 pp. AEL/Fundo Luiz Araújo.

186 Trata-se do “Texto projeto para discussões” do qual já mencionamos e que o representante de Outubro não se conformava com o fato do comitê ter discutido somente uma vez.

187 AOS COMPANHEIROS trotskistas brasileiros na França: sobre problemas da unificação. *op. cit.*, p. 3.

188 AOS COMPANHEIROS trotskistas brasileiros na França: sobre problemas da unificação. *op. cit.*, p.01.

189 Idem, *ibidem*, p. 1-2.

representado na Argentina pelo PRT-LV sinalizavam que isso fazia parte dos objetivos do comitê e anunciavam a decisão já tomada de participar da I Conferência dos trotskistas latino-americanos, “Estamos dispostos, da mesma forma que participamos do congresso do PRT (como convidados), da pré-conferência Latinoamericana organizada pelo PRT, a participar da conferência do Chile, organizada pela OCI.”<sup>190</sup>

Entretanto toda essa polêmica e as perspectivas esboçadas pelas organizações do Comitê de Unificação foram bruscamente interrompidas poucos meses depois com a repressão que desarticulou mais uma vez a FBT e com a prisão de Deivis Hutz que integraria aquele processo. Com consequências diretas para a OC1M que mantinha um trabalho conjunto com a fração, além do Comitê de Unificação também via FES na USP, o que impôs um período de cautela em suas atividades, visando preservar a organização<sup>191</sup>.

Dissolvido o Comitê de Unificação, ainda em meados de 1972 a OC1M tentou restabelecer o contato com os militantes do Grupo Outubro na França. Estes receberam com entusiasmo a iniciativa e sugeriam que Solano fosse integrado como militante às fileiras da OC1M<sup>192</sup>, o que foi aceito pela organização. Porém o representante de Outubro no Brasil não cumpriu o acordo, mesmo depois de ter acatado a proposta de ambas as organizações<sup>193</sup>. Ainda assim, a OC1M fez uma nova tentativa em aproximar as duas organizações ao convidá-lo em 06/12/1972 para participar da sua I Conferência<sup>194</sup>. Em resposta Solano se dizia surpreso com o convite e pontuava mais uma vez as razões sobre a não unificação das duas organizações, além de lamentar, mais uma vez, o fato de não terem discutido o documento produzido por Outubro<sup>195</sup>. A “gota d’água” para a OC1M foi o seu não cumprimento das exigências de sigilo absoluto sobre a conferência<sup>196</sup>. No início de 1973 a OC1M de maneira

190 CONTRIBUIÇÕES à discussão sobre o texto..., op. cit., p. 5.

191 Graças ao rígido esquema de segurança que utilizava a OC1M conseguiu se preservar. Nas atividades que realizavam no Comitê de Unificação poucos militantes do 1º de Maio sabiam onde era o local das reuniões, pois tanto os militantes da FBT quanto o representante de Outubro eram conduzidos com os olhos vendados e somente eram conhecidos seus codinomes. Assim a OC1M foi uma das poucas organizações do período que não foi desbaratada pela repressão. Conf. IPM, Prontuário nº36121, Fração Bolchevique Trotskista. Arquivo Público do Estado de São Paulo, fundo DEOPS.

192 CAROS companheiros da Organização Comunista 1º de Maio. Outubro, Paris, 08/07/1972. AEL/Fundo Luiz Araújo.

193 DOCUMENTO sem título. Organização Comunista 1º de Maio, 06/01/1973. AEL/Fundo Luiz Araújo.

194 AO COMPANHEIRO T. Comitê Organizatório [da I Conferência] Beto, Haroldo, Guilherme, 06/12/1972, 2 pp. Nesse convite era colocado como condição o sigilo absoluto sobre a Conferência que seria comunicada aos militantes de Outubro na França somente após a sua conclusão. Era recomendado também que o representante de Outubro destruísse os documentos da conferência e mudasse seu pseudônimo.

195 AOS COMPANHEIROS do 1º de Maio. Aquilez Z, 19/12/1972. AEL/Fundo Luiz Araújo.

196 Além de comunicar seus companheiros na França sobre a conferência, o representante de Outubro, segundo documento da OC1M (06/01/1973) possuía um comportamento que colocava em risco a organização: “Irresponsabilidade, amadorismo e riscos decididos por elementos fora de nossa Organização (...) como o de

áspera formalizou seu rompimento com Outubro e cobrou explicações aos brasileiros na França sobre seu enviado ao Brasil<sup>197</sup>.

Sem que os militantes da OC1M soubessem, no entanto, o representante de Outubro já dava passos para a formação de um novo grupo no país, através de estudantes secundaristas da escola onde trabalhava como professor de teatro em São Paulo<sup>198</sup>. Assim, Outubro tornou-se enfim em mais um grupo trotskista no Brasil.

## 2.6 Da POLOP ao “trotskismo-guerrilheiro”: o POC-Combate

As poucas referências ao Partido Operário Comunista (POC) em trabalhos acadêmicos geralmente destacam sua divisão interna em meados de 1969 e a “recriação” da POLOP em 1970 como resultado dessa divisão<sup>199</sup>. Alguns mencionam ainda a inclinação de parte de seus militantes em direção ao trotskismo que teria ocorrido a partir do exílio<sup>200</sup>. Na verdade, os planos deste pequeno grupo de militantes do POC antes de tornar-se efetivamente em um exílio consistiu em uma “temporada internacionalista”, nas palavras da ex-militante e uma das fundadoras da tendência trotskista do partido, Angela Mendes de Almeida<sup>201</sup>. Em fins do ano de 1970 o POC aceitou o convite de Paulo Paranaguá (1949-)<sup>202</sup>, brasileiro residente na França e militante à época da recém criada *Ligue Communiste* (seção francesa da Quarta Internacional-SU), para uma estadia de seis meses de estudos e debates em Paris para “conhecer” a Quarta Internacional<sup>203</sup>.

---

permanecer numa casa repleta de documentos clandestinos e que possivelmente será batida pela polícia – não podem ser normas para o nosso relacionamento.”DOCUMENTO sem título. Organização Comunista 1º de Maio, 06/01/1973. AEL/Fundo Luiz Araújo.

197 DOCUMENTO sem título. Organização Comunista 1º de Maio, 06/01/1973. AEL/Fundo Luiz Araújo.

198 No documento enviado por Outubro à OC1M é mencionado a recente formação por Filinto de um “círculo de estudos marxistas”. Trata-se, como nos contou Mira, de um núcleo formado ao redor dos estudantes da escola vocacional do Brooklin (bairro paulistano) interessados em formar um grêmio estudantil e que logo em seguida foram recrutados ao Grupo Outubro. Entrevista de Mira à Yacob Falasha, 21/09/2012.

199 Como, entre outros, RIDENTI, M. Ecos De Trotsky Na Esquerda Armada Brasileira , 1964-1974. In: Estudos de Sociologia, nº 02, Departamento de Sociologia, FCL-Unesp Araraquara, 1997. pp. 93-95.

200 RIDENTI, M. “Ecos de Trotsky na Esquerda Armada Brasileira, 1964-1974”. In: *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.2, 1997. pp. 93-95.

201 ALMEIDA, Angela Mendes de. Lembrando Merlino: uma temporada internacionalista. In: KUCINSKI, B. e TRONCA, Í. *Pau de Arara: a violência militar no Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2013. pp. 235-244.

202 Paulo Antônio Paranaguá (1943-) participava de um grupo surrealista na Universidade Nanterre onde ocorreu o estopim das jornadas de maio de 1968. Integrou a Jeunesses Communistes Révolutionnaires, junto com, entre outros, Daniel Bensaïd, organização que logo em seguida integrou-se com os remanescentes do PCI e formaram a *Ligue Communiste*. Paranaguá era um dos responsáveis da Quarta Internacional na comissão sobre a América Latina, junto com Michael Löwy, Daniel Bensaïd, Livio Maitan, Ernest Mandel, Toussaint (Xavier Langlade) e Hubert Krivine. Conf. ALMEIDA, 2013, 235-238. E CORMICK, 2012, p. 65.

203 ALMEIDA, *op. cit.*, p. 237. Além de Angela Mendes de Almeida (1939-) e Luiz Eduardo Merlino (1947-1971) também embarcaram para França Flavio Koutzii (1943-) e Maria Regina Pilla (1943-). Conf. ALMEIDA, *op. cit.*, p. 238.

Em julho de 1971 Luiz Eduardo Merlino assumiu a tarefa de porta-voz do grupo e retornou ao Brasil para tentar restabelecer as discussões no POC e ganhar a adesão da organização à Quarta Internacional, trazia consigo as cinco teses que resultaram das discussões na França<sup>204</sup>. Seu objetivo, como se sabe, foi tragicamente interrompido, com sua prisão e posterior assassinato pela repressão assim que chegou ao país<sup>205</sup>. A trágica morte de Merlino suspendeu os planos de retorno imediato ao Brasil por parte dos outros militantes, a alternativa foi integrar-se às lutas político-sociais no Chile e Argentina à espera de melhores condições<sup>206</sup>.

A adesão desses brasileiros ao trotskismo internacional, do ponto de vista político, evidencia as afinidades entre as discussões internas ao POC, no final de 1969 e início de 1970, com a estratégia revolucionária para a América Latina, elaborada pelos trotskistas no mesmo período. Por exemplo, na introdução da publicação das cinco teses, depois do assassinato de Merlino, afirmavam que aquelas eram o

fruto da elaboração coletiva de um conjunto de militantes que procuraram continuar o caminho iniciado pela tendência de oposição dentro do POC (1969), tendência que tentou resolver teórica e praticamente os problemas que ainda são cruciais para a esquerda revolucionária brasileira, a saber: como conseguir integrar numa mesma estrutura organizatória o trabalho cinzento no seio da massa e o trabalho geral de uma vanguarda, essencialmente as ações armadas<sup>207</sup>.

Sua conclusão, expressa ao final da citação, mostrava o ponto de contato que existiu entre as elaborações dos militantes brasileiros com as do trotskismo internacional: a simultaneidade das formas de luta revolucionária que deveria existir no partido revolucionário, a combinação entre o trabalho político voltado às mobilizações de massas (centrado na classe operária e nas massas urbanas) e as ações armadas tanto no campo, quanto na cidade. Como veremos, este é

---

204 Depois do assassinato de Merlino as cinco teses foram publicadas na revista *Combate* que não passou do seu primeiro número, *Combate*, nº 01, Tendência Trotskista do POC, novembro de 1971, s.c.p., s.l., 89 pp. CEDEM/CEMAP Fundo Asmob.

205 Luiz Eduardo da Rocha Merlino (Medina/Nicolau) foi assassinado em 19 de setembro de 1971, em decorrência das sessões de tortura a que foi submetido na Oban/DOI-Codi em São Paulo. Merlino foi preso em Santos poucos dias depois de chegar da França. Conf. MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos (org's). op. cit., pp. 600-604; e COLETIVO MERLINO. *Merlino Presente!* Caderno de combate pela memória. s/l, s.c.p., janeiro de 2011, 40 pp.

206 Entrevista de Angela Mendes de Almeida à Tiago de Oliveira, 16/05/2014.

207 *Combate*, nº 01, Tendência Trotskista do POC, novembro de 1971, s.c.p., s.l., 89 pp. p. 04. In: CEDEM/CEMAP Fundo Asmob. p. 04.

o ponto de convergência entre os brasileiros do POC e a estratégia de revolução continental defendido pela maioria da Quarta Internacional, desde seu congresso de 1969.

Para os militantes este caminho foi visto como o resultado da superação das posições políticas da antiga POLOP, que teriam permanecido no POC, mesmo após a cisão de 1970<sup>208</sup>. Estas, apesar dos avanços no âmbito das discussões entre as esquerdas, consistiam em respostas políticas insuficientes para a atuação da “esquerda revolucionária” na luta de classes que se configurou a partir de 1969. É nessa avaliação sobre a trajetória da POLOP, da qual provinham, que podemos entrever como apreendiam a situação política e seu desenvolvimento. Dessa compreensão os militantes da tendência trotskista do POC justificavam e fundamentavam suas proposições políticas para a superação do isolamento no qual se encontravam a “esquerda revolucionária”.

Uma breve reconstituição da trajetória da POLOP, sobre o contexto e as divisões políticas pelo qual passou o POC entre 1969 e 1970 – seu ambiente político antes da aceitação do convite de Paulo Paranaguá – se faz necessário. De fato a POLOP marcou a história da esquerda brasileira ao defender o caráter socialista da revolução brasileira, contra a perspectiva “etapista” predominante entre as esquerdas, antes e mesmo depois do golpe de 1964. A POLOP desde sua fundação, alicerçada em uma análise da realidade distinta do PCB, segundo a qual o Brasil era (é) plenamente capitalista e inserido na dinâmica da época imperialista do capitalismo, afirmava o caráter socialista da revolução brasileira, na medida em que toda luta consequente contra o imperialismo deveria apontar uma perspectiva anti-capitalista. Essa perspectiva contestava o projeto revolucionário do PCB calcado na análise de que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro era impedido pelo imperialismo em conexão com o latifúndio feudal. A perspectiva “polopista”, nesse sentido, questionava frontalmente a política de alianças do “partidão” (proletariado com a “burguesia nacional”), propondo em seu lugar a frente dos trabalhadores da cidade e do campo.<sup>209</sup>

Em 1967 em seu quarto congresso o processo de rachas e rupturas que caracterizou

---

208 Idem, *ibidem*, p. 05.

209 Conf. MATTOS, M. B. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, M. e REIS FILHO, D. A. (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Vol. 5. São Paulo, Paz e Terra, pp. 185-211. Sobre os debates programáticos na esquerda depois de 1964 ver RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, 2ª ed. e GARCIA, M. A. (org.). *Contribuição à História da Esquerda Brasileira, 1960-1979. Em Tempo, 1979-1980*. E para um estudo crítico e um balanço sobre a historiografia a respeito da POLOP ver especialmente COELHO, E. Dos tortuosos caminhos da história da esquerda : a produção historiográfica sobre a POLOP. In: Colóquio Internacional Marx e Marxismos, 2017, Niterói. *Anais...* Niterói, Colóquio Internacional Marx e Marxismos, 2017. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC04/mc043.pdf>, último acesso em: 20/01/2018.

as organizações políticas do pré-golpe (PCB, PCdoB e AP) também alcançou a POLOP. Seus militantes de Minas Gerais e São Paulo abandonaram a organização logo após o congresso e deram origem respectivamente aos *Comandos de Libertação Nacional* (Colina) e a *Vanguarda Popular Revolucionária* (VPR), organizações que defendiam a preparação imediata do enfrentamento armado como o caminho para a revolução brasileira. Em contraposição os que permaneceram na organização buscaram dar continuidade à perspectiva expressa no Programa Socialista Brasileiro, em elaboração desde 1962 e aprovado no mesmo congresso onde ocorreram as rupturas<sup>210</sup>.

Enfraquecida pela perda de quase metade de seus quadros a POLOP tentou incidir sobre as rupturas que aconteciam nas outras organizações, em especial sobre as dissidências verificadas no *Partido Comunista Brasileiro* (PCB). A POLOP, fiel à caracterização socialista da revolução e contrária às ações armadas imediatas, somente obteve sucesso em seu projeto de unificar a esquerda revolucionária em um partido com a *Dissidência Leninista* (do PCB) no Rio Grande do Sul. O que resultou na fundação do *Partido Operário Comunista* em abril de 1968. A não ser pela perspectiva de construção do partido revolucionário a partir do POC, o projeto político do novo partido não diferia substancialmente do já defendido pela POLOP: inserção no movimento operário e mobilização das massas urbanas e a perspectiva da insurreição armada como o caminho para a conquista do poder político. Contava com uma pequena diferença de ênfase na centralidade da classe operária no processo revolucionário, sublinhado ainda mais na nova organização unificada<sup>211</sup>.

Com participação diminuta nas lutas sociais de 1968, principalmente nas greves metalúrgicas de Contagem-BH e Osasco-SP, o POC não conseguiu afirmar-se como alternativa política às “organizações político-militares”<sup>212</sup>, que além das ações armadas, conseguiram inclusive recrutar algumas lideranças do movimento operário, caso da VPR que contou com o ingresso de José Ibrahim e Zequinha Barreto, após a greve de Osasco<sup>213</sup>.

210 Conf. RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, 2ª ed.; e GORENDER, J. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Expressão Popular, 2014. 5ª ed. rev. e ampl.

211 Conf. “Por uma prática partidária”, POC, junho de 1968. In: REIS, DANIEL AARÃO, SÁ, J. F. de (org's). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006. pp. 232-237.

212 A expressão “organizações político-militares” aparece nos documentos do POC, especialmente naquele onde foram divulgadas as cinco teses (COMBATE, nº 01).

213 A greve de Osasco-SP foi deflagrada em julho de 1968 pela recém empossada diretoria oposicionista, formada por setores da igreja católica e o “grupo de Osasco” que aglutinava jovens militantes estudantes-operários. Contou com ocupações de fábrica e forte mobilização das bases, através das comissões de fábrica. Mas os operários foram surpreendidos pela rápida ação da repressão, que com violência, prendeu vários operários e pôs fim a greve. Ver RIDENTI, 2010, *op. cit.*, pp.177-187. José Ibrahim (1947-2013) e José Campos

Encerrada a conjuntura política que marcou o ano de 1968, seus militantes, impressionados pelas primeiras ações armadas e pressionados pela situação de forte repressão política que tornou ainda mais complexa a integração com o movimento operário, começaram a se perguntar porque o POC não obteve êxitos em se afirmar como alternativa às “organizações político-militares”. À essa altura a organização possuía ao redor de 800 militantes espalhados por sete estados, em sua maioria estudantes<sup>214</sup>. Sem se envolver diretamente em ações armadas conseguiram chegar ao final de 1969 sem maiores danos em suas fileiras<sup>215</sup>. Com o cerco do regime militar ao movimento operário e a perseguição às organizações de esquerda, os debates sobre a saída política para reverter aquela correlação de forças expressou-se na direção nacional do POC<sup>216</sup>.

As diferenças na direção nacional se precipitaram com o encaminhamento das discussões dos militantes de São Paulo. Em fevereiro de 1970 a regional paulista concluiu sua conferência e logo em seguida a minoria da direção nacional, ao redor do núcleo dirigente da antiga POLOP, como Eric Sachs (1922-1986) e Eder Sader (1941-1988), romperam com o partido e criaram a *Organização de Combate Marxista Leninista – Política Operária* (OCML-PO). A cisão foi assim apresentada pela OCML-PO

(...) nenhuma concessão nos pode desviar daquela tarefa fundamental [integração com o movimento operário]. Foram concessões nesse sentido, feitas pela fração majoritária do POC, que começaram diluindo o que fora sua principal razão de ser. A discussão interna iniciada com o intuito de vencer os obstáculos internos à penetração na classe, perdeu-se numa luta sem princípios com o objetivo de liquidar nossas principais bases políticas<sup>217</sup>.

Tratou-se efetivamente de um passo atrás antes de dar outro à frente. Era preciso ver claro que o POC não vingou e que seria impossível manter uma ficção e avançar sem antes retomar os pés na terra.<sup>218</sup>

Aquilo que a velha guarda da POLOP viu como “concessões”, ou “desvios militaristas”, foram justamente o que pavimentou a rota de parte dos militantes do POC ao trotskismo. A

---

Barreto (1945-1971), o Zequinha, foram os principais dirigentes da greve.

214 GARCIA, M. A. Uma tentativa chamada Partido Operário Comunista. In: GARCIA, M. A. (org.), *Contribuição à História da Esquerda Brasileira, 1960-1979. Em Tempo*, nº 85, 11 a 17 de outubro de 1979, p. 13.

215 Idem.

216 Idem.

217 *Declaração Política*, OCML-PO, abril de 1970. In: REIS, DANIEL AARÃO, SÁ, J. F. de (orgs.), *op. cit.*, pp. 364.

218 TRIBUNA de debates, s.a. [OCML-PO], nº 02, julho de 1970, p. 16. CEDEM/CEMAP Fundo POLOP.

polêmica política sobre os impasses daquela conjuntura, que prosseguiu após a cisão, encontrou uma recepção favorável entre as fileiras da Quarta Internacional na França. Vejamos o núcleo dessa questão.

Foi na edição do *Política Operária* seguinte a cisão, de julho de 1970<sup>219</sup>, que as proposições da (antiga) oposição à direção nacional foram divulgadas. As diferenças com o projeto político definido desde sua fundação em abril de 1968 – e que aqueles que romperam também reivindicavam – eram mínimas. Eram reafirmados, por exemplo, o caráter socialista da revolução brasileira, a centralidade da classe operária no processo revolucionário e, conseqüentemente, o objetivo de estabelecer vínculos orgânicos com a classe operária, através da proposta dos comitês de fábrica para as lutas do movimento operário<sup>220</sup>. Eram compartilhados, pelos que permaneceram na organização, até mesmo o entendimento sobre o papel do foco guerrilheiro na revolução, a teoria do *foco catalizador* (insurrecional)<sup>221</sup>. Eram muito semelhantes também entre ambas as organizações, o diagnóstico para a situação política – o isolamento social do conjunto da esquerda e a crítica às “organizações político-militares” por secundarizar o papel do trabalho de massas em favor da primazia pelas questões militares.

Para o POC, na edição de *Política Operária* mencionado – aliás, o último sob sua responsabilidade, após a edição nº 22 a OCML-PO retomou o título do periódico – o que caracterizava a situação da esquerda brasileira era seu isolamento político, acuados pela repressão, contando já com uma série de prisões e assassinatos de seus militantes pela repressão e sob os primeiros sinais de expansão econômica do regime, o que ensejou a campanha patriótica de Médici do *slogan* “Brasil: Ame-o, ou deixe-o”. Por sua vez, avaliavam que o predomínio das organizações político-militares nas ações contra a ditadura, apesar de manter a disposição de luta contra o regime, aprofundava ainda mais a situação que já se fazia sentir em 1969 – ano de escalada das ações armadas. O principal erro, argumentavam, teria sido o abandono dos vínculos com o movimento de massas, em especial com a classe

219 *Política Operária*, nº 22, julho de 1970. POC. 48 pp. CEDEM/CEMAP Fundo POLOP.

220 A mesma posição que defendia no ano anterior pelo periódico *Movimento Operário*, nº 25, 24/02/1969, São Paulo. 16 pp. CEDEM/CEMAP Fundo POLOP.

221 Reverberando os impactos da Revolução Cubana, sua teorização subsequente sobre o papel da guerrilha na revolução – especialmente por Ernesto Che Guevara e Régis Debray – e a adesão cada vez mais crescente pela esquerda brasileira a POLOP tentou articular e integrar o foco guerrilheiro dentro de sua estratégia revolucionária fundamentada na perspectiva da insurreição armada de massas. Para mais detalhes ver, entre outros, SALES, J. R. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Campinas, 2005, [s.n.f.]. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, 2005. pp. 179-194.

operária, o que correspondeu na primazia pelas questões militares: “Sob as mais variadas formas, o *militar* passou cada vez mais a *comandar o político*”<sup>222</sup>.

Até aqui, como dissemos, nenhuma novidade, podemos encontrar posição semelhante tanto na antiga Polop, quanto no próprio POC anterior à cisão. As “ideias novas” ou “os desvios guerrilheiristas” (para aqueles que deixaram o partido), insinuaram-se no papel atribuído às ações armadas naquele processo, “podem ser um poderoso instrumento para auxiliar o trabalho fundamental.”, afirmavam<sup>223</sup>. Duas propostas sobre a integração da “luta armada” ao trabalho político junto ao movimento operário fez soar, para os antigos dirigentes da POLOP, o alarme do “desvio militarista”. Tratava-se das propostas de *propaganda armada* e as *ações exemplares* que para o POC jogariam um papel fundamental na mobilização dos trabalhadores, enquanto que para a OCML-PO essas propostas desviariam a esquerda de sua tarefa central: integrar-se aos trabalhadores e impulsionar suas mobilizações<sup>224</sup>. Ambas, no entanto, estavam de acordo de que somente as mobilizações dos trabalhadores poderia reverter a desfavorável correlação de forças para as esquerdas

O impasse em que se encontra hoje a Esquerda Revolucionária, só pode, portanto, encontrar sua saída pela fecundação de um movimento de massas em oposição ao governo. A Esquerda Revolucionária tem como tarefa fundamental penetrar nas classes trabalhadoras, fermentar o seu movimento e conduzi-las a formas de organização independente e superiores.<sup>225</sup>

Não eram diferenças políticas sobre *Que Fazer?*, mas *como fazer* “para penetrar na classe.” Era necessário “encontrar o caminho para romper o atual isolamento” pois embora “a revolução não possa ser feita sem uma vanguarda que dirija as massas, ela também não poderá ser feita pela vanguarda em nome das massas.”<sup>226</sup>. No entanto, talvez temendo a repetição do desenlace das discussões tal como ocorreu em 1967, os dirigentes mais ligados à antiga POLOP anteciparam-se e romperam com a maioria da organização<sup>227</sup>.

A integração de ações armadas à organização dos revolucionários – ainda que sem

222 *Política Operária*, nº 22, julho de 1970. *op. cit.*, p.06. Grifos no original.

223 *Política Operária*, nº 22, julho de 1970. *op. cit.*, p.09.

224 Conf. *Declaração Política*, OCML-PO, abril de 1970, *op. cit.*

225 *Política Operária*, nº 22, julho de 1970. *op. cit.*, 09.

226 *Idem*, *ibidem*, p. 10.

227 No congresso da POLOP de 1967 a direção consegue aprovar suas teses por uma escassa margem, 16 a 14. Conf. RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, 2ª ed.; e GORENDER, *op. cit.*

deslocar a centralidade da classe operária e o objetivo de atuação junto ao movimento operário –, propugnada pelo POC, por si só, já renunciavam as afinidades que os aproximariam da estratégia revolucionária para a América Latina esposada, principalmente, pelos dirigentes europeus da Quarta Internacional. Estas afinidades, aliás, poderiam ser estendidas para outras organizações brasileiras do período. Indo ao ponto, o POC ao *armar sua política*, mesmo não se lançando na preparação de implantação do foco e mantendo *discursivamente* a centralidade da classe operária no processo político, como voltaremos a discutir, dava seus passos para a *preparação da guerra revolucionária*. O que se viu posteriormente mostrou que eles estavam equivocados.

Foi naquele contexto de redefinição política do partido que o POC aceitou o convite de Paulo Paranaguá, em fins de 1970, para uma estadia na França afim de conhecer a Quarta Internacional. O movimento trotskista internacional, representado pelo Secretariado Unificado, havia colocado, pouco tempo antes em 1969, na ordem do dia para os trotskistas latino-americanos uma estratégia revolucionária para toda a América Latina que incorporava, a seu modo, a luta armada, principalmente sob sua forma da guerrilha rural. Os impactos da Revolução Cubana no movimento trotskista ganhavam um novo impulso com a *Resolução sobre a América Latina*, redigida por Livio Maitán e aprovada no Congresso Mundial daquele ano<sup>228</sup>.

Na prática, entretanto, significou o deslocamento da construção do partido revolucionário, a busca por seu vínculo com o movimento de massas e o movimento operário. E rapidamente constituiu em um dos principais fatores de divisões e rupturas entre as organizações trotskistas que enveredaram pelo caminho da luta armada – especialmente na seção oficial da Quarta Internacional na Argentina, o Partido Revolucionario del Trabajador (PRT-*El Combatiente*). Voltaremos a discutir esse tema no capítulo quatro.

Os planos de retomar no Brasil as discussões da Conferência Nacional do POC de outubro de 1970 foram frustrados, primeiro com o assassinato de Merlino, em 1971, e em seguida com a desarticulação da organização pela repressão. Tem início então uma segunda fase na trajetória da tendência trotskista do POC, que assumiu a partir de então o nome POC-Combate. No mesmo ano os militantes brasileiros que estavam na França juntaram-se a outros que conseguiram escapar da repressão e encontraram-se na Argentina.

---

228 DRAFT resolution on Latin American. In: *International Information Bulletin*. Discussion on Latin America (1968-1971). S.d. [1972],s.a [SWP], s.l. [Nova York], s.c.p. , pp. 01-10.

A agora chamada unificação do POC<sup>229</sup> seria buscada pelas discussões a partir do exterior, mantendo-se, porém, a perspectiva de retorno ao país. Na nova rota, como militantes do POC-Combate e da Quarta Internacional, outros objetivos foram incluídos. A atuação junto aos exilados brasileiros no Chile, assim como colaborar com a pequena seção chilena da Internacional, e por fim a integração dos militantes ao PRT-ERP na Argentina, seção apoiada e oficialmente reconhecida pela Internacional trotskista. Nesse percurso outros militantes do POC juntaram-se ao POC-Combate<sup>230</sup> e junto com Paulo Paranaguá, como representante da Internacional, integraram o *Comité Militar del Sur* (regional do PRT-ERP em La Plata, província de Buenos Aires).

Os militantes brasileiros, no entanto, foram absorvidos pelos processos políticos do Chile e da Argentina. Neste último foram protagonistas de um episódio controverso da história do PRT-ERP, que envolveu além dos integrantes do POC-Combate os dirigentes europeus da Quarta Internacional<sup>231</sup>.

A chegada à Argentina e a imediata integração ao PRT-ERP – a partir de setembro de 1971 – coincidiu com o auge das ações armadas dessa organização e o início das divergências políticas em seu interior<sup>232</sup>. Parte dos militantes reivindicavam uma revisão política para o curso que tomou o PRT depois da fundação do *Ejército Revolucionario del Pueblo* – no seu

<sup>229</sup> *Declaración política* POC-Combate, Combate, diciembre de 1971, s.l., s.c.p., 18 pp. Livreto. AEL/Fundo Gilberto Mathias.

<sup>230</sup> Além dos tres que estiveram na França, o POC-Combate nesse período entre o Chile e a Argentina foi composto por Celso Castro (1942-1984), Sandra Castro (1946-), “Paulo Brasil”, “Enrique” e “Mario”, junto com Paranaguá totalizavam nove brasileiros envolvidos diretamente com a Quarta Internacional. Havia, no entanto, outros brasileiros que passaram pelo POC ainda no Brasil que também estavam nesses países, mas não há evidências de que estavam vinculados organicamente ao POC-Combate, sendo considerados muitas vezes como seus simpatizantes, esse era o caso, por exemplo, de Nelson de Souza Khol (1940-1973). Conf. CORMICK, F. *Fracción Roja*. Debate y ruptura en el PRT-ERP. Buenos Aires, colectivo El Topo Blindado, 2012. p. 65.

<sup>231</sup> Esse episódio é controverso na historiografia argentina sobre o PRT-ERP, uma das principais organizações político-militares do período. Até recentemente era reproduzida sua versão oficial narrada pelos sobreviventes do partido caracterizada sobretudo pelo seu anti-trotskismo. Cormick, no entanto, desfaz os mitos construídos em torno dessa narrativa que tinha no militante Joe Baxter (1940-1973) uma peça chave. Ver CORMICK, *op. cit.*, pp. 43-63.

<sup>232</sup> A integração dos brasileiros do POC-Combate, bem como dos quadros diretamente vinculados à Quarta Internacional, como Hubert Krivine (1941-), foi acordada com a direção do PRT-ERP em 1971 através do próprio Krivine que também integrou o partido e participou de suas ações armadas. Os brasileiros chegaram logo após Krivine, em setembro de 1971. Além dessas integrações ao partido, até 1972, os dirigentes europeus da Quarta Internacional acompanharam de perto o PRT-ERP com reuniões frequentes, tanto na Argentina, quanto na França e também através de seus enviados como Bensaïd, Löwy e Maitan. O que evidencia as grandes expectativas depositadas no partido argentino tornado seção oficial no Congresso Mundial de 1969. Finalmente, a integração dos brasileiros se deu de duas formas, via militância orgânica no “partido-exército” e através de treinamento militar para os que ficaram no Chile, como Sandra e Celso Castro. Para mais detalhes desse processo sugerimos a obra já citada de CORMICK, *op. cit.*. No documentário *Diário de uma busca* de Flavia Castro (filha de Sandra e Celso) é apresentado esse período de militância dos brasileiros entre o Chile e Argentina.

mesmo pelo qual passava o conjunto das “organizações político-militares” no Brasil. Ou seja, uma vez posta em marcha as ações armadas, estas geravam uma dinâmica interna em que as tarefas militares predominavam sobre as do trabalho de massas, distanciando ainda mais as organizações do movimento de massas<sup>233</sup> – o chamado “desvio militarista” na expressão dos militantes da época<sup>234</sup>. Percepção que, como vimos, repercutiu no POC (a partir do final de 1969) e no POC-Combate.

Essa inflexão “militarista” vinha acompanhada pela redefinição política dos principais dirigentes do PRT-ERP, caracterizadas por sua progressiva aproximação e uma re-avaliação sobre os dirigentes cubanos e nas críticas menos incisivas à URSS. Essas redefinições estavam inseridas também na abertura de uma nova situação política da ditadura militar sob o governo do general Levingston (1970-1971) e sua convocação de eleições para março de 1973. Ocasão em que o PRT-ERP insinuou uma aproximação com o PC argentino, considerado como seus “aliados estratégicos”. Às questões de respostas políticas mais conjunturais se sobrepuseram as de cunho internacional e estratégico, como a revalorização da Revolução Vietnamita e o vínculo cada vez mais estreito com os dirigentes cubanos, que àquela altura (1970) já dava sinais de seu entrosamento político com a burocracia soviética. O PRT-ERP cada vez mais começou a tomar posições que se distanciavam das da Quarta Internacional, como a prioridade em estabelecer acordos com o MIR chileno e os Tupamaros do Uruguai para impulsionar a luta revolucionária na América Latina.<sup>235</sup> O que implicou também na deterioração das suas relações com a Quarta Internacional-SU e converteu-se no pano de fundo dos episódios que levaram a ruptura e criação da *Fracción Roja* em fins de 1972 e início de 1973. A partir do *Comité Militar del Sur*, a principal regional que sustentava essas posições, os militantes do POC-Combate participaram ativamente nesse processo ao tentar articular as posições críticas ao “militarismo” e por mais democracia no interior do partido argentino<sup>236</sup>. Frente a intransigência da direção do PRT que não aceitou discutir

233 Marcelo Ridenti expõe essa dinâmica entre as organizações político-militares do Brasil com mais propriedade, especialmente no capítulo “Luta, Conspiração e Morte” do seu livro *O Fantasma da Revolução Brasileira*. Conf. RIDENTI, 2010, op. cit., pp. 239-274.

234 As esquerdas do período, principalmente após os dois primeiros anos de ações armadas (1969-1970) percebiam-se, em seus debates, como divididas entre as “militaristas”, onde as ações armadas era central em sua política, em contraposição às “massistas” onde o centro do seu projeto político era as mobilizações de massas. As ALN e VPR seriam as mais representativas da primeira, enquanto que a POLOP estava entre as segundas. O POC-Combate, como vimos, tinha como objetivo combinar e articular as características das duas expressões. Ver, e.g., RIDENTI, op. cit. .

235 CORMICK, op. cit., pp. 28-34.

236 O contexto de “abertura democrática” do governo de Levingston com a convocação das eleições aguçou ainda mais as divergências no PRT-ERP. Além da regional del Sur a regional da Gande Buenos Aires também expressava suas críticas aos rumos da organização. Essa regional por fim acabou se aproximando do peronismo e

qualquer perspectiva divergente da sua, bem como encaminhar a discussão às bases do partido, a ruptura tornou-se inevitável<sup>237</sup>.

Na Fracción Roja os militantes do POC-Combate e Paulo Paranaguá ocuparam postos de direção. Flavio Koutzii e Paranaguá, junto com mais tres militantes argentinos, integraram seu Buro Político. Enquanto Maria Regina Pilla participou da “direção ampliada” formada pelos membros do Buro Político e mais quatro militantes argentinos<sup>238</sup>. Embora a nova organização tenha surgido sobre as críticas ao predomínio das ações armadas em detrimento da construção do partido revolucionário e sua inserção no movimento de massas, a trajetória de *los rojos* reproduziu em grande medida a dinâmica que criticaram do PRT-ERP ao manter a “estratégia de guerra popular prolongada”<sup>239</sup>. O que gerou novas rupturas na organização, ampliando ainda mais a fragmentação do movimento trotskista na Argentina, apesar do reduzido número de militantes que estas possuíam<sup>240</sup>.

No X Congresso Mundial da Quarta Internacional, no começo de 1974, onde o principal debate girou em torno da luta armada na América Latina, esta perspectiva ainda foi mantida apesar das ressalvas feitas por seus apoiadores em direção a necessidade da sua ligação com a construção do partido e com o movimento de massas. Com a crise no movimento trotskista argentino, e visando enfraquecer a *oposição internacional* que combatia a luta armada nenhuma organização argentina recebeu o *status* de seção oficial<sup>241</sup>.

No período em que a Fracción Roja (FR) iniciou suas atividades, a partir do início de 1973, uma parte dos militantes do POC-Combate continuou atuando na FR, enquanto que

---

após sua expulsão em 1972 constituiu o ERP-22 de Agosto e apoiou o candidato a presidente peronista Hector Cámpora. Conf. CORMICK, *op. cit.*, pp. 30-31.

237 A ruptura ocorreu após a reunião do Comitê Central do PRT-ERP de dezembro de 1972, que se reunia após mais de um ano, depois do retorno de Santucho de Cuba para onde foi depois da fuga da prisão de Trelew – antes ele esteve por um período no Chile. Após essa reunião a questão da “fracionismo desleal” promovido pela Quarta Internacional começou a ser divulgada pela direção do partido. Conf. CORMICK, *op. cit.*, p. 63.

238 CORMICK, *op. cit.*, p. 100.

239 CORMICK, *op. cit.*, p. 179.

240 Logo após o X Congresso Mundial da Quarta Internacional-SU, fevereiro de 1974, a Fracción Roja dividiu-se entre uma minoria que em seguida assumiu o nome de *Liga Comunista* e era contrária a continuidade das ações armadas, enquanto que a maioria mantinha essa perspectiva com o nome *Liga Comunista Revolucionária*, na qual mantiveram-se os brasileiros do POC-Combate. Ver CORMICK, *op. cit.*, pp. 155-157.

241 Fourth World congress since reunification (Tenth World congress), february 1974. In: *International Internal Discussion Bulletin*. SWP, New York, s.c.p., vol. XI, number 5, april 1974, 28 pp. A delegação argentina ao congresso parece ter sido a maior. Com delegados plenos além das *Fracción Roja*-FR e do *Partido Socialista de los Trabajadores*-PST (antigo PRT-LV), compareceram também a *Fracción Bolchevique*-FB (ruptura do PRT-EC no seu V Congresso de 1970) e na qualidade de observadores o *Grupo Espartaco* e o *Grupo Obrero Revolucionario* – cuja origem também provinha da ruptura com o PRT-EC em seu V Congresso. Dentre estas, as tres primeiras receberam o status de seção simpatizante. Nesse mesmo congresso o POC (já sem o adjetivo Combate) participou com um delegado e assinou a moção de protesto ao reconhecimento do Grupo Ponto de Partida como seção simpatizante. Entre os que assinaram a moção estava o brasileiro Michael Löwy (Rossi). Fourth World congress since reunification (Tenth World congress), february 1974. *op. cit.*, p. 21.

outra permaneceu no Chile na expectativa de participar da resistência ao golpe que já era esperado<sup>242</sup>, principalmente após o “tancazo”<sup>243</sup>. No Chile ficaram Angela Mendes, Sandra Castro, Celso Castro e Nelson Souza Khol. Depois de alguns dias do golpe de 11 de setembro, Khol foi sequestrado pela Força Aérea Chilena em 15 de setembro e desapareceu desde então, tornando-se uma das vítimas da repressão militar no Chile sob Pinochet<sup>244</sup>. Angela e Celso conseguem se refugiar na embaixada do Panamá, enquanto Sandra e o casal de filhos foram para a Argentina. Depois de um período “vivendo” na embaixada junto com vários outros militantes de diversas nacionalidades, os três militantes do POC-Combate, antes de ir para a França, conseguiram asilo na Argentina – mas somente Angela Mendes prosseguiu militando na FR. Sandra e Celso decidiram partir para um novo exílio, retornando à França alguns meses depois<sup>245</sup>.

Os brasileiros continuaram na Argentina atuando sob difíceis condições devido a escalada repressiva dos governos Perón (1973-1976). Em maio de 1975 a repressão prendeu a maioria de seus quadros dirigentes e intermediários, inclusive os brasileiros Flávio Koutzzii, Maria Regina Pilla e Paulo Paranaguá membros da direção da *Liga Comunista Revolucionária* – denominação que assumiu a FR a partir de julho de 1974<sup>246</sup>. Os três só foram libertados devido a intervenção do pai de Paranaguá que era embaixador no Kuwait e requisitou a interferência do senador democrata Edward Kennedy. Com a pressão da autoridade dos EUA e do governo Francês, país onde Paranaguá havia estudado, eles conseguiram ser liberados em 1977, indo para a França<sup>247</sup>. Com o fim da LCR Angela

242 Entrevista de Taís à Yacob Falasha, 16/05/2014. E ALMEIDA, Angela M. de e PILLA, Maria Regina. História do POC. In: *Merlino Presente! Caderno de combate pela memória*. Coletivo Merlino, janeiro de 2011. pp. 16-17.

243 Em 29/06/1973 o regimento blindado de Santiago liderado por um oficial neofascista atacou o palácio presidencial e os principais prédios do governo. O “tancazo” como ficou conhecido essa tentativa de golpe foi derrotado pelas forças armadas leais ao presidente e pela mobilização de estudantes e trabalhadores. WINN, P. *A revolução Chilena*. São Paulo: Unesp, 2010. p. 167.

244 MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos (orgs). *Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar, a responsabilidade do Estado*. 2ª ed., rev. e ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. pp. 606-607.

245 O filme de Flavia Castro, filha de Sandra e Celso, narra esse episódio além de outros desse período em que seus pais atuaram entre o Chile e a Argentina. Ver DIÁRIO DE UMA BUSCA. Direção e roteiro Flavia Castro. Produção: Estelle Fiabon, Flávio Ramos Tambellini e Flavia Castro. Brasil/França. Produtora: Les Films du Poisson, Tambellini Filmes e Flavia Castro, em co-produção com Vídeo Filmes e 24 Imagens Produtora, 2010. DVD (108 min), idioma: Português e Espanhol. Documentário.

246 CORMICK, *op. cit.*, pp. 168-169.

247 Foi um dos episódios inseridos na Operação Condor – a articulação de cooperação regional dos serviços de segurança e informações dos Estados militarizados no “combate à subversão”, segundo GOIS, Antônio. Brasileiro relata prisão na Argentina. *Folha de São Paulo*, 25/08/2002. Mundo, p. 10. Sobre a Operação Condor sugerimos BRASIL. Conexões internacionais: A Aliança repressiva no Cone Sul e a Operação Condor. In: BRASIL. *Relatório/Comissão Nacional da Verdade*, vol. I. Brasília: CNV, 2014. pp. 220-273. Disponível em: <[http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf)>, acesso em: 24/11/2016.

Mendes conseguiu chegar à França ainda em 1975, depois da tensão que passou durante a escala do avião no Rio de Janeiro<sup>248</sup>.

A trajetória do POC-Combate é representativa da derrota do projeto revolucionário esposado pela Quarta Internacional-SU alicerçado na luta armada desde 1969. Mesmo com várias derrotas, primeiro na Bolívia e depois na Argentina, com a frustrada aposta no PRT-EC/PRT-ERP dos irmãos Santucho, seus dirigentes europeus mantiveram aquela perspectiva. A auto-crítica, no léxico dos militantes de esquerda, sobre essa estratégia para a América Latina só foi realizada em 1976<sup>249</sup>. Depois das derrotas da revolução na Bolívia (1971), no Chile (1973) e com o novo golpe militar na Argentina (1976) era mais do que evidente que aquele projeto revolucionário tinha condições de continuar.

## 2.7 O Grupo Ponto de Partida

O caminho dos militantes que deram origem ao Grupo Ponto de Partida não ocorreu a partir da evolução de uma única organização política, tal como se deu com os militantes que criaram a tendência POC-Combate. O exílio e a criação de um novo grupo político representou para seus integrantes um afastamento em relação às suas organizações políticas de origem e o início da construção de um novo projeto político. Dentre essas organizações estavam a Ação Popular (AP), o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), além dos jornalistas que editavam o periódico cultural Sol<sup>250</sup>. Diferentes organizações e projetos políticos, com ênfase também variada a respeito da luta armada. Duas características, também verificadas no POC-Combate, estavam presentes no Grupo Ponto de Partida: sua integração ao movimento trotskista internacional e a idade de seus integrantes, em sua maioria jovens estudantes, além de ser o resultado do mesmo processo histórico-político – no entanto, as semelhanças iam até aí. Os integrantes que deram origem ao Grupo Ponto de Partida partiam de uma inquietação sobre a viabilidade das “ações armadas no processo revolucionário brasileiro”. Esta inquietação rapidamente se traduziu em uma dura crítica àquela perspectiva política, bem como às organizações político-militares.

---

248 A escala no Brasil era inevitável na rota para a Europa via oceano Atlântico, a outra rota via Pacífico tinha como escala o Chile o que obviamente foi descartada por ela. Entrevista de Taís à Jacob Falasha, 16/05/2014.

249 Self-Criticism on Latin America. Steering Committee of the International Majority Tendency, s.d. [1976]. In: *International Internal Discussion Bulletin*. SWP, New York, s.c.p., vol. XIII, number 8, december 1976, pp. 03-10. Livo Maitan, por sua vez, mais uma vez preferiu se abster.

250 CERDEIRA, Bernardo. Liga Operária: os primeiros passos. LIT-CI. Disponível em:

<http://litci.org/especial/index.php/construcao/brasil/brasil-artigos/1913-primeiros-passos-aliga-operaria>. Acesso em 16/05/2013.

O encontro com o movimento trotskista então ocorreu com àqueles que faziam oposição à estratégia revolucionária para o continente, definida no congresso de 1969 pela Quarta Internacional. Assim, a trajetória, os objetivos políticos e atuação do grupo são inseparáveis da formação dessa oposição<sup>251</sup>. No entanto, adiantamos que mesmo com o desenvolvimento do grupo marcado e articulado à sua integração na oposição internacional, àquela altura em formação, os militantes brasileiros chegaram às conclusões originais a respeito das saídas políticas para o impasse vivenciado pelo conjunto das esquerdas brasileiras naquele período.

Em 1970 Túlio Quintiliano (1944-1973), jovem recém formado em engenharia civil, decidiu partir para o exílio, após ser condenado (à sua revelia) a três anos de detenção por construir um partido ilegal (o PCBR). Assim, refugiou-se no consulado chileno do Rio de Janeiro onde encontrou o já veterano Mario Pedrosa (1900-1981), intelectual e crítico de arte, fundador do movimento trotskista no Brasil nos anos 1920<sup>252</sup>. Pedrosa também estava na mesma condição de Quintiliano, perseguido pela repressão e decidido a partir para o exílio no Chile. Os dois permaneceram no consulado por aproximadamente três meses, à espera do salvo conduto para deixar o país para o asilo político concedido pelo governo chileno, ainda presidido por Eduardo Frei. Foi nessa ocasião que Quintiliano ouviu as críticas de Pedrosa à luta armada e tomou contato, pela primeira vez, com o Programa de Transição e a Revolução Traída de Leon Trotsky<sup>253</sup>. É razoável supor também que a ideia em criar um grupo político no exílio crítico à luta armada surgiu a partir dessa breve experiência de pré-exílio no consulado chileno. A organização do grupo, a princípio voltado para estudos e debates políticos, ocorreu imediatamente ao desembarque em Santiago do Chile no final de 1970 e já em fevereiro do ano seguinte foi divulgado seu primeiro documento *A propósito de um sequestro*<sup>254</sup>.

Os argumentos que estruturam o documento coincidiam com os elaborados por outras organizações que, no mesmo período, também apontavam as limitações da esquerda

---

251 Diferente das narrativas mais comuns sobre o debate político entre os trotskistas nesse período preferimos utilizar o termo oposição por considerá-la mais adequada para as discussões que se seguiram ao Congresso Mundial de 1969. Como veremos mais adiante a criação da Tendência Internacional Leninista Trotskista ocorreu em março de 1973 e se desdobrou em fração internacional, de mesmo nome, em agosto de 1973. Com esses marcos empíricos evitamos a confusão que pode causar a utilização de novas siglas.

252 Sobre Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil ver especialmente MARQUES NETO, J. C. *Solidão Revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

253 BUCCHINONI, Enio. O “velho” Mário e os jovens trotskyistas. In: *Convergência Socialista*, ano III, nº 48, de 25/11 a 9/12/1981. p. 06. Archivo León Trotsky.

254 *A propósito de um sequestro*. Ponto de Partida, Santiago [do Chile], fevereiro de 1971, 20 pp. AEL/Fundo Fundación Pluma.

brasileira, em especial o projeto revolucionário das organizações político-militares e sua atuação então recente entre os anos 1968-1970. A novidade, para além do referencial político mobilizado na discussão – Lenin e Trotsky –, foi a particular circunstância através da qual *A propósito...* veio à tona.

Os anos 1969 e 1970 foram os anos do auge e declínio das ações armadas realizadas pelas organizações político-militares. Dentre as várias ações que ocorreram nas cidades, vistas como preparativos ao desencadeamento da “guerrilha rural”<sup>255</sup>, os “sequestros” de agentes diplomáticos, com o objetivo de liberar prisioneiros políticos e “divulgar a revolução brasileira”, destacaram-se por seu caráter inédito e espetacular. Depois do primeiro em 1969, em 1970 seguiram-se outras tentativas, mas apenas tres delas tiveram êxitos<sup>256</sup>.

Aquelas ações, embora relativamente bem sucedidas – redundaram na libertação de 130 prisioneiros políticos e certamente empolgavam os militantes brasileiros – mostraram-se insuficientes para alterar a correlação de forças, extremamente desfavorável para as esquerdas. O desfecho da última ação realizada, o “sequestro” do embaixador suíço em dezembro de 1970 – que resultou na libertação de setenta prisioneiros políticos –, ocorreu após quarenta dias de difíceis negociações, sinalizando o declínio das organizações político-militares. Muitos dos nomes escolhidos pela VPR, organização que comandou a ação, foram vetados pelo regime militar<sup>257</sup>. Os militares vetaram também qualquer divulgação de documentos dos revolucionários pela imprensa, diferente do que ocorreu nas ações anteriores quando os militares aceitaram essa exigência – sem falar da intensificação da repressão que se seguiu e que acabou por desbaratar a organização<sup>258</sup>.

Todos os prisioneiros foram “banidos”<sup>259</sup> para o Chile em janeiro de 1971, primeiro ano de governo do recém eleito Salvador Allende. A chegada dos militantes recém liberados ao Chile no início do governo socialista da Unidade Popular, o cruzamento histórico de dois

---

255 GORENDER, *op. cit.*, p. 171.

256 Em março de 1970 o cônsul do japonês Nobuo Okuchi foi raptado e solto em troca de cinco prisioneiros políticos, pela ação comandada pelas VPR, MRT e REDE; junho de 1970 o “sequestro” do embaixador alemão Ehrefried von Holleben em troca de quarenta prisioneiros, comandada pela VPR e ALN; e o último em novembro do mesmo ano o embaixador suíço Gionanni Enrico Bucher que resultou na liberação de setenta prisioneiros políticos, sob o comando da VPR e MRT. Conf. GORENDER, *J. op. cit.*, pp. 217-223.

257 ROLLEMBERG, D. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 94.

258 GORENDER, *op. cit.*, p. 226.

259 Na sequência do rapto do embaixador dos EUA pelas organizações revolucionárias, em setembro de 1969, o regime militar estabeleceu, no mesmo mês, a pena de morte, prisão perpétua e o banimento, através dos Ato Institucional nº 13 e 14, de 5 de setembro de 1969, reforçando a estrutura legal do aparato repressivo. O AI-13 dava o poder ao Executivo de banir do país qualquer brasileiro que ameaçasse a “Segurança Nacional”. Conf. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis, Vozes, 1985; e ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis, Vozes, 1985.

processos políticos que pareciam convergir e confirmar o avanço da revolução no continente latino-americano. O primeiro documento do Grupo Ponto de Partida, lançado logo em seguida à chegada dos “trocados”, foi uma diminuta voz dissonante em meio ao efusivo entusiasmo que a ação e a chegada ao Chile despertou entre os militantes da esquerda.

Na ocasião os brasileiros do Ponto de Partida aproveitaram as, àquela altura, recentes declarações de Régis Debray<sup>260</sup> na revista de nome oposto, *Punto Final* – o que sugere também a inspiração para o nome do grupo dos brasileiros. Dias depois de chegar ao Chile, imediatamente após ser libertado da prisão na Bolívia, Debray concedeu uma entrevista aos jornalistas da revista mencionada e de *Prensa Latina*. Nesta o autor de *Revolução na Revolução* (1967) – obra que partia da experiência revolucionária cubana para teorizar os caminhos da revolução na América Latina através do *foco guerrilheiro* e que obteve grande repercussão à época<sup>261</sup> – sinalizava, nas suas palavras, uma “autocrítica” sobre a luta armada. Para Debray a experiência e os debates do marxismo revolucionário do início do século XX possuíam uma vital atualidade para as análises do processo revolucionário latino-americano<sup>262</sup>. Era a “deixa” para os integrantes de Ponto de Partida para estender aquele deslocamento “autocrítico” como “a tarefa número um da vanguarda revolucionária brasileira.”, processo entendido como uma “redescoberta do marxismo”: “Façamos como Debray, voltemos ao be-a-bá do marxismo”, provocaram.<sup>263</sup>

Salvo engano, não há registros de que o documento tenha obtido alguma repercussão entre a esquerda brasileira exilada. Podemos, no entanto, esboçar algumas hipóteses sobre isso. Além do ambiente político onde ainda predominava a valorização da luta armada, também podemos supor que não havia se constituído uma “comunidade” de exilados brasileiros, que começaram a chegar ao Chile depois da vitória de Allende em setembro de 1970<sup>264</sup> – o documento é datado de fevereiro de 1971. As publicações de exilados brasileiros no Chile, por sua vez, começou no segundo semestre desse ano, intensificando-se no ano

260 Jules Régis Debray (1940-) notabilizou-se durante o final dos anos 1960 ao publicar a obra “Revolução na Revolução” (1967), onde teorizou e generalizou a experiência revolucionária para todo o continente latino-americano. Em 1967 participou junto com Ernesto “Che” Guevara do Ejército de Libertación Nacional, a guerrilha de “Che” na Bolívia. Preso logo em seguida, foi libertado no contexto da reativação das mobilizações das massas bolivianas no final de 1970.

261 DEBRAY, R. *Revolution in the Revolution? Armed Struggle and Political Struggle in Latin America*. Monthly Review Press: s.l., 1967.

262 Régis Debray habla em libertad [entrevista], p. 02. In: Suplemento de la edición nº 121 de Punto Final, martes 5 de enero de 1971. Santiago de Chile. 12 pp.

263 A propósito de um sequestro. *op. cit.*, pp. 01 e 04.

264 ROLLEMBERG, *op. cit.*, p. 97

seguinte, daí talvez a ausência de registros sobre sua repercussão entre os brasileiros<sup>265</sup>. Por outro lado, para o movimento trotskista internacional o documento do Grupo Ponto de Partida não passou despercebido.

Crítico à tática de guerrilhas e às ações das organizações político-militares do Brasil, o documento estava afinado com as posições do Partido Revolucionario del Trajador-*La Verdad* (PRT-LV) argentino e do *Socialist Workers Party* (SWP) dos EUA. Os dois partidos eram as principais organizações que criticavam a orientação adotada pela Quarta Internacional no seu IX Congresso Mundial e desde então estavam em estreita colaboração para a articulação de uma oposição nas fileiras da Internacional contra a adoção da estratégia guerrilheira.

Logo no mês seguinte a sua divulgação no Chile o documento do grupo brasileiro é divulgado na imprensa do SWP. Primeiro foi traduzido e publicado na *Intercontinental Press*<sup>266</sup>, em seguida a posição política que expressavam era elogiada no comentário do veterano militante Peter Camejo no jornal *The Militant*<sup>267</sup> e por fim em maio *A propósito ...* é republicado na revista teórica do SWP, a *Internationalist Socialist Review*<sup>268</sup>.

A “ampla” visibilidade alcançada na imprensa trotskista suscitou rapidamente a reação dos representantes da direção majoritária da Quarta Internacional. Na carta que enviou à direção do SWP, o representante da seção francesa *Ligue Communiste*<sup>269</sup> questionava a divulgação pelo partido estadunidense da “declaração” de um grupo que não possuía nenhum

265 Através da relação de periódicos publicados no Chile utilizados pela pesquisadora Denise Rollemberg, que segundo seu levantamento totalizavam onze periódicos, um título a menos do levantamento que fizemos (só para àqueles publicados no Chile!). Através da consulta de seus números no CEDEM/CEMAP Fundo Asmob constatamos que eles começam a ser publicados a partir do segundo semestre de 1971. A primeira publicação dos exilados brasileiros no Chile foi a *Frente brasileño de informaciones* em janeiro de 1971. A relação de periódicos utilizados por Rollemberg encontra-se na página 354 do seu livro *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro, Record, 1999.

266 Concerning a Kidnapping in Brazil. In: *Intercontinental Press*, vol. 9, nº 12, march 29, 1971. SWP, s.l. [New York], pp. 282-287.

267 Brazilian marxist view of kidnappings. CAMEJO, P.. In: *The Militant*, vol. 35, number 16, april 30, 1971, p. 21.

268 Concerning a Kidnapping in Brazil. In: *Internationalist Socialist Review*, vol. 32, nº 05, may 1971, pp. 20-26. Em 1972 o documento dos brasileiros seria republicado no periódico do PRT-LV *Revista de America*, nº 8/9, mayo-agosto 1972, pp. 29-35.

269 May 16, 1971, Letter from Stein to the National Leadership of the Socialista Workers Party. Publicado em seguida no *International Information Bulletin*, nº 06, November 1971. SWP, s.l. [New York], pp. 24-25. Seguidas pela resposta de Joseph Hansen: June 1, 1971, Letter from Joseph Hansen to Stein ( *International Information Bulletin*, op. cit., pp. 25-26); nova carta-resposta de Stein: June 15, 1971, Letter from Stein to Joseph Hansen (*International Information Bulletin*, op. cit., p. 26); e as duas últimas cartas-respostas de Hansen: June 24, 1971, Letter from Joseph Hansen to Stein e June 30, 1971, Letter from Joseph Hansen to Stein (*International Information Bulletin*, op. cit., pp. 25-26 e 26-27 ); finalizando com a resposta de Peter Camejo In Answer to comrade Stein ( *International Information Bulletin*, op. cit., pp. 28-29). As trocas de cartas foram republicadas em 1972 no *Discussion on Latin America (1968-1971)* dossiê publicado pelo SWP sobre os debates sobre a estratégia revolucionária para a América Latina. In: *International Information Bulletin*. Discussion on Latin America (1968-1971). S.d. [1972],s.a [SWP], s.l. [Nova York], s.c.p. , 184 pp.

vínculo com a internacional<sup>270</sup>. Além de atacar as posições políticas do documento como abstratas, típicas de estudantes de filosofia que tentavam dar lições sobre política, sublinhava também a inexistência de uma seção da Internacional no Brasil<sup>271</sup>. E indagava porque o SWP dava destaque à “um ponto de vista não marxista” em sua imprensa ao invés de divulgar a contribuição de dois militantes brasileiros que (supostamente) haviam ingressado recentemente às fileiras da Quarta Internacional<sup>272</sup>.

A carta era assinada por Stein, pseudônimo de Paulo Paranaguá e o documento que a seu ver deveria ser publicado na imprensa de seus camaradas dos EUA era *Brazil: seven years of military dictatorship*. O artigo foi publicado em duas partes sob o título: *Torture et miracle économique*, em março do mesmo ano na *Quatrième Internationale*; e *La gauche révolutionnaire au Brésil*, em maio do mesmo ano e também no mesmo órgão oficial da Quarta Internacional<sup>273</sup>. Os autores do artigo eram Eduardo Pinheiro, outro pseudônimo de Paranaguá, e J. Mattos, pseudônimo de Emir Sader. O primeiro já era militante trotskista pelo menos desde 1969, já o segundo, embora tenha permanecido no POC após a cisão de 1970 não chegou a aderir ao movimento trotskista<sup>274</sup>. O expediente adotado por Stein sobre o documento que deveria representar a posição dos brasileiros só é compreensível se tivermos em vista o processo que começava a ganhar corpo na Internacional trotskista, representado pelo Secretariado Unificado.

A divulgação dada aos brasileiros do Ponto de Partida pelo SWP denotava obviamente a aproximação de uma importante seção do trotskismo – que fazia oposição às orientações políticas para a América Latina dos dirigentes europeus – com a esquerda brasileira. No mesmo momento, vale lembrar, em que os europeus ganhavam a adesão dos militantes do POC (que criariam a tendência trotskista Combate) e resultou no retorno de Merlino ao Brasil em junho de 1971. O episódio em torno do primeiro documento do Ponto de Partida explicitava a divergência de posições na Quarta Internacional e evidenciava os primeiros

---

270 May 16, 1971, Letter from Stein to the National Leadership of the Socialista Workers Party, *op. cit.*, p. 24.

271 Idem, *ibidem*, p. 24.

272 Idem, *ibidem*, p. 24.

273 PINHEIRO, Eduardo e MATTOS, J. Torture et miracle économique. In: *Quatrième Internationale*, 29<sup>o</sup> année, n<sup>o</sup> 48, mars 1971, pp. 33-35; PINHEIRO, Eduardo e MATTOS, J. La gauche révolutionnaire au Brésil. *Quatrième Internationale*, 29<sup>o</sup> année, n<sup>o</sup> 49, mai 1971, pp. 40-43. Conforme compromisso assumido pelo dirigente do SWP os textos foram publicados posteriormente no *Intercontinental Press* nas edições n<sup>o</sup> 26 e 27 de julho de 1971. Hansen editor da *Intercontinental* cortesemente respondeu que não havia publicado o artigo porque não os havia recebido para traduzi-los. Diferentemente de Stein que chegou a exigir uma declaração ou uma retificação sobre a publicação do documento dos brasileiros de Ponto de Partida.

274 Angela Mendes de Almeida. *Sobre os textos de brasileiros publicados na Quatrième* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por Tiago de Oliveira em: 21 mai. 2014.

passos da oposição, ainda não plenamente organizada, em sua batalha contra a estratégia revolucionária para o continente latino-americano calcado na guerrilha.

Sobre a formação da oposição o partido argentino, o PRT-LV, tinha uma posição mais decidida do que seus camaradas dos EUA. Para os trotskistas argentinos era necessário ir além da batalha pela reavaliação das orientações para a América Latina do IX Congresso Mundial e construir de fato uma nova equipe dirigente da Internacional<sup>275</sup>. Em estreita colaboração com os argentinos, a definição dos objetivos políticos do Grupo Ponto de Partida desenvolveram-se dentro desse processo de formação da oposição internacional que passou pela decisão do SWP em organizar uma tendência em agosto de 1972 – e sua posterior declaração na reunião da executiva da internacional em dezembro do mesmo ano com a apresentação do documento “Argentina e Bolívia: um balanço”<sup>276</sup>.

A organização e fundação da *Tendência Leninista Trotskista*, porém, ocorreu no ano seguinte, em 5-8 de março de 1973 em Santiago do Chile<sup>277</sup> com base no documento apresentado em dezembro de 1972. Poucos meses depois, já às vésperas do X Congresso Mundial, em agosto a tendência é transformada em *Fração Leninista Trotskista*, no congresso do SWP em Toronto-Canadá, ocasião onde também ocorreu a reunião da tendência<sup>278</sup>.

275 “O objetivo fundamental da viagem é constituir a tendência, qualquer que seja ela (...) Nosso objetivo é conseguir uma fração, mas não devemos agir deslealmente.” MEMORADUM. s.a. [PSA], 11 de agosto 1972, p.1. Fundación Pluma.

276 Argentina and Bolivia – the balance sheet na reunião do Comitê Executivo da Quarta Internacional de dezembro de 1972. Foi assinado por Hugo Blanco (trotskista do Peru), Peter Camejo e Joseph Hansen pelo SWP, e Aníbal Lorenzo e Nahuel Moreno pelo PST argentino. O documento era uma crítica implacável aos rumos da Quarta Internacional na América Latina e uma defesa pelo reconhecimento do PST como seção oficial. Duas das suas quatro partes foram colocadas para votação. A parte II The Lesson of Bolivia recebeu 11 votos a favor, 18 contra 2 abstenções e 1 não votou; a parte III The Lesson of Argentina recebeu 11 votos a favor, 15 contra, 3 abstenções e um não votou. *International Internal Discussion Bulletin*, vol. X number 1, January 1973, 55 pp. O documento circulou entre os militantes da Internacional a partir de janeiro de 1973, primeiro em inglês com a publicação do SWP e logo em seguida em espanhol com *Boletín de Informaciones Internacionales*, nº 01, febrero 1973 publicado pelo PST. Fundación Pluma. O documento concluía com um chamado às organizações trotskistas para a conformação de uma tendência internacional visando a revisão da orientação política para o continente latino-americano a ser efetivado no próximo Congresso Mundial, o décimo.

277 Conf. Declaration of the Leninist-Trotskyist Tendency. In: *International Internal Discussion Bulletin*, vol. X number 3, march 1973, p. 3. Trotskistas de diversos países participaram da fundação da tendência, entre eles Antenor e Javier (pseudônimos) do Grupo Ponto de Partida.

278 No entusiasmado informe dos dois representantes argentinos do PST sobre as discussões que ocorreram no congresso do SWP, no qual participou também Livio Maitan, os autores resumiam brevemente a discussão sobre a América Latina, a decisão do SWP em tornar a tendência em uma fração para combater os erros da direção majoritária e manter a unidade da Quarta Internacional. BOLETIN especial sobre la convención del SWP, y la reunion de la Tendencia Leninista Trotskista. E. y A., 11 de agosto de 1973, 7 pp. Fundación Pluma. E The New situation in the Fourth International. A Statement by the Leninist-Trotskyist Faction. In: *International Internal Discussion Bulletin*, vol. X number 15, october 1973, pp. 6-12. A principal razão que levou o SWP a decidir-se pela constituição da fração, – ou seja, não se tratava mais de apenas revisar uma política, mas de tirar a direção política à frente da Internacional – foi a evidência de uma “fração secreta” no partido estadunidense apoiada pelos dirigentes europeus. Na declaração é apresentado também os componentes do Comitê de Direção Internacional da fração, neste o Brasil é representado pelo militante Antenor do Ponto de Partida.

O grupo brasileiro, no entanto, mesmo possuindo reduzido número de integrantes – com pouco mais de uma dezena – entrou em desacordo sobre as perspectivas para o desenvolvimento de Ponto de Partida. A divisão ocorreu a partir de diferentes visões sobre o significado do exílio para os militantes. Esse aspecto esteve presente no conjunto da esquerda exilada e em sua primeira fase, até 1973, predominou a perspectiva de retorno imediato ao Brasil e a re-integração à luta política, principalmente entre os militantes das organizações político-militares – constituiu para os “trocados” nas ações de “sequestro” de agentes diplomáticos em um “dilema moral”<sup>279</sup>. Para a maioria dos militantes a condição de exilado não era sequer aceita, seu afastamento do país era visto como temporário. Muitos desconsideraram a situação política e os poucos que conseguiram retornar ao Brasil acabaram presos ou mortos pela repressão.

Entre os integrantes do Ponto de Partida a questão pareceu ter se resumido à qual a relação que deveria existir entre o grupo dos brasileiros com o processo político chileno, por um lado, e sobre o significado do exílio e o processo político brasileiro, por outro lado. Para uma parte do grupo tratava-se de desenvolver um trabalho junto à esquerda brasileira exilada, com vistas ao retorno em breve ao país para a construção do partido político do proletariado. Enquanto para os outros militantes a integração ativa nas lutas do processo chileno e um trabalho de crítica à “luta armada” entre os exilados brasileiros eram vistos como os mais adequados<sup>280</sup>. Os primeiros ficaram com o nome Ponto de Partida, enquanto que os segundos passaram a se denominar Ponto de Partida-Tendência Socialista<sup>281</sup>. Segundo Bianchi e Faria os dois grupos estavam em vias de unificação em 1973, processo que foi interrompido com golpe de Pinochet<sup>282</sup>.

Pelas fontes disponíveis não é possível precisar quando efetivamente aconteceu a divisão, o certo é que os que assumiram a perspectiva de retornar ao país e mantiveram o nome de origem foram os que estreitaram as relações com o partido argentino e com a

---

279 ROLLEMBERG, *op. cit.*, 77.

280 Conf. BIANCHI, A. Do Ponto de Partida à fundação da Liga Operária. Blog Convergência, 14 de abr. de 2014. Disponível em: <https://blog.esquerdaonline.com/?p=2203> Último acesso: 20/01/2018; e FARIA, M. M. de. *Partido Socialista ou Partido dos Trabalhadores?* Contribuição à História do Trotskismo no Brasil. A experiência do movimento convergência socialista. Rio de Janeiro, 2005, [s.n.]. Dissertação (Mestrado em História Comparada). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. p. 27.

281 Em documento de novembro de 1972 Ponto de Partida-Tendência Socialista é mencionada de passagem. Em marcha. J. Miranda de Alencar. Santiago, novembro de [19]72. 9 pp. AEL Fundo Fundación Pluma.

282 Conf. BIANCHI, *op. cit.* e FARIA, *op. cit.*, *loc. cit.*

oposição aos dirigentes europeus da Quarta Internacional. Supomos, no entanto, que o documento assinado por Ponto de Partida, *Hacia el Partido Revolucionario*<sup>283</sup> de junho de 1972, sugere que a divisão já estava consumada nesta data.

O conteúdo das suas vinte e tres páginas tem como foco a crítica das cinco teses do POC-Combate publicada na revista Combate que abordamos mais acima. Ao polemizar contra as posições do POC-Combate sobre o processo político brasileiro, Ponto de Partida inseria-se diretamente na discussão em andamento sobre a adoção da tática da guerrilha pelo movimento trotskista. Em agosto do mesmo ano a perspectiva de construção do partido político no Brasil era endossada pelo partido argentino, através do acordo estabelecido pelo qual os argentinos assumiam o compromisso de ajuda aos brasileiros<sup>284</sup>. O acordo ocorreu no mesmo mês em que a oposição internacional deu os primeiros passos para a organização do debate político com a reunião entre os argentinos e o SWP e a preparação da construção da tendência internacional<sup>285</sup>. Como adiantamos mais acima a tendência será declarada em reunião da executiva da Quarta Internacional em dezembro de 1972, com a apresentação do documento “Argentina e Bolivia: um balanço”.

Nesse ínterim os brasileiros de Ponto de Partida integraram-se definitivamente à oposição. O militante J. Miranda de Alencar em novembro anunciava a nova fase do Ponto de Partida definida como parte orgânica da oposição internacional, àquela altura já nomeada de tendência da minoria e não mais como minoria com vinha sendo chamada desde o congresso de 1969<sup>286</sup>. O objetivo dos brasileiros passava, além da re-afirmação da necessidade em construir um partido político do proletariado no Brasil, pela divulgação das posições da minoria da internacional e o trabalho com os brasileiros exilados pelo desenvolvimento de “uma corrente com orientações proletárias e revolucionárias.”<sup>287</sup>, voltado para o projeto de integração na luta política no Brasil e a construção do partido. Entre as organizações mencionadas e que expressavam as minoritárias posições “proletárias e revolucionárias” estariam, além do próprio Ponto de Partida, a OCML-PO, um setor da Ação Popular, o Grupo Ponto de Partida-Tendência Socialista e o grupo que editava o jornal Campanha<sup>288</sup>. Para

283 *Hacia el Partido Revolucionario*. s.a. [Ponto de Partida], s.l., Junio de [19]72, 23 pp. (em espanhol). AEL Fundo Fundación Pluma.

284 “Este acordo se faz a partir do que o Partido Argentino considera como objetivo fundamental do Ponto de Partida, deve ser a participação no processo da luta de classes no Brasil.” ACTA del acuerdo. s.a. [PSA-Ponto de Partida], Buenos Aires, 03 de agosto de 1972, 1p. (em espanhol). AEL Fundo Fundación Pluma.

285 Conf. MEMORADUM, *op. cit.*

286 Em marcha, *op. cit.*, pp. 01-04.

287 Idem, *ibidem*, p. 07.

288 Idem, *ibidem*, p. 07. O jornal Campanha foi criado por militantes da Fração Bolchevique, uma dissidência

concretizar essa nova fase e aprofundar o trabalho político com a “emigração” brasileira era fundamental a publicação de um periódico próprio do grupo<sup>289</sup>, o que ocorreu em janeiro de 1973 com o lançamento da revista *Punto de Partida*.<sup>290</sup>

A experiência do Grupo *Punto de Partida*, no entanto, foi encerrada pela ofensiva contrarrevolucionária no Chile com o golpe de 11 de setembro pelas Forças Armadas que depôs o governo de Salvador Allende e instaurou uma sanguinária ditadura. Em seguida seus integrantes, como Ennio Bucchioni, Jorge Pinheiro e Túlio Quintiliano são presos no grande campo de prisioneiros que se tornou o Estádio Nacional do Chile. Entre estes, o jovem Túlio – principal articulador e fundador do Grupo *Punto de Partida* – não teve a mesma sorte que seus companheiros, após ser levado para o distrito militar de Tacna lá foi assassinado, como ficou comprovado posteriormente. A outra parte de seus integrantes, tanto os de *Punto de Partida*, quanto *Punto de Partida-Tendência Socialista* – que àquela altura debatiam uma unificação – conseguiram escapar da onda repressiva que se seguiu ao golpe. Depois do período de confinamento nas embaixadas e consulados eles se dispersaram em novo exílio, principalmente em direção à Europa.

Jorge Pinheiro (1945-), Maria José Lourenço e Valderez Duarte, junto com Waldo Mermelstein – que até o golpe de Pinchot integrou o *Movimiento Izquierda Revolucionaria*, o MIR chileno<sup>291</sup> – no entanto, escolheram a Argentina e lá foram acolhidos pelo PST<sup>292</sup>. Os quatro retomaram a breve “experiência passada dos grupos *Punto de Partida* e *Punto de Partida-Tendência Socialista*” na fundação da *Liga Operária*<sup>293</sup>, que ocorreu ainda em 1973, e junto com os argentinos organizaram a volta para o Brasil, logo no início de 1974.

---

da POLOP do Rio de Janeiro. Seu primeiro número apareceu em 1972 sendo publicado regularmente. Depois do golpe no Chile foi publicado na França até 1979.

289 Idem, *ibidem*, p. 08.

290 *Punto de Partida*. Revista de los marxistas revolucionários brasileños. *Punto de Partida*, s/l [Santiago], nº 1, enero de 1973. 20 pp. Em espanhol. In: In: AEL, Fondo Fundación Pluma.

291 Waldo Mermelstein participou no Brasil do movimento estudantil, depois de 1968 aderiu a uma organização de esquerda sionista. Em 1970 rompeu com a organização e foi para a Palestina antes de ir para o Chile, onde pretendia continuar seus estudos. Em entrevista a Alvaro Bianchi relatou que já se considerava um trotskista quando conheceu Jan Axelson trotskista sueco que também estava no Chile, foi a partir de Axelson que Mermelstein conheceu as ideias da oposição internacional e aderiu ao movimento trotskista logo em seguida. Conf. BIANCHI, A. *Do Punto de Partida à fundação da Liga Operária (1970-1974)*. In: Blog Convergência, 14 de abril de 2014. Último acesso: 15/04/2014.

292 FARIA, *op. cit.*, p. 27.

293 Por la unificación de los revolucionarios marxistas brasileños. p. 01, s.a. [*Liga Operária*], s.l., 15/01/1974, 13 pp. In: Archivo León Trotsky.

### CAP. 3 ANÁLISES TROTSKISTAS SOBRE A DITADURA MILITAR

Neste capítulo vamos analisar como os trotskistas caracterizavam o regime e o governo políticos dos anos 1969 à 1973. Os autores e fontes que utilizamos para essa discussão partiam da luta de classes que marcava a conjuntura política para, através da análise, orientar sua práxis transformadora para essa mesma conjuntura. Dada essa característica, nem sempre a reflexão sobre o regime político esteve no centro dessas análises, ainda assim elas são mais evidentes se os compararmos com os partidos e grupos que projetaram a luta armada. As fontes que utilizamos nesse capítulo correspondem tanto à documentos internos quanto aqueles destinados para fora da organização. São principalmente, documentos com discussão de circulação interna, resoluções políticas, jornais, revistas, além de cartas trocadas entre os militantes.

#### 3.1 Ditadura Militar estrutural: a análise do POC-*Combate*

Para os trotskistas da tendência POC-Combate a ditadura militar era uma forma de governo que por um lado resultou do tipo de desenvolvimento capitalista possível em países como o Brasil – localizados na periferia do mercado mundial – e ao mesmo tempo de uma escolha da burguesia brasileira, o mais correto seria dizer da preponderância do setor mais moderno sobre os demais. Dada a incapacidade das classes dominantes em fazer concessões econômicas às demandas mais elementares da classe trabalhadora – como as de aumento de salário –, para manter a expansão da economia era mais do que necessário aquelas “condições repressivas inerentes à forma de governo ditadura-militar.”<sup>294</sup>

O impulso econômico daqueles anos – já evidentes quando da redação das teses pela tendência trotskista – estava centralizado, argumentavam, sobre o desenvolvimento de uma nova política para a classe operária, assentada sob uma compressão salarial. Ou seja, a burguesia brasileira abandonou a negociação do preço da força de trabalho, como havia feito até então, pela repressão. A compreensão dessa mudança remetia, segundo a análise, para a política burguesa, em relação à classe operária, presente no processo histórico-político anterior ao golpe de 1964, notadamente as soluções esboçadas pelo governo de João Goulart (1961-1964) que tentou superar a crise econômica que se arrastava desde o “desenvolvimentismo” de Juscelino Kubitschek (1956-1960).

---

<sup>294</sup> Combate, nº 1, *op. cit.*, p. 53.

Os trotskistas argumentavam que para superar a crise econômica Goulart tentou implementar “uma política de redistribuição de renda, através das reformas de base”, que contou, inclusive, com “concessões salariais”. Acreditava-se que com isso, afirmavam, seria possível cumprir o duplo objetivo de: ao aumentar o “nível de consumo das massas trabalhadoras abria-se a possibilidade de um novo surto industrial” ao mesmo tempo que tentava manter “uma política de colaboração de classes, de tipo populista.”<sup>295</sup>

Aquela política não obteve êxito, ponderavam os trotskistas, pois a política redistributiva de Jango chocou-se com o desenvolvimento e consolidação dos setores modernos e associados às multinacionais – ligados à produção de bens de consumo duráveis – que ocorreu justamente sob o governo de Kubitschek. Ao aumentar a renda, estendendo o consumo popular, destacavam, esse setor moderno e articulado como o imperialismo não seria beneficiado, mas sim àqueles típicos do consumo popular, como alimentício, calçado e têxtil, segmentos vinculados ao capital nacional. Dessa forma, a possibilidade de distribuição de renda, concluíam, ia de encontro aos interesses do setor dominante da indústria.<sup>296</sup> Ao mesmo tempo o “governo populista”, cada vez mais, dava sinais de que perdia sua capacidade em controlar as movimentações dos trabalhadores. Manter a possibilidade de negociação salarial “numa situação de super-exploração da força de trabalho, ameaçava cada vez mais ultrapassar o controle pelego oficial, desencadeando uma dinâmica incontrollável de luta entre o salário e o preço”<sup>297</sup>.

Nesse sentido o primeiro governo da Ditadura Militar – Castelo Branco – foi representativo daquela ruptura em relação aos governos anteriores, ao ter feito uma “opção clara em favor dos setores dinâmicos da indústria. Seu governo se caracteriza, neste sentido, pela concentração da renda em favor do grande capital, por um acelerado processo de monopolização da indústria.”<sup>298</sup> A institucionalização da compressão salarial que iniciou aquele governo não foi entendido pelos trotskistas do POC como uma solução conjuntural mas “uma opção a longo prazo, dentro da lógica do desenvolvimento do setor industrial dominante, o setor monopolista. Um tipo de solução econômica que marginalizava o consumo popular.”<sup>299</sup>

A ditadura militar, na análise do POC-Combate, ao intervir diretamente no

---

295 Idem, ibidem, p. 18.

296 Idem, ibidem, p. 19.

297 Idem, ibidem, p. 19.

298 Idem, ibidem, p. 19.

299 Idem, ibidem, p. 19.

planejamento da economia, assumiu como sua tarefa a contenção dos salários. Ao mesmo tempo em que era capaz de prevenir as consequências que a situação de intensificação da exploração dos trabalhadores poderia ocasionar. Em síntese, essa transformação significava que a política da burguesia não era mais aquela “de neutralizar a classe através de reformas ou de concessões econômicas, mas através da repressão.”<sup>300</sup>

Por outro lado, a ditadura militar, não só economicamente, mas também politicamente estava adequada aos então atuais interesses do imperialismo para a América Latina. Nesse sentido, afirmavam os trotskistas do POC, o Brasil tornou-se o país modelo da nova política do imperialismo. Sustentavam que dado o “alto grau de integração do capital nacional aos trustes imperialistas” somente com o “arrocho salarial” para as amplas massas era possível manter uma taxa de lucro suficiente tanto para seu reenvio aos centros imperialistas, quanto para permitir um re-investimento na economia nacional<sup>301</sup>. Politicamente estava integrada também aos interesses imperialistas, pois significou o esgotamento das soluções burguesas para o país – tal como ela encaminhou até o golpe de 1964. Depois da Revolução Cubana, para o imperialismo, entendiam os trotskistas, encerrou-se a fase em que vigorou os “governos populistas”<sup>302</sup>.

O tipo de economia capitalista possível nos “países subdesenvolvidos”, como o Brasil, paralelamente e integrado ao estágio pelo qual passava o imperialismo determinou inexoravelmente, segundo a análise trotskista, a ditadura militar como forma permanente de governo e a militarização do Estado burguês, porque só o exército tinha condições de cumprir determinadas tarefas. Entendiam ainda que essa característica não era uma exclusividade dos rumos que tomou o Brasil, mas uma tendência que incorporava toda a América Latina. Em suas palavras, a

militarização do Estado burguês na América Latina não é um fator conjuntural, e sim estrutural, e isso por causa das tarefas que o Exército exerce, e que só ele é capaz de exercer.<sup>303</sup>

(...) o terreno político mais propício para o desenvolvimento do capitalismo, no atual estágio do imperialismo, e nos países subdesenvolvidos como nosso é a ditadura militar, e não a democracia parlamentar.<sup>304</sup>

---

300 Idem, *ibidem*, p. 20.

301 Idem, *ibidem*, p. 44.

302 Idem, *ibidem*, p. 53.

303 Idem, *ibidem*, p. 44.

304 Idem, *ibidem*, p. 52.

Em sua análise o POC-Combate captou o fenômeno da “autonomização relativa do Estado”, mas sem atribuir ao regime político as características *bonapartistas*. Vejamos. Para implementar o “arrocho salarial”,

a mola mestra desse “desenvolvimento” subdesenvolvido. Para mante-la e reprimir todos os protestos é essencial o estabelecimento de uma ditadura militar na qual a repressão policial seja incorporada a todas as esferas da atividade do governo. O Exército passa paulatinamente a ocupar as funções do poder executivo, eliminar o poder legislativo e desmoralizar o poder judiciário: *a burguesia entrega o poder do Estado ao Exército, e este assume as tarefas históricas da classe burguesa, as tarefas que a burguesia local é incapaz de encaminhar: a de preservar e desenvolver a formação social capitalista.*<sup>305</sup>

Nesse sentido, segundo as teses do POC-Combate, o AI-5 em 1968 foi o coroamento pela ditadura militar da imposição do seu programa político e econômico, processo que transcorreu entre os anos 1964 a 1967. A partir de então a situação política havia sido definitivamente resolvida – assim acreditavam. “A ditadura militar tornou-se no país o regime por excelência das classes dominantes, o Exército o seu partido. (...) Exército/Partido do imperialismo e das classes dominantes, e ao mesmo tempo equipe política dirigente.”<sup>306</sup>

No enquadramento da análise dos trotskistas do POC-Combate o regime político pós-1968, sob a vigência do AI-5, possuía, conforme exposição que fizemos acima, um caráter estrutural determinado pela integração entre uma parte do capital nacional – setor industrial moderno associado à capitais estrangeiros – com o imperialismo. A intensificação da exploração dos trabalhadores, via “arrocho salarial”, por sua vez, era entendido como o único caminho viável para manter um desenvolvimento econômico, nas condições de “país subdesenvolvido” e em sua integração com o imperialismo. Essa expansão econômica, no entanto, não abria margens para o atendimento das demandas mais elementares dos trabalhadores, como as de recomposição salarial. Logo, para a burguesia não havia mais possibilidade de manter uma política *reformista* que implicou em negociações salariais – tal como ocorreu no período até o golpe de 1964. Para assegurar a contenção das reivindicações a repressão sistemática entrou na ordem do dia.

Assim, para manter seu domínio econômico, o conjunto da burguesia brasileira –

---

305 Idem, *ibidem*, p. 45. Grifos nossos.

306 Idem, *ibidem*, p. 54.

liderada por seu setor econômico mais dinâmico – aceitou retirar de cena seus representantes políticos diretos, incapazes para a tarefa que se impunha (o que ao mesmo tempo, podemos acrescentar, a destituía de controles diretos sobre a nova cúpula dirigente do Estado). No lugar dos seus tradicionais representantes, ela aceitou “a transformação do exército em partido nacional das classes dominantes”<sup>307</sup>. Vale sublinhar mais uma vez – pois esse fator esta na base do projeto político que esboçou o POC-Combate – que a militarização do regime (militarização do Estado, como diziam) foi o ponto de chegada do qual não havia, dentro da ordem capitalista, possibilidades de modificações substanciais, dada as condições que estavam em sua origem. Isso decorreu também, fundamentalmente, pela própria transformação pela qual passou o Exército a fim de garantir a dominação burguesa. Na sua análise o POC-Combate sublinhou que o Exército, “partido do imperialismo e das classes dominantes”,

passou por todo um processo de transformação. Iniciou-se com as depurações de 1964; continuou com a organização do SNI e com a remodelação da Escola Superior de Guerra; e veio a se terminar não apenas com a integração técnica com os aparelhos repressivos americanos, mas também com a complementação ideológica das funções do Exército, através da aliança com os quadros técnicos que lhes formularam os objetivos econômicos a atingir. Esse processo fez do Exército brasileiro um aparelho repressivo e um instrumento político sem medida comum com qualquer partido burguês ou pequeno-burguês, mas sobretudo fez dele uma instituição muito bem estruturada internamente, infensa ao máximo aos conflitos sociais, eficaz, bem hierarquizada. Enfim, um aparelho repressivo de qualidade diferente do que existia até 1964, tanto pela qualidade técnica, quanto pelo grau de coesão ideológica, e pela consequente capacidade de utilização imediata e permanente dele para a repressão política e social.<sup>308</sup>

O POC-Combate atribuiu ao Exército uma coesão político-ideológica que não existiu, vide as crises pela qual passou a corporação nas ocasiões de sucessão presidencial, como na talvez mais exemplar delas a “crise sucessória” de 1969 que levou Garrastazu Médici à presidência. Como veremos no capítulo final essa perspectiva trouxa várias implicações para a definição das estratégia e táticas do projeto político dos trotskistas do POC.

### 3.2 O papel bonapartista da “camarilha militar”: a interpretação da FBT

A análise dos trotskistas da FBT sobre o regime político brasileiro pós-1964, e

---

307 Idem, *ibidem*, p. 51.

308 Idem, *ibidem*, p. 54.

particularmente pós-1968, esteve centrada sobre os sentidos políticos que assumiram as Forças Armadas, especialmente o Exército no processo político não só do Brasil, como também na América Latina. Foram entendidas como parte das repercussões de uma nova situação política internacional – a “nova etapa da revolução mundial”<sup>309</sup>, como a compreendiam –, nos países “subdesenvolvidos”. Essa nova situação estava representada pela crise da humanidade que mais uma vez, segundo a FBT, expressava-se em razão da “crise da direção revolucionária do proletariado”, marcada, por um lado pela falência das direções políticas nacionalistas (nos países “subdesenvolvidos”), pelo recuo – assim entendiam – da Revolução Cultural na China, e por outro lado pelo ascenso do proletariado francês em 1968<sup>310</sup>.

Diversos processos políticos dos chamados países “subdesenvolvidos” – como se referiam aos países periféricos do capitalismo, como da África, Oriente Médio, sudeste da Ásia e da América Latina –, sem se preocupar, ou abstraindo, suas particularidades, representavam para a FBT a inviabilidade para a continuidade de direções políticas com coloração nacionalista. Essa expressão política, proveniente tanto da pequena-burguesia, quanto de setores da burguesia, segundo a análise da FBT haviam predominado, até então, naqueles países. Em sua Resolução Internacional (1968), argumentavam que isso ocorreu principalmente, por um lado pela “ausência de uma direção marxista” e por outro “pelas contradições mundiais do capitalismo”, ou seja, em decorrências das estreitas margens disponíveis para a “competição pelo mercado interno com o imperialismo.”<sup>311</sup> Dado esse suposto “vazio das direções as massas se agarraram às direções nacionalistas”, como na Argentina com Perón e na Revolução da Argélia<sup>312</sup>.

Assim, na leitura da FBT o nacionalismo apresentava seus limites, tornando-se inviável. Por um lado porque não conseguiam mais sustentar uma posição de independência em relação ao imperialismo e por outro porque também não possuíam mais forças para resistir às pressões do “avanço das massas”. Foi o que ocorreu, por exemplo, no Brasil com o golpe de 1964, que significou nesse sentido o fim do nacionalismo. Isso ocasionou, prosseguiram, um vazio de direção para o proletariado, ou para “as massas”, pois destituídos da existência de uma “direção marxista” os trabalhadores haviam se integrado ao

309 Conf. Situação Internacional: a atual etapa do desenvolvimento da luta de classes. Suplemento nº 3 de *Voz Proletária*. Fração Bolchevique Trotskista. Março de 1969. In: Acervo particular de Arkan Simaan. Este suplemento reproduziu a Resolução Internacional da I Conferência da FBT, realizada em julho-agosto de 1968.

310 Idem, *ibidem*.

311 Idem, *ibidem*, p. 8.

312 Idem, *ibidem*, p. 8-9.

nacionalismo; para a burguesia implicou também no fracasso daquele setor que até então, através do nacionalismo, tentou um desenvolvimento capitalista independente. Assim, o determinante para a atuação política que se seguiu da burguesia brasileira – assim como da burguesia dos “países subdesenvolvidos” em geral – passou a ser a mobilização dos trabalhadores. Nas suas palavras

O determinante da atitude da burguesia nos países subdesenvolvidos, esta determinado pela intervenção gradativa das massas dentro desta contradição entre as classes dominantes locais e a burguesia mais ligada ao sistema capitalista central, nos países desenvolvidos. Foi a intervenção das massas que fez com que a burguesia, a partir de certo momento, se recusasse a continuar a luta por um desenvolvimento parcial independente.<sup>313</sup> (...) (...) Se trata de uma necessidade agora de conter as massas. E dentro dessa tarefa se liquida toda a contradição da burguesia.<sup>314</sup>

Diante da evolução política das massas, os diversos setores da burguesia uniram-se contra a potencial ameaça aos seus negócios. Foi sob essas circunstâncias políticas, no entender da FBT, que o Exército, ou a “camarilha militar” em suas palavras, entrou em cena e assumiu, em determinados momentos como veremos, um caráter *bonapartista*.

A fim de tornar mais clara a abordagem feita pela FBT sobre o processo histórico-político brasileiro, com base no papel que assumiu a “camarilha militar”, convém sublinhar mais uma vez como construíram esse “modelo” analítico e o sentido específico da compreensão que tinham do bonapartismo. Como adiantamos, mais acima, dado o esgotamento das expressões políticas de matiz nacionalista, a “camarilha militar” centralizou ao seu redor o papel de direção política, fundamentalmente para conter o movimento político dos trabalhadores e salvar o capitalismo. Objetivos, que no entender dos trotskistas, conferiu ao exército um caráter bonapartista, daí muitas vezes a utilização da expressão “camarilha militar bonapartista”, ou simplesmente “camarilha bonapartista”<sup>315</sup>.

Por outro lado, o fenômeno da “camarilha bonapartista” não se expressou apenas no Brasil. Os trotskistas da FBT também entenderam alguns processos políticos latino-

313 *A Situação nacional e as tarefas necessárias para a construção da direção revolucionária no Brasil*, p. 2. [Resolução da I Conferência da FBT, julho-agosto de 1968]. Suplemento nº 1 do jornal *Voz Proletária*, em fevereiro de 1969. In: CEDEM/CEMAP, Fundo Fábio Munhoz.

314 Idem, *ibidem*, p. 3.

315 Conf. *A Situação nacional e as tarefas necessárias para a construção da direção revolucionária no Brasil*. *op. cit.*

americanos dentro dessa perspectiva. Como os então recentes acontecimentos políticos na Bolívia e no Peru, que contaram com envolvimento direto das Forças Armadas daqueles países – e que inclusive repercutiu na “crise sucessória” de 1969 da ditadura militar brasileira, resolvida pela escolha de Médici. Algumas iniciativas dos militares daqueles países, em particular as do general Alvarado no Peru, como as nacionalizações e a reforma agrária, bem como um certo tom de independência face ao imperialismo – como no caso das nacionalizações – chamou a atenção de vários setores para uma possível re-edição do nacionalismo no continente, o que contradizia a perspectiva que esboçou a FBT. No entanto não foi assim que entenderam. Ao contrário, afirmavam que aqueles acontecimentos mantinham o sentido para o papel de “camarilha bonapartista” de conter o “avanço das massas”. Vejamos.

No jornal *Voz Proletária* número 17 (outubro de 1969) eles publicaram um breve artigo de Trotsky, com o título “A Indústria nacionalizada e a administração operária”<sup>316</sup>. Neste texto, de final dos anos 1930, o revolucionário russo, após mencionar brevemente a diferença entre as duas variantes do *bonapartismo sui generis*, traçou algumas perspectivas para a atuação dos revolucionários em indústrias nacionalizadas que contavam com a participação de sindicatos dos trabalhadores em sua administração – Trotsky referia-se então à experiência do México e à recente nacionalização de Cardenas. Para os nossos propósitos o que interessa destacar, no entanto, é a advertência que precedeu o artigo, feita através de uma pequena “nota da redação”. Nesta, a FBT argumentou que muita coisa havia se transformado desde

que Trotsky escreveu seus primeiros artigos sobre o nacionalismo. De lá pra cá as burguesias nacionais fizeram experiências que mostraram a impossibilidade de levar a fundo a luta contra o capital estrangeiro (sic) sem que caísse o regime capitalista (...). O nacionalismo que hoje as camarilhas militares tanto falam não tem o mesmo sentido de antes. Atualmente o enorme ascenso das massas mundialmente mostra a única saída para manter o regime capitalista: a repressão. Porém para reprimir é necessário base social e portanto um setor da população que confie num tipo de governo que lhe ofereça perspectivas de ascenso social. É o que Ovando, na Bolívia e Velasco, no Peru, estão fazendo.<sup>317</sup>

---

316 TROTSKY, L. “A Indústria nacionalizada e a administração operária.” In: TROTSKY, L. *Escritos latino-americanos*. Buenos Aires: CEIP, 2007; 3ª edición, rev. e ampl. Disponível em: <https://goo.gl/SftrFF> acessado em 20/01/18. No periódico da FBT foi publicado como “A Administração operária na indústria nacionalizada”. In: *Voz Proletária*, Ano II, nº 17, primeira quinzena de outubro de 1969, pp. 5-8. AEL, Fundo BNM, Coleção Anexos.

317 *Voz Proletária*, Ano II, nº 17. *op. cit.*, p. 5.

As então atuais “camarilhas militares bonapartistas” – como se referiu *Voz Proletária* aos militares latino-americanos – visavam defender o capitalismo no seu conjunto sem mobilizar e organizar o proletariado, ao contrário do que haviam feito as “direções nacionalistas” no período anterior<sup>318</sup>. Por “direções nacionalistas”, vale sublinhar, eles entenderam, naquele contexto, aquela variante do *bonapartismo sui generis* apontada por Trotsky, na qual através de concessões ao proletariado e apoiando-se neste o governo conquistava certa margem de autonomia em relação ao imperialismo<sup>319</sup>.

Para a FBT os acontecimentos então recentes no Peru foram classificados como produto da ação política de uma “camarilha bonapartista”, cujo objetivo, em última instância, era atacar o movimento de massas e salvar o capitalismo. Assim afirmaram

No Peru, como em toda a América Latina, o exército é o único instrumento eficaz de unificação da burguesia, que é sempre fraca e muito subdividida. Por isso os regimes bonapartistas florescem naturalmente na América Latina, quando as massas ascendem. Os exércitos porém, assumem o poder sem abandonar algumas ilusões nacionalistas (...)<sup>320</sup>

Pelo que vimos até aqui as fronteiras do conceito de bonapartismo, na acepção da FBT, atribuídas à “camarilha militar”, incluíam sua independência em relação aos setores da burguesia, mas excluía a possibilidade de um respaldo político das massas, ingrediente que poderia conferir o viés nacionalista. Nesse sentido de *bonapartismo*, portanto, só era admitido uma das variantes do bonapartismo *sui generis*, tal como definiu Trotsky: aquela em que o poder estatal eleva-se por sobre as classes, convertendo-se em instrumento do capital estrangeiro e submetendo o proletariado à uma ditadura policial.

Feita essa incursão sobre a “camarilha militar bonapartista”, passemos à avaliação que fizeram sobre o processo histórico-político pós-1964 e a análise que esboçaram sobre o regime político pós-1968.

Para a FBT os militares que desfecharam o golpe o fizeram sem representar nenhum

---

318 Idem, ibidem.

319 Conf. TROTSKY, L. “A Indústria nacionalizada e a administração operária.”. *op. cit.* ; Os sindicatos na época da decadência imperialista. In: TROTSKY, L. *Escritos sobre sindicatos*. São Paulo: Kairós, 1978. pp. 101-110; entre outros do mesmo autor.

320 *Voz Proletária*, nº 08, Ano I, primeira quinzena de março de 1969. Editorial, p. 02. CEDEM/CEMAP, Fundo Fábio Munhoz.

setor específico da burguesia. Característica que resultou da necessidade em salvar o capitalismo como um todo e atacar a participação política dos trabalhadores. Essa independência dos militares em relação às frações burguesas, assim como o objetivo de atacar o movimento de massas conferiu ao golpe uma natureza bonapartista. Nas palavras dos trotskistas, o golpe

instaurou um poder que significou uma frente única interburguesa. Nenhum setor burguês tomou o poder em [19]64. Castelo Branco não representava nenhum setor burguês em particular. Ele representava uma direção, uma camarilha militar colocada fiduciariamente no poder para salvar o capitalismo como um todo. Para golpear as massas. E executar o plano de paralização (sic) do movimento de massas. [Por isso assumiam o] caráter de camarilha militar bonapartista (...) uma camarilha que não representa nenhum setor da burguesia em particular e que ocupa o poder em nome do Estado, como instituição de opressão em geral e se volta para a tarefa específica de golpear as massas. Não de defender os interesses de nenhum setor das classes dominantes.<sup>321</sup>

Salvar o capitalismo no Brasil, por sua vez, na análise da FBT, significava no limite, nada mais do que liquidar o setor capitalista pró-desenvolvimento independente e submeter a economia nacional ao imperialismo. Essa perspectiva parece se inspirar na discussão que fez Trotsky sobre as variantes do fenômeno na América Latina, aquele bonapartismo que não se apóia nas massas e está articulado com os interesses do imperialismo<sup>322</sup>.

Foi somente no transcorrer do governo de Castelo Branco que os militares inclinaram-se na direção de um setor burguês – no caso aquele ligado ao imperialismo. Para a FBT, durante o primeiro governo militar a correlação de forças intra-burguesia alcançou um novo equilíbrio e a característica até então independente (bonapartista) da “camarilha militar” deixou de existir, perdendo também, podemos inferir, aquela característica bonapartista que manifestou quando do movimento golpista. Durante o governo Castelo Branco (1964-1967) então, nas palavras dos trotskistas

o sistema de forças interburguesas foi evoluindo e atingindo um novo ponto de equilíbrio. Ponto de equilíbrio esse que no seu processo natural atinge a liquidação dessa camarilha como camarilha independente. A camarilha, a partir de certo

---

321 “A Situação nacional e as tarefas necessárias para a construção da direção revolucionária no Brasil”. Suplemento nº 1 do jornal *Voz Proletária*, fevereiro de 1969, p. 5. [Resolução da I Conferência da FBT, julho-agosto de 1968]. CEDEM/CEMAP, Fundo Fábio Munhoz.

322 Neste caso ver principalmente TROTSKY, L. Os sindicatos na época da decadência imperialista. In: *Escritos sobre sindicatos*. São Paulo, Kairós, 1978.

momento, deixa de ser uma camarilha independente. Ela passa a ser uma camarilha que esta ligada a uma nova composição de forças. Primeiro, essa camarilha militar não representa ninguém, ela representa o regime capitalista como um todo. Porém, quando dentro do processo, dentro do movimento da economia, dentro do movimento social e dentro do jogo de pressões vão se definindo os contornos das correntes principais de interesses que correspondem ao regime capitalista, essa camarilha vai gradativamente caindo sob o domínio do setor majoritário que assume o controle. O setor majoritário que assume o controle é um setor submetido ao imperialismo. Um setor majoritário que englobou setores industriais que antes mantinham uma independência maior em relação ao imperialismo.<sup>323</sup>

Os trotskistas não viram, no movimento golpista, a presença de setores da burguesia nacional – especialmente aquela associada ao imperialismo – estreitamente vinculada aos militares, como observaram alguns analistas à época e demonstrou o estudo de Dreifuss posteriormente<sup>324</sup>. Essa articulação civil-militar, para a FBT, como vimos, só ocorreu e se consolidou no transcorrer do primeiro governo da ditadura. Por isso, tal como entendiam, ao estar acima de qualquer interesse burguês específico e na defesa do capitalismo contra o movimento de massas, o golpe e seus executores, os militares (a “camarilha militar”), manifestaram um conteúdo bonapartista. Nesse primeiro momento da análise o traço bonapartista, para a FBT, foi a tradução dessa independência da “camarilha militar” em relação à burguesia e manteve-se até a adesão do governo ao setor econômico pró-imperialista.

As referências ao bonapartismo, no entanto, reapareceram logo em seguida, no ano de 1969, especificamente no contexto em que os militares haviam acabado de solucionar a “crise sucessória” com a escolha de Médici como presidente. Naquela conjuntura, por sua vez, parecia aos trotskistas que a divisão interna entre os militares, explicitada naquela ocasião, estava longe de ter chegado ao fim – sinalizou, assim entendiam, na verdade, um aprofundamento da crise do regime político pós-1964. A análise da FBT tentava captar os rumos do comportamento político do novo governo e ao mesmo tempo responder quais eram as perspectivas de desenvolvimento político que ainda estariam contidas na dividida instituição militar – que acreditavam contar com uma importante e ainda atuante presença de uma ala nacionalista.

Nessa leitura, o que caracterizou as sucessivas crises de governo desde 1964 era o

---

323 “A Situação nacional e as tarefas necessárias para a construção da direção revolucionária no Brasil”. *op. cit.*, p. 6.

324 Conf. DREIFUSS, R. A. 1964: *a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.

isolamento da classe burguesa brasileira em relação ao conjunto de trabalhadores e da pequena burguesia. Entendiam que sem conseguir fazer concessões econômicas – que só seria possível caso a burguesia conseguisse superar a crise econômica – o regime político era incapaz de conquistar uma base social para sua sustentação. Fator que repercutia “nas sucessivas crises por que tem passado a camarilha militar desde que golpeou em [19]64.”<sup>325</sup> Dessa forma tanto o breve período da *junta militar* em 1969, quanto a escolha de Médici no mesmo ano

se situam dentro desse contexto. Costa e Silva foi incapaz, com o seu governo, de conseguir duas coisas necessárias para manter qualquer regime burguês estável: 1º reprimir o movimento de massas e 2º conseguir ganhar algum setor social significativo, (no caso a pequena burguesia), oferecendo-lhe possibilidade de ascenso social concreto.<sup>326</sup>

Sem forçar a nota poderíamos dizer que a FBT, à sua maneira, ponderava sobre as condições e possibilidades, àquela altura, de uma dominação burguesa de tipo hegemônico no Brasil. No entanto, ela subestimou demasiadamente a repressão política que vigorou durante o período Costa e Silva, principalmente ao longo do ano de 1968 – para ficarmos com alguns exemplos podemos citar as repressões às greves operárias de Osasco-SP e a tentativa de uma nova greve operária em BH e Contagem-MG, bem como a repressão ao XXX Congresso da UNE. Com a lembrança ainda quente dessas lutas, eles entoavam repetidamente, tal como velhos *mantras*, afirmações como a inevitável repercussão no país do ascenso mundial das massas, a crise irreversível do imperialismo e a fragilidade permanente dos militares e da burguesia no Brasil – sem se dar conta de que a correlação de forças tornava-se cada vez mais desfavorável para os revolucionários. Como poderemos ver na afirmação de outubro de 1969, quando comentaram a emergência do AI-5

As grandes mobilizações de [19]68 (passeatas e greves operárias) fizeram com que Costa e Silva decretasse o Ato [Institucional nº] 5 na tentativa de conter o movimento de massas em ascenso. Porém a crise mundial do capitalismo e o ascenso vertiginoso das massas no mundo inteiro se refletiram no Brasil e o

---

325 *Voz Proletária*, Ano II, nº 17. *op. cit.*, Editorial, p. 1.

326 Idem, *ibidem*.

impediram de tornar concretas as medidas delineadas em dezembro de 1968.<sup>327</sup>

Em outras palavras, para a FBT, esboçava-se novamente uma tendência bonapartista, tal como se expressou – e como a entendiam – no golpe em 1964 e se encerrou no governo de Castelo Branco, quando este associou-se ao setor burguês imperialista.

Garrastazu Médici foi visto também pela FBT como aquele que representou uma solução de compromisso para sanar a divisão política no exército. Para os trotskistas aquele isolamento político e social “por trás da camarilha militar” incidiu sobre a baixa e média oficialidade, de onde provinha uma certa audiência para ideias nacionalistas entre os militares. Supunham que inspirados nos exemplos do Peru e Bolívia, esses setores pressionavam por mudanças. Por um lado para superar o isolamento do governo e por outro pela alteração da política econômica, em um rumo mais independente com relação ao imperialismo. Por isso, argumentavam, o nome do general Albuquerque Lima<sup>328</sup> apareceu como o sucessor de Costa e Silva, já que este “era o que mais se enquadraria dentro dos critérios de um governo bonapartista que se propusesse a dar alguma abertura às massas.”<sup>329</sup> Entretanto, o que determinava as limitações desse “setor nacionalista”, caso implementassem um “programa nacionalista”, como possíveis estatizações, era a ameaça de uma incontrolável (re)ativação da participação políticas de amplos setores da população que poderia resultar dessas iniciativas. Dessa forma, entenderam que

A divisão existente entre diversos setores do exército, em parte reflexo dos diversos setores burgueses existentes no Brasil, não é de tal maneira que determine uma disputa aberta pelo poder entre eles nesse momento. O medo pânico que tem da intervenção das massas faz com que as coisas se 'acomodem' no seu devido lugar.

327 *Voz Proletária*, Ano II, nº 17. *op. cit.*, Editorial, p. 1.

328 Em março de 1971 Afonso Augusto de Albuquerque Lima (1909-1981) foi transferido para a reserva, encerrando assim sua carreira militar, e conseqüentemente suas ambições políticas, ao lhe ser negada a patente de general quatro estrelas, condição que o habilitaria a disputar a Presidência – na tradição militar, somente oficiais do último grau da hierarquia poderiam chegar ao Planalto. Tratava-se de uma punição ao militar de temperamento conservador e de viés nacionalista, com influência entre a oficialidade, por sua atuação na crise sucessória que se seguiu ao adocimento de Costa e Silva (1899- 1969) em 1969, quando entrou na disputa pela Presidência. Conf. ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>, acesso em: 24 nov. 2016.

329 Idem, *ibidem*, p. 2. A conclusão da frase “dar alguma abertura às massas.” parece entrar em contradição com a definição que até então a FBT trabalhava, presente, como vimos, inclusive nesta mesma edição de *Voz Proletária*. Ao nosso ver a afirmação não estava em contradição pois, tal como no caso das “camarilhas militares bonapartistas” do Peru e Bolívia, a “abertura às massas” significava aqui falsas concessões, como as nacionalizações, que em última instância tinham o objetivo de conter e desviar as mobilizações de massas.

Embora se pudesse ver com clareza o delineamento de diversas alas dentro do exército, nenhuma delas vai se lançar contra a outra porque nesta brecha pode entrar o proletariado e entornar o caldo.<sup>330</sup>

Em síntese cabia ao novo governo conciliar os setores do exército, reprimir o movimento de massas e ao mesmo tempo conciliar com o movimento de massas. Esta dupla relação que deveria ter com o movimento de massas estava ligada à necessidade – que supunham existir para o regime – de superar o isolamento político, alcançando e conquistando uma base social de apoio. Por isso não descartavam a possibilidade da concessão de aumentos salariais acima dos “níveis do arrocho” que mesmo contrariando alguns setores da burguesia estariam de acordo com o “mesmo objetivo, qual seja o de conter o proletariado.”<sup>331</sup>

Eram sobre essas as contradições, no entender dos trotskistas, que repousava o novo governo militar. Até onde avaliavam, as margens para ser bem sucedido eram pequenas já que

A política econômica geral de Garrastazu [Médici] na verdade não poderá ser muito diferente da de Costa e Silva. E as linhas gerais da política econômico-financeira de Costa e Silva eram manter o lucro das grandes empresas industriais (automóveis e acessórios). E isso ele conseguiu arrochando o proletariado e mantendo a renda dos setores altos da pequena-burguesia.<sup>332</sup>

Por outro lado, como já sublinhamos, a fim de superar o isolamento político a “camarilha militar” deveria necessariamente fazer algumas concessões. Entendiam como sinais nesse sentido as declarações iniciais de Médici quando assumiu a presidência e a decisão do governo em reabrir o Congresso em outubro de 1969 – fechado desde a decretação do AI-5, em dezembro de 1968.

Os trotskistas desconsideravam evidências mais relevantes da conjuntura que apontavam para o fechamento ainda maior do regime e a concentração dos poderes políticos no Executivo. Como por exemplo aquelas enfeixadas pelas medidas que se seguiram entre setembro e outubro de 1969, como os Atos Institucionais nº 13 e 14, a nova Lei de Segurança Nacional e a segunda Constituição outorgada durante o recesso do congresso, sob a forma da

---

330 Idem, *ibidem*, p. 2.

331 Idem, *ibidem*, p. 2.

332 Idem, *ibidem*, p. 2.

Emenda nº 1 à Constituição de 1967<sup>333</sup>. Acreditaram que a capacidade para concretizar essas medidas repressivas, decretadas ainda no período da junta militar, estaria condicionada diretamente com “sua capacidade de conquistar um setor social significativo que o apóie.”<sup>334</sup> Como se viu posteriormente não houve este intento em conquistar o apoio social ao regime, ao menos não um apoio ativo – o que implicaria em participação, mobilização e organização de um setor social. Entretanto, podemos dizer que de uma certa forma, a ditadura contornou esse isolamento político através da exaltação dos índices econômicos – o “milagre econômico” – combinada com as campanhas publicitárias de patriotismo que também marcou o período Médici e através de eventos esportivos, como a Copa Mundial de Futebol de 1970. Não podemos deixar de mencionar também a promoção pela ditadura de um tipo de prática sindical condizente com os propósitos do regime, aspecto que voltaremos mais a frente.

Porém naquela que parece ter sido a última edição de *Voz Proletária* que precedeu a repressão de 1970, um último insight ocorreu aos militantes da FBT. Dentro do seu quadro analítico ela avançou para uma caracterização um pouco mais precisa sobre o regime, sem contudo a desenvolver a fundo. Nesta edição, de março de 1970, afirmaram que Médici representava a meta da

democracia possível nesta etapa, ou seja, uma fórmula onde possam coabitar diversos partidos burgueses e uma camarilha militar bonapartista por cima, e por fora de qualquer interesse e com o fim exclusivo de dar estabilidade ao regime. Liberdade às massas a burguesia não pode se dar ao luxo de oferecer (...)<sup>335</sup>

Depois das prisões em abril-maio de 1970, a FBT sobreviveu precariamente, os militantes que conseguiram se safar dessa investida da repressão, provenientes principalmente da região nordeste, tentaram reorganizá-la a partir de São Paulo. Somente conseguiram reunir condições para a publicação de uma nova edição de *Voz Proletária*, por exemplo, em novembro de 1971. Naquela ocasião, a FBT já no contexto do Comitê de Unificação com a

---

333 Essas medidas editadas pela “junta militar”, em resposta ao rapto do embaixador dos EUA em setembro de 1969 pela ALN e o MR-8, reforçaram a estrutura repressiva do regime. O AI-13, por exemplo, instituiu a figura jurídica do banimento, o que conferiu ao Executivo o poder de expulsar do país qualquer pessoa incompatível com a Segurança Nacional; já o AI-14 instituiu as penas de morte e perpétua. Conf. ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis, Vozes, 1985. pp. 157-159.

334 Idem, *ibidem*, p. 2.

335 *Voz Proletária*, Ano III, nº 21, segunda quinzena de março de 1970, p. 4. In: AEL, Fundo BNM, Coleção Anexos.

OCIM esboçou uma análise que abriu, como veremos, outras perspectivas para a apreensão do regime político naquela conjuntura.

Antes disso, no entanto, a perspectiva alicerçada no papel bonapartista da “camarilha militar” permaneceu como referência de análise. Como, por exemplo, no documento de julho de 1971<sup>336</sup> onde ainda partiam daquela caracterização para a situação política internacional – segundo a qual as direções políticas nacionalistas tornaram-se inviáveis – para determinar o significado dos recentes acontecimentos políticos em países da América Latina, especialmente na Argentina, Brasil, Chile, Peru e Bolívia. Antes de encerrar esse tópico, vale a pena destacar alguns apontamentos presentes nesse documento.

Para a FBT a submissão dos países da América Latina ao imperialismo eram evidentes e garantido através de “golpes militares bonapartistas”<sup>337</sup>. No caso da Bolívia e Peru, como já havíamos destacado anteriormente, o tom nacionalista de seus militares era consequência do bonapartismo de suas correntes que

influenciadas e pressionadas pelas massas porque a burguesia não tem força suficiente para determinar um submetimento do capitalismo nestes países ao capitalismo norte-americano. Por isso, as massas empurram certas posições progressistas, tais como a reforma agrária no Peru e estatizações de propriedades e empresas norte-americanas. Mas, isso não é feito sem reprimir as massas e manter um caráter ditatorial, porque os interesses das correntes burguesas tem que se expressar dentro dos Exércitos.<sup>338</sup>

O processo chileno – o governo de Salvador Allende e da Unidade Popular apenas começava – destoou daquela tendência dominante no continente. Ao Chile os trotskistas atribuíram, ao invés da ação definitiva de uma “camarilha militar bonapartista”, a formação de uma *Frente Popular*, ou seja, na definição da FBT, uma tática preconizada pelos partidos comunistas para “impedir que as massas e o proletariado busquem saídas próprias”, pois sempre “expressavam uma composição e conciliação com os interesses de diversos setores da burguesia.”<sup>339</sup>

336 DOCUMENTO sem título, s.a., s.d. [“Armando”, junho de 1971], 13 pp. In: AEL, Fundo Brasil Nunca Mais: BNM 254, Ação Penal 780/72. Além desse documento, no mesmo sentido, localizamos o documento intitulado O papel da vanguarda revolucionária no Brasil, Comitê Pró-Unificação (O.C. 1º de Maio-FBT) CR/Pb [Comitê Regional da FBT/ Paraíba], abril de 1971, 10 pp. In: AEL, Fundo Brasil Nunca Mais: BNM 254, Ação Penal 780/72.

337 Idem, ibidem, p. 10.

338 DOCUMENTO sem título, s.a., s.d. [“Armando”, junho de 1971], *op. cit.*, p. 11.

339 Idem, ibidem, p. 10. Segundo o historiador Felipe Demier as Frentes Populares definia-se “usualmente, pela coligação de um ou mais partidos operários reformistas com um ou mais partidos da burguesia “democrática”. Constituído em meio a uma ascensão política do proletariado, o governo de frente popular tem como missão

Argentina e Brasil, por outro lado, continuavam a aprofundar a

situação de mudança do poder [das direções nacionalistas] para as mãos dos militares, como correntes bonapartistas, mas com uma acentuada forma ditatorial que correspondem aos interesses da burguesia em estender hoje a perspectiva de unificação com o imperialismo norte-americano.<sup>340</sup>

A diferença entre os dois países, destacavam, estava nas condições que possuía o proletariado argentino para desencadear mobilizações políticas, como a que marcou o ano de 1969, o *Cordobazo*. A capacidade de mobilização que ainda possuíam os trabalhadores na Argentina não permitiam autoridade e estabilidade política à “camarilha militar bonapartista”.<sup>341</sup> Ao contrário do Brasil onde “devido a tremenda desorganização do movimento de massas e do proletariado, tem sido possível os militares manterem o controle”<sup>342</sup>. E com os sinais já evidentes do “milagre econômico”, tornou-se mais claro para a FBT como a ditadura militar sob Médici, alcançou certa base social de sustentação, aspecto que havia sido destacado anteriormente como necessário para o regime:

A estrutura ditatorial e a força repressiva que tem desferido golpes contra toda a vanguarda revolucionária, se apóia nesta situação de contradições próprias do movimento de massas que não tem como se expressar e transitoriamente perdeu a sua capacidade de mobilização. O desenvolvimento do capitalismo tem correspondido a fusão e a unificação de todos os setores da burguesia com o imperialismo norte-americano. Através deste processo tem sido possível acumular capital e investir nos principais ramos industriais, permitindo com isso uma participação dos setores mais abastados da pequena-burguesia que se sentem seguros em expandir suas rendas. Portanto, esta é a base de apoio da burguesia e dos militares no Brasil que tem permitido um certo desenvolvimento industrial em combinação com o capital estrangeiro a partir de um processo de exploração social e econômica de amplos setores das massas e do proletariado.<sup>343</sup>

---

precípua afastar a classe trabalhadora do caminho revolucionário, o que tenta fazer valendo-se de sua autoridade política perante o movimento de massas. O governo de frente popular, não sendo enxergado pela burguesia como o seu governo e não podendo atender às reais demandas dos trabalhadores, tende a deparar-se como uma profunda crise e tornar-se a ante-sala de um regime de tipo “bonapartista semifascista” ou mesmo fascista.” In: DEMIER, F. DEMIER, F. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. *op. cit.*, p. 25.

340 DOCUMENTO sem título, s.a., s.d. [“Armando”, junho de 1971], *op. cit.*, p. 11.

341 Idem, *ibidem*, p. 11.

342 Idem, *ibidem*, p. 11.

343 DOCUMENTO sem título, s.a., s.d. [“Armando”, junho de 1971], *op. cit.*, p. 11-12

### 3.3 O bonapartismo na análise dos militantes oriundos do Movimento Estudantil 1º de Maio

O governo Médici também foi classificado como bonapartista pelos militantes Luiz Araújo (do ME1M) e Arkan Simaan, quando este já estava fora do país. A mesma apreciação, como veremos, re-apareceu em seguida nas discussões entre Solano e a FBT, no intervalo em que tanto Solano quanto Simaan não eram integrantes de nenhuma organização brasileira, embora ambos fossem militantes da OCI francesa – ou seja, o Grupo Outubro ainda não existia. Foram breves discussões, através de cartas e limitadas pelas condições de clandestinidade. Em uma dessas cartas, por exemplo, o representante da FBT solicitou que Solano sintetizasse suas ideias em um mínimo de páginas e aguardasse pelo menos quinze dias para o envio de uma nova. Primeiro por razões de segurança, para não sobrecarregar a “caixa-postal” e com isso chamar atenção e por outro porque a resposta das cartas eram discutidas coletivamente pelos integrantes de um Bureau Político da FBT criado para encaminhar sua reorganização após a repressão de 1970. Vejamos como se desenvolveu essas discussões, começando com os apontamentos do militante do ME1M Luiz Araújo e de Simaan.

Em carta de maio de 1970, Luiz Araújo<sup>344</sup> comentou as discussões que haviam ocorrido com integrantes da Vanguarda Armada Revolucionária (VAR), sucessora da VAR-Palmares. Entre as diversas divergências pontuadas, ele menciona sua discordância em relação à uma suposta “coesão da burguesia” atribuída pela análise da VAR. Araújo, no entanto, entendia que a própria formatação – ou seja, o regime político – àquela altura, do Estado brasileiro correspondia justamente a fim de contornar os conflitos inter-burgueses. Nas suas palavras:

O Estado brasileiro hoje toma um caráter bonapartista. A burocracia militar, já com o Ato 5, mas principalmente com a eleição de Médici, tenta se sobrepor à burguesia necessariamente pró-imperialista e aos nacionalistas de direita. O ambiente de repressão policial sob o qual vivemos – insinua um artigo do Estadão [i.e. o jornal Estado de São Paulo] – parece ser uma concessão aos nasseristas, já que as concessões no campo econômico encontrariam maior oposição da burguesia.<sup>345</sup>

344 CARTA de Luciano [Luiz Araújo] à Raul/Filinto/Lucia [Simaan/Solano/Rabelo], São Paulo: 01/05/1970, 7 fls. In: Acervo particular de Arkan Simaan.

345 CARTA de Luciano [Luiz Araújo] à Raul/Filinto/Lucia [Simaan/Solano/Rabelo], São Paulo: 01/05/1970. Idem.

Quase no mesmo período Simaan, em um tom mais especulativo, argumentou que o governo poderia assumir um caráter bonapartista. Em sua carta à Deivis Hutz<sup>346</sup> – militante da FBT e exilado à época em Israel<sup>347</sup> – ele sublinhou que a burguesia parecia compreender que para dominar não poderia prescindir da ajuda dos “pelegos” nos sindicatos. As lutas de 1968, principalmente as greves de Osasco-SP e de BH/Contagem-MG, onde esboçou-se formas de organizações independentes da classe operária, como os comitês de fábricas, teriam demonstrado à burguesia o perigo potencial que representava o enfraquecimento dos “pelegos” – “o sono intranquilo do ano de 1968 permanece em seus pesadelos”, afirmou<sup>348</sup>. Assim ele entendeu as então recentes iniciativas do governo militar em direção aos sindicatos. Após o AI-5 o regime combinou não só a repressão às atividades sindicais, como manifestou o objetivo em promover uma prática sindical mais adequada aos objetivos dos militares e patrões<sup>349</sup>.

Esse movimento do governo Médici em direção aos “pelegos” – concessões na leitura de Simaan – para fortalece-los sinalizava para uma tendência bonapartista. No seu entendimento, o fenômeno bonapartismo necessitava da presença das organizações dos trabalhadores, contanto que estas não expressassem sua independência política em relação ao Estado e a burguesia, daí a importância que ainda poderiam desempenhar os “pelegos”. Nas suas palavras

Para que se possa estabelecer um governo bonapartista, não é necessário apenas o temor burguês, como ainda a que existam organizações da classe suficientemente fortes. (...) Incapazes de controlar o operariado sem os pelegos, a burguesia sentiu-se na necessidade de voltar a fazer-lhes algumas concessões (...) Garrastazu esta, então, empenhado na tarefa de fazer concessões habilidosas, num jogo que em nada se diferencia do bonapartismo.<sup>350</sup>

Mesmo com essa maneira um tanto confusa de apresentar a caracterização podemos apreender a característica de bonapartismo que esta sugerido nesta carta. Essa era uma das camadas de sentido que o conceito de bonapartismo poderia assumir e difere da ênfase que lhe

346 CARTA de Raul à Andrés, Paris: 28/08/1970, 2 fls. In: Acervo particular de Arkan Simaan.

347 Deivis Hutz conseguiu sair do Brasil logo após as quedas de 1970, da Argentina por ser de origem judaica conseguiu um salvo conduto até Israel. Conf. entrevista de Deivis Hutz concedida à Tiago de Oliveira.

348 CARTA de Raul [Arkan Simaan] à Deivis Hutz, Paris: 28/08/1970, 2 fls. In: Acervo particular de Arkan Simaan.

349 MATOS, M. B. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, pp. 108-115.

350 Idem, *ibidem*.

conferiu a análise de Araújo que expusemos mais acima. Nesta o destaque recaiu sobre a necessidade de um governo – um regime diríamos – cuja função era sobrepor-se às divisões da burguesia, como uma forma política que permitiria conciliar esses interesses, de conjunto, ao mesmo tempo em que funcionaria como um freio para participação política do proletariado. Na perspectiva de Simaan, no entanto, parece sobressair o aspecto de arbitragem – a conciliação de interesses – que o bonapartismo aparenta cumprir, sobre a base de um certo equilíbrio entre as classes sociais. No caso, Médici parecia apresentar essa tendência por tentar manter os interesses burgueses e ao mesmo tempo fazer concessões aos trabalhadores, precavendo-se de uma possível nova mobilização independente do operariado, tal como esboçou-se em 1968.

O interessante dessa carta, como adiantamos é que ela captou, indiretamente, os primeiros indícios de uma nova postura da ditadura em relação ao sindicatos. A ditadura militar sob Médici, como mostrou o historiador Marcelo Badaró Mattos<sup>351</sup>, iniciou uma nova investida sobre os sindicatos, com a promoção e valorização de uma atuação sindical pautada

pela ação exclusivamente assistencial e afinado com as ideias de crescimento econômico como pré-requisito para uma posterior política redistributiva. (...) o governo buscava adesões e instrumentos para desenvolver uma política que se pautasse não só pela repressão ao sindicalismo reivindicativo, mas também pela revalorização do sindicato como órgão auxiliar do Estado junto aos trabalhadores. (...) Estes seriam vistos não tanto como representados em seus interesses econômicos pelo sindicato, mas principalmente como usuários dos serviços assistenciais.<sup>352</sup>

### 3.3.1 O “erro de método” de Filinto

Em um sentido mais próximo àquele que Luiz Araújo desenvolveu brevemente em sua carta<sup>353</sup>, Solano sustentou uma peculiar interpretação sobre a dinâmica da luta de classes entre os anos 1964-1971 com base no conceito de bonapartismo. Esta elaboração ocorreu nas discussões que travou com a FBT em 1971, às vésperas da criação do Comitê de Unificação com a OCIM e que precipitou a criação do Grupo Outubro<sup>354</sup>. A seu ver o governo – mais

351 MATOS, M. B. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

352 MATOS, M. B. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. *op. cit.*, p. 113-114.

353 CARTA de Luciano [Luiz Araújo] à Raul/Filinto/Lucia [Simaan/Solano/Rabelo], São Paulo: 01/05/1970. *op. cit.*

354 Parte dessa discussão ficou registrada nas cartas que foram trocadas ao longo do mês de junho de 1971. Elas foram preservadas pelo fato de terem se tornado peças de prova acusatória nos autos do processo que o regime moveu contra os militantes da FBT em 1972, posterior à sua apreensão no “aparelho”. O processo foi copiado

apropriado seria o regime político (àquela altura sob o governo de Médici) – poderia ser caracterizado como uma “ditadura militar burguesa-oligárquica bonapartista”<sup>355</sup>.

*Burguesa-oligárquica*: porque as classes sociais dirigentes comportam em seu seio desde a burguesia (financeira, comercial, industrial e agrária, não de maneira separada um do outro mas mesclados) até as classes latifundiárias, sobrevivências (sic) do passado colonial de nosso país. (...)

*Bonapartista* porque as classes dominantes no poder estão obrigadas a fim de salvaguardar seus interesses de classe (a propriedade privada dos meios sociais de produção) a tolerar acima delas a existência de um aparelho militar e policial incontrolável simbolizado no bonaparte caboclo, no “salvador” coroado (pela junta militar) Garrastazu. *Bonapartista* ainda e conseqüentemente porque o eixo do poder eleva-se acima do Congresso onde, segundo a tradição democrática e a ficção constitucionalista se fazem representar e ouvir, [assim] como dirigir, os representantes dos interesses da nação, isto é, das próprias classes dirigentes.<sup>356</sup>

Antes de comentar sua abordagem vale a pena mencionar a principal referência teórica na qual ela estava baseada. Trata-se do breve artigo escrito por Trotsky em 1935, “Mais uma vez sobre a questão do bonapartismo: o bonapartismo burguês e o bonapartismo soviético”<sup>357</sup>, o qual Solano traduziu e remeteu à FBT sob o título “Bonapartismo burguês e bonapartismo soviético”<sup>358</sup>. Nesse sentido, vale a pena a citação da passagem em que Trotsky definiu o conceito bonapartismo:

Por bonapartismo entendemos um regime em que a *classe dominante economicamente*, apta aos métodos democráticos de governo se vê obrigada a fim de salvaguardar o que possui tolerar *acima dela* o comando incontrolável de um *aparelho militar e policial*, de um “salvador” coroado. Tal situação se cria nos períodos em que as contradições de classe se tornam particularmente agudas. O bonapartismo tem por objetivo impedir a explosão.<sup>359</sup>

como parte do projeto Brasil Nunca Mais e esta guardado no AEL-Unicamp.

355 CARTA de Filinto à FBT, s.l., 15/06/1971. AEL, Fundo Brasil Nunca Mais: BNM 254, Ação Penal 780/72.

356 Idem, ibidem. Grifos no original.

357 Publicado em 1937 na revista *Quatrième Internationale* do Secretariado Internacional. Utilizamos a tradução para o espanhol disponível on-line no marxists.org: TROTSKY, L. *Otra vez sobre la cuestión del bonapartismo, El bonapartismo burgués y el bonapartismo soviético*. Marzo de 1935. <https://goo.gl/5NtzPj> última consulta 26/01/2018.

358 “Bonapartismo burguês e bonapartismo soviético: Trotsky (1935)”, [trad. Filinto], s.l., s.d. [09/06/1971] . AEL, Fundo Brasil Nunca Mais: BNM 254, Ação Penal 780/72.

359 “Bonapartismo burguês e bonapartismo soviético: Trotsky (1935)”, [trad. Filinto], s.l., s.d. [09/06/1971] . AEL, Fundo Brasil Nunca Mais: BNM 254, Ação Penal 780/72, com grifos no original. Provavelmente a versão que Filinto utilizou para a tradução era a francesa. Para o mesmo trecho o historiador Felipe Demier, a partir da versão em espanhol que citamos na nota anterior, propôs a seguinte tradução: “Entendemos por bonapartismo o regime no qual a classe economicamente dominante, ainda que conte com os meios necessários para governar com métodos democráticos, se vê obrigada a tolerar – para preservar sua propriedade – a dominação incontrolada do governo por um aparato militar e policial, por um “salvador” coroado. Esse tipo de situação se cria quando as contradições de classe se tornam particularmente agudas; o objetivo do bonapartismo é prevenir as explosões.” In: DEMIER, F. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado*,

A partir dessa definição a leitura de Solano captou, em larga medida, a dinâmica do regime político e dos governos pós-1964, principalmente quando destacou seu elemento essencial – a conciliação do conjunto dos interesses burgueses contra o proletariado e a elevação de um aparato policial e militar sobre o Congresso – aspecto que manifestou-se tanto no golpe, quanto na formatação do regime que se seguiu. O difícil na análise de Solano foi enquadrar o processo histórico-político brasileiro dos anos 1964-1971 na temporalidade política que os emergentes bonapartismos dos anos 1930 encerrariam, como assinalou a análise de Trotsky. Para o revolucionário russo, aquele bonapartismo, produto de uma correlação de forças entre as classes marcada pelo alto grau de conflito – no qual tornou-se imperativo (com o bonapartismo) prevenir futuras explosões – trazia em seu bojo, conseqüentemente e dialeticamente, tanto a possibilidade de um período pré-revolucionário, quanto pré-fascista<sup>360</sup>. Ao tentar enquadrar a luta de classes daquele período do Brasil dentro daquelas duas possibilidades, a análise de Solano acabou em um beco sem saída. Ainda assim, possibilitou, indiretamente, como veremos, alguns *insights* interessantes.

Com base no par período pré-revolucionário/pré-fascista, Solano argumentou que ao elevado grau dos conflitos entre as classes no pré-1964 seguiu-se o golpe e o governo bonapartista de Castelo Branco (que abrigou um período pré-revolucionário e pré-fascista); as mobilizações anti-ditatoriais de 1968 representaram, por sua vez, a expressão, nas suas palavras, do “período revolucionário”, do qual desdobrou-se em “novo golpe” com Médici – portanto, dentro do seu esquema, aquela conjuntura, deveria estar prenhe “uma vez mais [de] um período pré-revolucionário ou pré-fascista.”<sup>361</sup>

O governo surgido com o golpe de 31 de março de 1964 foi um governo bonapartista na medida em que surgira num período em que as contradições entre as classes se haviam tornado particularmente agudas e na medida em que, logo, se caracterizava como um aparelho militar e policial tendo à sua cabeça o bonapartezinho C. Branco, “salvador” coroadado, aparelho sem dúvida elevando-se acima das classes dominantes, situação abertamente tolerada com o fito de salvaguardar seus interesses gerais dominantes.(...)

Com a instauração do novo governo, o eixo do poder elevando-se acima do

---

populismo, historiografia e movimento operário. Niterói, 2012. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. p. 101.

360 Na tradução feita à época por Solano: “Pode-se afirmar que a partir do momento em que o conflito das classes separadas em dois campos hostis leva o eixo do poder acima do Parlamento abre-se oficialmente num país um período *pré-revolucionário* ou *pré-fascista*.” In: “Bonapartismo burguês e bonapartismo soviético: Trotsky (1935)”, *op. cit.* grifos do original.

361 NOTA [à tradução]: “Bonapartismo burguês e bonapartismo soviético: Trotsky (1935)”, *op. cit.*

Congresso, abriu-se no Brasil um período pré-revolucionário e também pré-fascista como diz bem o texto de Trotsky.<sup>362</sup>

Costa e Silva, também de feições bonapartistas, no entanto, não demonstrou possuir tanta força quanto o anterior e pouco a pouco, segundo a leitura de Solano, perdeu sua capacidade em conciliar os vários interesses, ao mesmo tempo em que o movimento de massas avançava politicamente e acabou por desaguar no “período revolucionário (1968)”<sup>363</sup>. Na ausência de uma “direção [política] marxista da classe operária”, novamente manifestou-se o equilíbrio entre as classes, assim

Mais uma vez o governo assume características bonapartistas. O poder eleva-se mais do que antes acima do Congresso, o aparelho militar e policial se reforça, Garrastazu apresenta-se mais ainda do que Castelo Branco como o “salvador” coroado, as classes dominantes a fim, mais uma vez, de preservarem seus interesses gerais se fazem mais do que em 64 mudas, o “salvador” governa por decretos, os governadores são eleitos indiretamente, a repressão decuplica, o bonapartismo recobra, por assim dizer, seu antigo vigor.<sup>364</sup>

O esquema analítico construído por Solano complicou-se quando ele tentou encontrar evidências que comprovariam a existência de tendências “pré-revolucionária” durante o governo Médici, como veremos em seguida. As evidências em contrário, como sabemos, eram abundantes – e comprovariam que a situação era contrarrevolucionária –, mas o voluntarismo da análise exigia, necessariamente, sinais, mínimos que fossem, de que um novo ascenso da classe trabalhadora estava por vir.

Quando apresentou sua fórmula de “ditadura militar burguesa-oligárquica bonapartista”, ele esboçou uma conclusão que se aproximou da caracterização que consideramos mais precisa – um *bonapartismo semifascista* – nos seus termos, um governo bonapartista que resultou do período fascista pós-1968. Assim podemos inferir, pois a seu ver “no passado recente o período revolucionário que vivemos de [acordo] com a situação brasileira (é necessário ver isso)<sup>365</sup> foi 68. O período fascista caracterizado foi aquele que se seguiu à edição do Ato I-5: *um fascismo caboclo, à la brasileira.*”<sup>366</sup>

Solano, no entanto, abandonou – assim como o Grupo Outubro em seguida – a

362 NOTA [à tradução]: “Bonapartismo burguês e bonapartismo soviético: Trotsky (1935)”, *op. cit.*

363 Idem, *ibidem*.

364 Idem, *ibidem*.

365 A ressalva é de Filinto.

366 CARTA de Filinto [Solano] à FBT, s.l., 15/06/1971. AEL, Fundo Brasil Nunca Mais: BNM 254, Ação Penal 780/72. Grifos meus.

reflexão sobre o regime político por esse caminho. Encerrou abruptamente as discussões com a FBT argumentando que cometeu um

erro de método. Uma ditadura como a nossa não pode jamais ter o caráter bonapartista. A situação em que se encontra nosso proletariado, desprovido de organização independente, ainda pensando as perdas dos últimos golpes não pode jamais ensejar um governo bonapartista, um *equilibrio* entre ele e a burguesia. Na verdade há um desequilíbrio.<sup>367</sup>

Atribuiu a percepção desse erro, desapercibido durante a discussão que manteve com Simaan, “ao discutir com cps. [companheiros] franceses”<sup>368</sup>. Os militantes da fração, obviamente, consideraram estranha essa virada de postura e a qualificaram como irresponsável<sup>369</sup> – as relações entre os militantes brasileiros e o (futuro) enviado de Outubro já começavam mal.

A virada de Solano ocorreu no contexto de criação do Grupo Outubro e provavelmente àquela altura o grupo avançava em suas discussões políticas que resultaram no “Texto projeto para discussões”<sup>370</sup> e que foi publicado no primeiro número da revista do grupo, com o título “Pela construção de um Partido Operário Revolucionário no Brasil”<sup>371</sup>. Nesta elaboração – assim como na documentação restante –, todavia, eles deixaram de definir uma posição sobre a caracterização do regime político pós-1964, que passou a ser classificada apenas como “ditadura militar burguesa”, uma entre outras ditaduras. “Os governos militares que o país tem conhecido após 1964 tem sido simplesmente a continuação, muito embora por outros meios e formas, das ditaduras de classe, civis e 'democráticas', posteriores à Vargas.”<sup>372</sup> A diferença, que ressaltavam, era a presença ou ausência – muito importante sublinhavam – das liberdades democráticas, uma diferença qualitativa importante do ponto de vista da organização do proletariado.

Depois dessas breves reflexões dos militantes oriundos do MEIM – logo em seguida

---

367 CARTA de Filinto [Solano] à FBT, s.l., 20/08/1971. AEL, Fundo Brasil Nunca Mais: BNM 254, Ação Penal 780/72. Grifos no original.

368 Idem, ibidem.

369 CARTA de Jaime à Filinto, s.l., 23/09/1971. AEL, Fundo Brasil Nunca Mais: BNM 254, Ação Penal 780/72. Nesta após queixar-se que Filinto usou tres cartas para sustentar sua reflexão sua atitude foi qualificada como “uma imensa irresponsabilidade”. E àquela altura com o Comitê de Unificação funcionando, os militantes de ambas as organizações planejavam criar um boletim de circulação interna onde seria divulgada toda a correspondência das organizações, daí a pergunta: “a imagem do companheiro não será de um militante revolucionário muito sério, não é certo?”.

370 TEXTO projeto para discussões, s.a. [Grupo Outubro], s.d. [1971], 33 pp. AEL/Fundo Luiz Araújo.

371 *Revista Outubro*, nº 01, abril de 1972, s.l. [França], s.c.p. CEDEM/CEMAP, Fundo Periódicos. Segundo editorial TEXTO projeto para discussões foi concluído em outubro de 1971.

372 Idem, ibidem, p. 16.

Outubro, com a exceção de Luiz Araújo – para o Grupo Outubro a compreensão sobre o processo histórico-político e o regime pós-1964 derivou da referência à Teoria da Revolução Permanente de Trotsky. Dessa forma, o processo e o regime políticos foram generalizados como desdobramento da debilidade congênita típica das burguesias dos países atrasados. Nesse sentido, o que passou a ser enfatizado, foi a incapacidade da burguesia em cumprir as tarefas da “revolução democrático-burguesa”, especialmente a reforma agrária. As ditaduras de classe (militar, civil e “democráticas”) da burguesia brasileira, no entender dos integrantes de Outubro, eram o subproduto do seu nascimento tardio, já sob o domínio do imperialismo e ao mesmo tempo também pressionada pelo proletariado. O golpe e a “ditadura militar burguesa”, nessa visão então, significou que “a partir de 1964 as classes dominantes, deixando de lado quaisquer veleidades reformistas, enveredaram decididamente pelo caminho da mais estreita colaboração com o grande capital externo.”<sup>373</sup>, o que resultou internamente no “milagre econômico”.

Antes de finalizar este tópico, vale a pena mais um comentário para o fato de terem descartado a caracterização com base na teoria do bonapartismo. Supomos que esse deslocamento esteve ligado ao modo específico pelo qual a OCI francesa – a qual os brasileiros estavam organicamente vinculados – compreendia o conceito. Desde 1958, a OCI caracterizava o governo De Gaulle como bonapartista<sup>374</sup> e pareceu ter vinculado a existência desse tipo de fenômenos exclusivamente aos países capitalistas da Europa central e aos EUA. Pois nestes países avançados, teria vigorado uma “democracia política”, produto da fase ascendente revolucionária da classe burguesa, onde inclusive “formas de democracia política” foram assimiladas e utilizadas pela burguesia contra os trabalhadores<sup>375</sup>. A época imperialista, no entanto, modificou substancialmente a possibilidade de “democracia política”. Em suas palavras

Na época imperialista – época de reação em todos os sentidos – a burguesia, para manter sua dominação de classe, não pode mais suportar a democracia política. O bonapartismo, a partir do momento em que os interesses da burguesia não correspondem mais ao desenvolvimento histórico, torna-se a forma de dominação de

373 Idem, *ibidem*, p. 10.

374 "Le bonapartisme gaulliste et les tâches de l'avant-garde," *la vérité* No. 540, fevereiro-março de 1968. Apud SCHWARZ, Peter. 1968: A greve geral e a revolta estudantil na França. Parte 7 – A linha centrista da OCI, 18 de outubro de 2018. In: World Socialist Web Site. Disponível em: <https://www.wsws.org/pt/2008/oct2008/port-o18.shtml>, último acesso: 11/02/2018.

375 Conf. Resolução política da Pré-Conferência Internacional de julho de 1972. In: *Revista Outubro*, nº 02, outubro de 1972, s.l. [França], s.c.p. CEDEM/CEMAP, Fundo Periódicos. pp. 53-75. Esse encontro internacional fundou o CORQUI e a proposta de resolução política foi elaborada e apresentada pela OCI.

classe que melhor corresponde à defesa dos interesses burgueses. Ele limita (ou liquida com o fascismo) as formas mais avançadas de democracia política, justamente porque, com elas, as massas organizadas colocariam abertamente o problema do poder através de uma luta de classes na qual seriam utilizados seus direitos, liberdades e garantias.<sup>376</sup>

Entretanto, isso é apenas uma hipótese que precisa ser demonstrada mediante documentação proveniente da OCI, o que foge dos nossos propósitos por ora.

### 3.4 Comitê de Unificação e Ponto de Partida: a ditadura militar semifascista

A discussão sobre o regime político e o governo brasileiro, em particular o de Médici, continuaram e tornou-se um dos temas do Comitê de Unificação entre as organizações FBT e OC1M. Os poucos documentos que conseguimos localizar, em que essas análises ficaram registradas, apontam para, além da classificação com base na teoria do bonapartismo, um destaque para repressão política, a qual qualificaram como semifascista.

Em um documento para o Comitê de 1972, a FBT argumentou que a ditadura militar para sustentar a intensificação da exploração dos trabalhadores, o verdadeiro segredo do “milagre econômico”, aplicava uma “política semi-fascista, anti-operária e anti-democrática”<sup>377</sup>, uma verdadeira “estratégia semifascista”<sup>378</sup>. Em outro momento afirmaram:

estruturada baseando-se na máxima repressão, visando à extração (sic) de uma taxa de mais valia cada dia mais elevada. O PIS, a Lei de Greve, a destruição do direito à estabilidade, a busca de transformar os sindicatos em órgãos de assistência, a “regulamentação” dos salários, o atestado de ideologia, para não falar da repressão pura e simples se integram dentro da estratégia semi-fascista, essa estratégia tem uma única e só objetivo: manter o regime de classes e fortalece-lo, com uma exploração maior e mais “tranquila” da classe operária.<sup>379</sup>

A percepção sobre o “milagre econômico” conduziu o olhar para as condições que o possibilitaram, onde a intensificação da exploração do proletariado e a repressão política foram reconhecidas como centrais.

<sup>376</sup> Idem, ibidem, p. 60.

<sup>377</sup> Conf. O atual momento do movimento operário e o papel da sua vanguarda marxista, FBT, s.d. [1972], 4 fls. In: AEL, Fundo Brasil Nunca Mais: BNM 254, Ação Penal 780/72.

<sup>378</sup> Idem, ibidem.

<sup>379</sup> Idem, ibidem.

Quando os brasileiros, através do Comitê de Unificação, concederam a entrevista aos argentinos do PRT-*La Verdad*<sup>380</sup>, eles classificaram a ditadura como uma “ditadura militar semifascista” que para garantir aquela política econômica, extinguiu qualquer possibilidade de expressão política do proletariado, fundamentalmente através de uma forte repressão. Por sua vez, o PRT-*La Verdad* no seu VI Congresso em outubro de 1971, no qual os brasileiros do Comitê de Unificação participaram como observadores<sup>381</sup>, um dos temas em discussão foram os regimes e governos latino-americanos<sup>382</sup>. O Brasil foi destacado – junto com o México – como um dos países mais estáveis politicamente, fruto do desenvolvimento econômico que provocou “a unidade entre o imperialismo e a burguesia nacional, a estabilidade e solidez das Forças Armadas”. E classificado como um “regime semifascista”, resultado do golpe de 1964 que derrotou o “colossal ascenso do movimento de massas”<sup>383</sup>.

Embora tal definição tenha sido compartilhada pelos militantes brasileiros na ocasião da entrevista ao jornal *La Verdad*, ela parece expressar mais o ponto de vista da FBT. Para a OC1M o regime político e os governos pós-1964 representavam modalidades de bonapartismos<sup>384</sup>. Sem dispor de fontes do período para apresentar mais detalhes da perspectiva da OC1M nesse aspecto, dizemos que ela mantinha a referência na teoria do bonapartismo a partir da menção que fez Nahuel Moreno em sua carta à Luiz Araújo<sup>385</sup>, logo após a *I Conferência Latinoamerica* que ocorreu no Chile. Nesta ocasião, disse Moreno

Há governos reacionários, muito reacionários, que não são fascistas. Há outros que são semifascistas. Vocês, companheiros brasileiros, deram um bom exemplo de responsabilidade teórica ao negar-se a definir como fascistas o governo de Garrastazu Médici e aos anteriores de Castelo Branco e Costa e Silva. (...) Em geral

380 “La represión al servicio del desarrollismo”. In: Revista de America nº 8/9, s/l. [Argentina], s.c.p., mayo/agosto de 1972.

381 “Estamos dispuestos, da mesma forma que participamos do congresso do PRT[*La Verdad*] (como convidados), da pré-conferência Latino Americana organizada por PRT [LV], a participar da conferência do Chile, organizada pela OCL.” Contribuições à discussão sobre o texto “A unificação dos trotskistas brasileiros deve ser seriamente buscada” de Tulio Matta, Comitê de Unificação FBT-OC1M, s.l., 05/03/1972, pp. 5. In: AEL, Fundo Luiz Araújo. Grifos nossos.

382 “Los gobiernos latino-americanos y la lucha revolucionaria. Documento del V[VI] Congreso del PRT-*La Verdad* – Octubre 1971”. In: Revista de América, nº 8/9, mayo/agosto de 1972, pp. 10-16.

383 Idem, ibidem, p. 14.

384 Não conseguimos localizar nenhuma fonte deste período sobre as análises que fizeram a OC1M sobre o regime político e os governos pós-1964 – além da carta que mencionamos no tópico anterior. A afirmação de que eles partiam da teoria do bonapartismo, no entanto, esta baseada na menção que fez Nahuel Moreno em sua carta à Luiz Araújo, logo após a *I Conferência Latinoamerica* que ocorreu no Chile.

385 CARTA de Nahuel Moreno à Fernando [Luiz Araújo], Buenos Aires, 21 de abril de 1972, 6 fls. In: AEL, Fundo Luiz Araújo. A mesma carta, com pequenas modificações, foi publicada sob o título “Lora reniega del trotskyismo”. In: *Revista de América*, nº 8/9, mayo/agosto de 1972, pp. 17-26.

estão inclinados em considera-los como distintas variações de governos bonapartistas, super reacionários, sem ser fascistas.<sup>386</sup>

Na documentação da OC1M a partir de 1974, por outro lado, a análise do processo histórico-político brasileiro, em especial aquele no interior da “distensão política”, foi feito a partir da teoria do bonapartismo<sup>387</sup>. Em todo caso, as atividades do Comitê de Unificação foram breves e como já adiantamos anteriormente ele foi extinto em consequência da repressão de abril-maio de 1972, com a nova prisão dos militantes da FBT.

Paralelamente à formação e atividades do Comitê de Unificação, no exílio chileno, os brasileiros do Grupo *Ponto de Partida* também tentavam compreender o regime político e os governos brasileiros e, em muitos pontos, chegaram à conclusões semelhantes àquelas esboçadas, particularmente, pela FBT depois de 1970. Desde o primeiro documento do grupo, *A propósito de um sequestro*<sup>388</sup>, a situação política brasileira foi entendida como um novo período de dominação da burguesia. Sustentado com base na desarticulação e desorganização, pela ditadura militar, do movimento de massas e pela dinamização e aceleração do desenvolvimento econômico (o “milagre econômico”) – o que ao mesmo tempo lhe garantiu a incorporação de setores da pequena-burguesia em sua estreita base social<sup>389</sup>. Para o proletariado isso implicou, sublinharam também, no “arrocho salarial e a ausência de liberdades sindicais”<sup>390</sup>. Eram estes os fatores sobre os quais o governo militar conquistou estabilidade política, o que resultou em última instância pela impossibilidade do proletariado em articular e expressar seus interesses de classe<sup>391</sup>. Assim, a ditadura militar “conseguiu para si uma relação de forças sociais que a favorecem momentaneamente”<sup>392</sup>, afirmaram.

Entre os trotskistas brasileiros, ao menos os inseridos no período da nossa pesquisa, o

386 MORENO, N. “Lora reniega del trotskyismo”. In: *Revista de América*, nº 8/9, mayo/agosto de 1972. *op. cit.*, p. 23.

387 Como por exemplo no documento Caráter, método e objetivos táticos da verdadeira luta por liberdades democráticas, onde podemos ler: “As ditaduras militares que se sucederam desde o golpe de 1964 são bonapartistas repressivas e não fascistas como afirmam certos grupo que se intitulam ‘de esquerda’, como o PCB, stalinista. Não são fascistas pois não conquistaram uma representatividade na pequena burguesia que apoiasse seus métodos violentos de combate contra o proletariado. Não conseguiram formar um partido de massas que lhes servisse de base política.” In: Caráter, método e objetivos táticos da verdadeira luta por liberdades democráticas, R.F. Lopes [pseudônimo], Publicação da Frente Estudantil Socialista, s.d. [1974]. CEDEM/CEMAP, Fundo Movimento Estudantil.

388 A propósito de um sequestro. Ponto de Partida, Santiago [do Chile], fevereiro de 1971, 20 pp. AEL/Fundo Fundación Pluma.

389 Idem, ibidem, p. 11.

390 Idem, ibidem, p. 05.

391 Idem, ibidem, p. 05.

392 A propósito de um sequestro. *op. cit.*, p. 11.

Ponto de Partida foi um dos que mais claramente expressaram a preocupação por clarificar os sentidos dos regime político e governos brasileiros, bem como suas fases e dinâmica, a fim de elaborar uma política adequada para aquela conjuntura. Consideravam, por sua vez, imprecisa a definição de fascista, tanto para a ditadura quanto para seus governos, o que contrariava a visão que pareceu ser comum entre o conjunto da esquerda brasileira. Porque os trotskistas eram cautelosos em atribuir à ditadura militar, ou aos governos militares do Brasil, a definição de fascista e preferiram, um meio termo, a definição de semifascista, como no caso do Comitê de Unificação, em particular a FBT – mas também, como veremos, do Ponto de Partida ?

Em parte isso pode ser atribuído às suas referências teóricas, as análises de León Trotsky sobre o emergente fenômeno nos anos 1930, na Itália e Alemanha. De acordo com Trotsky o regime fascista – uma forma particular de reação capitalista – para triunfar necessita primeiramente, não só eliminar fisicamente sua vanguarda política, mas destruir todas as organizações que o proletariado conquistou através de suas lutas na sociedade burguesa, sua essência é “impedir a cristalização independente do proletariado.”<sup>393</sup> Outro elemento característico residiria em seu amplo apoio de massas, arregimentado sob a pequena burguesia para, através de métodos violentos, cumprir com a tarefa de acabar com as organizações e partidos do proletariado. Era a última solução burguesa para situações em que as mobilizações proletárias tornavam-se ameaçadoras e não poderiam ser contornadas pelos métodos “normais” da democracia-parlamentar<sup>394</sup>.

Ou seja, pelo exposto até aqui, não era um regime abertamente fascista, pela ausência do apoio e das mobilizações das massas pequeno-burguesas para derrotar o proletariado. O qualificativo semifascista então apreendia a intensidade da repressão, exercida através dos aparelhos policial-militar, que por vezes atingia também setores burgueses, mas estava voltado prioritariamente e diretamente para impedir de maneira violenta a organização e expressão política independente do movimento operário.

A partir dessa perspectiva, os trotskistas do Ponto de Partida argumentavam ainda que proceder por essa via, atribuir o epíteto de fascista ao regime político brasileiro, obscurecia um duplo equívoco: teórico e político. Por um lado, teoricamente porque

---

393 TROTSKY, L. *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha*. São Paulo: Sundermann, 2001, p. 152.

394 Conf. principalmente TROTSKY, L. *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha*. Sundermann: São Paulo, 2011; e TROTSKY, L. *Aonde vai a França?* Desafio: São Paulo, 1994. E DEMIER, F. *O Longo bonapartismo*. *op. cit.*, pp. 105-107.

o fascismo surge fundamentalmente (...) de um determinado nível dos antagonismos de classes em que, a pequena-burguesia alinhadas pelas bandeiras do proletariado volta-se diretamente contra este, sentindo-se derrotada pelas derrotas sucessivas do proletariado, abandonado por suas direções. (...) estruturam-se em partido lançando-se contra o conjunto da classe operária e todos os seus organismos, tendo-se como base social além da pequena-burguesia massivamente, ao lumpen-proletariado<sup>395</sup>.

Condições que para o Ponto de Partida não estavam presentes no processo histórico-político brasileiro, nem àquela altura (novembro de 1972), nem retrospectivamente. E politicamente, por outro lado, alertavam os trotskistas, atribuir à ditadura militar, ou ao governo, um caráter fascista dava base para a emergência de políticas de conciliação de classe, as “frentes de todos os setores democráticos”, nas suas palavras<sup>396</sup>. Na sua interpretação, no entanto, o Ponto de Partida preferiu caracterizar o regime como semifascista, “*um governo da grande burguesia financeira-industrial, através dos militares, com características fascistas – pelo método de repressão aos partidos de esquerda.*”<sup>397</sup>

Essa ditadura militar (da grande burguesia financeira-industrial) semifascista, apresentou uma continuidade em seus governos, sem deixar de ser contraditória. Sua origem, argumentavam os trotskistas, resultou de dois fatores determinantes:

a derrota do movimento de massas, pela ausência de uma direção revolucionária do proletariado; e a emergência das classes dominantes sob a condução da burguesia vinculada aos setores mais dinâmicos da economia, apoiados pelo capital financeiro internacional.<sup>398</sup>

Foi a combinação desses fatores que marcou as características do regime político brasileiro pós-1964 e deu o tom da sua dinâmica. Esta, no entender de Ponto de Partida, poderiam ser divididas em diferentes fases que coincidiram com os governos Castelo Branco, Costa e Silva e à época o de Garrastazu Médici. Tres momentos que sintetizaram correlações de forças específicas, como produto da combinação, tanto de aspectos da conjuntura nacional, quanto internacional.

---

395 Idem, ibidem, p. 6.

396 Idem, ibidem, p. 6.

397 “Situación de las classes dominantes en Brasil”. J. Alencar [pseudônimo], p. 9. Grifos no original. In: Ponto de Partida. Revista de los marxistas revolucionários brasileños. Ponto de Partida, s/l [Santiago], nº 1, enero de 1973. 9-11. Em espanhol. AEL, Fundo Fundación Pluma; E também EM MARCHA. *op. cit.*, p. 6.

398 “Situación de las classes dominantes en Brasil”. *op. cit.*, p. 09.

Cap. 4 ENTRE A CRÍTICA DAS ARMAS E AS ARMAS DA CRÍTICA:  
PROJETO REVOLUCIONÁRIO E TROTSKISMOS NO BRASIL (1968-1973)

Em um de seus artigos para a clássica série *Contribuições para a história da esquerda brasileira (1960-1979)*<sup>399</sup> do jornal *Em Tempo*, Marco Aurélio Garcia sugeriu uma proposição analítica que posteriormente foi muito utilizada em pesquisas acadêmicas sobre a história da esquerda durante a Ditadura Militar. Segundo Garcia a ordem de divergências das organizações, partidos e dissidências políticas que surgiram depois de 1964 – a partir das organizações que existiam até o golpe, como a AP, PCdoB, PCB, POLOP e também, acrescentaríamos, a trotskista POR-T – poderiam ser agrupadas em torno à três coordenadas principais: i) na discussão sobre o caráter da revolução brasileira; ii) sobre a forma de conquista do poder político e iii) sobre qual organização era adequada, ou necessária, para fazer a revolução<sup>400</sup>. Esta proposição de Garcia é útil para um olhar panorâmico sobre a diversidade de organizações e grupos que surgiram àquela altura e também pode auxiliar a compreensão sobre onde se aproximavam e em quais pontos se distanciavam os vários projetos revolucionários que então foram esboçados.

Em torno daquelas tres coordenadas ocorreram deslocamentos em grande parte como resultado da Revolução Cubana (1959). A vitória da revolução em Cuba colocou em xeque a hegemonia política e teórica dos PC's na América Latina. Uma “nova esquerda” questionou o caráter, que desde pelo menos os anos 1950, era atribuído pelo PCB à revolução brasileira. Que consistia na sua divisão em duas etapas, na qual uma “democrática-burguesa” (sob a aliança entre proletários e burguesia nacional, contra o imperialismo e o latifúndio “feudal”) precedia aquela de característica efetivamente socialista. Ao mesmo tempo a tática da *guerra de guerrilhas* utilizada pelos revolucionários cubanos, foi de encontro às prerrogativas que predominavam entre as esquerdas na época, a perspectiva de transição pacífica ao socialismo. Por fim, e como desdobramento da anterior, a vitória do núcleo guerrilheiro que desembarcou e em *Sierra Maestra* colocou em questão o problema da vanguarda revolucionária, pois a experiência cubana foi a primeira revolução que prescindiu de um Partido Comunista.

Podemos iniciar a abordagem sobre o projeto revolucionário dos trotskismos a partir

399 GARCIA, M (org.). *Contribuição à História da Esquerda Brasileira, 1960-1979. Em Tempo, 1979-1980.*

400 GARCIA, M. Como surge a esquerda armada brasileira (ou “A arma da crítica e a crítica das armas”). In: GARCIA, M (org.). *Contribuição à História da Esquerda Brasileira, 1960-1979. Em Tempo, nº 81, 13 a 19 de setembro de 1979, pp. 12-13.*

da problematização dessas tres coordenadas. De início podemos adiantar que os grupos e organizações trotskistas que pesquisamos compartilhavam em essência a mesma posição sobre o caráter da revolução brasileira: sua natureza era imediatamente socialista. Afastavam-se, portanto, da perspectiva esposada pelo PCB de uma revolução em etapas – primeiro uma democrático-burguesa, em aliança com a burguesia, após a qual viria a revolução proletária socialista – como também daquela que a definiu como de libertação nacional, ou anti-imperialista, presente em algumas dissidências comunistas como a ALN. Em linhas gerais, para os trotskistas, pouco a pouco e a partir da referência na *Teoria da Revolução Permanente*, a dinâmica do processo revolucionário brasileiro era entendido como a combinação das *tarefas históricas democráticas* – como a reforma agrária e a independência nacional (do jugo imperialista), das quais a burguesia brasileira era incapaz de cumprir, dada sua posição de classe dominante em um país periférico (bem como dos seus laços com o latifúndio) – com as *tarefas imediatamente socialistas*, pelo sujeito social dirigente do processo revolucionário, o proletariado urbano em aliança com os camponeses.

Divergiam, no entanto, em torno às outras duas coordenadas. Enquanto para o POC-Combate a conquista revolucionária do poder político, ou o triunfo da revolução, viria como o resultado de uma *guerra revolucionária prolongada*, a FBT, ME1M/OC1M, Grupo Outubro e Grupo Ponto de Partida sustentavam a via da *insurreição de massas* – momento de desfecho revolucionário, muitas vezes armado, precedido de ampla mobilização e desenvolvimento de um poder político alternativo do proletariado e seus aliados. (À exemplo da dinâmica que assumiu a Revolução Soviética de fevereiro à Outubro de 1917: mobilizações de massa, duplo poder sob a forma da organização e expansão dos soviets e a presença de uma direção política revolucionária, no caso os bolcheviques). Logo, dessa definição sobre os caminhos do processo revolucionário desdobraram-se as diferentes propostas a respeito da organização revolucionária necessária para fazer a revolução.

Para a tendência trotskista do POC tratava-se de incorporar à construção da *vanguarda revolucionária* as ações armadas, para acumular forças e preparar a criação do *Exército Revolucionário*, instrumento político e militar sem o qual a revolução na América Latina não poderia triunfar. Enquanto que para os outros grupos/organizações trotskistas a referência para a construção da organização dos revolucionários continuava a ser aquela inspirada no “modelo bolchevique”, centrado na perspectiva de ganhar a maioria da classe operária para posições revolucionárias, através da agitação e propaganda revolucionárias, organizado

internamente por revolucionários profissionais, sob o centralismo democrático.

Por outro lado, o projeto político que as organizações/grupos trotskistas aqui estudadas esboçaram não podem ser referenciados apenas nas coordenadas que Garcia propôs. O contexto em que elas surgiram marcou em alto relevo os contornos de suas elaborações. Todas elas surgiram, ou tentaram atuar, na conjuntura política do pós 1968 – o ME1º de Maio tornou-se Organização Comunista 1º de Maio em 1970, e os Grupo Outubro, POC-Combate e Grupo Ponto de Partida surgiram a partir deste ano. Assim, foram a leitura que fizeram sobre as lutas anti-ditatoriais em 1968 e sobre a situação política do pós AI-5 que definiu e deu substância à elaboração do projeto político de cada uma. Nesse sentido, o *leitmotiv* que os trotskistas sublinharam em suas diferentes avaliações foram a ausência da direção política do proletariado, ao mesmo tempo em que indagaram sobre os caminhos que deveriam ser percorridos para a superação dessa condição. Em outras palavras, o objetivo central desses projetos políticos definiu-se pela necessidade em superar a ausência da direção política (revolucionária) do proletariado. Por outro lado, o formato da organização política representativa do proletariado que deveria resultar desse processo, bem como os caminhos táticos para a sua construção, derivavam das concepções sobre a transformação revolucionárias que defenderam, neste caso a guerra revolucionária prolongada ou a insurreição de massas.

Como pretendemos demonstrar nesse capítulo, o POC-Combate, ao defender a concepção da guerra revolucionária prolongada – a seu ver a única estratégia revolucionária viável dada a característica estrutural da militarização do Estado burguês na América Latina –, projetou a superação da ausência da direção política (revolucionária) do proletariado através da adequação do POC (do qual, vale lembrar, era uma tendência) em uma Organização de Combate a fim de preparar a construção do exército revolucionário. Ao passo que as outras organizações/grupos trotskistas, a partir das leituras que fizeram sobre as lutas anti-ditatoriais de 1968 e da situação política que se abriu depois do AI-5, tentaram definir as condições e possibilidades com as quais poderiam contar para a construção do partido revolucionário do proletariado.

Antes de prosseguir vale a pena uma última observação de ordem teórica sobre o que é comumente chamado de “luta armada” e que foi projetada por diversas organizações políticas do período. Precisamente falando, podemos dizer que nesta expressão existiram diferentes

abordagens sobre a *estratégia da guerra revolucionária*. Ou seja, na definição que compartilhamos com Saint-Pierre<sup>401</sup>,

guerra revolucionária é uma guerra civil na qual o fundamento último do conflito, sua caracterização política, é a agudização bélica da luta de classes. Se todas as guerras revolucionárias são guerras civis, nem todas as guerras civis são guerras revolucionárias, assim como nem todas as guerras são civis. Portanto, a guerra revolucionária é um conflito armado do tipo da guerra civil, na qual o que está em jogo é o domínio político de uma classe social.<sup>402</sup>

Assim a esquerda avaliou que a luta de classes havia chegado, ou que em breve chegaria, ao seu ápice, onde o momento da conquista do poder político estaria colocado. É dentro dessa avaliação que faziam da correlação de forças que seus debates ganham sentido, como por exemplo as questões a respeito de qual organização era necessária para fazer a revolução e quais os caminhos para conquistar o poder político, bem como qual o papel que poderia desempenhar a *tática* da guerrilha na *estratégia* (da guerra) revolucionária. Desse modo, a esquerda não só se dividiu politicamente em relação às suas apreciações da formação social brasileira – o caráter da sua revolução –, mas também a partir das distintas formas de *guerra revolucionária* que defenderam. Estas eram o resultado, em grande medida, do impacto causado pelos acontecimentos revolucionários de então. Como sabemos as revoluções do pós-Segunda Guerra Mundial desencadearam uma série de revisões sobre a temática da guerra revolucionária, deslocando desde seu eixo geográfico (do meio urbano para o meio rural), assim como o sujeito social (do proletariado para o camponês) e o sujeito político (do partido de massas para o exército popular revolucionário, o partido-exército ou o núcleo guerrilheiro). São exemplos desses deslocamentos a Revolução Chinesa, as revoluções coloniais, como a da Argélia e a Revolução do Vietnã. O caráter excepcional da Revolução Cubana residiu em ter combinado a formação do “exército popular revolucionário”, a partir do núcleo guerrilheiro de Sierra Maestra, com a insurreição urbana apoiada nas mobilizações de massas<sup>403</sup>.

---

401 SAINT-PIERRE, Hector Luis. *A política armada*. Fundamentos da guerra revolucionária. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

402 Idem, *ibidem*, p. 68.

403 Para mais detalhes acerca dessa discussão sugerimos a obra já citada de SAINT-PIERRE, *op. cit.* A partir de agora quando utilizarmos a expressão luta armada é a essa discussão que nos remetemos e assim dispensamos a utilização das aspas. Sobre o impacto das revoluções do pós-Segunda Guerra no projeto político da Quarta Internacional ver MONTEIRO, *op.cit.*

#### 4.1 “De que organização precisamos ?”<sup>404</sup>: o projeto do POC-Combate

Se compreendermos a dinâmica das lutas da classe operária, se tirarmos as lições de Osasco e Contagem, se percebermos como se dá a luta da classe numa correlação de forças esmagadoramente desfavorável, pelo menos uma coisa podemos ter certo: o desenvolvimento da luta de classe não se dará por uma lenta acumulação de conflitos parciais mas por explosões de greves setoriais que facilmente podem levar mesmo a afrontamentos armados. Ora, isto coloca desde já a compreensão dos limites de uma luta exclusivamente operária, de uma luta exclusivamente urbana. Isto nos coloca desde já a necessidade de *preparar uma guerra revolucionária prolongada*, que saiba combinar as formas de luta (luta armada e luta de massas), as classes em luta (o proletariado urbano e rural, o campesinato, a pequena burguesia radicalizada) e o terreno da luta (campo e cidade).<sup>405</sup>

Tendo em vista a correlação de forças desfavorável aos revolucionários, os objetivos do POC-Combate para a superar a ausência da direção política do proletariado apontavam para duas táticas: re-unificar a “esquerda revolucionária” e adequar o POC – e também o conjunto das outras organizações – no sentido de uma específica concepção do processo revolucionário. No primeiro aspecto tratava-se de construir atuações em *frentes* políticas com as diferentes organizações. Com prioridade para as “organizações político-militares”, como as ALN e a VPR, pois estas também estavam de acordo de que as condições objetivas revolucionárias estavam maduras para a luta armada. Já para as organizações da corrente política “massistas”, presas a um tipo ultrapassado de atuação política, a frente era menos específica e mais imediata, reduzia-se “apenas” à luta contra a ditadura militar. Vejamos então as principais características da adequação da organização revolucionária e qual era a concepção de revolução a qual ela estava ligada.

As discussões sobre organização política entre a “esquerda revolucionária”, segundo o POC-Combate, depois de tres anos de lutas (1968-1971) não foram o resultado de uma escolha feita a partir de uma determinada estratégia. Foram na verdade o subproduto da pressão exercida pela conjuntura, particularmente entre as “organizações político-militares”. Inicialmente a questão organizativa expressou-se como parte de elaborações abstratas a respeito das “etapas da guerra revolucionária – que parecia um processo em curso já

404 Título da terceira das cinco teses do POC-Combate redigidas na França em 1971. Publicadas em *Combate*, nº1, novembro de 1971, s.l. [Paris], s.c.p. In: CEDEM/CEMAP, Fundo: Asmob.

405 *Combate*, nº 1, POC-Combate, novembro de 1971,s.l., s.c.p. , 90 pp., p. 17, grifos nossos. In: CEDEM/CEMAP, Fundo Asmob.

irreversível – tratava-se de determinar quais os passos seguintes a dar”<sup>406</sup>.

A alteração da situação política piorou ainda mais esse quadro. Com a mudança qualitativa da correlação de forças pendendo significativamente para a ditadura militar (especialmente depois do AI-5), o problema da relação “vanguarda-massas” veio à tona: como superar o isolamento social das organizações revolucionárias? A partir desse momento, para os trotskistas de Combate, a fragilidade da “esquerda revolucionária” tornou-se evidente, pois a maneira de abordar a questão nunca esteve integrada à “análise concreta da dinâmica que o processo [da luta de classes] assumira no país. As formas de organização propostas não decorriam da análise dessa dinâmica.”<sup>407</sup>

A maneira equivocada com que a “esquerda revolucionária” tentou responder sobre como deveria ser a organização revolucionária, ou a raiz dessa “deformação das questões de organização” como a chamavam, era o resultado da forma como ocorreu a desintegração do stalinismo, i.e. os partidos comunistas, na América Latina. Sob a pressão da “falência das burguesias nacionais, da degradação da situação objetiva das massas e o impacto da revolução cubana” os comunistas perderam a liderança político e teórica que exerciam sobre o movimento revolucionário no continente. No caso do Brasil seus contornos foram delineados, argumentavam, na oposição entre “luta armada/caminho pacífico”. Depois do golpe e com a “escolha permanente da ditadura como forma de governo pela burguesia” – com o exército convertido em partido nacional e com a anuência do imperialismo – o “caminho pacífico” e a “revolução por etapas” foram por água abaixo, “a contestação da estratégia de transição pacífica foi suficiente para fazer estourar a unidade monolítica e burocrática dos velhos partidos.”, afirmaram<sup>408</sup>.

Diante desse quadro as fórmulas organizativas que tomaram a “esquerda revolucionária”, aquelas em gestação nos anos 1964-1967, acabaram por ter um caráter mais de negação mecânica ao PCB do que em decorrência “do tipo de classes a mobilizar, do estágio de organização e mobilização do movimento de massas, da dinâmica que a radicalização das lutas de massas continha ou dos princípios leninistas como eles existiram no 'Que Fazer'”<sup>409</sup> – no limite não só o PCB foi negado, mas a própria forma partido como organização revolucionária. Dessa forma, no entender do POC-Combate, a “esquerda revolucionária” respondeu apenas à necessidade objetiva que se abriu com a situação política

406 COMBATE, nº 1, POC-Combate, novembro de 1971, s.l., s.c.p., 90 pp., p. 50.

407 Idem, ibidem, p. 50.

408 Idem, ibidem, p. 51.

409 Idem, ibidem.

do pós-1964: preencher o vazio da direção política que surgiu. Ao mesmo tempo então as

soluções das organizações político-militares, deste ponto de vista, apontam para um problema real e central da revolução brasileira: a crise de direção revolucionária. As críticas que lhe fazemos são no sentido de colocarem de maneira deformada a questão: ou seja, da maturidade das condições objetivas tiram a conclusão, mecanicamente, de que as condições subjetivas também estão maduras (ou amadurecerão espontaneamente). A partir daí respondem de forma completamente falsa, terminando por não se capacitarem politicamente para preencher o vazio de direção que apontaram. Partilhamos com essas organizações duma premissa que, para nós, se formula da maneira seguinte: na etapa da escalada imperialista e do esgotamento das soluções burguesas para o país, a construção da vanguarda revolucionária se dá por um desenvolvimento desigual e combinado em que a situação sendo objetivamente revolucionária, transferem-se pois para as condições de construção da vanguarda, as questões cruciais a resolver.<sup>410</sup>

Para elaborar uma solução adequada da questão, ou seja, superar o descompasso entre as maduras condições objetivas para a revolução e o “estágio primitivo de desenvolvimento das organizações políticas e das organizações de massa”<sup>411</sup> a “esquerda revolucionária”, como entendiam o POC-Combate, deveria restabelecer os elos existentes entre as questões políticas e as questões organizativas, pois como sublinhavam uma decorria da outra. Do contrário, as medidas que as organizações haviam tomado, tais como a clandestinidade e finanças profissionais – leia-se expropriações revolucionárias – poderia soar apenas como uma mera adaptação para sobreviver à uma correlação de forças desfavorável. Nesse sentido, insistiam que aquelas medidas organizativas deveriam espelhar o entendimento das tarefas políticas que a “vanguarda revolucionária” deveria assumir. Estas definiam-se, naquela leitura, pela combinação, desde o início, de “atividades de organização e mobilização das massas junto com os enfrentamentos armados” contra o aparato repressivo do Estado<sup>412</sup>. Tais eram os condicionantes que caracterizavam a construção da vanguarda revolucionária naquela etapa da revolução.

Essa proposta do POC-Combate, por sua vez, estava alicerçada em um pressuposto fundamental, na certeza de que as massas – mesmo sob aquelas condições políticas – estavam prontas para novas mobilizações e que estas inevitavelmente seriam violentas e explosivas. Aliás este era de fato o pilar de sustentação de todo o edifício montado para justificar a proposição do tipo de organização que deveria ser construída, uma *Organização de Combate*.

---

410 Idem, ibidem, p. 51.

411 Idem, ibidem.

412 Idem, ibidem, p. 54.

O caráter violento e explosivo que supostamente assumiriam as mobilizações que estavam por vir – à exemplo do que ocorreu com as greves de Osasco-SP e Contagem-BH em 1968 – era entendido e sublinhado como o traço característico da dinâmica que assumiu a luta de classes no Brasil, especialmente depois da “reconversão da economia no país em favor dos grupos monopolísticos”<sup>413</sup>, durante o governo militar de Castelo Branco (1964-1967). Portanto, em suas palavras

1) as condições objetivas esgotadas para as soluções burguesas mais amplas; 2) a falência do reformismo e das vias de enquadramento das massas; 3) a transformação política e militar do regime e dos instrumentos de dominação das classes exploradas; levam a que os conflitos de classe, longamente reprimidos, adquiram uma dinâmica explosiva quando logram se expressar, quer por formas organizadas – por mínimas que sejam –, quer por movimentos selvagens e desesperados.<sup>414</sup>

O golpe e a ditadura militar haviam exacerbado as condições objetivas para a revolução socialista – pois estavam esgotadas as possibilidades burguesas-reformistas de responder às demandas elementares das mais amplas massas. As greves de 1968 – Osasco-SP e Contagem-BH – já haviam demonstrado, assim entendiam, que a “esquerda revolucionária” deveria estar preparada para os inevitáveis choques armados com a repressão. Assim expressavam suas conclusões sobre as lutas políticas então recentes, dos anos 1968-1971. Apesar da compreensão sobre a correlação de forças desfavorável aos revolucionários, forçados à um isolamento social e ao mesmo tempo açoitados pela repressão política, estavam longe de perceber a profundidade que assumiu a contrarrevolução e acreditavam que aquela correlação de forças era circunstancial.

Nessa linha, sustentavam que era necessário, depois dos tres anos de luta que se seguiu, superar duas proposições sobre as quais a “esquerda revolucionária” estava dividida. Por um lado, representada por aquelas organizações, como a OCML-POLOP (cisão do POC de 1970), que defendiam como saída o trabalho revolucionário exclusivamente no movimento de massas, em especial no movimento operário, à espera de uma conjuntura melhor para a intervenção das massas. Eram adeptas da “tese gradualista”, não consideravam, julgavam os trotskistas, que a “nova dinâmica da luta de classes” impossibilitou essa perspectiva de “acumulação de forças gradual no movimento operário” – possível somente nas “democracias

413 Idem, ibidem p. 50.

414 Idem, ibidem, p. 54.

parlamentares européias ou mesmo do populismo latinoamericano [enquanto este existiu]”. Assim, nesse esquema, nem mesmo a espera era justificada pois “o terreno político mais propício para o desenvolvimento do capitalismo, no atual estágio do imperialismo, e nos países subdesenvolvidos como o nosso, é a ditadura militar, e não a democracia parlamentar”<sup>415</sup>. Como veremos, o aspecto central da crítica que o POC-Combate endereçava às organizações da corrente política *massista*, nas suas palavras, estava a tese de que a estratégia para a tomada do poder através da *insurreição armada de massas* era inviável tanto para no Brasil, quanto na América Latina.

No outro lado estavam as organizações *vanguardistas*, como a ALN, que a partir da compreensão sobre as condições objetivamente revolucionárias, concluíam que já estava em curso a guerra revolucionária no país. O problema da construção da “vanguarda revolucionária, portanto, não estava colocado, pois esta já existia. Muito menos a questão da relação “vanguarda-massas”, na medida em que cabia a segunda seguir a primeira, com mobilizações detonadas pelas ações da sua “vanguarda revolucionária”. Na prática essa perspectiva não alterou a situação e aprofundou ainda mais a adversa correlação de forças, cujo isolamento social das organizações era uma das suas marcas. Abriam, por outro lado, o caminho para um “desvio” ainda mais grave, aquele que excluía a participação das massas no processo revolucionário, atribuindo-o exclusivamente às ações militares da “vanguarda revolucionária” – característica que marcou as chamadas organizações *militaristas*, como a VPR em sua segunda fase.

Uma nova organização revolucionária deveria ser construída, uma organização definida pela *integração e combinação* das tarefas de organização e mobilização das massas – como a criação dos comitês de fábricas e suas coordenações – com tarefas de ordem militar, inicialmente para defender o movimento da repressão e para fazer propaganda revolucionária. Sem esse perfil, digamos assim, a “esquerda revolucionária” não teria condições de aproveitar as novas mobilizações que inevitavelmente iriam ocorrer em resposta à intensificação da exploração econômica representada pelo “arrocho salarial”.

A revolta das massas estariam fadadas a se esgotar rapidamente se a “esquerda revolucionária” não oferecesse novos canais organizativos, por um lado para que pudessem expressar suas reivindicações – dada a ausência dos sindicatos, preteridos em função da nova política da burguesia para os trabalhadores de repressão pura e simples – e por outro para

---

415 Idem, *ibidem*, p. 52.

ampliar e estender essas mobilizações, as únicas maneiras de assegurar novas vitórias, mesmo por demandas mínimas. Porém de nada adiantaria concretizar essa tarefa de organização e mobilização do movimento de massas se ela não incorporasse a preparação e execução de ações armadas, dada a inevitável repressão por parte do “Estado burguês militarizado”.

Coerentes com a perspectiva que defendiam de integrar a questão organizativa com a política, ou seja, sem simplesmente adaptar a primeira às pressões da conjuntura, a proposição por uma Organização de Combate, por sua vez, ia além de uma elaboração alternativa para aquela adversa correlação de forças. Entendiam que tal proposta correspondia ao tipo de guerra revolucionária que dali por diante iria assumir no Brasil e na América Latina. Ou seja, tratava-se de uma adequação organizativa para os primeiros passos preparatórios de uma *guerra revolucionária prolongada* – orientação estratégica da qual derivou a leitura que fizeram daquela situação política.

#### 4.1.1 Uma guerra revolucionária prolongada

Das cinco teses que estruturaram a tendência trotskista do POC – na convergência entre as elaborações internas ao POC no Brasil e do contato dos militantes com a corrente majoritária do Secretariado Unificado na França – uma delas foi dedicada à estratégia de guerra revolucionária, intitulada *Por uma revisão de nossa estratégia de Guerra Revolucionária*<sup>416</sup>. Nesta, os então recém trotskistas brasileiros argumentaram sobre as razões que levariam o processo revolucionário brasileiro a tomar, inevitavelmente, um curso prolongado, ou nas suas palavras, uma “guerra revolucionária prolongada”. Fundamentalmente entendiam que esse caminho para a tomada do poder, não só no Brasil mas na América Latina como um todo, era produto das mudanças da política imperialista (notadamente dos EUA) em relação aos países latinoamericanos . Para o POC-Combate, como vimos, o Brasil era o típico modelo dessa nova política imperialista assentada economicamente na associação da burguesia nacional – seus setores mais modernos – com suas multinacionais e na intensificação da exploração do proletariado, principalmente através da compressão salarial, o “arrocho salarial”. Politicamente, por outro lado, para garantir a manutenção daquela exploração econômica, o imperialismo apoiava um regime político baseado na repressão assegurada pelo Exército, ou seja, promovendo uma verdadeira militarização do Estado para garantir um “desenvolvimento econômico”. Essa nova

---

416 COMBATE, *Op. cit.*, pp. 34-49.

configuração, acreditavam, apontava para o esgotamento de dois modelos de estratégias revolucionárias com os quais a “esquerda revolucionária” trabalhou até então: a via clássica da *insurreição armada de massas* e o modelo do *foco* inspirado na experiência revolucionária cubana e teorizada por Régis Debray<sup>417</sup>.

Para os militantes da tendência Combate manter a perspectiva da estratégia militar baseada na insurreição de massas – cujo principal fator, assim entendiam, implicava um combate de curta duração e de decisão rápida – beirava o espontaneísmo, pois abstraía a modificação das condições político-sociais do continente<sup>418</sup>. Por insurreição eles entendiam um processo político de tomada do poder, através da ação armada das massas, ou seja, distinto dos golpes e *putschs*, caracteristicamente ações de minorias. Em síntese argumentavam que no momento decisivo, em uma situação favorável, os revolucionários inverteriam uma situação desfavorável do ponto de vista militar. Precisamente, não era mais possível orientar-se por uma estratégia militar desse tipo, baseada em uma decisão rápida, o aspecto essencial da forma de luta armada insurrecional.

Sustentavam que diferentemente das “teorias insurrecionalistas” de algumas organizações de esquerda daquele período, a “insurreição clássica” – tomavam como referência especificamente a tomada do poder na Revolução Russa – possuía determinadas características:

- 1) é uma luta de caráter relativamente curto, em que a vitória ou derrota se decide rapidamente e em que os primeiros ataques são decisivos;
- 2) é uma luta de caráter estritamente urbano;
- 3) os objetivos fundamentais da insurreição são os bastiões do Estado burguês, e em primeiro lugar o Exército. Mas na destruição do Exército, o trabalho de propaganda para conseguir a adesão de alguns batalhões joga um papel relativamente importante face ao trabalho de combate militar às forças armadas;
- 4) por causa de todas estas circunstâncias, a “arte” da insurreição tem seu ponto

---

417 DEBRAY, R. *Revolution in the Revolution? Armed Struggle and Political Struggle in Latin America*. Monthly Review Press: s.l., 1967. pp.230. Jules Régis Debray (1940-) notabilizou-se durante o final dos anos 1960 ao publicar a obra “Revolução na Revolução” (1967), onde teorizou e generalizou a experiência revolucionária da Revolução de Cuba para todo o continente latinoamericano. Em 1967 participou junto com Ernesto “Che” Guevara do Ejército de Libertación Nacional, a guerrilha de “Che” na Bolívia. Preso logo em seguida, foi libertado no contexto de reativação das mobilizações das massas bolivianas no final de 1970.

418 Uma discussão ou exposição exaustiva das distintas estratégias de guerra revolucionárias – notadamente a insurreição de massas, o foco e a guerra popular prolongada – nos levaria longe dos objetivos desse capítulo. Para nossos propósitos destacamos apenas suas linhas mais gerais dentro da discussão que promoveu os trotskistas da tendência Combate do POC. Para uma discussão centrada nas estratégias da guerra revolucionária o leitor pode encontrar uma ótima introdução em SAINT-PIERRE, Hector Luis. *A política armada*. Fundamentos da guerra revolucionária. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

chave na determinação do momento a ser desencadeada a revolta.<sup>419</sup>

A “arte” da insurreição, o momento da decisão, encerrava o momento de virada em que uma situação política favorável aos revolucionários poderia deslocar a desfavorável correlação de forças militar. Entendiam por situação política favorável aos revolucionários, na perspectiva de Lenin, os elementos de uma dada correlação de forças que definiam uma *situação revolucionária*:

- 1) a crise da classe dominante (“que os de cima não possam mais dominar”);
- 2) agravamento da situação de exploração das classes dominadas e aumento de seu nível de consciência (“que os de baixo não queiram mais ser dominados”);
- 3) a existência de uma organização de vanguarda (um partido) solidamente implantada na massa;
- 4) uma crise econômica que não possa ser resolvida sem grandes convulsões, etc.<sup>420</sup>

Nas lentes da tendência trotskista do POC a “desagregação das classes dominantes” – entendida como desagregação da dominação burguesa tanto na esfera nacional, quanto internacional – havia sido determinante para a vitória da insurreição soviética em outubro de 1917. Pois a guerra mundial que resultou das contradições inter-imperialistas, provocou provocou a divisão do Exército – a primeira instituição do Estado burguês a ser destruída a fim de construir o socialismo. Nesse sentido indiretamente argumentavam que a acomodação dos interesses imperialistas, onde estavam descartadas novas guerras para resolver suas contradições internas, não ofereciam aos revolucionários de então as mesmas condições que os bolcheviques souberam aproveitar para desencadear a vitoriosa insurreição. Concluía então que na ausência dessa crise da dominação (nacional e internacional) burguesa, sem o esfacelamento do Exército nacional, estava inviabilizada a luta armada insurrecional.

Como se pode ver a forma como o POC-Combate definiu a equação determinou as suas variáveis: sem crise internacional da dominação imperialista não ocorre a divisão das Forças Armadas, logo as condições que possibilitavam o triunfo da insurreição de massas, através da decisão rápida e do combate de curta duração, não existiam mais. O

---

419 Combate, nº 1, p. 39.

420 Idem, ibidem.

enquadramento tem lá a sua lógica, mas eles incorreram em uma confusão sobre os tempos da revolução. Em outras palavras, identificaram *situação revolucionária* – a qual resulta da combinação e maturação daqueles quatro elementos – com *crise revolucionária*, quando a disputa pelo poder esta colocada. Na primeira a correlação de forças que a define pode permanecer e se estender no tempo, inclusive por alguns anos, a espera de uma definição. Com a segunda ocorre o inverso, a duração de uma crise revolucionária por natureza é breve, um curto intervalo onde uma “decisão rápida e o combate breve”, a insurreição armada das massas enfim, pode decidir a sorte da revolução. Na passagem de uma temporalidade para outra – da situação revolucionária para a crise revolucionária – o peso dos *fatores subjetivos*, os sujeitos sociais e suas representações políticas, tornam-se centrais. Exatamente o oposto do que inferiu o POC-Combate ao absolutizar o fator objetivo – a crise nacional/internacional – como fundamental ao triunfo da insurreição em outubro de 1917<sup>421</sup>.

Já sobre o modelo da revolução cubana, teorizada por Debray, também pesava, supunham, as modificações da política do imperialismo, só que neste caso tratava-se de uma tomada de consciência, por assim dizer, do inimigo. O imperialismo, assim como as burguesias nacionais, não seriam pegos de surpresa novamente, ou seja, a dinâmica da revolução cubana revestia-se de um caráter excepcional. Aquela combinação de circunstâncias do processo cubano – atuação de um núcleo restrito de combatentes, sem contato prévio com os camponeses onde se instalou o foco, apartados das organizações marxistas tradicionais, sem chegar a constituir um exército regular no combate ao exército burguês e combinando mobilizações urbanas, como a greve geral – não se repetiriam. Tres aspectos fundamentais a tornavam inviáveis para a América Latina naquele contexto: “uma guerra relativamente curta, levada a cabo por um coluna guerrilheira que não chegou a constituir uma força regular extremamente numerosa, e na qual a insurreição urbana teve um peso tão importante enquanto determinante da vitória final.”<sup>422</sup>

Destacavam novamente as mudanças que ocorreram na política consubstanciada nas relações entre o imperialismo dos EUA e os países da América Latina depois da revolução cubana de 1959 – mas fundamentalmente depois de 1961 quando o caráter socialista da revolução foi assumido. Até então o imperialismo tolerava algumas pretensões de um desenvolvimento capitalista autônomo por parte de algumas burguesias latinoamericanas,

421 Conf. ARDAY, V. *As esquinas perigosas da História: situações revolucionárias em perspectiva marxista*. São Paulo: Xamã, 2004. Especialmente os Capítulo 2 Polêmicas marxistas sobre os critérios de aferição das relações de forças, pp. 41-62; e Capítulo 3 O que são situações revolucionárias ?, pp. 63-82.

422 Combate, nº 1, p. 44.

mesmo aquelas que contavam com mobilizações populares de viés nacionalista e democrático. O caminho da revolução cubana em direção ao socialismo colocou um fim a esse tipo de relação entre o imperialismo dos EUA e as burguesias nacionais. Para o POC-Combate a invasão da República Dominicana em 1965 para reprimir a insurreição popular vitoriosa era um marco dessa virada política.

Dada essas características, segundo os trotskistas do POC-Combate, uma conclusão se impunha: “a guerra revolucionária latinoamericana será uma guerra de caráter prolongado, pois tudo nos leva a prever uma resistência encarniçada tanto por parte da burguesia local como por parte do imperialismo”<sup>423</sup> que não descartava, inclusive, a invasão militar como o fez na República Dominicana e fazia no Vietnã. Nesse sentido, argumentavam ainda, o processo revolucionário latinoamericano aproximava-se mais, por seu caráter prolongado de guerra, do modelo da Revolução Chinesa do que com qualquer outro. Frisavam no entanto, que ao contrário da estratégia chinesa, determinada pelas particularidades internas do país – fundamentalmente pela fragmentação do território em domínios combinados de diferentes países imperialistas com tipos de dominação regionais feudais – a definição da estratégia revolucionária latinoamericana, como guerra revolucionária prolongada, decorria da “mudança da correlação de forças ao nível internacional e sua repercussão sobre as relações do centro imperialista com os países latinoamericanos.”<sup>424</sup>

Como já sublinhamos anteriormente, para o POC-Combate o Brasil era um país modelo dessa nova política do imperialismo: assentada sobre a associação da burguesia nacional com as multinacionais, no “arrocho salarial” como forma de garantir as inversões capitalistas internas e externas, bem como na necessária e assegurada repressão ao movimento de massas e o proletariado, através do Exército. Esse processo que confluiu para a “militarização do Estado burguês” e que ganhou um caráter estrutural, como acreditavam, era o fator que determinava “o caráter longo dessa guerra [revolucionária] e a necessidade de criar um instrumento militar à altura da reação burguesa, *um exército revolucionário*.”<sup>425</sup>

Da mesma maneira que a proposição por uma Organização de Combate, na qual deveria prevalecer a integração e combinação das ações armadas com as atividades de organização e mobilização de massas, a definição do processo revolucionário, nos termos de uma guerra de caráter prolongado, deveria combinar as ações militares no campo com as

---

423 Idem, p. 44.

424 Idem, ibidem.

425 Idem, ibidem, p. 45. Grifos nossos.

mobilizações de massa nas cidades. Ou seja, os trotskistas de Combate entendiam que o processo revolucionário no Brasil, assim como na América Latina, não se resumiria à uma *guerra popular prolongada* decidida exclusivamente na área rural – com o cerco da cidade pelo campo, como o foi na Revolução Chinesa. Também não se resumiria, por outro lado, exclusivamente à *insurreição armada das massas urbanas* – como foi na Revolução Russa de 1917 – e nem da combinação, em menor escala, dos combates no campo, através do *foco* guerrilheiro, com a insurreição urbana, como na Revolução Cubana.

A estratégia da *guerra revolucionária prolongada* revelou-se como uma tentativa de sintetizar as lições dos processos revolucionários até então e que ao mesmo tempo, assim acreditavam, levava em conta as particularidades da formação social dos países da América Latina – que apresentavam por vezes um desenvolvimento industrial e urbano, mas que contavam também com uma importante exploração agrícola e extensas áreas rurais. Ao campo era reservada o espaço estratégico para a construção do exército revolucionário, instrumento político-militar indispensável aos revolucionários, no qual aos camponeses era reservado um papel central na sua formação.

Em síntese para o POC-Combate

entender que o imperialismo e as burguesias locais não tem condições de satisfazer as necessidades vitais das massas, não estão dispostos a perder esta área, e não se deixarão surpreender por movimento populares, significa entender que preparar-se para uma guerra de caráter prolongado não é uma escolha aleatória. É a *dinâmica da luta de classes nas condições latino-americanas* que a determina. Isto quer dizer que se os revolucionários prepararem a guerra e a construção do exército, eles terão chances de vitória. Mas o fato deles não se prepararem não muda o dado fundamental: quanto mais agudas são as condições de exploração das massas e quanto mais fracas são as organizações revolucionárias e as organizações de massa, maior é a possibilidade de que *qualquer luta, por mais elementar que seja, desemboque desde o início num enfrentamento armado com as forças repressivas do Estado Burguês*.<sup>426</sup>

#### 4.1.3 Uma nova “teoria da ofensiva revolucionária”

Enquanto todos esses elementos do projeto político do POC-Combate permaneceram organizados e representados em suas cinco teses, nas noventa páginas, tudo aparentou possuir certa coerência, mas não correspondiam às possibilidades concretas para sua efetivação. Sintomaticamente, seus militantes ao final da tese *Por uma revisão de nossa estratégia de*

426 Idem, ibidem, p. 49. Grifos nossos.

*Guerra Revolucionária*, assumiam que dada a fraqueza do POC e a correlação de forças, concluíam que talvez fossem mínimas as possibilidades disponíveis para alcançar a preparação da “guerra revolucionária” – não sabiam a profundidade e o alcance que significou tal intuição<sup>427</sup>. Não conseguiram sequer fazer circular entre os militantes brasileiros aquelas teses, seu portador Luiz Eduardo Merlini foi assassinado pouco tempo depois de desembarcar no Brasil, na sequência da repressão política que desarticulou o POC.

Esse projeto do POC-Combate, por outro lado, estava articulado com o projeto revolucionário para a América Latina defendido pela Quarta Internacional-SU, desde 1969. As teses dos trotskistas brasileiros, no entanto, não eram meras transposições para o processo político do país, ao contrário. Como vimos na parte sobre o itinerário do POC-Combate, quando os militantes aceitaram o convite de Paulo Paranaguá para ir à França, o partido brasileiro passava por uma séria crise interna, com a questão bem clara sobre a correlação de forças e o isolamento social, e com uma tendência bem consolidada por incorporar ações armadas à organização – o que havia levado à cisão que deu origem a “nova” POLOP.

Assim, a leitura que fizeram sobre o processo político brasileiro, bem como as saídas que esboçaram para a situação em que se encontrava a “esquerda revolucionária”, durante as discussões internas que tiveram em 1970, convergiram com as orientações político-estratégicas da Quarta Internacional-SU. Portanto, reforçaram e aprofundaram alguns aspectos, enquanto outros ganharam uma abordagem nova, particularmente na tese sobre a guerra revolucionária, onde concordavam com o argumento de esgotamento para a perspectiva revolucionária baseada na *insurreição de massas*, argumento presente por exemplo na *Resolução para a América Latina*<sup>428</sup> aprovada no IX Congresso Mundial de 1969. Estas eram as “premissas estratégicas” que orientavam os objetivos mais imediatos da tendência trotskista do POC, fundamentavam as novas propostas para a re-organização do partido, em elaboração desde os debates da oposição e sua direção nacional em 1970 – como as propostas de integração das ações armadas, combinadas com o trabalho de massas. Não mais no sentido de uma re-adequação da organização à conjuntura de forte repressão – como se expressou inicialmente na edição do jornal *Política Operária* nº 22<sup>429</sup> –, mas integradas e desenvolvidas dentro de uma estratégia revolucionária, da *guerra revolucionária*

---

427 Idem, ibidem, p. 49.

428 DRAFT resolution on Latin American, p. 9. In: *International Information Bulletin*. Discussion on Latin America (1968-1971). S.d. [1972], s.a [SWP], s.l. [Nova York], s.c.p. , pp. 01-10.

429 *Política Operária*, nº 22, julho de 1970. *Op. cit.*

*prolongada*<sup>430</sup>.

As divergências internas do POC de 1970, entendidas pelos militantes de Combate como um caminho empírico na superação das teses da POLOP – o caráter socialista da revolução, na exclusividade do movimento operário e na insurreição armada das massas urbanas – princípios que não apontavam saídas. Estas divergências encontraram um terreno favorável para o desenvolvimento, do que poderíamos chamar, de uma *teoria da ofensiva revolucionária* (à brasileira) no contexto de revisão político-estratégica pelo qual passava a Quarta Internacional-SU. Nesse sentido, as teses do POC-Combate são ao mesmo tempo parte das elaborações que foram desenvolvidas para a justificar, teórica e politicamente, a defesa da luta armada para o continente latinoamericano – processo que havia apenas começado, com a proposta de Resolução sobre a América Latina (1968) para o IX Congresso Mundial, realizado no ano seguinte<sup>431</sup>.

Sem condições de atuar no Brasil, os militantes de Combate, ao integrarem-se ao PRT-*El Combatiente* e seu destacamento armado – batizado de *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP) – tiveram a oportunidade de ver suas ideias (e da maioria da Quarta Internacional-SU) na prática no processo político argentino<sup>432</sup>. Na seção (oficial) argentina, como já adiantamos, rapidamente os brasileiros se dão conta de um consolidado “desvio militarista” – a dinâmica em que a pressão das tarefas militares se impunham sobre as do trabalho no movimento de massas, o que implicou cada vez mais no isolamento social da organização<sup>433</sup>. Junto com a crise interna da organização, as mudanças na conjuntura política da Argentina – com a “abertura democrática” do governo Levingston e as eleições de 1973 – contrariavam ainda mais o projeto político do POC-Combate, sem implicar, no entanto, em mudança na sua estratégia de luta armada. Com a ruptura do PRT-ERP com a Quarta Internacional, coube aos militantes do POC-Combate e uma pequena parcela dos militantes argentinos manter aquela perspectiva política nos marcos do trotskismo, através das *Fracción Roja* e a *Liga Comunista*.

430 Perspectiva que também defendeu a seção oficial argentina da Quarta Internacional-SU, o PRT-*El Combatiente* em “El único camino hasta el poder obrero y el socialismo”, resolução do seu IV Congresso em 1968 que certamente os brasileiros tiveram acesso, dada a menção algumas vezes no documento sobre “o exemplo argentino”. The Only road to workers' power and socialism. Carlos Ramirez [Mario Roberto Santucho], Sergio Domecg [Oscar Prada] and Juan Candela [Helio Pietro] In: *International Information Bulletin*, nº 4, October 1972. SWP, s.c.p., s.l. [New York]. 40 pp. Com exceção de Santucho os outros dois autores provinham da trotskista Palabra Obrera, segundo CORMICK, *Op. cit.*, p. 19.

431 RESOLUTION on Latin America. Documents World Congress of the Fourth International. In: *Interncontinental Press*, SWP, vol. 07, nº 26, July 14, 1969, s.c.p., s.l. [New York].

432 Sobre a trajetória dos militantes do POC-Combate na Argentina ver capítulo 2, seção 2.6.

433 Além da referência presente na nota anterior, ver CORMICK, F. *Op. cit.*, pp. 64-78.

As proposições do POC-Combate ao tentar justificar uma estratégia revolucionária de tipo marcadamente *ofensivo* para uma conjuntura que foi marcada por uma correlação de forças adversa, reproduziu algumas características daquela “teoria da ofensiva revolucionária” elaborada pelos “esquerdistas” da Internacional Comunista (a III Internacional) nos anos 1920<sup>434</sup>. Tal como os militantes de POC-Combate, os partidários da “ofensiva revolucionária” defendiam

uma concepção mecânica e idealista, que liga a crise econômica à necessidade da reação operária, mas faz da determinação da ação contra-revolucionária, e não da consciência de classe dos trabalhadores, o motor da revolução. (...) uma teoria ativista da provocação: a iniciativa ofensiva de grupos de pessoas armadas para o combate é que permite lançar palavras de ordem sempre mais avançadas e mobilizar no combate camadas cada vez maiores.<sup>435</sup>

Essa perspectiva foi colocada em prática naquilo que ficou conhecido na história do movimento comunista como Ação de Março, na Alemanha em março de 1921. Um grande desastre político que significou, além das várias mortes, difíceis de precisar quantitativamente, várias prisões e demissões e um retrocesso na construção do partido que avançava significativamente. Depois da Ação de Março, o Partido Comunista na Alemanha, que até então possuía ao redor de 350 mil membros, foi reduzido à 150 mil membros.<sup>436</sup>

Ao que tudo indica seguramente os brasileiros do POC-Combate ao menos tiveram a oportunidade de entrar em contato com aquele debate que transcorreu na Internacional Comunista. A epígrafe que abriu as cinco teses da revista Combate foi justamente um trecho da discussão que ocorreu no terceiro congresso mundial em 1921.

---

434 O fenômeno do *esquerdismo*, o qual Lenin classificou como uma “doença infantil” do movimento comunista, surgiu na sequência de entusiasmo que suscitou o triunfo da revolução proletária na Rússia, em Outubro de 1917. Caracterizava-se pela negação de determinadas formas de luta, como nos processos eleitorais, o parlamento e os sindicatos, em nome da luta revolucionária pela proclamação de formas soviéticas de poder; e desconsiderava a necessidade da conquista de maioria da classe operária para as posições do partido comunista, objetivo do qual deveria se valer de todas as oportunidades e espaços a fim de mobilizar, unificar e ganhar a classe.

435 BROUÉ, P. *História da Internacional Comunista 1919-1943* ( vol. 1). São Paulo: Editora Sundermann, 2007. pp. 256-257.

436 Conf. BROUÉ, P. *The German Revolution 1917-1923*. Leiden: Brill, 2005. p. 505. Sobre os bastidores, digamos assim, da controversa “Ação de Março” ver BROUÉ, P. *História da Internacional Comunista 1919-1943* ( vol. 1). São Paulo, Editora Sundermann, 2007. pp.264-270;

Quando a Internacional dois e meio fala do lento desenvolvimento da revolução mundial, quer dizer com isto que este é um período de preparação lenta, tranquila e calma dos partidos; quando estes partidos se tornarem grandes e fortes, então terá chegado o dia em que Adler e Crispiem farão as barricadas. Mas quando somos nós a falar do processo lento da revolução, então queremos dizer que se tratará de um longo período de luta encarniçada, durante o qual os partidos comunistas não terão a possibilidade de preparar-se tranquila e gradualmente, de trabalhar lentamente e em paz esperando o curso dos acontecimentos. Karl Radek (Relatório sobre Tática no III Congresso da Internacional, julho de 1921).<sup>437</sup>

O trecho foi deliberadamente escolhido para se adequar as teses que defendiam. Aquele congresso internacional, sugestivamente definido como “Ir às massas”, no qual o recente acontecimento na Alemanha foi discutido com base na definição das táticas políticas que o movimento comunista deveria adotar, chegou à conclusões absolutamente opostas ao sentido que deu o POC-Combate às suas teses<sup>438</sup>. As teses sobre táticas, da qual Radek foi seu relator, preconizavam ao contrário do que pode parecer aquele trecho escolhido, que os partidos comunistas deveriam conquistar a maioria da classe operária, a partir de suas mobilizações pelas necessidades mais imediatas e buscar sua unificação política, ou seja, deveriam se preparar junto com as lutas concretas das massas, por mais elementares que fossem, para os grandes enfrentamentos que viriam.

Em outro tempo e para outro lugar, os trotskistas do POC-Combate, assim como os dirigentes majoritários da Quarta Internacional-SU, desconsideraram aquela experiência do movimento comunistas internacional e reabilitaram uma versão da “teoria da ofensiva revolucionária.”

#### 4.2 A crítica dos trotskistas às organizações político-armadas

Rendemos homenagem ao seu heroísmo mas não deixaremos nunca de afirmar que a luta armada vanguardista, que o terrorismo e as ações isoladas das massas, não oferecerão nunca uma alternativa nem ao reformismo, nem às traições dos stalinistas do Partido Comunista brasileiro.<sup>439</sup>

A leitura crítica que as OC1M, FBT, Outubro e Ponto de Partida fizeram sobre a

437 Revista Combate, nº 1, *op. cit.*, p. 14.

438 O relatório completo de Radek, assim como a discussão que suscitou entre os esquerdistas contrários à adequação tática dos comunistas à situação mundial de ofensiva do capitalismo, pode ser conferido em RIDDELL, J (ed.). *To the masses: proceedings of the Third Congress of the Communist International, 1921*. Leiden-Boston: Brill, 2015. pp. 403-598.

439 Revista Outubro, nº 5, setembro de 1973. s.l. [Paris], s.c.p., 75 pp., pp. 43-44. Acervo particular de Raul.

prática das organizações político-armadas, no processo político brasileiro entre os anos 1968-1971, tornou-se um dos elementos sobre os quais seus respectivos projetos políticos começaram a ser elaborados. Com exceção da FBT – onde esta crítica foi mais circunstancial e episódica – as avaliações tiveram como ponto de partida e de chegada a questão da direção política do proletariado e a ausência de organismos coletivos para canalizar e expressar seus interesses; como reverter essa lacuna tornou-se um dos objetivos centrais dos projetos políticos trotskistas. Nesse sentido, o núcleo da crítica trotskista levantou o papel negativo que as organizações político-armadas desempenharam no processo que a OCIM definiu como de “formação da direção política do proletariado”. Uma desastrosa consequência que resultou, segundo a perspectiva dos trotskistas: i) de uma concepção de revolução que na *prática* predominou a ação de pequenos grupos revolucionários armados em detrimento da ação coletiva do proletariado e das massas; ii) da forma com que se deu a origem dessas organizações, uma ruptura incompleta com o stalinismo, no caso o PCB; iii) e em razão do impacto da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira. Os tres elementos foram sublinhados, em maior ou menor medida, de acordo com a organização, a partir de uma avaliação sobre o significado das lutas anti-ditatoriais dos anos 1964-1968 – particularmente as de 1968 –, na qual em muitos aspectos convergiram, como veremos.

As lutas sociais do ano de 1968 marcaram o ponto alto das mobilizações em oposição ao regime militar que se seguiu ao golpe civil-militar de 1964. Após o período de desarticulação das suas organizações pela repressão, pela repressão que se abateu após a vitória do movimento golpista, tanto o movimento estudantil, quanto o movimento sindical conseguiram reunir condições mínimas para ensaiar um movimento de oposição às políticas do regime.

Para o movimento estudantil os anos entre 1964 e 1967 significaram a defesa da autonomia e independência das suas organizações políticas – presente desde as mais elementares, como os Centros Acadêmicos (CAs), também chamados à época de grêmios, até as de âmbito regional e nacional, como as UEEs e a UNE. Passado a caça dos supostos “subversivos” do movimento estudantil, a ditadura militar com a Lei Suplicy tentou enquadrar a atuação política dos estudantes em uma estrutura oficial, com o objetivo de esvaziar o movimento de seu conteúdo político “subversivo”. A Lei nº 4.464 de nove de novembro de 1964 ficou assim conhecida pela referência ao então Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda. Através dessa lei o regime pretendeu substituir as organizações estudantis (como os

CAs e DCEs) pelos Diretórios Acadêmicos (DAs), Diretórios Estaduais de Estudantes (DEEs) e um Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), todos reconhecidos oficialmente e submetidos à burocracia acadêmica universitária e ao Estado, através do Ministério da Educação e Cultura (MEC)<sup>440</sup>. Junto com a luta contra a Lei Suplicy – oficialmente derrotada em 1967 com sua revogação – os estudantes avançaram reivindicando uma Reforma Universitária, contra os acordos MEC-USAID, pela abertura de mais vagas nos cursos universitários e contra os cortes de verbas. Ao mesmo tempo uma renovação política entre as esquerdas se expressava na organização da UNE. Em 1968, através das suas questões mais específicas, a mobilização dos estudantes conseguiu se conectar com as questões mais amplas sobre os rumos do país, em oposição à ditadura. A partir de março, as lutas estudantis se espalharam pelos centros universitários do país, com passeatas e ocupações. Nas jornadas de julho o movimento estudantil carioca enfrentou a ditadura nas ruas, ganhando a simpatia de outros setores populares, o que culminou na *Passeata dos 100 mil*.<sup>441</sup> Mas já em agosto, com a invasão da UNB, o regime sinalizou que não iria mais tolerar a continuidade da ação política estudantil. Isso ficou evidente com a repressão e a não realização do XXX Congresso da UNE em Ibiúna-SP em outubro, onde todos os delegados presentes foram presos – o que encerrou esse ciclo de luta estudantil contra a ditadura militar.

Para o movimento sindical os anos entre 1964 e 1966 foram um período em que a ditadura militar partiu para ofensiva contra as conquistas materiais, políticas e organizativas que a classe trabalhadora adquiriu com muitas lutas no período anterior. Imediatamente após o golpe ocorreu intervenções em 383 sindicatos, 45 federações e 4 confederações, além da destituição e cassação dos direitos políticos de 63 dirigentes sindicais<sup>442</sup>. Em seguida o primeiro governo militar impôs um conjunto de leis e decretos que estruturariam e assegurariam a compressão salarial, – o chamado à época “arrocho”, o segredo do “milagre brasileiro”. Tais como as modificações na política salarial que transferiu para o governo a decisão sobre os índices de reajuste salarial; uma nova regulamentação sobre o direito de greve, que na prática a proibiu; o fim da estabilidade no emprego e o incentivo à rotatividade da mão-de-obra, com a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

---

440 RIDENTI, *op. cit.*, pp. 120-129.

441 Idem.

442 Conf. FREDERICO, C. (org.) . *A esquerda e o movimento operário 1964-1984*. vol I A resistência à ditadura 1964-1971. São Paulo, Editora Novos Rumos, 1987. p. 17. MATOS, M. B. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2009. p. 101. SANTANA, M. A. Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. *Política e Sociedade*, nº 13, out. 2008, pp. 279-309. p. 281.

assim como mudanças no sistema previdenciário, que retirou a participação dos trabalhadores da gestão de seus fundos, bem como restringiu o acesso à seus recursos, substituído então pela centralização via criação do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS)<sup>443</sup>. Desarticulado pela intervenção e perseguição aos seus dirigentes e lideranças, foram anos de poucas mobilizações dos trabalhadores, em contraste com o período anterior.

Entre os anos 1967 e 1968, por sua vez, o movimento sindical começou paulatinamente a se recompor. Por um lado isso se expressou através das novas eleições sindicais, que foram permitidas pelo, ainda que controladas e sob suspeição, através por exemplo da Portaria 40 – que entre outras providências instruiu os interventores sindicais para investigações sobre a atuação de “subversivos” no meio sindical – e a exigência de atestado ideológico, espécie de certificado de bons antecedentes, ou seja, ausência de participação em movimentos “subversivos”<sup>444</sup>. Em algumas categorias, através de chapas de oposição, os trabalhadores conseguiram retomar os sindicatos derrotando os interventores colaboracionistas. E por outro lado, esboçaram uma unificação do movimento sindical para lutar contra as leis do “arrocho salarial”, como as leis de reajuste salarial, a lei anti-greve etc. Essas iniciativas começaram a ganhar corpo a partir do Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais em novembro de 1967, ocasião em que foi criada a Campanha Nacional de Proteção Contra a Política de Arrocho Salarial.

Em seguida, fruto dos encontros e reuniões daquela campanha foram criadas as articulações mais regionais que buscaram dar prosseguimento aos desafios da luta, como o Movimento Itersindical Antiarrocho (MIA), em São Paulo, a Frente Intersindical Antiarrocho, no Rio de Janeiro, o Comitê Intersindical Antiarrocho, em Minas Gerais<sup>445</sup>. Porém estas iniciativas de unificação dos trabalhadores contra os ataques da ditadura militar tiveram vida curta, antes mesmo da repressão inviabilizar sua continuidade. Existiam sérias dificuldades internas do movimento, seja pelas discordâncias sobre o tom moderado e conciliador das ações propostas ou pelas desconfianças mútuas entre os setores políticos que constituíam o movimento – desde setores conservadores/pelegos, até as oposições sindicais mais “basistas”<sup>446</sup>. Outro aspecto que enfraqueceu o movimento foi a não adesão das confederações e federações em participar desse tipo de articulação, por receio da repressão ou por conivência com o regime. O fim do MIA tornou-se, nesse caso, emblemático. Para as comemorações do

---

443 FREDERICO, *op. cit.*, p. 18-19; MATOS, *op. cit.*, 106; SANTANA, *op. cit.*, p. 281.

444 FREDERICO, *op. cit.*, p. 22-24.

445 FREDERICO, *op. cit.*, p. 53-56; MATOS, *op. cit.*, 106-107; SANTANA, *op. cit.*, p. 287.

446 Idem, *loc. cit.*

1º de maio daquele ano os dirigentes sindicais vinculados ao PCB convidaram o político conservador Abreu Sodré – então governador do Estado de São Paulo pela Aliança Renovadora Nacional (a ARENA) – para participar e inclusive concederam a palavra para um discurso no palanque que foi montado na praça da Sé, centro de São Paulo. Como se sabe a ideia não terminou bem, uma pequena multidão, formada por movimentos de oposição sindical e estudantes avançaram para o palanque, atirando paus e pedras, o que obrigou os sindicalistas e o governador a buscar refúgio na Igreja, enquanto, logo em seguida, os manifestantes atearam fogo no palanque.

Desse processo todo dois acontecimentos em 1968 impactaram o conjunto das esquerdas, trata-se das greves metalúrgicas de Contagem-MG e de Osasco-SP. A primeira ocorreu em abril, envolveu cerca de 15 mil trabalhadores e foi parcialmente vitoriosa. A segunda ocorreu poucos meses depois e foi imediatamente reprimida, logo no primeiro dia do movimento paredista. Algumas características, comum nos dois movimentos, ganharam uma relevância especial nas leituras que fizeram os trotskistas do processo político entre 1964-1968. Principalmente por terem sido organizados por fora, ou não totalmente enquadrado pelas estruturas sindicais vigentes, ou seja contaram com o envolvimento dos movimentos de oposição sindical – no caso, independentes tanto do Estado, dos pelegos, quanto dos reformistas do PCB. E também pela presença de organismos por local de trabalho, ou de base dos trabalhadores, como as comissões de fábrica ou comissões de empresa e por contar também com formas de lutas até então raras no movimento operário brasileiro, como as ocupações de fábricas.

Foi a partir de 1970 que as organizações trotskistas começaram a elaborar suas análises sobre aquelas experiências políticas – até esse ano só existiam a FBT e o ME1M, em vias de tornar-se OC1M. A observação é relevante pois o intervalo entre o fim das jornadas do ano de 1968, finalizado com o AI-5 em dezembro, e a produção dos textos foi marcado por uma alteração significativa da correlação de forças em favor do regime militar – ainda que tenha sido o período da escalada de ações armadas por parte das organizações político-armadas, em particular os anos de 1969-1970. Para as organizações estudantis, sindicais, do movimento de massas enfim, significou um momento de silêncio, um período de baixa nas mobilizações contidas finalmente pelo terror repressivo. Foi nesse intervalo histórico, entre 1970-1973, com exceção da tendência trotskista do POC, que os trotskistas da quarta geração no Brasil começaram a esboçar um projeto político alternativo ao guerrilheirismo e ao

reformismo.

OC1M, Grupo Outubro e Ponto de Partida concordaram em linhas gerais sobre o que significou o processo político compreendido entre os anos 1964-1968. Na análise dessas organizações ocorreu uma renovação política, o surgimento de novas direções políticas intermediárias nas categorias da classe operária e que culminou nas lutas de 1968, especialmente nas greves de Osasco-SP e Contagem-MG. Concorravam ainda que o movimento havia sido derrotado em razão da ausência de uma direção política revolucionária – com enraizamento entre as massas, com experiência de luta e com um programa proletário para a revolução – capaz de integrar, unificar e centralizar as lutas em um programa global contra o regime.

Para a OC1M, 1968 representou o auge do processo de renovação política pelo qual passou o movimento de massas no país desde o golpe em 1964. Em documento redigido no segundo semestre de 1970<sup>447</sup> argumentavam que esse processo caracterizou-se pela formação (embrionária) de uma nova direção política das massas, cujo aspecto marcante era “sua independência organizatória da burguesia e do PCB”<sup>448</sup>. Essa nova direção materializou-se especialmente nas *oposições sindicais*, particularmente no movimento bancário e operário – e em certa medida também no movimento estudantil, através da concretização por alguns momentos da aliança operária-estudantil. Mesmo com as limitações políticas que apresentaram – derivadas da inexperiência, sem ter conseguido uma unificação e articulação nacional de suas lutas e sem ter formulado um programa global de lutas – aquelas novas direções eram progressivas, pois elas iam além do *populismo* que marcou o período pré-1964.

Até 1964, o populismo encontrou um campo de manobra junto aos trabalhadores e as massas em geral. Setores nacionalistas pequeno-burgueses faziam chantagens a setores da alta burguesia. Para isto se utilizavam das massas, mas sem organiza-las, para fazer pressão ao governo, obter concessões, obter crédito. (...)

A ditadura aberta, com todas as medidas impopulares que tomou – arrocho salarial, intervenção nos sindicatos, repressão, fim à política reformista, implantando a política de submissão total ao imperialismo (...) foi um golpe talvez fatal ao populismo.<sup>449</sup>

447 Trata-se de Algumas considerações sobre a formação da direção revolucionária do proletariado, publicado no jornal *1º de Maio*, Órgão Central da Organização Comunista 1º de Maio, nº 5. São Paulo, 20/01/1971, 26 pp. In: AEL, Fundo Luiz Araújo. Posteriormente foi publicado na coletânea REIS FILHO, D. e SÁ, J. F. de (orgs.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006. pp. 388-428.

448 Algumas considerações sobre a formação da direção revolucionária do proletariado. In: REIS FILHO e SÁ, *op. cit.*, p. 431.

449 Idem, p. 391.

Por isso entendiam que as mobilizações de 1968 significaram um salto qualitativo em relação às mobilizações do pré-golpe de 1964. Depois do período de refluxo e da ausência de direção, em razão do “afastamento dos pelegos”<sup>450</sup>, nas pequenas mobilizações até 1967 uma nova camada de trabalhadores, pouco a pouco, começou a se formar como liderança de suas categorias. Em seguida elas se manifestaram nas novas eleições sindicais – ainda que vigorasse uma repressão e controle sobre as atividades dos trabalhadores – como foram, por exemplo, a oposição sindical que venceu as eleições no sindicato dos metalúrgicos em Osasco-SP.

As oposições sindicais, surgidas neste período, foram os organismos por onde os trabalhadores se organizaram para lutar contra os pelegos nos sindicatos, contra o regime, o governo e sua política de arrocho, expressando principalmente através delas seu descontentamento (...)

estas oposições sindicais aglutinavam os elementos jovens, os mais combativos de sua categoria, para lutar dentro e fora dos sindicatos, porém não conseguindo traçar satisfatoriamente um programa de luta para os trabalhadores. Caracterizavam-se como oposições, por estarem desatreladas dos aparelhos pelegos governamentais, por sua constestação aos interventores, ao pecezão e audácia ante a ameaça policial.<sup>451</sup>

Esse aspecto também foi sublinhado pelo Grupo Outubro, que entenderam as mobilizações operárias e estudantis de 1968 manifestaram

um caráter diferenciado: de um lado traziam consigo marcas do passado na medida em que as massas não haviam forjado uma direção revolucionária capaz de intervir no processo; de outro, as velhas direções, ou resquícios delas, intervieram neste processo bloqueando as lutas, esvaziando-as de seu conteúdo de classe ou simplesmente desviando-as de um objetivo revolucionário. Seu aspecto mais importante, porém, foi o de apresentar novos e importantes traços que se concretizaram não apenas nos embriões de direções com sangue novo, mas também na forma qualitativamente mais avançada em relação às mobilizações dos anos anteriores.<sup>452</sup>

---

450 Idem, p. 393.

451 Idem, p. 394.

452 Pela construção de um partido operário revolucionário no Brasil. *Revista Outubro*, nº 01, abril de 1972, s.l. [França], s.c.p., pp. 40. p. 25. In: CEDEM/CEMAP, Fundo Asmob.

No entanto, esse processo de renovação política, do qual as oposições sindicais foram definidas como sua forma mais avançada, encontrou sua limitação ao não ter conseguido ir além das categorias profissionais que dividiam o proletariado. Ou seja, não conseguiram elaborar um programa de lutas que as unificasse e pudesse se constituir, para além da luta sindical, em uma direção política alternativa para as massas. Por um lado, porque as próprias oposições sindicais manifestaram em seu interior a atuação de várias correntes políticas, com distintas perspectivas políticas, desde aquelas de viés sindicalista – para a qual estava colocada apenas a conquista da direção do sindicato – até aquelas mais esquerdistas que pretendiam levar as lutas às últimas consequências e por isso desconsideravam a organização e preparação necessária para tal. E por outro lado, em razão da ausência de um *partido operário* reconhecido e com autoridade entre os trabalhadores para impulsionar, nas palavras da OCIM, uma *tendência proletária* entre as oposições sindicais, com o objetivo de canalizar e centralizar as lutas concretizando o programa revolucionário da classe operária até a conquista do poder.

Traduzindo para o *léxico* gramsciano poderíamos dizer que os trotskistas apontavam que o fenômeno das oposições sindicais limitaram-se a barreira do momento *econômico-corporativo* na formação da classe trabalhadora, interrompendo-se em um nível elementar do seu processo de constituição como sujeito político histórico<sup>453</sup>. Ou seja, a movimentação dos trabalhadores, mesmo esboçando a característica de independência em relação ao Estado e a burguesia, continuavam presos às reivindicações mais imediatas da sua categoria profissional – como àquelas contra o arrocho salarial – sem conseguir articular a elaboração dos interesses como classe social em luta contra a burguesia e seu Estado (sob a forma da ditadura militar). Foi justamente aí, no limiar desse processo, que as organizações político-armadas cumpriram um papel negativo. Nas palavras de Ponto de Partida, por exemplo,

Apesar do estado de desorganização que o movimento nacionalista e o PCB deixaram o proletariado em 1964, não se podia afirmar de antemão que seria possível impedir uma rápida reorganização do proletariado brasileiro. A potencialidade de luta da classe operária brasileira se expressou no surgimento de numerosas correntes classistas e chapas de oposição nos sindicatos (...). Se, após 1968, o avanço não prosseguiu e voltaram a dispersar-se as correntes classistas em formação dentro e fora dos sindicatos, foi porque a educação política do movimento castrista [organizações político-armadas] desviou as forças daquela nova vanguarda para o beco sem saída da “guerrilha urbana”. O resultado disso é que toda uma geração de militantes revolucionários surgidos na resistência à ditadura, foi

---

453 GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*, vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 41.

desperdiçada politicamente ou destruída pela repressão. Depois de deflagrar importantes mobilizações em 1968, o movimento operário voltou à estaca zero e o movimento estudantil foi paralizado (sic).<sup>454</sup>

Para a OC1M esse processo assumiu duas formas, primeiro com o recrutamento dos novos dirigentes – que surgiram no interior daquele processo de renovação política – para as organizações da luta armada. O principal exemplo que destacaram nesse sentido foi a greve de Osasco-SP e o ingresso de alguns de seus líderes, como o jovem operário e estudante José Ibrahim, em uma organização político-armada, nesse caso tratava-se da VPR. Dessa forma, Ibrahim que possuía “perspectivas de se tornar o maior líder operário nacional, abandona essa posição junto à classe operária, para ingressar numa organização guerrilheira, como indivíduo, desligado de um setor social.”<sup>455</sup> A outra forma decorreu em consequência das próprias ações armadas dessas organizações, pois abriu espaço para a contrapropaganda e possibilitou que a repressão fosse desencadeada sobre todas as direções do movimento de massas. “Essa situação prejudicou violentamente o processo de formação e consolidação de uma direção revolucionária, de mobilização das massas, criando um clima de intimidação, de terror pela repressão”. Também utilizado por setores da ditadura militar que passaram a se utilizar da “situação, para reprimir os líderes de massa, apelando para o argumento da 'guerra revolucionária' (quando ela não existia)”<sup>456</sup>.

A consequência das ações protagonizadas pelas organizações político-armadas levou a “redução quase a zero do trabalho de organização da classe operária e a liquidação dos elementos mais combativos da vanguarda numa absurda luta frontal contra a repressão policial nos grandes centros do País”<sup>457</sup>. Equívocos tanto da forma como essas organizações surgiram, quanto da concepção de revolução que defendiam. Uma concepção que em última análise significou a definição sobre o papel que caberia ao proletariado e as massas no processo revolucionário – em outras palavras qual deveria ser a relação entre os *sujeitos políticos* e os *sujeitos sociais*, ou para manter a linguagem da época a relação entre a “vanguarda revolucionária” e as “massas”.

As rupturas não ocorreram a partir da crítica programática ao PCB, mas do caráter

---

454 DOCUMENTO sem título. s.a [Grupo Ponto de Partida], s.l., s.d. [1973], 6 pp. p. 4. In: AEL, Fundo Fundación Pluma.

455 Algumas considerações..., *op. cit.*, 402.

456 *Idem*, p. 423.

457 DOCUMENTO sem título. s.a [Grupo Ponto de Partida], s.l., s.d. [1973], 6 pp. p. 2. In: AEL, Fundo Fundación Pluma.

“pacifista” da sua estratégia de transição socialista. Ressaltavam todavia que o programa do PCB não se resumiu apenas ao seu “pacifismo”, mas à sua política de aliança com uma certa “burguesia progressista”, o que não era uma particularidade dos comunistas no Brasil, mas um subproduto da “teoria do socialismo em um só país” que a burocracia estalinista da Rússia passou a defender. Ou seja, a compreensão sobre o papel que cumpriu o PCB como direção política do proletariado até 1964 tinha suas raízes na definição política pela qual passou o movimento operário internacional entre os anos 1920-1930. Sob o manto da defesa do “Estado soviético” a burocracia que também dominou a III Internacional Comunista reabilitou a “revolução por etapas” e impôs aos outros partidos comunistas a aliança tática, através de diversas formas, com as “burguesias progressistas”<sup>458</sup>.

Com as desmoralização da organização estalinista, elementos saídos geralmente de suas fileiras passaram a criticar seu pacifismo, opondo-lhe a luta armada imediata, e sob a influência das teses mal formuladas e mal assimiladas sobre a Revolução Cubana.<sup>459</sup>

Dessa forma, configuraram-se como “oposição violenta ao regime”<sup>460</sup> ao mesmo tempo em que preservaram a perspectiva *etapista* para a revolução brasileira, ou seja, nos marcos de uma luta anti-imperialista de libertação nacional, como no caso da ALN. Mesmo no caso das organizações como a VAR que propugnou a “revolução proletária”, elas não se afastaram dessa “concepção militarista”<sup>461</sup>, qual seja, a perspectiva da atuação de “grupos de indivíduos iluminados e bem-intencionados, portadores da ideologia proletária, que liderarão a revolução nas selvas para depois trazê-las aos operários”<sup>462</sup>. Para os trotskistas da OCIM então, aquelas organizações tomaram o meio, a “luta guerrilheira” – “um instrumento a ser utilizado em circunstâncias propícias”<sup>463</sup> – e a transformaram em um fim. Por isso, na sequência das lutas de 1968 “reduziram toda a luta política de classes, contra um sistema de instituições, de relações sociais, de ideias, ao enfrentamento com a polícia”<sup>464</sup>, não compreenderam que

---

458 Algumas considerações..., *op. cit.*, pp. 417-418.

459 *Idem*, p. 418.

460 *Idem*, p. 414.

461 *Idem*, p. 416.

462 *Idem*, p. 418.

463 *Idem*.

464 *Idem*, p. 415.

se tem de refluir quando as massas refluem, para preparar, com elas, para os novos ascensos (...) julgaram[-se] “direção da revolução”, como se a vontade bastasse, como se o *processo de formação de direção* não se desse junto com a evolução e a movimentação das massas, no processo de inter-relacionamento, orgânico, de formação de líderes, no viver, os pólos desse movimento – liderança e liderados –, as mesmas experiências e possíveis soluções.<sup>465</sup>

No mesmo sentido, Outubro e Ponto de Partida apresentaram conclusões semelhantes. Na análise do Ponto de Partida, no entanto, as organizações político-armadas brasileiras surgiram influenciadas diretamente pela direção política cubana, que denominavam de “castristas”, principalmente depois da criação da OLAS em 1967. Embora reconhecessem que já em 1962 com a cisão chinesa havia ocorrido rupturas no PCB, “só após a OLAS ocorreu a estruturação dos grupos vanguardistas armados capazes de partir para a ação prática.”<sup>466</sup>

Por isso, os “guerrilheiros” brasileiros apresentavam as mesmas limitações que possuíam a direção “castrista”: uma ruptura incompleta em relação ao PC soviético, ou seja, em relação ao stalinismo. A ruptura, tal como destacaram Outubro e a OC1M, foi uma ruptura com o “pacifismo” do PCB, mantiveram assim, em linhas gerais, o anti-imperialismo (que supostamente unificou as forças sociais no processo revolucionário cubano) e assim como seus camaradas “castristas” não conseguiram explicar porque os PC's do mundo inteiro promoveram políticas de conciliação com a burguesia. Dado o “baixo nível das teses castristas” o resultado prático só poderia ser a incapacidade desses grupos em “organizar a classe operária”, com suas ações desconectadas das necessidades dos trabalhadores. Ponto de Partida questionou

como pode o proletariado sentir como se fosse “sua” a luta de uma organização da qual não faz parte. Mesmo dando de barato que a maioria do proletariado acredite piamente que os grupos castristas estejam lutando a seu favor, sempre se tratará de uma organização exterior à classe operária. A organização da pequena-burguesia não substitui a organização da classe operária, ainda quando os objetivos manifestados sejam os mesmos.<sup>467</sup>

Esse aspecto da ausência de vínculos entre “vanguarda política” e as “massas” também

465 Idem, p. 422. Grifos nossos.

466 DOCUMENTO sem título. s.a [Grupo Ponto de Partida], s.l., s.d. [1973], 6 pp. p. 1. In: AEL, Fundo Fundación Pluma.

467 Idem, p. 2.

foi ressaltado pela análise do Grupo Outubro. Tratava-se, no fundo, de uma incapacidade dos “grupos guerrilheiristas e ‘vanguardistas’” de estabelecerem qualquer ligação com os trabalhadores, pois se recusavam a lutar pelas reivindicações mais elementares e sentidas pela classe. Recusavam-se, portanto, “a lutar pela criação de organizações do proletariado independentes da burguesia, condição básica para que se deem os grandes enfrentamentos de classe.”<sup>468</sup>, “visto que os critérios da cisão não foram os de *classe* mas, exclusivamente, os de *combatividade*.”<sup>469</sup>

As críticas da FBT direcionadas às organizações político-armadas foram mais raras. Elas só receberam uma atenção após a primeira repressão em 1970, já no contexto do Comitê de Unificação. Antes de 1970 a prioridade analítica, digamos assim, da FBT era demonstrar a inviabilidade do movimento nacionalista como “direção política das massas”. Nesse período, a crítica à alternativa guerrilheira apareceu diretamente apenas uma vez. Um pequeno artigo que deixava claro qual era a posição da organização sobre as ações armadas e uma possível alternativa para aquela difícil conjuntura:

O que se tem evidenciado ultimamente com o desmantelamento do MR-8, das prisões e assassinatos de vários membros deste e de outros grupos e o brutal assassinato de Carlos Marighella, é a impossibilidade, inclusive militar de se manter tal forma de luta que por ser inviável politicamente, leva nítida desvantagem mesmo militar, com as forças da repressão (...)

Neste momento, achamos de fundamental importância a unificação da vanguarda em uma Campanha pelas Liberdades-Democráticas, através da luta pela Libertação dos Presos Políticos, Contra a Pena de Morte, Pela Liberdade de Organização para as Entidades Estudantis e Sindicais, Pela revogação das Leis Fascistas, Pela Liberdade dos Padres Dominicanos e de todos os Presos Políticos do Brasil.<sup>470</sup>

A perspectiva política de uma Campanha pelas Liberdades Democráticas era uma antecipação, como veremos, das conclusões que também chegaram as outras organizações trotskistas, principalmente Outubro e Ponto de Partida entre os anos 1972 e 1973 – a partir de 1974 as liberdades democráticas tornaram-se o centro da política das organizações políticas de matriz trotskistas. No conjunto dos materiais produzidos pela FBT, entretanto, particularmente aqueles anteriores às quedas de 1970, essa perspectiva não chegou a ser

468 Pela construção de um partido operário revolucionário no Brasil, *op. cit.*, p. 31-32.

469 Contribuição a um balanço necessário das lutas de 1968 no Brasil. *Revista Outubro*, nº 2 outubro de 1972, s.l. [França], s.c.p., pp. 5-26, p. 5. In: CEDEM/CEMAP, Fundo Asmob.

470 O Assassinato de Carlos Marighella e a inviabilidade da saída terrorista. *Voz Proletária*, nº 18, Ano II – primeira quinzena de novembro de 1969. pp. 7, p. 7. In: AEL, Fundo BNM/Anexos.

desenvolvida, tratou-se nesse caso, de um raro enfoque, um *insight* político. O que predominou na leitura da FBT era a certeza de que uma nova onda de mobilizações iria irromper a qualquer momento e com esse “novo ascenso das massas” a resolução dos problemas da revolução brasileira seriam encaminhados automaticamente. Em todo caso, a própria repressão que alcançou a organização no início do ano seguinte interrompeu suas elaborações políticas.

Após a repressão em abril-maio de 1970, no processo de sua reorganização e no contexto do Comitê de Unificação com a OC1M, a recusa da “estratégia guerrilheira” pela FBT tornou-se um aspecto importante dos próximos caminhos que projetavam, como ficou evidente no acordo político para viabilizar a unificação que firmaram os membros do Comitê com o PRT-*La Verdad* em 1971. Neste, entre as três organizações, o primeiro ponto dos “acordos programáticos e principistas” estabelecido foi a “oposição total a estratégia guerrilheira”<sup>471</sup>.

Em outras poucas e breves ocasiões – vale lembrar que a FBT foi desarticulada logo depois de iniciar sua re-estruturação, em princípios do ano de 1972 –, por sua vez, eles expressaram posicionamentos que convergiram com a crítica que fizeram as outras organizações trotskistas. Principalmente o fato das ações armadas, em certa medida, resultar em repressão ao movimento de massas, o que acabava por manter a desorganização da classe trabalhadora; e sublinhavam também que as organizações político-armadas não compreendiam a necessidade da construção do *partido marxista*, tal como formularam na primeira e última edição de *Voz Proletária* antes da nova repressão da qual foram alvos<sup>472</sup>. No documento “O papel da vanguarda revolucionária no Brasil”<sup>473</sup>, do início de 1971, os trotskistas da FBT concluíam que

“A luta armada revolucionária” pela derrubada da ditadura não se expressou através da luta guerrilheira tal como pregavam antes. Limita-se hoje às ações de terrorismo urbano baseado nos assaltos para arrecadar fundos, atentados indiscriminados e sequestros de diplomatas. (...) seu maior déficit é a sua contribuição para que a ditadura militar aproveite-se destas situações de choques armados isolados,

471 DOCUMENTO sem título [Acordo Político], [PRT-LV, OC1M e FBT], s.l. [Buenos Aires], s.d., 1 p. Archivo León Trotsky. Em espanhol.

472 A Necessidade do partido marxista. *Voz Proletária*, nº 23, ano 2 [3], novembro de 1971. 13 pp. pp. 10-13. In: AEL, Fundo BNM/Anexos.

473 O papel da vanguarda revolucionária no Brasil. Comitê Pró-Unificação (O.C. 1º de Maio-FBT) CR/Pb. [FBT, Comitê Regional da Paraíba], abril de 1971, 10 pp. In: AEL, Fundo Brasil Nunca Mais, BNM 254, Ação Penal 780/72.

justificando assim os golpes de forças contra qualquer setor revolucionária que procure organizar o mov.[imento] de massas. Em respostas a estas ações e atos terroristas, a ditadura acentua por seu lado a repressão e a violência contra todos. O que não compreendem os militantes terroristas é que suas ações não organizam as massas e favorecem a repressão contra elas, em condições nas quais não é ainda possível um enfrentamento direto (...)<sup>474</sup>

Por outro lado, para as organizações que projetavam a luta armada a partir do campo e com o camponês como sujeito social da revolução, os trotskistas da FBT enfatizavam que

(...) não basta simplesmente propor a “luta armada” no campo, sem entender que uma possível “revolução camponesa” não existe isolada ou à parte da Revolução Proletária.

E não é por acaso que, estes mesmos militantes terminam inevitavelmente agindo da mesma forma que os “militantes terroristas” nas cidades, cometendo os mesmo erros sem levar em conta a existência, os interesses e objetivos das massas rurais. Por isso, realizam queima de canaviais, assaltos, eliminação física de pessoas, sem contar com a mínima participação de amplos setores da massas.<sup>475</sup>

Os militantes da FBT, na entrevista que concederam ao SWP<sup>476</sup>, relataram um episódio em que uma ação de queima de canavial acabou inviabilizar um trabalho político que desenvolviam junto com trabalhadores rurais, provavelmente em uma oposição sindical. Segundo os trotskistas

uma vez conseguimos organizar, sob difíceis condições, fortes grupos de milhares de trabalhadores agrícolas da usina de açúcar. Nós pretendíamos ganhar o sindicato para uma linha classista. Então, um desses grupos de guerrilha, que nunca desenvolveram nenhum trabalho junto aos trabalhadores, decidiu provocar uma “revolta” colocando fogo no canavial. As autoridades imediatamente nos acusaram de ter queimado o canavial. O resultado foi a confusão entre as massas e a repressão à corrente classista do sindicato. Os revolucionários que estavam trabalhando com as massas foram presos. Os latifundiários foram indenizados pelo governo devido à queima do canavial e a eleição do sindicato, onde a corrente classista poderia ganhar, foi suspensa para permanecer sob o controle da burocracia.<sup>477</sup>

474 Idem, p. 2.

475 Idem, p. 3.

476 An Interview with four brazilian trotskysts. A entrevista foi feita em fevereiro de 1972, provavelmente na Argentina e publicada no semanário do SWP, o *Intercontinental Press*. Conf. An Interview with four brazilian trotskysts. In: *Intercontinental Press*, vol. 10, nº 29 - July 24, 1972, pp. 854-855 (Cópia digital). Acervo: Intercontinental Press online ([www.pathfinderpress.com/Intercontinental-Press](http://www.pathfinderpress.com/Intercontinental-Press)). Incorporamos no Anexo a tradução que fizemos dessa entrevista.

477 Idem, p. 854. Provavelmente os militantes referem-se aqui a um dos episódios protagonizados pelo Partido

Além de questionar que as ações armadas não possuíam vínculos com o movimento de massas, tratando-se de ações isoladas de pequenos grupos, na mesma entrevista eles destacaram também o equívoco que era tornar a “guerra de guerrilha” uma estratégia. Sobre essa diferença assim argumentavam

(...) achamos equivocado se ela for aplicada como estratégia geral. Nós somos a favor de um enraizamento na classe operária e no movimento estudantil para consolidar o partido revolucionário.

Embora sejamos contrários à guerra de guerrilha como estratégia, nós não descartamos sua utilização quando a luta de classes chegar a um certo estágio. A guerrilha é somente uma das formas de luta armada que as massas podem utilizar no processo revolucionário. Mas a guerrilha como estratégia não pode formar a vanguarda da classe trabalhadora que conduz concretamente, no dia a dia, a luta de classes.<sup>478</sup>

#### 4.3 Por onde começar ?

*Mas é possível realizar trabalho de massas nas fábricas e junto aos estudantes nas atuais condições de repressão?*

Nós estamos fazendo. Estamos desenvolvendo um limitado trabalho na classe trabalhadora. Inicialmente nós estamos construindo comitês de fábricas. Estes comitês tem que ser clandestinos ou semi-clandestinos, mas depois eles poderão atuar mais abertamente nos sindicatos. Nós não vamos dizer exatamente como estamos fazendo por razões óbvias, mas nós conseguimos importantes avanços em algumas fábricas e universidades.

No trabalho sindical é necessário construir uma ampla unidade política pelas demandas mínimas. Assim, nós nos integramos às organizações semi-espontâneas de oposição sindical em cada fábrica para defender uma orientação e uma política mais definidas. E também, é claro, procuramos recrutar os melhores elementos para o partido.<sup>479</sup>

A crítica às organizações da “luta armada” que as OC1M, FBT, Outubro e Ponto de Partida construíram esteve fundamentada em uma específica concepção sobre o processo

---

Comunista Revolucionário (PCR), dissidência que se formou no PCdoB em 1966 na região nordeste. O PCR desenvolveu, entre outras ações, atos como incêndio de canaviais na Zona da Mata. Conf. GORENDER, J. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Expressão Popular, 2014, p. 121.

478 Idem.

479 An Interview with four brazilian trotskysts. *Op. cit.*, p. 855. Tradução nossa.

revolucionário. Pelos seus sujeitos, esta concepção definia-se pela centralidade do proletariado como *sujeito social* – com a classe operária como sua vanguarda –, mas em aliança com os camponeses e trabalhadores rurais; e o seu partido político, como seu *sujeito político* dirigente do processo, ou seja, como a sua direção política revolucionária. Por suas tarefas históricas, ou as causas objetivas historicamente colocadas, além de derrotar a ditadura militar, estavam inter-conectadas – tal como na perspectiva da *Teoria da Revolução Permanente* – as tarefas de emancipação nacional (contra o imperialismo) e as democráticas (no caso, a reforma agrária), com as especificamente socialistas. E por fim, definia-se também pelo objetivo estratégico da destruição do Estado burguês e a construção do Estado Operário, ou nas palavras da OCIM a substituição do poder político burguês pelo “poder aos conselhos operários, à classe operária, à ditadura do proletariado, através de seus órgãos de poder de classe.”<sup>480</sup>, de fato a “única e verdadeira revolução: a tomada do poder pelo proletariado e seu exercício pelos organismos de poder de classe – os conselhos operários, sobretudo – para a construção do socialismo.”<sup>481</sup>

A partir dessa perspectiva, um dos principais aspectos que ganhou relevo na crítica desses trotskistas foi que o sujeito político, ou a vanguarda revolucionária, para preservarmos os termos da época, não deveria tentar substituir as ações que eram próprias das massas exploradas. Abordavam, portanto, a partir de um outro ângulo, a questão sobre a relação entre a “vanguarda e as massas” e a sua manifestação concreta naquela conjuntura: a distância que separava a primeira em relação a segunda, um isolamento social percebido pelas várias correntes políticas da época, principalmente depois do AI-5. Entendiam que o sujeito político e o sujeito social, a vanguarda e as massas, ou a direção revolucionária e o proletariado deveriam estar organicamente integrados, dialéticamente vinculados no processo revolucionário. Nas palavras da OCIM, por exemplo, isso se expressou da seguinte forma:

Numa imagem, poderíamos dizer que a relação entre classe operária, sindicato, oposições sindicais e partido, estão entre si como círculos concêntricos. O partido é, em última instância, o detentor da concepção marxista, mas é a própria classe operária, através de seus organismos de classe, dos comitês de empresa aos conselhos operários (soviets) – que defende e garante a aplicação de seu programa de classe – a construção da sociedade socialista.<sup>482</sup>

---

480 Algumas considerações sobre a formação da direção revolucionária do proletariado. *Op. cit.*, 414.

481 Idem, p. 418.

482 Idem, p. 424.

Os trotskistas tentavam inserir nos debates da esquerda a participação das massas exploradas nas transformações histórico-políticas, através das organizações coletivas, tentavam assim restabelecer a força das mobilizações de massas em detrimento das ações isoladas de uma vanguarda armada. Foi nesse sentido que os integrantes do Ponto de Partida polemizaram na ocasião do último sequestro de embaixador realizado por organizações político-armadas, com o manifesto A propósito de um sequestro<sup>483</sup>. Ao criticar a posição daqueles militantes que apontavam não existir outra forma para libertar prisioneiros políticos, eles contrapunham o exemplo das mobilizações operárias em Córdoba no final de 1969, da qual resultaram na liberação de quase todos os prisioneiros políticos. O episódio era um contraste, frisavam, com o que ocorreu no Brasil, no mesmo período. Após a libertação de 15 prisioneiros políticos em troca do embaixador dos EUA, os cárceres brasileiros continuaram com prisioneiros políticos, inclusive com o aumento da sua quantidade. Era preciso superar a visão “vanguardista” que predominava na “esquerda revolucionária” que não confiava na força das mobilizações de massas, pois “a única forças capaz de quebrar a resistência reacionária de um governo é aquela que se apóia na movimentação das massas.”<sup>484</sup>

Porém, mesmo a mais forte das mobilizações de massas poderia ser derrotada caso não contasse com uma direção revolucionária enraizada entre a classe operária, com o acúmulo de experiência proveniente das lutas do movimento operário (nacional e internacional), com respeito e autoridade conquistada entre a classe trabalhadora. O partido era entendido como necessário para conduzir as várias etapas de lutas revolucionárias das massas, unificar suas lutas e incorpora-las dentro de um programa global de transformações. Esse partido revolucionário, por sua vez, deveria ser parte de uma internacional, a Quarta Internacional no caso, pois a revolução socialista do plano nacional deveria estender-se ao plano internacional, até a derrota definitiva do capitalismo em todo o globo, única forma de efetivamente assegurar a vitória revolucionária do proletariado.

Como já adiantamos essa era a meta estratégica – com exceção do POC-Combate – dos trotskismos: superar a ausência de direção política pela qual passava o proletariado desde o golpe de 1964, construir a direção revolucionária do proletariado, o seu partido operário revolucionário. Concomitante às críticas contra as organizações político-armadas, eles traçaram alguns caminhos hipotéticos para concretizar esse objetivo político naquela

---

483 A PROPÓSITO de um sequestro. Ponto de Partida. Santiago, fevereiro de 1971. In: AEL, Fundación Pluma.  
484 Idem, p. 16.

conjuntura de acentuada repressão, comum às diversas organizações políticas da esquerda. E que era marcada também pela ausência de organismos por onde as massas poderiam expressar suas reivindicações e interesses, como também destacou, por exemplo, o Ponto de Partida no documento que inaugurou a existência do grupo.

Para essa empreitada, no entanto, as referências sobre nas quais poderiam se apoiar eram poucas. Como os revolucionários deveriam atuar em condições de acentuada repressão naquela conjuntura política da “ditadura militar burguesa”, como caracterizou o grupo Outubro ? Ou sob um regime político onde dominava uma “camarilha militar bonapartista” contra as massas, como definiu a FBT ? Ou como na definição do Ponto de Partida, sob um regime de “ditadura militar semi-fascista” ? Nessas condições e com base naquele objetivo estratégico, qual o papel que poderia cumprir um pequeno agrupamento de revolucionários – como eram as organizações trotskistas ?

No Programa de Transição<sup>485</sup>, por exemplo, as indicações de Trotsky para a atuação dos revolucionários em países fascistas, como Alemanha e Itália, limitaram-se a orientação por “um trabalho preparatório, sobretudo de propaganda que só dará frutos abundantes no futuro.”<sup>486</sup>Foi com base nesta perspectiva que os argentinos do PRT-*La Verdad* recomendaram um trabalho paciente de propaganda, formação teórica e inserção no movimento operário e estudantil para formar quadros marxistas e o partido revolucionário, dada a característica semi-fascista que atribuíram ao regime brasileiro<sup>487</sup>. Entendiam estas orientações como uma variante daquelas recomendações de Trotsky no Programa de Transição.

Paralelamente à definição central, pela necessidade da construção do partido revolucionário, esse objetivo vinha acompanhado também pela perspectiva que definiram como de “organização da classe operária”, desorganizada e desarticulada em suas organizações pela repressão da ditadura militar e também em razão das ações armadas “vanguardistas”.

#### 4.3.1 A importância dos sindicatos e das oposições sindicais

Inicialmente, para o Ponto de Partida o processo de construção do partido político do proletariado passou pela definição elementar de qual o papel que deveria cumprir uma

485 TROTSKY, L. Programa de Transição. A agonia mortal do capitalismo e as tarefas da IV Internacional [1938]. In: *Documentos de fundação da IV Internacional*. Trad. por Marcos Margarido. São Paulo, Editora Sundermann, 2008, pp. 41-86.

486 TROTSKY, *op. cit.*, p. 73.

487 Los gobiernos latinoamericanos y la lucha revolucionaria. Documento del V[VI] Congreso del PRT (La Verdad) – Octubre 1971. In: *Revista de América*, nº 8/9, mayo/agosto de 1972, pp. 10-16.

“vanguarda revolucionária”. Ainda em “A propósito de um sequestro” seus integrantes descreveram o processo que chamaram de “enlace entre direção política, a vanguarda social e, por último, as massas”<sup>488</sup>. Trata-se da dinâmica da formação de consciência da classe operária, que eles apresentaram da seguinte forma: nas lutas reivindicatórias o proletariado cria sua própria vanguarda (social), ou seja, aqueles trabalhadores que se destacam da sua categoria e tornam-se seus representantes – para negociações por exemplo; a partir desse momento emerge a distinção entre “massa” e “vanguarda”. Enquanto para os patrões essa camada de trabalhadores tornam-se inimigos, entre seus companheiros de fábrica eles recebem apoio, o que faz surgir então uma “relação de interdependência entre a vanguarda social e a classe.”<sup>489</sup> Entretanto,

Abandonada à sua própria sorte, encerrada entre as paredes da empresa, essa vanguarda [social] não poderá ampliar os seus horizontes e sentir o envolvimento que existe entre a luta reivindicatória na fábrica e o regime social como um todo.<sup>490</sup>

Nestes termos o papel da vanguarda política (o partido político) foi assim definido

Localizar e educar esta camada de dirigentes fabris é a tarefa dos revolucionários marxistas. Educando-os se estará construindo o conduto através do qual chegará à classe *os elementos formativos de sua própria consciência*. E é este mesmo conduto que fará com que as massas conheçam e respeitem seus dirigentes políticos, regionais e nacionais.<sup>491</sup>

De uma certa forma, a OC1M revestiu essa perspectiva que apresentaram o Ponto de Partida com conteúdos concretos. A OC1M alicerçou sua hipótese para a construção da direção revolucionária do proletariado, o Partido Operário Revolucionário na sua formulação, sobre a experiência das lutas de 1968. Nas oposições sindicais, a tradução mais avançada do processo de “formação da direção política revolucionária do proletariado” que se esboçou depois de 1964, estava o principal espaço onde a “vanguarda revolucionária” deveria se

488 A PROPÓSITO de um sequestro, *op. cit.*, p. 08.

489 *Idem*, p. 7.

490 *Idem*.

491 *Idem*. Grifos nossos.

integrar, a fim de abrir caminho para avançar rumo à construção do partido operário revolucionário.

As oposições sindicais se provaram com organismos de combate do proletariado, contra a política econômico-financeira do governo, levantando as reivindicações de sua categoria, denunciando e desmascarando os pelegos e desmantelando sua área de influência mais conservadora, organizando grupos nos locais de trabalho, lançando a agitação e propaganda para a categoria.<sup>492</sup>

Tratava-se então de construir nas oposições sindicais *tendências proletárias*, um tipo de organização para atuar dentro das oposições com o objetivo de contribuir para que o movimento sindical da categoria profissional do proletariado superasse suas barreiras *econômico-corporativas*. Ou seja, essas tendências teriam a função de ser o elemento que lutaria pela unificação da categoria e a integração entre as categorias, expandindo a organização em outros organismos, como uniões municipais e regionais a fim de nacionalizar as mobilizações. Na sua definição, tendências proletárias eram concebidas como

(...) organismos provisórios, transitórios, de massa, mas de luta pelo socialismo, onde se forjarão e se formarão sob a concepção marxista, os elementos de direção do proletariado em cada categoria profissional. Onde os elementos do futuro partido se constituirão, vivendo, junto com as massas, suas experiências e aí constituindo o partido da revolução.<sup>493</sup>

Através desse instrumento político a OC1M definiu um caminho possível para a construção do partido. Uma alternativa pensada também para, ao mesmo tempo, fortalecer as oposições a partir da sua unificação, para se constituir de fato em direções de suas categorias e superar os pelegos e os reformistas do PCB. Assim, a proposta ambicionava também contribuir para a construção de um organismo superior ao que havia sido o MIA em 1968. Nesse processo então caberia à “vanguarda revolucionária” promover a “formação de quadros revolucionários” junto com uma

---

492 Algumas considerações sobre a formação da direção revolucionária do proletariado. *Op. cit.*, 425.

493 *Idem*, p. 426.

agitação e propaganda revolucionária a todo o proletariado, com o objetivo de sua unificação, de criação de seus organismos independentes e sobretudo do partido revolucionário do proletariado, como a organização centralizadora da luta pela destruição do poder burguês e a constituição do poder dos conselhos operários.<sup>494</sup>

Foi com essa perspectiva que a OCIM tentou publicar o jornal *O Batente*, por uma Tendência Sindical Classista (TESICLA) em 1972.

O Grupo Outubro esboçou uma perspectiva muito semelhante, para os quais o “partido não se constrói no abstrato mas no terreno real onde as massas resistem. E hoje no Brasil elas estão nas oposições sindicais”<sup>495</sup>. Para a atuação nos sindicatos, como um dos passos fundamentais para a construção do “partido marxista” a criação de “tendências sindicais revolucionárias”. Já que o objetivo de uma atuação dos revolucionários deveria ser lutar pela

derrubada das direções pelegas e pela implantação de direções sindicais a serviço do proletariado, dos trabalhadores e da revolução socialista. Trata-se de lutar pela construção de *sindicatos de massa independentes da burguesia e de seu governo*, sindicatos [de] luta de classes.<sup>496</sup>

Dado que o objetivo de conquista dos sindicatos pelas categorias estaria condicionada pela correlação de forças tanto entre o proletariado e a burguesia, quanto entre aquele e as direções pelegas, a luta sindical não poderia ser separada das lutas mais gerais das massas trabalhadoras contra a ditadura militar. Por isso a necessidade por construir “tendências sindicais revolucionárias”, “a serviço da revolução proletária e da classe operária (...) pela criação e o fortalecimento das oposições sindicais”<sup>497</sup>. Outubro, por sua vez, apontou uma outra razão para sua ênfase aos sindicatos, e conseqüentemente a necessidade de impulsionar as oposições sindicais, trata-se da sua profética convicção sobre a importância que os sindicatos teriam nas próximas mobilizações no Brasil. Nas suas palavras

---

494 Idem, p. 427.

495 Contribuição a um balanço necessário das lutas de 1968 no Brasil. *Revista Outubro*, nº 2 outubro de 1972, s.l. [França], s.c.p., pp. 5-26, p. 26. In: CEDEM/CEMAP, Fundo Asmob.

496 Pela construção de um partido operário revolucionário no Brasil. *Revista Outubro*, nº 01, abril de 1972, s.l. [França], s.c.p., pp. 40. p. 33. In: CEDEM/CEMAP, Fundo Asmob. Grifos no original.

497 Idem.

a mobilização dos trabalhadores brasileiros passará necessariamente, em sua primeira fase, pelos canais sindicais existentes. Não que estes sejam autenticamente operários, mas porque não resta às massas nenhuma outra alternativa sindical, e que apesar de seu caráter semi-corporativo foi o canal pelo qual passaram suas mais importantes mobilizações, e através dos quais ela obteve significativas vitórias. Semelhante tradição não se apaga na consciência das massas da noite para o dia.<sup>498</sup>

Entre os militantes da FBT desde sua origem os sindicatos e as oposições sindicais tinham um papel central para o caminho que levaria à construção de uma direção revolucionária do proletariado, suprindo assim, na sua perspectiva, a lacuna que deixou as direções nacionalistas. Vale lembrar, nesse sentido, que uma das questões sobre as quais ocorreu a ruptura com o POR-T, em 1968 no Rio Grande do Sul, estava a discussão sobre a atuação do partido junto à um organismo dos trabalhadores metalúrgicos com características de oposição sindical, o Comitê de Mobilização Metalúrgica (CMM)<sup>499</sup>. Ainda em 1968, na sua primeira Conferência Nacional, a FBT endossou a formulação por um “Partido Operário Baseado nos Sindicatos”, uma das propostas que defendeu o POR-T, a partir de 1966, sob a orientação de Posadas<sup>500</sup>.

Estamos de acordo com o que colocava a Internacional [aquela sob a liderança de J. Posadas, fundada em 1962] sobre o Partido Operário Baseado nos Sindicatos. (...) O proletariado nunca abandona um instrumento de luta enquanto não esgotou todas as suas possibilidades. E ele ainda vai empurrar muitas coisas através do sindicato. Não no sindicato mantendo a luta sindical. Vai empurrar no sindicato passando por cima, além da luta sindical; levando um nível de luta que significa uma organização independente do proletariado que já não é mais sindical; Organização sindical ainda é ligada ao regime. Agora, o que o proletariado vai fazer aqui é usar o sindicato para fazer uma organização independente; derrubar os pelegos e usar o sindicato como instrumento de luta pelo poder. Luta no sindicato mas não uma luta sindical. Então se justifica esta palavra híbrida, Partido Operário Baseado nos Sindicatos.<sup>501</sup>

498 Contribuição a um balanço necessário das lutas de 1968 no Brasil. *Op. cit.*, pp. 14-15.

499 Como argumentamos no Capítulo 2, seção 2.3 A Fração Bolchevique Trotskista.

500 LEAL, M. *Olavo Hanssen: uma vida em desafio*. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2013. p. 110. Ao mesmo tempo em que defendiam essa perspectiva para uma direção política do proletariado, Posadas e o POR-T, segundo Leal, acreditavam que os nacionalistas ainda poderiam cumprir um papel progressivo. Conf. LEAL, *op. cit.*, p. 111. Para a FBT, como vimos, o movimento nacionalista não era mais viável politicamente.

501 Situação Nacional: As tarefas necessárias para a construção da direção revolucionária no Brasil. Suplemento n° 1 de *Voz Proletária*. Fração Bolchevique Trotskista, fevereiro de 1969. 25 pp., pp. 19-20. In: CEDEM/CEMAP, Fundo: Fábio Munhoz. Reprodução da Resolução Nacional da conferência de fundação da FBT que ocorreu em julho-agosto de 1968.

Tratava-se de “um partido operário que se apoie nos organismos de classe que já existem”<sup>502</sup>, uma espécie de “frente única sindical e de organizações de esquerda”<sup>503</sup>. A fórmula de Posadas pareceu se inspirar na política dos trotskistas dos EUA para a construção de um partido operário, no final dos anos 1930. Nesse período uma das discussões do SWP passou pela definição da relação que deveriam estabelecer com o Partido dos Trabalhadores e Agricultores, o *Farmer Labor Party* (FLP). Nas palavras de um dos dirigentes do SWP,

O FLP baseia-se nas organizações econômicas dos trabalhadores: os sindicatos, as organizações cooperativas dos agricultores etc; baseia-se também nas unidades territoriais, nas associações regionais etc. É permitida também a filiação de organizações culturais, organizações beneficentes e ainda associações de bairro.<sup>504</sup>

Em todo caso nesse período, pelo menos até sua segunda conferência em 1970, ainda predominava na FBT a reprodução de algumas das propostas discursivas do POR-T e de Posadas.

Em sua segunda fase, no entanto, eles abandonaram aquela formulação, mas mantiveram a compreensão sobre a importância política do sindicato para o proletariado. Em *O papel da vanguarda revolucionária no Brasil*, um dos poucos documentos que foram preservados desse período, a FBT traçou uma lúcida perspectiva para uma atuação revolucionária naquela conjuntura de acentuada repressão. Neste documento, datado de abril de 1971, a hipótese para a construção do “partido do proletariado” combinava-se com a tarefa de reorganização do movimento do proletariado e das massas. Depois das derrotas de 1964 e 1968, por um lado pelas limitações das suas direções políticas – primeiro com os “nacionalistas reformistas” e depois com àquelas que propunham a luta armada imediata – e por outro pelo “golpe bonapartista” e a acentuada repressão, assegurada pela “camarilha militar bonapartista”, reconheciam no documento que o proletariado e as massas estavam desorganizados, sem capacidade para lutar pelas suas mínimas reivindicações ou para garantir

502 Editorial, *Frente Operária*, nº 145, segunda quinzena de março de 1966, p. 14. Apud LEAL, *op. cit.*, p. 111.

503 LEAL, *op. cit.*, p. 111.

504 TROTSKY, L. Como lutar por um partido operário nos Estados Unidos. In: *A Questão do partido*. Marx, Engels, Lenin e Trotsky. São Paulo, Kairós, 1978. pp. 65-79. p. 67. Trata-se da reprodução de uma das discussões de Trotsky com os dirigentes do SWP em abril de 1938 e que foram estenografadas. Não tivemos oportunidade de verificar a partir de qual data esse texto tornou-se disponível, através de publicações em livro. Aspecto que poderia confirmar ou não a fonte de Posadas.

as conquistas do período anterior<sup>505</sup>. Situação que garantia para a burguesia e sua ditadura militar uma relativa e transitória estabilidade política, manter a desorganização e impedi-la de se reorganizar era a razão de ser daquele regime político para assegurar o “milagre brasileiro”. A tarefa colocada para a “vanguarda revolucionária”, portanto, era contribuir para o processo de organização do proletariado e das massas, auxiliando assim para a construção de organismos adequados para a sua luta política. Ressaltavam, no entanto, que dada a desfavorável correlação de forças era necessária “uma atitude revolucionária paciente e responsável.”<sup>506</sup>

Assim, argumentavam

esta situação estabelece uma tremenda contradição, por que o desenvolvimento de um trabalho revolucionário dirigido ao mov[imento] de massas, requer que se esteja em contato com as massas e o proletariado em qualquer lugar que se encontre. Mas, não se pode atuar assim no momento, porque as massas e o proletariado encontra-se numa profunda dispersão de suas forças e numa impotência.<sup>507</sup>

Concluía então que “É a fraqueza orgânica do mov.[imento] de massas que determina uma atividade clandestina”<sup>508</sup>, através “de um trabalho pela base” ligado às mínimas reivindicações, tanto econômicas, quanto política. Aquelas

lutas parciais na quais as massas e o proletariado vão ganhando forças para as próximas e futuras lutas de maiores importância. Obedecem a um processo de desenvolvimento da consciência e de um aprendizado, necessário a politização do mov.[imento] de massas.<sup>509</sup>

Nesse sentido, as lutas sindicais eram fundamentais e paralelamente àquele trabalho de base deveria estar a construção dos comitês de fábricas e oposições sindicais. Desses dois organismos, por sua vez, o passo seguinte deveria ser, a busca por cada vez mais, a unificação

---

505 O papel da vanguarda revolucionária no Brasil. Comitê Pró-Unificação (O.C. 1º de Maio-FBT) CR/Pb. [FBT, Comitê Regional da Paraíba], abril de 1971, 10 pp. In: AEL, Fundo Brasil Nunca Mais, BNM 254, Ação Penal 780/72.

506 Idem, p. 2.

507 Idem, p. 7.

508 Idem.

509 Idem, p. 8.

do proletariado e das massas.

(...) todo o trabalho pela base a partir das mínimas lutas possíveis no momento, tem que ter como centro de preocupação a organização dos Comitês, em nível de atividade nas bases local. Em um nível de atuação mais ampla e extensiva, a organização e o funcionamento de uma Oposição Sindical Independente. A medida que estes organismos representem a classe, a sua política tem como principal conteúdo a Frente Única do proletariado. Esta é a importância que terá estes organismos ao levar as mínimas lutas e reivindicações das massas e do proletariado, como necessidade de uma estrutura orgânica própria e independente. (...) Assim, se terá uma atuação revolucionária clandestina que atingirá as amplas camadas das massas e do proletariado, dentro das limitações existentes.<sup>510</sup>

A atuação e integração nesse processo era entendido pela FBT como as “pontes que deverão servir de apoio para a construção do partido”.

Em outro documento a luta pela “direção revolucionária do proletariado”, também passava pela criação de uma tendência<sup>511</sup>. As “tendências sindicais classistas” no interior das oposições sindicais, pois entendiam que as oposições não poderiam se organizar apenas para as eleições do sindicato. Com o objetivo de unificar a classe, através dos problemas mínimos em cada fábrica a vanguarda revolucionária deveria impulsionar a construção de grupos em cada setor das fábricas. A centralização destes grupos seria o primeiro passo para a constituição de uma “frente única anti-pelega e anti-patronal”, as bases para a formação de uma “Frente Sindical Classista”. A tendência teria esse papel de realizar um “trabalho na organização da classe pela base, mobilização pela base, ou seja a organização de grupos por fábricas, embriões dos Comitês de Fábricas.”<sup>512</sup>

#### 4.3.2 A luta pelas liberdades democráticas

Os guerrilheiros, quando ouvem falar na necessidade da luta pelas liberdades democráticas, desenham nos lábios um sorriso irônico. Semelhante desdém não tem outra origem senão o desprezo às experiências reais vividas pelas massas. O relato da história do movimento estudantil entre o golpe e suas manifestações de 1968 tem por si só o valor de um exemplo. Sem o mínimo de possibilidades que ainda lhes restavam para se organizarem, muito dificilmente os estudantes poderiam ter

510 Idem, pp. 8-9.

511 O atual momento do movimento operário e o papel da sua vanguarda marxista, FBT, s.d. [1972], 4 fls. In: AEL, Fundo Brasil Nunca Mais: BNM 254, Ação Penal 780/72.

512 Idem, s.n. .

realizado as manifestações de massa em 1968.<sup>513</sup>

Um outro aspecto que os trotskismos anteviam, nos caminhos hipotéticos para superar a ausência da expressão política dos trabalhadores, foi a perspectiva da luta pelas liberdades democráticas. Para a FBT, por exemplo, a unidade da classe trabalhadora confundia-se também com a luta por seu direito de organização. Assim, a criação das frentes sindicais classistas deveria culminar em “uma organização nacional dos trabalhadores, uma Central Única de Trabalhadores e pela formação de uma frente única contra a ditadura, uma frente pelas liberdades democráticas.”<sup>514</sup> A luta pelas liberdades democráticas esteve presente em todas organizações trotskistas do período – com exceção do POC-Combate. A forma como foi abordada, assim como a sua tradução concreta variou de organização para organização, como veremos.

Ainda em 1969, como assinalamos anteriormente, a FBT levantou a questão em torno de uma campanha que englobava, por exemplo, as lutas pela libertação dos presos políticos, contra a pena de morte e pelo direito de organização estudantil e sindical<sup>515</sup>. Com a criação do Comitê de Unificação FBT-OC1M, em 1971, no qual o Grupo Outubro procurou se incorporar – aliás, vale frisar, a própria tentativa de unificação foi vista como um dos passos para a criação do partido revolucionário do proletariado – aquele conteúdo para as lutas democráticas foi retomado, como podemos ver na entrevista que concederam aos argentino do PRT-*La Verdad* :

é um dever de todas as organizações revolucionárias e democráticas. É uma luta de frente única. (...) a luta contra a ditadura militar semifascista. A luta pelas liberdades democráticas e sindicais, contra as leis antioperárias e antidemocráticas, e pela liberdade de todos os presos políticos, é a base da luta do proletariado no momento atual. (...) Nós buscamos a forma de constituir essa frente para a ação. Impulsionamos esta frente, mas ao mesmo tempo lutamos pela construção do partido trotskista e pela revolução socialista.<sup>516</sup>

Esses poucos documentos preservados, desse período depois de 1970, da FBT e da OC1M

513 Contribuição a um balanço necessário das lutas de 1968 no Brasil. *Revista Outubro*, nº 2 outubro de 1972, *op. cit.*, p. 9.

514 *Idem*, s.n. .

515 O Assassinato de Carlos Marighela e a inviabilidade da saída terrorista. *Voz Proletária*, nº 18, Ano II – primeira quinzena de novembro de 1969. pp. 7. In: AEL, Fundo BNM/Anexos.

516 *La repressión al servicio del desarrollismo. Op. cit.*, p. 39. Tradução nossa.

assinalam que ambas começavam a inserir a luta pelas liberdades democráticas no seu projeto político. Já as fontes preservadas e disponíveis dos grupos Outubro e Ponto de Partida nos permitem uma compreensão mais completa sobre como as liberdades democráticas foram introduzidas na elaboração dos seus projetos políticos e como se relacionavam com o objetivo central de construção do partido revolucionário do proletariado.

Para Outubro estava claro que para “elevar o nível de consciência das massas ao nível” do programa trotskista, definido por eles como “organizar essas massas e construir o partido”<sup>517</sup>, era necessário partir da consciência que as massas possuíam naquele determinado momento da luta de classes. Somente por esse caminho “os trotskistas poderão utilizar esta consciência para, juntamente com as massas, avançarem em direção ao objetivo histórico que se dão: o governo dos trabalhadores, a ditadura do proletariado, o socialismo.”<sup>518</sup>Essa consciência que entendiam estar presente nas amplas massas era sintetizada em sua aspiração pelas liberdades democráticas que havia sido “conquistado em períodos anteriores e que lhes foi arrancado a força.”<sup>519</sup>A luta pelas liberdades democráticas foi definido como o próprio sentido das próximas lutas. Uma vez em movimento, as mobilizações do proletariado e das massas iria chocar-se contra a ditadura militar e colocar a questão de qual o governo que seria capaz de concretizar suas aspirações mais profundas, “os direitos e liberdades democráticos que a ditadura militar das classes dominantes pisoteia todos os dias”<sup>520</sup>.

Dentro desta perspectiva, a luta contra a ditadura é inseparável da luta pelas liberdades democráticas.(...) Em sua tarefa de organizar as massas, centralizá-las e lançá-las contra a ditadura, isto é, construir o partido revolucionário da classe operária, o combate dos marxistas pelas liberdades e direitos democráticos, *ao dia a dia*, de maneira agitativa e *desde hoje*, desde já, é indispensável, é imperativo. Minimizá-lo é um gravíssimo erro. Esquece-lo é pura e simplesmente um absurdo.<sup>521</sup>

Entendiam que a partir das reivindicações pelos direitos e liberdades democráticas seria possível formular as “palavras de ordem transitórias”, tal como na metodologia que Trotsky assinalou no Programa de Transição, do qual citavam a seguinte passagem

---

517 Pela construção de um partido operário revolucionário no Brasil. *Op. cit.*, p. 30.

518 Idem.

519 Idem.

520 Idem, p. 29.

521 Idem, pp. 29-30. Grifos no origina.

A tarefa estratégica do próximo período – período pré-revolucionário de agitação, de propaganda e de organização – consiste em vencer a contradição entre a maturidade das condições objetivas da revolução e a não maturidade (subjéctiva) do proletariado e de sua vanguarda. É preciso ajudar as massas, no processo de suas lutas quotidianas, a encontrar a PONTE ENTRE SUAS REIVINDICAÇÕES ATUAIS E O PROGRAMA DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA. Esta ponte deve constituir-se num sistema de REIVINDICAÇÕES TRANSITÓRIAS, que parta das condições atuais e da consciência de amplas camadas da classe operária, e que conduza a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado.<sup>522</sup>

Na perspectiva revolucionária que formulou Outubro a tarefa dos trotskistas – organizar as massas e construir o partido revolucionário, junto e através das reivindicações transitórias, na qual estava incluída as reivindicações pelos direitos e liberdades democráticas –, estava inserida no objetivo estratégico da construção de um governo operário-camponês. Pela própria dinâmica das próximas lutas, no choque com a ditadura militar, iria surgir a questão de qual o governo necessário para assegurar as aspirações e reivindicações das massas.

Apenas o governo operário-camponês, baseando-se nos Conselhos (soviets) de operários, camponeses e soldados, poderá dar uma resposta adequada aos problemas centrais aos quais faz face a sociedade brasileira: a questão agrária (o problema da ampliação do mercado interno), a independência económica e política frente ao imperialismo internacional, a passagem à resolução das tarefas socialistas em consonância com os trabalhadores de outros países do continente e do globo.<sup>523</sup>

Somente com essa perspectiva, ao conceber a luta pelas liberdades democráticas como *palavras de ordem transitórias*, seria possível ir além da consciência imediata e elementar do proletariado e das massas.

Com essa posição os trotskistas de Outubro antecipavam uma crítica à uma potencial política do PCB. Dado sua estratégia “democrático-burguesa”, a primeira etapa da revolução brasileira, os comunistas poderiam tentar imprimir à luta pelas liberdades democráticas o objetivo de um suposto “*governo das forças anti-ditatoriais*”<sup>524</sup> em aliança com uma fração burguesa (dita progressista), antes “mesmo que qualquer setor importante das classes

---

522 Idem, p. 30. Com caixa alta no original.

523 Idem, p. 16.

524 Idem, p. 31.

dominantes ponha-se a falar e agitar seriamente uma alternativa à atual ditadura”<sup>525</sup>. Em outra ocasião, alertavam mais uma vez para a equivocada política do PCB que insistia em procurar um setor progressista da burguesia nacional em contradição com a ditadura, ou de setores nacionalistas no Exército, com os quais o proletariado poderia se aliar para encaminhar a conquista das liberdades democráticas<sup>526</sup>. Com essa política os comunistas, segundo Outubro, desviariam o próximo ascenso das massas ao subordinar a luta do proletariado, como haviam feito até 1964, à política da burguesia, evitando assim a todo custo a revolução proletária no Brasil<sup>527</sup>.

Essas suspeitas dos trotskistas se confirmaram no final de 1973, quando o PCB divulgou sua formulação *Por uma Frente Patriótica contra o Fascismo*<sup>528</sup>, na qual avaliaram que o regime político depois do golpe de 1964 teria evoluído “de uma ditadura militar reacionária para uma ditadura militar caracteristicamente fascista”<sup>529</sup>. Portanto, a tarefa principal era a luta contra o fascismo, nesta defendiam a constituição de uma ampla Frente Antifascista. Na qual deveriam estar desde os trabalhadores até setores da burguesia “em choque com o regime; desde as forças oposicionistas até os setores arenistas [do partido Arena] divergentes do caráter fascista do regime.”<sup>530</sup> visando a luta pelas liberdades democráticas. Essa política se traduziu concretamente no apoio ao MDB nas eleições legislativas de 1974. Esta plataforma comunista atualizou e desenvolveu os aspectos táticos que foram definidos no seu VI Congresso (1967), que vale lembrar, manteve a perspectiva da “revolução democrático-nacional” e a aliança entre o proletariado e a “burguesia nacional”.

Mesmo com as ressalvas críticas feitas sobre sua política para as lutas democráticas, a perspectiva de Outubro não excluía o PCB de uma frente comum

de combate pela liberdade de expressão e de organização, pelo direito de greve, contra a lei de imprensa, pela libertação dos presos políticos. O pleno exercício

---

525 Idem.

526 *Revista Outubro*, nº 5, setembro de 1973, pp. 34-36. In: Acervo Particular de Raul.

527 Essa conclusão partia dos argumentos que expressou a principal liderança do PCB, Luis Carlos Prestes, no artigo “A luta revolucionária dos comunistas brasileiros”, publicado em *Voz Operária*, nº 87, maio de 1972. Neste artigo criticado pelos trotskistas, Prestes identificou supostas divergências entre setores da burguesia não associados ao capital monopolista, representados por políticos do MDB eleitos em 1970; e também supostos setores nacionalistas à *la peruna* no Exército. Essas eram as forças progressistas com as quais os comunistas brasileiros deveriam contar na sua luta contra a ditadura militar.

528 PCB. *Por uma Frente Patriótica contra o Fascismo*. Novembro de 1973. In: NOGUEIRA, M. A. (org.). *PCB: vinte anos de política 1958-1979*. São Paulo, LECH-Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. pp. 209-219.

529 Idem, p. 209.

530 Idem, p. 217.

destas liberdades e direitos só pode ser assegurado pelo operariado e pelos trabalhadores. Somente um governo das organizações operárias e camponêsas pode garantir ao povo brasileiro o livre exercício da democracia, que a burguesia sempre foi incapaz de assegurar. Eis porque, apesar de propor e de lutar pela realização de uma frente que unifique o combate dos operários e das massas contra a ditadura, e na qual deve estar incluído, evidentemente, o P.C.B., nós prevenimos os militantes brasileiros desde hoje sobre os verdadeiros objetivos stalinistas.<sup>531</sup>

Pelas mesmas razões, todavia em outro contexto, como veremos, , no mesmo período o grupo Ponto de Partida também manifestou preocupações com a possibilidade da diluição política do proletariado em uma frente política de luta pelas liberdades democráticas integrada por setores burgueses.

Ponto de Partida, assim como as outras organizações trotskistas, sublinhavam a importância fundamental das mobilizações coletivas dos trabalhadores e explorados para as transformações históricas. Entendiam que era justamente a ausência dessas mobilizações, condição imposta pelo regime militar através da repressão política e da desarticulação das organizações de massa, que explicariam o domínio político dos militares e a expansão econômica do capitalismo brasileiro a partir de 1968. Nesse sentido, destacaram os números das eleições realizadas pela ditadura em 1970 – onde a porcentagem dos votos brancos e nulos foram expressivos – como uma evidência de que destituídas de suas organizações, a classe trabalhadora encontrou apenas nas eleições um canal para expressar seu descontentamento com o regime militar<sup>532</sup>. Portanto a “solidez do governo militar brasileiro guarda, então, direta relação com a impotência das massas e esta impotência subsistirá enquanto as massas permanecerem desorganizadas.”<sup>533</sup>

Definiram a tarefa de retorno à classe operária como a alternativa política para superar aquele momento histórico de dominação política da burguesia, que compreendiam estar marcado pela estabilidade do regime militar, assegurado através da repressão política às organizações de esquerda e ao movimento operário e pelos êxitos econômicos alcançados<sup>534</sup>. Era necessário retomar a perspectiva de integração das organizações de esquerda entre a

531 *Revista Outubro*, nº 5, *op. cit.*, p. 36.

532 Nas eleições de 1970 para a Câmara de Deputados o percentual dos votos nulos e brancos aproximaram-se dos 30%, superando os resultados do partido da oposição consentida, o MDB. Segundo Gorender a esquerda revolucionária no Brasil interpretou os resultados como uma vitória e uma evidência de que o regime militar estava isolado politicamente e socialmente, super-valorizando sua atuação durante o período pré-eleitoral. Conf. GORENDER, *op. cit.*, pp. 220-221. Sobre os resultados eleitorais entre 1966 e 1978 ver a tabela de ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985. pp. 198-199.

533 A propósito de um sequestro. *Op. cit.*, p. 05.

534 A propósito de um sequestro. *Op. cit.*, p. 11.

classe operária, com sua participação nas pequenas lutas que caracterizavam os momentos de refluxo como aquele, para construir o partido político ao mesmo tempo em que contribuiriam para a re-organização do movimento operário. Uma proposição que partia da definição de um período de atuação defensiva, de preparação política para a abertura de uma nova situação política que viria, como entendiam, pela própria dinâmica do “desenvolvimento capitalista [que] traz consigo contradições que o conduzem a crises cíclicas.”<sup>535</sup> Uma nova conjuntura de dificuldades econômicas, anteviam, poderia abalar a sustentação do regime e abrir a possibilidade para a classe operária conquistar o apoio da pequena burguesia e “transformar a crise econômica em crise revolucionária”<sup>536</sup>.

Paralelamente à integração do grupo exilado na oposição internacional contra a estratégia guerrilheira da internacional trotskista (em agosto de 1972), os brasileiros delinearam um projeto político que estava alicerçado sobre o que definiam como a principal “tarefa histórica”, a construção do partido revolucionário do proletariado. Inicialmente esse projeto passou pela definição da relação que teriam com o exílio, a qual decidiram pelo retorno ao Brasil assim que possível, e também pela assimilação teórico-política do trotskismo, em particular da concepção de partido revolucionário que as principais organizações da oposição trotskistas internacional, o PRT-*La Verdad* e o SWP, defendiam, qual seja, o paradigma do partido bolchevique. É desse período os textos em que buscaram formular uma crítica às organizações políticas que atuavam no Brasil, ao mesmo tempo em que re-afirmavam a atualidade e a necessidade do partido revolucionário. Como, por exemplo, nos documentos “El espontaneismo e suas variantes”, “El papel de la propaganda, denuncia y agitación políticas em el desarrollo de la conciencia revolucionaria del proletariado” e “Hacia el partido revolucionario”, todos escritos em 1972<sup>537</sup>.

Em “Hacia el partido revolucionario”, por outro lado, a partir da crítica às cinco teses do POC-Combate os recém trotskistas de Ponto de Partida tentaram re-orientar a discussão da “esquerda revolucionária” para os problemas estratégicos da revolução brasileira:

1) caráter da revolução nos países subdesenvolvidos; 2) o papel do proletariado e

535 Idem, *ibidem*, p. 12.

536 Idem, *ibidem*, p. 12.

537 EL ESPONTANEISMO e suas variantes. S/a [Ponto de Partida], s/l, s/d. [1972] 9 pp.; EL PAPEL de la propaganda, denuncia y agitación políticas em el desarrollo de la conciencia revolucionaria del proletariado. s.a, s.l., s.d., 5 pp.; HACIA el Partido Revolucionario. Ponto de Partida, s.l., junio de [19]72, 23 pp. Todos os documentos encontram-se no AEL, Fundo Fundación Pluma.

das demais classes sociais; 3) programa nacional capaz de convergir estrategicamente as lutas das diversas classes exploradas pelo capitalismo no Brasil, e 4) principais instrumentos de luta das classes exploradas.<sup>538</sup>

Eram os primeiros apontamentos para a construção de um projeto político no qual definiriam a atuação do recém criado grupo trotskista. O citado documento esboçou as primeiras conclusões do grupo sobre a revolução brasileira a partir do contato com a Teoria da Revolução Permanente:

em traços gerais, as tarefas democráticas no campo e na sociedade em geral (liberdades democráticas), e as tarefas de libertação do capitalismo mundial, definem algumas de nossas peculiaridades, inerentes ao capitalismo brasileiro, e definem também os critérios na determinação estratégica da revolução brasileira. Compreender esta questão é abandonar as etapas abstratas das lutas anti-imperialistas e compreender que a luta anti-imperialista no Brasil é a luta contra sua expressão nacional: o capitalismo brasileiro. Daí, o caráter combinado das tarefas estratégicas e táticas na revolução brasileira e sua indivisibilidade. (...) Nesta direção, à maneira marxista, cremos que devem estar dirigidas as discussões estratégicas da revolução brasileira. Um passo adiante que deve ser dado conjuntamente com as discussões sobre os instrumentos necessários ao proletariado, para estar a frente das lutas revolucionárias do país. Deste, o mais importante é o Partido Revolucionário (...) <sup>539</sup>

A construção do partido revolucionário ocorreria a partir da integração da “vanguarda revolucionária” nas pequenas lutas e através dessas experiências elementares desenvolver uma “educação revolucionária das massas” teórica e politicamente, através da propaganda e da agitação política<sup>540</sup>.

Nos seus textos mais ao final de 1972 e nos do ano de 1973 as reivindicações passam a ser definidas, cada vez mais, dentro da perspectiva da luta pelas liberdades democráticas, na qual se conjugou a questão do partido revolucionário. Por exemplo, em um artigo crítico às posições da esquerda brasileira publicados na revista *Temas y Debates*<sup>541</sup> a luta pelas liberdades democráticas era apresentada como uma necessidade do operariado. Sendo assim,

538 HACIA el Partido Revolucionario. *op. cit.*, p. 3.

539 HACIA el Partido Revolucionario. *Op. cit.*, p. 16.

540 Idem, CAP. III Características do movimento operário brasileiro, p. 5.

541 A revista *Temas y Debates* foi editada em Santiago do Chile por militantes de várias organizações de esquerda brasileiras. Divulgava textos e análises sobre o realidade brasileira, sobre o processo político então em curso, além de documentos de várias organizações no exílio e do Brasil. Sua primeira edição foi publicada em setembro de 1970.

um “programa proletário de liberdades democráticas” deveria ter “como pontos básicos a luta contra a tortura, por garantias individuais, liberdade de imprensa, manifestação e organização política, liberdade individual e abolição da lei de [anti-]greve, libertação dos presos políticos”.<sup>542</sup> Do seu ponto de vista “ a ênfase da luta proletária por liberdades deve[ria] estar nas garantias individuais e na liberdade de organização política e de manifestação pública.”, assim como no “desarmamento da repressão ou diminuição de sua força”.<sup>543</sup> O partido e a reorganização eram vistos como parte desse processo e os instrumentos através dos quais a conquistas das mais elementares liberdades poderiam ser asseguradas.

Portanto, luta por liberdades democráticas para o operariado significa defesa da classe e de toda a população contra o aparelho repressivo e, ao lado disso para que qualquer conquista não seja ilusória, significa a sustentação das liberdades com a organização global do proletariado: *construção do partido marxista da classe operária e unificação de todas as suas tendências numa central operária revolucionária*.<sup>544</sup>

#### 4.3.2.1 O debate sobre “descompressão política” entre exilados brasileiros e Ponto de Partida

As discussões sobre as liberdades democráticas, por outro lado, perpassavam um pequeno setor da esquerda brasileira exilada no Chile. Essas organizações repercutiam um “restrito debate” que transcorreu no Brasil entre os anos 1972 e 1973. Hoje, como sabemos, tratava-se das discussões para a elaboração de um “projeto de descompressão política controlada” para o regime político da ditadura. Parte dessa discussão circulou na grande imprensa nacional com uma certa frequência até setembro de 1972, quando uma nova “instrução” de censura, determinada pelo então ministro da justiça Alfredo Buzaid (1914-1991), proibiu qualquer menção na imprensa sobre o tema – independente da origem e da posição do seu autor. Essas notícias, editoriais e entrevistas foram as principais fontes para as interpretações dos exilados.

As mudanças no regime político, no sentido da sua transformação ditatorial para democrática, começaram efetivamente com o governo do ditador-presidente Ernesto Geisel (1974-1978). A partir de sua posse teve início o processo histórico-político conhecido por

<sup>542</sup> DOCUMENTO sem título. s.a [Ponto de Partida], s.l., s.d. [1972], 6 pp. In: AEL, Fundo Fundación Pluma.

<sup>543</sup> Idem, ibidem, p. 05-07.

<sup>544</sup> Idem, p. 6. Grifos nossos.

“transição política” (ou “transição democrática”) que adentrou os anos 1980. Entretanto, a elaboração e as reflexões em torno de um projeto político para as necessárias mudanças institucionais do regime, bem como os caminhos e o momento adequado para seu início, começaram alguns anos antes da sua posse. Entre 1972 e 1973 expressões como “distensão”, “institucionalização”, “novo modelo político”, “liberalização do regime”, ou até mesmo “redemocratização” foram frequentes nas reflexões, discussões e intervenções na (restrita) sociedade civil daqueles anos<sup>545</sup>.

O terreno para o que podemos chamar aqui de “debate sobre descompressão política” surgiu pela percepção das vitórias da “revolução de 1964”, durante os anos de Garrastazu Médici (1969-1973). Principalmente a derrota política e militar da “subversão comunista” e os êxitos na área da economia, representado pelos altos índices de crescimento econômico dos anos do “milagre econômico”.

Alcançadas aquelas metas mais imediatas que deram base ao movimento golpista, não teria chegado a hora de uma “normalização institucional” do sistema político nacional, visando assegurar assim uma estabilidade política duradoura? Indagavam entre si os diversos atores políticos – ao menos aqueles a quem era possível se manifestar – mirando os que estavam no proscênio da cena política. Para alguns quadros políticos (principalmente do MDB), juristas, grande imprensa e intelectuais, vinculados ou não ao regime – e inclusive para alguns membros das Forças Armadas – era hora de reverter o fechamento político que acompanhava o país desde 1969. Esse restrito “debate” transcorreu na imprensa – por um breve período – em seminários da Escola Superior de Guerra, entre a intelectualidade, em parte do segmento acadêmico e no Parlamento<sup>546</sup>.

Para Suzeley Mathias a “premissa era que não existe possibilidade de manter um regime de exceção (necessariamente transitório) sem promover sua institucionalização através

---

545 Restrita por ser reduzida somente aos *aparelhos privados de hegemonia* da burguesia, com o silenciamento ou proibição daqueles ligados às classes trabalhadoras, decorrente de uma *ampliação seletiva do Estado* no Brasil. Conf. FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e História. Rio de Janeiro, EPSJV/Editora UFRJ, 2010, pp. 218-227.

546 Ao mesmo tempo, algumas iniciativas para a “institucionalização” do regime partiram do próprio governo e de seus estrategistas, como a proposta de um “modelo corporativista” defendida pelo Ministro da Justiça (de passado integralista) Alfredo Buzaid; a articulação (sem continuidade) esboçada por Médici e o deputado federal Pereira Lopes; assim como a vinda ao Brasil do intelectual Samuel Huntington em outubro de 1972 à convite do chefe do gabinete civil do presidente Leitão de Abreu. Conf. SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. HOEVELER, R. C. *Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973)*. Monografia de conclusão de curso de História. UFRJ, 2012; e LEMOS, R. *A Conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64*. *Tempos Históricos*, v. 18, p. 559–590, 2014.

da adoção de regras duradouras.”<sup>547</sup> Era a respeito dos caminhos a seguir que as divergências começavam. Estas poderiam ser sintetizadas, sugeriu Mathias, em três proposições: a) pela incorporação do AI-5 à Constituição de 1967 – como defendiam por exemplo Alfredo Buzaid e Filinto Müller (senador da ARENA); b) a extinção do AI-5, mas mantendo algumas salvaguardas ao Estado para garantir estabilidade política e o desenvolvimento econômico e c) um terceiro setor apontava que a institucionalização só seria viável sem o AI-5 e por algumas modificações na Constituição de 1967 – visão compartilhada, naquele momento, por membros do MDB<sup>548</sup>.

Todavia, a face pública, digamos assim, desse “debate” – veiculado em revistas, como *Visão e Política*, e jornais como *O Estado de São Paulo* e *O Globo* – perdeu o fôlego em setembro de 1972 com a “nova instrução de censura” do Ministro da Justiça Alfredo Buzaid que proibia

qualquer publicação de: notícias, comentários, entrevistas de qualquer natureza sobre abertura política ou democratização ou temas semelhantes, anistia a pessoas que tiveram seus direitos políticos suspensos, ou a revisão parcial de seus processos, críticas ou comentários editoriais desfavoráveis sobre a situação econômico-financeira, problemas da sucessão presidencial e suas implicações. As ordens acima transmitidas atingem qualquer pessoa, inclusive as que já foram Ministros de Estado ou ocuparam altas posições ou funções em qualquer atividade pública. Fica igualmente proibida pelo senhor Ministro da Justiça entrevistar Roberto Campos.<sup>549</sup>

Proibida sua difusão pela imprensa o debate sobre a “descompressão política” continuou em outras esferas, como no Congresso e em atividades acadêmicas.<sup>550</sup>

Aquelas notícias, como já adiantamos, pelo menos as que foram publicadas na imprensa brasileira, repercutiram entre parte dos exilados nas suas publicações. Principalmente entre as organizações que integraram o exílio como um momento de atuação política, exemplo dos jornais *Frente Brasileiro de Informaciones* e *Campanha*, ao contrário daquelas que recusavam a condição de exilados e primavam por um retorno imediato ao Brasil, neste caso os militantes das organizações político-armadas. Tornar o “exílio uma campanha de luta”, nos dizeres do jornal *Campanha* periódico editado pelos brasileiros no

547 MATHIAS, S. K. *Distensão no Brasil: O projeto militar (1973-1979)*. Campinas: Papirus, 1995, p. 63.

548 MATHIAS, S. K., op. cit. p. 64-65.

549 Publicada em *Frente Brasileiro de Informaciones*, edição nº 37, novembro de 1972, sob o título *Ultima instruccion de la censura en Brasil*, p. 16.

550 Conf. HOEVELER, R. C., op. cit. e LEMOS, R., op. cit.

Chile, parece ter sido um tendência minoritária entre os exilados brasileiros, pelo menos até 1973.

Foi entre estes últimos, porém, que as notícias sobre a “descompressão política” tiveram uma certa repercussão. As avaliações a respeito daquele “debate restrito” foram incorporadas às reflexões em andamento dessa parte do conjunto de forças políticas presentes no exílio chileno. Em linhas gerais a atuação dessas organizações políticas assumiu dois contornos mais nítidos: uma articulação para a denúncia internacional do regime militar; e ao mesmo tempo contou com tentativas de reorganização e recomposição das organizações políticas. Assim, as notícias sobre o “debate” acerca da “descompressão política” encontrou um setor da oposição brasileira que passava por um momento de definições e redefinições de seus projetos políticos, ao mesmo tempo em que as limitações das ações da luta armada começavam a tornar-se evidentes.

Essas organizações que convergiam para a inserção do exílio no processo político brasileiro que estamos falando aqui eram representadas pelo *Comité de Denuncias de la Represión en Brasil* (CDR) que editou o jornal *Frente Brasileño de Información* (FBI); o jornal *Campanha*, que trazia o seguinte subtítulo: *transformar el exilio en una campaña de lucha*; pelos críticos do que se chamava à época de “desvio militarista” representados pela *Tendência Leninista* da ALN (cisão da ALN a partir do exterior) e que editou o jornal *Unidade e Luta* (UL) e por fim pelos militantes da Polop no Chile e que publicaram em alguns periódicos, como em *Temas y Debates de la lucha revolucionaria en Brasil y América Latina* (TyD). No que diz respeito às atividades do exílio na luta contra a ditadura militar, essa questão mirou quase sempre o papel que poderia cumprir o CDR. *Campanha*, por exemplo, atribuiu seu surgimento justamente às limitações do comitê para encaminhar a luta dos exilados brasileiros.<sup>551</sup>

Em 1972, ano em que começaram a circular as notícias relacionadas à “descompressão política”, em seu interior e fora do comitê – através de *Campanha*, UL e TyD – foi discutido a

---

551 As informações sobre o CDR ainda são poucas. Era uma espécie de fórum, do qual participavam algumas das organizações políticas com representação no exílio, mas não todas – segundo a edição nº 10 (de 07/1973) de *Campanha*, dez organizações políticas participavam das suas decisões e no início de 1973 esse número havia sido reduzido a cinco. Entre suas atividades estavam a realização de debates e denúncias sobre a ditadura, divulgados através da publicação dos boletins/jornais FBI (ligado à rede FBI organizada em Argel, mas com autonomia política) e a publicação de livros. Contou, inclusive, com um programa de rádio. Não há ainda dados sobre quando ele foi fundado, ou mais detalhes de seu funcionamento interno, mas supomos que o CDR existia desde pelo menos 1969-1970. Conf. CRUZ, F. L. DA. *Frente Brasileño de Informaciones e Campanha*: os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979). Dissertação Mestrado (História Social), USP, FFLCH, 2010.

organização política dos exilados e o papel que deveria cumprir o CDR. Esses militantes tentavam captar, nas entrelinhas daquilo que era divulgado pela imprensa, o que estava acontecendo no Brasil. As análises, tanto do CDR – através da publicação do FBI – quanto das outras expressões políticas, convergiam em vários pontos. Divergiam sobre a alternativa política para aquela conjuntura, sobre o que fazer dada a fragilidade da “oposição revolucionária”. Aliás, depois da censura ao “debate” na imprensa no Brasil, em setembro de 1972, a discussão que predominou entre essas forças políticas exiladas, até o golpe em setembro de 1973, foi a viabilidade da criação de uma *frente política* pelas liberdades democráticas, com atuação no exílio. Elaboração interrompida com a repressão que se seguiu ao golpe militar no Chile.

As análises apontavam para as limitações daquele debate. Primeiramente por ele estar circunscrito às posições da burguesia, sem a participação das massas trabalhadoras e suas organizações, reprimidas e perseguida pela ditadura militar. Ao mesmo tempo e por esse motivo, aquelas manifestações por mudanças institucionais não significavam o início de uma luta pelas liberdades democráticas. Na verdade, tratava-se da defesa de uma “democracia do empresariado”, nas palavras de Campanha<sup>552</sup>, com a manutenção da ditadura; ou como argumentou FBI, mostravam demandas por “restabelecer as regras do jogo entre eles [classe dominante]”<sup>553</sup>.

Outro aspecto que foi sublinhado nos jornais exilados foi o entendimento de civis e dos militares sobre a necessidade de mudanças no “sistema” ou “modelo político”, como se referiam ao regime militar. Era imperativo mudanças institucionais que garantissem ao “sistema” estabilidade política, com capacidade para contornar eventuais situações críticas futuramente. Como sinalizou o então intelectual e ex-ministro Roberto Campos, nas citações do FBI

“se a revolução formulou um projeto econômico eficaz, no entanto não conseguiu formular um projeto político capaz de resistir à erosão dos ventos e aos empurrões da história.” (ESP, 30/06/1970)<sup>554</sup> “O excelente desempenho da economia brasileira nos últimos anos não traz de per se uma garantia de estabilidade política. À luz dos precedentes históricos, qualquer reversão de tendência pode gerar frustrações anti-sistêmicas. (...) “Devemos utilizar com sentido de urgência o tempo que nos concedeu o êxito econômico para a institucionalização do sistema político.” (Globo, 10/11/1971)<sup>555</sup>.

552 Campanha nº 01, 28/09/1972, p. 06.

553 FBI, nº 29, 03/1972, p. 14.

554 FBI, nº 29, 03/1972, p. 04.

555 FBI, nº 29, 03/1972 p.06.

Alguns pronunciamentos ou opiniões, parcialmente reproduzidos nos jornais exilados, de alguns membros da alta cúpula militar, como a de Alfredo Souto Malan que afirmou a necessidade de um “desengajamento controlado das Forças Armadas”<sup>556</sup> ou a entrevista do marechal Cordeiro de Farias, entre outros episódios, sinalizavam, segundo as análises, para uma divisão nas Forças Armadas. O discurso de Médici em julho de 1972 – quando afirmou que não deixaria de utilizar o AI-5 – e em seguida a “nova instrução de censura” confirmavam, na leitura dos exilados, a divisão entre as FFAA, relacionada com a “sucessão” presidencial.

Praticamente inexistentes no Brasil, reconheciam os exilados, as proposições políticas da “oposição de esquerda” ou da “oposição revolucionária” – em sua luta por representar os interesses da classe trabalhadora – tinham poucas chances de ser efetivadas naquela conjuntura de forte repressão. A posição do FBI, no entanto, evoluiu para a proposta de uma *Frente de Resistência* composta por todos os setores em oposição à ditadura – o que deixava em aberto a questão sobre quais classes poderiam participar de tal frente. No que era acompanhado por Unidade e Luta, inclusive com a possibilidade de em uma “primeira etapa da revolução brasileira” e da luta contra a ditadura, a burguesia não associada aos monopólios participar dessa *Frente Democrática e Anti-imperialista*. Processo que, na sua leitura, desembocaria na resistência violenta das massas, através do seu exército revolucionário.

Para a Polop “a tarefa atual é fazer da luta pelas liberdades democráticas um meio para mobilizar as massas, desenvolver sua plataforma política, unificar forças, criar sua autoconfiança.”<sup>557</sup> Campanha, por sua vez, não chegou a formular uma alternativa política para caso houvesse possibilidade de atuação no Brasil naquele momento. Seu projeto tinha como centro a organização política dos exilados, que ao seu ver, passava por modificações política e organizativas no CDR. Por isso, manifestaram-se contrários a tentativa de um setor do comitê em torná-lo uma Frente Política no exílio supostamente o representante da resistência à ditadura militar para coordenar a luta política no Brasil a partir do exterior.

Assim, foi dentro e como parte desse contexto que a luta pelas liberdades democráticas ganhou um relevo particular no projeto político dos trotskistas do Ponto de Partida. Para seus integrantes o “debate” travado no Brasil eram evidências de divisões políticas da classe e frações de classe da burguesia, e destas com a ditadura militar, e

---

556 Discurso proferido pelo general ao final do ano de 1971, mencionado pela edição nº 29, março de 1972. Ver também MATHIAS, S. op. cit.

557 TyD, nº 10, p. 13.

anunciavam novas possibilidades de atuação política do proletariado e as esquerdas, como argumentavam no artigo *Situación de las classes dominantes em Brasil* publicado na revista *Punto de Partida*<sup>558</sup>.

Contraopondo-se às proposições “frentistas” que pareciam requestrar a velha política do PCB para a revolução brasileira – fatiadas em sua etapa prévia “nacional democrática” (anti-imperialista e anti-feudal), a qual seria sucedida, num horizonte longínquo, pela etapa socialista e alicerçada na aliança do proletariado com a burguesia progressista – o *Punto de Partida* defendeu que o proletariado era a única classe social capaz de liderar as lutas de transformação democrática da sociedade brasileira. Nessa perspectiva, dada a ausência do partido revolucionário dos trabalhadores, os esforços da “esquerda revolucionária” deveriam estar voltados para “intensificar a penetração estrutural na classe operária” e

sintetizar toda propaganda revolucionária ao redor das palavras de ordem de caráter econômico-prático com as palavras de ordem político-democráticas, procurando a frente com todas as organizações que também estejam se estruturando junto ao proletariado.

Assim na atualidade todas as nossas energias devem estar concentradas no trabalho junto a classe operária, pela construção do partido revolucionário e pela elaboração de um programa que partindo das palavras de ordem mínimas (luta econômica) e as de transição (lutas políticas-democráticas) coloque o problema do poder e do socialismo para as grandes massas exploradas do Brasil.<sup>559</sup>

Direitos e liberdades democráticas como as “lutas pelas eleições livres na sociedade, direito de voto aos operários, camponeses, analfabetos, liberdade de imprensa, liberdades sindicais, liberdade de existência aos partidos operários, direito ao habeas corpus, etc.” somente poderiam ocorrer quando o proletariado assumisse esse programa e liderasse os combates pelas liberdades democráticas<sup>560</sup>. “Por isso, junto com a luta econômica, nossas atividades como militantes revolucionários devem ser a de transformar o proletariado no maior combatente social pelas reivindicações democráticas na sociedade brasileira.”<sup>561</sup>. Era o único caminho, argumentavam ainda, para superar as concepções “frentistas” que preconizavam o apoio da classe operária aos ditos setores progressistas e liberais da

---

<sup>558</sup> *Punto de Partida*. Revista de los marxistas revolucionários brasileños, *op. cit.*, pp. 09-11.

<sup>559</sup> Idem, *ibidem*, pp. 14-15.

<sup>560</sup> Idem, *ibidem*, p. 14.

<sup>561</sup> Idem, *ibidem*, p. 14.

sociedade<sup>562</sup>. A luta pela re-organização das massas e do proletariado, pelo partido político revolucionário e a luta contra a ditadura militar, encontrava na luta pelas liberdades democráticas o caminho por onde convergiam as tarefas colocadas para a “vanguarda revolucionária”.

o programa de lutas no presente período dois devem ser os eixos fundamentais que se interligam indissolivelmente: as lutas pelas liberdades democráticas e as lutas contra o arrocho salarial. Combatendo-se implacavelmente todas as concepções oportunistas vestidas com a manuseada concepção burguesa de “frente de todos os setores democráticos que se opõem a ditadura, baixo (sic) a hegemonia do proletariado” os revolucionários deverão levar para junto da classe operária um programa de liberdades sindicais, liberdades de reuniões em fábricas, liberdades da imprensa operária, eleições de representantes para os sindicatos em oposição às propagandas “frentistas”. (...) são os caminhos necessários para a construção dos organismos independentes do proletariado e o Partido Revolucionário. A desmobilização deverá e será rompida pelos próprios trabalhadores no país, através de suas lutas espontaneas (sic), dado as intensas pressões das condições objetivas.<sup>563</sup>

---

562 Idem, *ibidem*, p. 14.

563 EM MARCHA. J. Miranda de Alencar, Santiago-Chile, novembro de [19]72, 9pp., pp. 6-7. In: AEL, Fondo Fundación Pluma.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### TROTSKISTAS, DITADURA MILITAR E LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

No primeiro capítulo do nosso trabalho procuramos expor em linhas gerais as principais características que marcaram o movimento pela Quarta Internacional depois da Segunda Guerra Mundial (1940-1945). As novas revoluções desafiaram as referências teórico-políticas que possuíam, ao mesmo tempo em que as organizações e partidos que pertenciam ao movimento permaneciam na marginalidade política. Pressionados pelos acontecimentos do Leste Europeu, as revoluções na China e Iugoslávia, as revoluções coloniais, assim como o clima de tensão entre as duas potências do pós-Guerra, EUA e URSS, os trotskistas se dividiram em relação ao caráter do stalinismo e a tática política do entrismo *sui generis*. Dado a avaliação sobre o conflito iminente entre as duas potências, não haveria tempo para a construção de partidos trotskistas, daí a necessidade do ingresso dos militantes nos partidos comunistas, pois estes, pressionados objetivamente seriam levados a cumprir um papel revolucionário.

A partir do III Congresso Mundial (1953), onde essas teses foram referendadas, o movimento trotskista passou por uma grande divisão internacional, da qual seria resolvida parcialmente após dez anos com a unificação de uma parte das organizações trotskistas, com base na convergência das análises sobre as revoluções coloniais, em particular sobre a Revolução Cubana (1959). O que pareceu o início de um reagrupamento das forças trotskistas internacionais, logo desmoronou com a adoção, no IX Congresso Mundial (1969), da generalização da guerra de guerrilhas para toda a América Latina. Mesmo unificadas no interior do que ficou conhecida como Quarta Internacional-Secretariado Unificado, a verdade era que o movimento trotskista internacional permanecia dividido. No setor que não participou da unificação, o Comitê Internacional também estava dividido sobre os encaminhamentos para a reconstrução do movimento. Atendo-se aos centros internacionais que tiveram alguma relação com a América Latina, isso resultou na criação do Comitê para a Reconstrução da Quarta Internacional (CORQUI) em 1972 e no SU a divisão se consumou de fato com a criação, em 1973, da Fração Bolchevique Leninista contra a direção majoritária da Quarta Internacional-SU. Esse foi o contexto no qual uma nova fase do movimento trotskista no Brasil teve início.

As origens, bem como o itinerário do novo momento do movimento trotskista no Brasil foi o objetivo do nosso segundo capítulo. Neste buscamos expor, a relação entre as

novas organizações/grupos com o representante até então do movimento no Brasil, o POR-T. A partir de 1968, com o surgimento da FBT e do ME1M o movimento trotskista também no Brasil não seria mais representado apenas por uma organização, como havia sido desde suas origens – no final dos anos 1920 e início dos anos 1930. Junto com trajetória das tendência trotskista do Partido Operário Comunista – o POC-Combate – o grupo Outubro e o Ponto de Partida, mostramos que essas organizações/grupos foram se formando à medida em que também se desenvolviam os debates e polêmicas no movimento internacional, no qual, pouco a pouco foram se integrando.

Atuando no período de acentuada repressão, entre os anos 1969-1973, trouxemos à tona, no capítulo tres, parte das avaliações que estes trotskistas esboçaram sobre a Ditadura Militar. Vimos como o POC-Combate argumentava sobre o caráter estrutural do regime político, assentado na inevitável repressão sobre o proletariado, única condição para manter o capitalismo nos moldes do “milagre econômico”, cujo centro, argumentavam, era a superexploração. A FBT e parte dos militantes do ME1M, cuja leitura esteve referenciada na teoria do bonapartismo, pelo papel que cumpriam os militares contra os trabalhadores e para assegurar a dominação econômica da débil e dividida burguesia brasileira. E por fim a classificação de semifascista à ditadura, pela intensidade a que chegou a repressão depois do AI-5, perspectiva que foi esboçada principalmente pela FBT, no Comitê de Unificação FBT-OC1M, e pelo grupo Ponto de Partida.

Em certa medida essas análises estiveram presentes na elaboração dos projetos políticos que apresentamos no capítulo quatro. Como um desdobramento direto do caráter estrutural da repressão que atribuíam ao regime político, o POC-Combate preconizou uma adaptação da organização para a preparação de uma *guerra revolucionária prolongada*. Já as outras organizações/grupos trotskistas convergiram na definição de seus projetos a partir da percepção de que a força relativa da burguesia e sua ditadura, desde o golpe de 1964, estava na ausência das organizações do proletariado e das massas e da ausência da sua direção política. Dessa constatação a meta estratégia, o objetivo central, dos projetos políticos esboçados estava alicerçado sobre a perspectiva de superar aquela ausência de direção política, conjugada com a necessidade de “organizar a classe operária”. Os projetos políticos definiram-se então pelas proposições sobre as hipóteses para a construção do partido político do proletariado, ou construção da direção política revolucionária, elemento fundamental para a revolução socialista.

Nesse sentido, como demonstramos, os trotskistas apresentaram muitas características em comum. Inicialmente com as críticas às organizações político-armadas, pela ruptura incompleta com o PCB, por manter a perspectiva *etapista* do programa para a revolução brasileira, ou por pretender substituir as massas no processo revolucionário, ao reduzir a luta política ao enfrentamento com a polícia. E principalmente por terem se tornado um obstáculo à organização da classe trabalhadora e à construção da sua direção política. Como alternativa defenderam a atuação no movimento sindical, a partir da participação e construção das oposições sindicais, por onde a classe operária começaria a sua re-organização. Ao mesmo tempo em que daria passos para a construção do seu partido político. O objetivo de integração às lutas dos trabalhadores combinou-se também com a luta pelas liberdades democráticas. Recuperar os direitos e liberdades democráticas, a um só tempo, era concebido como os sentidos para as próximas lutas contra a ditadura, o caminho por onde a classe trabalhadora daria os passos para a sua re-organização e a construção da sua direção política, o partido revolucionário.

Com esse trabalho, obviamente, não pretendemos esgotar a história sobre os trotskismos do período delimitado. Nos detemos aqui mais sobre o que se convencionou chamar de história das ideias – o que acreditamos pode contribuir para uma história social dos trotskismos abordados e para estudos futuros de outros momentos do trotskismo no Brasil.

A discussão sobre o itinerário e o projeto revolucionário do POC-Combate pode contribuir, nesse sentido, para suprir uma lacuna presente nos estudos sobre a POLOP que até então ignorou uma reflexão sobre essa tendência que emergiu no POC. A maioria das pesquisas não se preocupou com os rumos que o POC tomou depois que a “velha guarda” da POLOP rompeu, em 1970, com a maioria do partido para fundar a OCML-PO – visto como uma re-fundação da POLOP. Por outro lado, a razão dessa lacuna pode ser atribuída a um certo tabu por parte dos trotskistas do Secretariado Unificado em abordar o equívoco de uma estratégia política que resultou em trágicas mortes.

Particularmente no Brasil a estratégia guerrilheira adotada pelo trotskismo só apareceu de maneira indireta no contexto das lutas pela responsabilização do assassinato de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, o porta-voz da tendência Combate. O marxista franco-brasileiro Michael Löwy, por sua vez, também ex-militante da POLOP, com os quais os militantes da tendência trotskista do POC mantiveram contato, poderia ter abordado o tema em algumas oportunidades. Löwy foi militante da *Liga Communiste* e inclusive deu sua cota de

contribuição teórico-política sobre a adoção da luta armada para o continente latinoamericano. Por exemplo com as obras *La pensée de Che Guevara*<sup>564</sup> e *La révolution permanente en Amérique Latine*<sup>565</sup>, respectivamente publicados em 1970 e 1972. O primeiro inclusive foi traduzido no Brasil, mas no prefácio não consta qualquer referência sobre o fato de que no mesmo período em que foi escrito, o movimento trotskista, do qual fazia parte, adotou a “guerra de guerrilhas” como estratégia. Outra ocasião em que poderia ter abordado o assunto foi na importante antologia de textos que organizou, *O Marxismo na América Latina*<sup>566</sup>. Primeiro na introdução onde discutiu a evolução da discussão teórico-programática para a revolução socialista no continente<sup>567</sup>; e por fim, na seleção de textos que escolheu para compor o capítulo sobre os trotskismos, no qual poderia ter colocado à disposição dos leitores textos a fim de dar um panorama mais exato da discussão que perpassou o movimento trotskista daquele período<sup>568</sup>.

Com a abordagem que fizemos das outras organizações, por outro lado, acreditamos contribuir para suprir uma lacuna sobre a corrente trotskista durante o período em que a historiografia até então deu prioridade ao estudo das organizações político-armadas. Mostramos que foi esboçada uma outra alternativa político-revolucionária e que em um certo sentido antecipou o caráter que assumiu as lutas contra a ditadura, especialmente depois de 1974, já no contexto da “política de distensão” do governo Geisel. Os trotskistas, nesse sentido, foram pioneiros ao levantar a necessidade da luta pelas liberdades democráticas, o que não era bem visto pelo conjunto da esquerda da época. Esse aspecto, por sua vez, evidencia que a percepção sobre a importância da luta pelas liberdades democráticas não pode ser atribuída exclusivamente à esquerda da luta armada que a partir de uma suposta auto-crítica durante o exílio e aderiu aos valores da democracia, como defende certas interpretações da história da esquerda<sup>569</sup>.

Mesmo esboçando um projeto revolucionário alternativo ao que predominou na

---

564 LÖWY, M. *La pensée de Che Guevara*. Paris, Maspero, 1970. Versão brasileira *O pensamento de Che Guevara*. São Paulo, Expressão Popular, 1999. A edição brasileira não menciona mas trata-se da tradução portuguesa feita por Maria da Graça Lima Gomes *O pensamento de Che Guevara*. Amadora, Bertrand, 1976.

565 ROSSI, Carlos [i.e. Michael Löwy]. *La révolution permanente en Amérique Latine*. Paris, Maspero, 1972. A mesma obra foi traduzida para o espanhol em 1974 e publicada pela argentina Liga Comunista Revolucionaria (ex-Fracción Roja), Conf. CORMICK, F. *Fracción Roja. Debate y ruptura en el PRT-ERP*. Buenos Aires, Colectivo El Topo Blindado. p. 39. Uma reprodução dessa edição em espanhol esta disponível on-line no seguinte endereço: [http://www.lahaine.org/amauta/b2-img/rossi\\_perma.pdf](http://www.lahaine.org/amauta/b2-img/rossi_perma.pdf) (último acesso: 17/01/2017).

566 LÖWY, M. *O marxismo na América latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2012. 3ª ed. ampl.

567 *Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina*. In: LÖWY, op. cit., pp. 9-64.

568 O Trotskismo. In: LÖWY, op. cit., pp. 469-512.

569 Principalmente REIS, D. A. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

esquerda do período, esses projetos não passaram disso, de esboços. O período histórico-político entre os anos 1968-1973 impossibilitou que tanto os projetos da “luta armada”, quanto aqueles que mantinham a perspectiva da mobilização de massas. No entanto, foi a partir das condições políticas abertas com o processo de “distensão política” que os trotskistas conseguiram concretizar aquilo que figurava apenas como um caminho hipotético em seus documentos clandestinos no país ou do exílio. Nesse sentido, os trotskistas aqui estudados podem ser considerados como representativos da transição pela qual passou a própria esquerda, do isolamento social, imposto pela repressão e por seus erros estratégicos e táticos, à busca pela conexão com os sentidos da dinâmica que assumiu a luta de classes.

Isso ficou claro, por exemplo, com a atuação no Brasil, a partir de 1974, da Liga Operária. O novo grupo, fundado por uma parte de ex-integrantes do Ponto de Partida, tornaram as elaborações esboçadas no Chile no eixo de um projeto político para toda uma etapa histórica da luta de classes no Brasil. Com a sucessão de Médici àquela altura já definida pelo general Ernesto Geisel, os fundadores da Liga Operária percebiam sinais de tendências à modificação do regime político, determinados por um lado pela divisão da burguesia e de outro pela situação econômica internacional. Sobre o papel da luta pelas liberdades democráticas na luta política no Brasil diziam

Cremos que para um país semi-colonial como o Brasil as tarefas propostas por Trotsky (luta pelas liberdades democráticas, pela revolução agrária e pelas emancipação nacional) seguem vigentes. Consideramos, entretanto, que a principal palavra de ordem de transição para o Brasil, nesta etapa, é a luta pelas Liberdades Democráticas, que poderá ser entendida pelas massas através de uma palavra de ordem concreta como: Abaixo a Ditadura. Logicamente que esta palavra de ordem deverá estar ligada a outras como convocação de uma Assembleia Constituinte, onde sejam majoritárias as organizações sindicais e políticas da classe operária, e do campesinato.<sup>570</sup>

E sobre os passos para a construção do “partido revolucionário de massas”, caso se confirmasse a tendência de fim do “semi-fascismo”, estes poderiam assumir um “caráter mais aberto e agitativo, conforme o movimento de massas comece a tornar pública suas lutas”<sup>571</sup>. Ainda no caso da Liga Operária uma formulação mais concreta sobre isso ocorreu tempos depois, em 1978, com o lançamento do movimento Convergência Socialista. Entretanto, esse é o ponto de partida para um outro capítulo da história da esquerda brasileira.

<sup>570</sup> Por la unificación de los revolucionarios marxistas brasileños. s.a. [Liga Operária], s.l., 15/01/1974. In: Archivo León Trotsky. p. 12.

<sup>571</sup> Idem, p. 12.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 1. Fontes primárias utilizadas

#### 1.1. *Arquivo Público do Estado de São Paulo-SP*

-Fundo DOPS-SP/Delegacia de Ordem Política e Social

OP1027 Partido Operário Revolucionário Trotskista (1962/1981) OP0703

Dossiê de Investigações: Chile

-Prontuários:

Nº 36121- Prisão da Fração Bolchevique Trotskista-1972

Nº 55960- Prisão de Fábio Munhoz- 1968

Nº 69567- Prisão da Prisão da Fração Bolchevique Trotskista-1972-1973

#### 1.2. *Arquivo Edgar Leurenroth, Campinas-SP*

- Fundo MSR

Chispa, nº 1, agosto de 1967; Chispa nº 2, setembro de 1967 e Chispa nº 3, dezembro de 1967.  
Jornal 1º de Maio, Organização Comunista 1º de Maio, setor operário, nº 1, 03/11/1970.

-Fundo Fundación Pluma

ACTA del acuerdo. s.a. [PSA-Ponto de Partida], Buenos Aires, 03 de agosto de 1972, 1p.

A propósito de um sequestro. Ponto de Partida, Santiago [do Chile], fevereiro de 1971, 20 pp.

DOCUMENTO sem título. s.a [Ponto de Partida], s.l., s.d. [1972], 6 pp.

DOCUMENTO sem título. s.a [Ponto de Partida], s.l., s.d. [1973], 6 pp.

Em marcha. J. Miranda de Alencar. Santiago, novembro de [19]72. 9 pp.

EL ESPONTANEISMO e suas variantes. S/a [Ponto de Partida], s/l, s/d. [1972] 9 pp.

EL PAPEL de la propaganda, denuncia y agitación políticas en el desarrollo de la conciencia revolucionaria del proletariado. s.a, s.l., s.d., 5 pp.

Hacia el Partido Revolucionario. s.a. [Ponto de Partida], s.l., Junio de [19]72, 23 pp.

*Punto de Partida*. Revista de los marxistas revolucionários brasileños. Punto de Partida, s/l [Santiago], nº 1 , enero de 1973. 20 pp.

-Fundo Gilberto Mathias

*Declaración política* POC-Combate, Combate, diciembre de 1971, s.l., s.c.p., 18 pp.

-Fundo BNM

BNM 254, Ação Penal 780/72:

Boletín Internacional. Por la reconstrucción de la IV Internacional, Año 2, nº 5. Paris, Marzo 1971. pp. 13.

DOCUMENTO sem título, OCI, POR boliviano, COC (T) PL [Comitê de Organização dos Comunistas Trotskistas dos Países do Leste], 06 de janeiro de 1972. 13 pp.

DOCUMENTO sem título, s.a., s.d. [“Armando”, junho de 1971], 13 pp.

O papel da vanguarda revolucionária no Brasil, Comitê Pró-Unificação (O.C. 1º de Maio-FBT) CR/Pb [Comitê Regional da FBT/ Paraíba], abril de 1971, 10 pp.

CARTA de Filinto [Francisco Solano] à FBT, s.l., 15/06/1971.

“Bonapartismo burguês e bonapartismo soviético: Trotsky (1935)”, [trad. Filinto], s.l., s.d. [09/06/1971].

CARTA (FBT) para Filinto [Francisco Solano], 07/1971.

CARTA de Filinto [Francisco Solano] à FBT, s.l., 20/08/1971.

CARTA de Jaime à Filinto [Francisco Solano], s.l., 23/09/1971.

CARTA, CC da FBT para Wladia, 12/12/1971.

O atual momento do movimento operário e o papel da sua vanguarda marxista, FBT, s.d. [1972], 4 fls.

#### ANEXOS:

*Balço e Organização do Partido. Documento Interno. Partido Operário Revolucionário. Fração Bolchevique Trotskista, fevereiro de 1970.*

*Voz Proletária*, nº 7, Ano I, primeira quinzena de fevereiro de 1969.

*Voz Proletária*, Ano II, nº 17, primeira quinzena de outubro de 1969.

*Voz Proletária*, nº 18, Ano II – primeira quinzena de novembro de 1969.

*Voz Proletária*, nº 20, Ano III, primeira quinzena de janeiro de 1970.

*Voz Proletária*, Ano III, nº 21, segunda quinzena de março de 1970.

*Voz Proletária*, nº 23, ano 2 [3], novembro de 1971. 13 pp.

#### -Fundo Luiz Araújo

1968: começo de um balanço. Raul [Arkan Simaan], Paris, 17/07/1970.

ALTO ao centrismo e a confusão. Raul [Arkan Simaan], Paris, 24/07/1970.

CARTA de Raul [Arkan Simaan] para Lino [Luiz Araújo], 20/05/1970.

CARTA de Lino [Luiz Araújo] para Raul [Arkan Simaan] e Filinto [Francisco Solano], 15/07/1971.

CARTA Manuel para Filinto [Francisco Solano], 25/02/1972.

CARTA de R. [Luiz Araújo] à Companheiro F., Santiago do Chile, 08 de abril de 1972, 5 pp.

CARTA de Nahuel Moreno à Fernando [Luiz Araújo], 21/04/1972, 6 pp.

CAROS companheiros da Organização Comunista 1º de Maio. Outubro, Paris, 08/07/1972.

CONTRIBUIÇÕES à discussão do documento sobre a evolução do 1º de Maio. 07/03/1973.

AOS COMPANHEIROS da OC1º de Maio. Guilherme [Luiz Araújo], 4 pp. São Paulo, 06/11/1972.

AOS COMPANHEIROS trotskistas brasileiros na França: sobre problemas da unificação. Comitê de Unificação-FBT-OC1M, 20/02/1972, 4 pp.

AO COMPANHEIRO T. Comitê Organizatório [da I Conferência] Beto, Haroldo, Guilherme, 06/12/1972, 2 pp.

AOS COMPANHEIROS do 1º de Maio. Aquilez Z, 19/12/1972.

CONTRIBUIÇÕES à discussão sobre o texto “A unificação dos trotskistas brasileiros deve

ser seriamente buscada” de Túlio Matta [Francisco Solano]. Comitê de Unificação-FBT-OC1M, 05/03/1972, 5 pp.

DECLARAÇÃO dos trotskystas brasileiros aos trotskystas latino-americanos. Comitê de Unificação-FBT-OC1M, São Paulo, março de 1972, 10 pp.

DOCUMENTO sem título [História do 1º de Maio], s.d. [1973], 30 p.

DOCUMENTO sem título [Relatório sobre a situação da Quarta], s.a., 06/01/1972, 10 pp.

DOCUMENTO sem título. Organização Comunista 1º de Maio, 06/01/1973.

ESTATUTOS da Organização Comunista 1º de Maio.

ENTREVISTA feita por companheiros da F.B.T. e O.C. 1º Maio com o dirigente do P.R.T. (La Verdad), N. Moreno, em [19]71. s.d. [1972].

JORNAL 1º de Maio, Órgão Central da Organização Comunista 1º de Maio, nº5. São Paulo, 20/01/1971, 26 pp.

TEXTO projeto para discussões, s.a. [Grupo Outubro], s.d. [1971], 33 pp.

A UNIFICAÇÃO dos trotskistas brasileiros deve ser seriamente buscada. Túlio Matta [Francisco Solano], 03/02/1972.

### 1.3. *Acervo pessoal de Arkan Simaan*

1968: começo de um balanço. Raul [Arkan Simaan], Paris, 17/07/1970.

ALTO ao centrismo e a confusão. Raul [Arkan Simaan], Paris, 24/07/1970

Balanço de Atuação do P.O.R. (T) no Comitê de Mobilização Metalúrgica de Porto Alegre (R.G.S.) Abril de 1968.

CARTA de Luciano [Luiz Araújo] à Raul/Filinto/Lucia [Simaan/Solano/Rabelo], São Paulo: 01/05/1970, 7 fls.

CARTA. Lino [Luiz Araújo] a Raul [Arkan Simaan], 30/05/1970, 6 pp.

CARTA Luciano [Luiz Araújo] a Raul/Filinto [Simaan/Solano], 01/08/1970.

CARTA de Raul [Arkan Simaan] ao 1º de Maio, 06/08/1970.

CARTA de Raul [Arkan Simaan] à Andrés [Deivis Hutz], Paris: 28/08/1970, 2 fls.

CARTA de Filinto [Francisco Solano] à Raul [Arkan Simaan], 29/08/1970.

CARTA de Filinto [Francisco Solano] à Raul [Arkan Simaan], 02/03/1970.

CARTA de Philippe a Raul [Arkan Simaan], 02/03/1970.

CARTA de Michel [Vito Letizia] à direção da OCI, 11/03/1970. (em francês).

CARTA de Túlio para Raul [Arkan Simaan], 22/12/1971.

CARTA de Raul [Arkan Simaan] à Jorge [Altamira], 07/02/1972.

CAROS camaradas da FBT, s.a. [Arkan Simaan], 16/01/1972.

CARTA de Túlio Matta [Francisco Solano] para Raul [Arkan Simaan], 01/02/1972.

CARTA CREDENCIAL, s.a. [Grupo Outubro], s.l., s.d. [1972], 1p.

CONTRIBUIÇÕES à crítica do posadismo. Raul [Arkan Simaan], Paris, 17/06/1970.

JORNAL Correio do Povo, 03/05/1970, Porto Alegre.

ATA discussão Vito Letzia e Stpahn Just, outubro de 1969.

Documento Interno sobre a Crise do POR-T [abril de 1968], Fração Universitária – Porto Alegre (RGS), POR-T seção brasileira da IV Internacional.

DOCUMENTO apresentado por Marc [François Chesnais], 03/11/1971, (em francês).

RAPPORT de la delegation française a la Conference Latino-americaïne, OCI, s/d [1972], 33 pp.

RELATO do cp. [companheiro] da Fração. 04/06/1970.

Revista Outubro, nº 04, maio de 1973, s.l. [França], s.c.p., 67 pp.  
 Revista Outubro, nº 05, setembro de 1973, s.l. [França], s.c.p., 75 pp.  
 Situação Internacional: a atual etapa do desenvolvimento da luta de classes. Suplemento nº 3 de *Voz Proletária*. Fração Bolchevique Trotskista. Março de 1969.

#### 1.4. CEDEM/CEMAP

-Fundo Fábio Munhoz

A Situação nacional e as tarefas necessárias para a construção da direção revolucionária no Brasil. *Voz Proletária*, Suplemento nº1, em fevereiro de 1969. 25 pp.  
*Voz Proletária*, Suplemento nº2, em fevereiro de 1969.  
*Voz Proletária*, nº 2, Ano I, primeira quinzena de outubro de 1968.  
*Voz Proletária*, nº 3, Ano I, segunda quinzena de outubro de 1968.  
*Voz Proletária*, nº 4, Ano I, primeira quinzena de novembro de 1968.  
*Voz Proletária*, nº 08, Ano I, primeira quinzena de março de 1969.  
*Voz Proletária*, nº 14, Ano I, primeira quinzena de agosto de 1969.

- Fundo POR-T

Entrevista de Vito Letizia à Murilo Leal, 05 de maio de 1995.

-Coleção de periódicos

*América Índia*, nº 1, enero de 1972, s.l., s.c.p.  
*La Vérité*, nº 547, 03/1970.  
*Masas*, nº 387, Año XVI, La Paz (Bolivia), 08 de marzo de 1971.

-Coleção Movimento Estudantil

Caráter, método e objetivos táticos da verdadeira luta por liberdades democráticas, R.F. Lopes [pseudônimo], Frente Estudantil Socialista, s.d. [1974].

-Fundo Asmob

*Jornal Campanha*: nº 01, 28/09/1972; nº 02, 28/10/1972; nº 03, 28/11/1972; nº 05, 01/02/1973; nº 08, 01/05/1973; nº 09, 05/06/1973; nº 10, 05/07/1973.  
*Frente Brasileño de Informaciones (FBI)*: nº 29, 03/1972; nº 34, 08/1972; nº 37, 11/1972; nº 40, 04/1973.  
*Revista Combate*, nº 01, Tendência Trotskista do POC, novembro de 1971, s.c.p., s.l., 89 pp.  
*Revista Outubro*, nº 01, abril de 1972, s.l. [França], s.c.p., 40 pp.  
*Revista Outubro*, nº 02, outubro de 1972, s.l. [França], s.c.p., 76 pp.  
*Unidade e Luta*: nº 01, 05-06/1972; nº 02, 07-08/1972; nº 03 09-10/1972; nº 04, 10-11/1972.

-Fundo POLOP

TRIBUNA de debates, s.a. [OCML-PO], nº 02, julho de 1970.  
*Política Operária*, nº 22, julho de 1970. POC. 48 pp.  
*Movimento Operário*, nº 25, 24/02/1969, São Paulo. 16 pp.

#### 1.4. *Archivo León Trotsky* - Argentina

CARTA de “Vieira” à Nahuel Moreno, s.d. [1974], 7 pp.  
*Convergência Socialista*, ano III, nº 48, de 25/11 a 9/12/1981.  
 DOCUMENTO sem título [Acordo Político], [PRT-LV, OC1M e FBT], s.l. [Buenos Aires], s.d., 1 p.  
*Revista de América*, nº 6 y 7, julio-octubre 1971.  
*Revista de America*, nº 8/9, s/l. [Argentina], s.c.p., mayo/agosto de 1972.  
 Por la unificación de los revolucionarios marxistas brasileños. s.a. [Liga Operária], s.l., 15/01/1974.

#### 1.5. *ETOL/ Towards a History of the Forth International/Newspaper and Periodical*- EUA

Intercontinental Press, vol. 9, nº 12, march 29, 1971.  
 Intercontinental Press, s.c.p., s.l. [EUA], vl, 10, nº 18, may, 1972.  
 Intercontinental Press, s.c.p., s.l. [EUA], vl, 10, nº 29, july, 1972  
 International Information Bulletin. Discussion on Latin America (1968-1971). S.d. [1972],s.a [SWP], s.l. [Nova York], s.c.p.  
 International Information Bulletin, nº 06, November 1971. SWP, s.l. [New York]  
 International Information Bulletin, nº 4, October 1972. SWP, s.c.p., s.l. [New York]. 40 pp.

International Internal Discussion Bulletin, vol. X number 1, January 1973, 55 pp.  
 International Internal Discussion Bulletin, vol. X number 3, march 1973, p. 3.  
 International Internal Discussion Bulletin. SWP, New York, s.c.p., vol. XI, number 5, april 1974, 28 pp.  
 International Internal Discussion Bulletin. SWP, New York, s.c.p., vol. XIII, number 8, december 1976.  
 Internationalist Socialist Review, vol. 32, nº 05, may 1971  
 The Militant, vol. 35, number 16, april 30, 1971

#### 1.5. *Radar*-França

Quatrième Internationale, 29º année, nº 48, mars 1971.  
 Quatrième Internationale, 29º année, nº 49, mai 1971.

#### 1.6. *Fundación Pluma*- Argentina

BOLETIM interno del 21 de Abril de 1972.

Boletín de Informaciones Internacionales, nº 01, febrero 1973

BOLETIN especial sobre la convención del SWP, y la reunion de la Tendencia Leninista Trotskista. E. y A., 11 de agosto de 1973, 7 pp.

MEMORADUM. s.a. [PSA], 11 de agosto 1972, p.1.

ORDEN del día del 4/12/71 del C.[omitê] E.[xecutivo], PRT-LV, [Informe sobre o Brasil do ponto 1) Latinoamérica] s.l., 04/12/1971, 3 pp.

### 1.7 Entrevistas

Entrevista de Miroslava Lima à Tiago de Oliveira, São Paulo, 21/09/2012. Mira integrou o grupo Outubro no Brasil, quando era estudante secundarista. Depois de um período de exílio na França, retornou ao Brasil para participar das unificações políticas que deram origem à OSI, em 1976.

Entrevista de Gabriela Rabelo à Tiago de Oliveira, São Paulo, 20/10/2012. Lúcia participou do ME1M por um breve período. Fazia a mediação da correspondências entre os militantes do Brasil e aqueles que estavam na França.

Entrevista de Francisco Solano à Tiago de Oliveira (via *skype*), 27/10/2012. Solano integrou o ME1M. Na França tornou-se militante da OCI e foi um dos fundadores de Outubro. No Brasil participou das tentativas de unificação em 1971-1972 com a FBT e a OC1M. Posteriormente participou da unificação com a FBT e a OMO que resultou na OMB e na unificação com a OC1M que originou a OSI, entre os anos 1975 e 1976.

Entrevista de Arkan Simaan concedida à Tiago de Oliveira (via *skype*), em 03/02/2013. Simaan integrou o POR-T, foi um dos fundadores do ME1M; e como exilado na França foi um dos criadores do Grupo Outubro. Afastou-se da militância política em 1973.

Entrevista de Deivis Hutz à Tiago de Oliveira, Suzano-SP, 04/05/2013. Hutz foi militante da juventude do PCB no Rio Grande do Sul e participou da fundação da FBT. No exílio integrou também o grupo Outubro e posteriormente participou da fundação da OMB e da OSI, respectivamente em 1975 e 1976.

Entrevista de Walter Paixão à Tiago de Oliveira, São Paulo, 07/04/2014. Paixão era estudante de filosofia e bancário quando integrou o ME1M e participou da oposição bancária, a Participação Ativa. Foi militante da OC1M e da OSI.

Entrevista de Angela Mendes de Almeida à Tiago de Oliveira, São Paulo, 16/05/2014. Almeida foi militante da POLOP, depois POC e foi uma das integrantes da tendência trotskista do POC, em seguida POC-Combate. Integrou o PRT-ERP, a Fracción Roja e a Liga Comunista Revolucionaria na Argentina, entre os anos 1971-1976.

## 2. Referências Bibliográficas

- ALEXANDER, J. R. *Trotskyism in Latin America*. Stanford: Hoover Institution Press Stanford Press, 1973.
- \_\_\_\_\_. *International Trotskyism 1929-1985*. [s.l.] Duke University Press, 1991.
- ALMEIDA, Angela Mendes de. Relembrando Merlino: uma temporada internacionalista. In: KUCINSKI, B. e TRONCA, Í. *Pau de Arara: a violência militar no Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2013. pp. 235-244.
- ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ANDRADE, E. DE O. *A revolução boliviana*. São Paulo: Unesp, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Bolívia: Democracia e Revolução. A Comuna de Lapaz de 1971*. São Paulo: Alameda, 2011.
- ARCARY, V. *As Esquinas perigosas da história*. Situações revolucionárias em perspectiva marxista. São Paulo, Xamã. 2004.
- BENSAÏD, D. *Trotskismos*. Lisboa: Edições Combate, 2007.
- BIANCHI, A. *El Che rodando por Callao : o trotskismo e as guerrilhas latinoamericanas*, 2012.
- \_\_\_\_\_. Do Ponto de Partida à fundação da Liga Operária. Blog Convergência, 14 de abr. de 2014. Disponível em: <https://blog.esquerdaonline.com/?p=2203> Último acesso: 20/01/2018.
- BROUÉ, P. *The German Revolution 1917-1923*. Leiden, Brill, 2005.
- \_\_\_\_\_. *História da Internacional Comunista 1919-1943 ( 2 vol.)*. São Paulo, Editora Sundermann, 2007.
- \_\_\_\_\_. *O partido bolchevique*. São Paulo, Editora Sundermann, 2014.
- CAMARERO, H. *El Cordobazo y sus perspectivas en el análisis y la intervención del trotskismo (1969-1972)*. X Jornadas de Sociología de la UBA 20 años de pensar y repensar la sociología. Nuevos desafíos académicos, científicos y políticos para el siglo XXI. *Anais...* Buenos Aires: [s.d.] Disponível em: <<http://www.aacademica.org/000-038/278>\nActa>. Acesso em 25/01/2017.
- COELHO, E. Dos tortuosos caminhos da história da esquerda : a produção historiográfica sobre a POLOP. In: Colóquio Internacional Marx e Marxismos, 2017, Niterói. *Anais...* Niterói, Colóquio Internacional Marx e Marxismos, 2017. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC04/mc043.pdf> , último acesso em: 20/01/2018.
- COGGIOLA, O. *O trotskismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CORMICK, F. *Fracción Roja. Debate y ruptura en el PRT-ERP*. Buenos Aires: El topo blinadoo, 2012.

COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3ª ed. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CRUZ, F. L. DA. *Frente Brasileiro de Informaciones e Campanha: os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979)*. São Paulo, 2010. [s.n.] Dissertação (Mestrado História Social) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DEBRAY, R. *Revolution in the Revolution? Armed Struggle and Political Struggle in Latin America*. Monthly Review Press: s.l., 1967.

\_\_\_\_\_ Regis Debray habla em libertad [entrevista]. In: Suplemento de la edición nº 121 de *Punto Final*, martes 5 de enero de 1971. Santiago de Chile. 12 pp. Disponível em: [http://www.pf-memoriahistorica.org/PDFs/1971/PF\\_121\\_doc.pdf](http://www.pf-memoriahistorica.org/PDFs/1971/PF_121_doc.pdf) , último acesso 21/01/2017.

DEMIER, F. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Niterói, 2012, 506 f. Tese (Doutorado História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

\_\_\_\_\_ *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): um ensaio de interpretação histórica*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2013.

\_\_\_\_\_ A Ditadura bonapartista do grande capital: a questão dos regimes políticos nas interpretações históricas. *Outros Tempos*, nº17, v. 11, p. 166–182, 2014.

\_\_\_\_\_ Engels e a teoria do bonapartismo. *Revista Outubro*, nº 22, p. 141–164, 2014.

\_\_\_\_\_ Da ditadura bonapartista à democracia blindada. Regimes políticos e dominação de classe no Brasil recente. In: MATTOS, M. B. (org.). *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Consequência, 2017. p. 67–101.

DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, , 1981.

FARIA, M. M. DE. *Partido Socialista ou Partido dos Trabalhadores? Contribuição à História do Trotskismo no Brasil. A experiência do movimento convergência socialista*. Dissertação de mestrado em História, UFRJ, 2011.

FERNANDES, F. *A Revolução no burguesa no Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FONTES, V. *Reflexões im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

\_\_\_\_\_ *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FREDERICO, C. (org.). *A esquerda e o movimento operário 1964-1984, Vol I A resistência à ditadura 1964-1971*. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1987.

\_\_\_\_\_. Vol 2 A crise do “milagre brasileiro” . Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

\_\_\_\_\_. vol 3 A reconstrução. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

GARCIA, M. A. (org.) Contribuição a História da Esquerda. In: *Em Tempo*, 1979-1980.

\_\_\_\_\_. Uma tentativa chamada Partido Operário Comunista. In: GARCIA, M. A. (org.), *Contribuição à História da Esquerda Brasileira, 1960-1979*. *Em Tempo*, nº 85, 11 a 17 de outubro de 1979, p. 13.

GORENDER, J. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Expressão Popular, 2014.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*, vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HOEVELER, R. C. *Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil ( 1972-1973 )*. Monografia de conclusão de curso de História. UFRJ, 2012. 107.

\_\_\_\_\_ e MELO, D. B. de . Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. *Tempos Históricos*, v. 18, p. 13–43, 2014.

IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. [s.l.] Civilização Brasileira, 1978. 4ª ed.

\_\_\_\_\_ IANNI, O. *A Ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

KAREPOVS, Dainis. O Arquivo Edgard Leuenroth e a pesquisa sobre o trotskismo no Brasil. In: *CADERNOS AEL–TROTSKISMO*. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, v.12, N.º 22/23, 2005.

\_\_\_\_\_ e MARQUES NETO, José Castilho. “Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas 1930-1966”, In: RIDENTI, M. (et. al). *História do Marxismo no Brasil*, v.5, Campinas: UNICAMP, 2007.

\_\_\_\_\_ e LEAL, Murilo. “Os Trotskismos no Brasil 1966-2000”, In: Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis: *História do Marxismo no Brasil*, v.6, 2008.

KUCINSKI, B. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1982.

\_\_\_\_\_ e TRONCA, Í. *Pau de Arara: a violência militar no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

LEAL, Murilo. *À Esquerda da Esquerda: Trotskistas, Comunistas e Populistas no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_ e KAREPOVS, Dainis. “Os Trotskismos no Brasil 1966-2000”, In: Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis: *História do Marxismo no Brasil*, v.6, 2008.

\_\_\_\_\_ *Olavo Hansen: uma vida em desafio*. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2013.

LEMOS, R. L. do C. N e. Contrarrevolução e ditadura : ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. *Marx e o Marxismo* v. 2, n.2, jan/jul 2014, pp. 111–138.

\_\_\_\_\_ A Conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós- 64. *Tempos Históricos*, v. 18, p. 559–590, 2014.

LOPES, R. *Sob o Signo da Metamorfose: As Esquerdas Comunistas Brasileiras e a democracia (1974-1982)*. Niterói, 2010, 207 f. Niterói, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

LÖWY, M. *The Politics of Combined and Uneven Development—The Theory of Permanent Revolution*. London, Verso and NLB, 1981.

\_\_\_\_\_ *O pensamento de Che Guevara*. São Paulo, Expressão Popular, 1999.

\_\_\_\_\_ *O marxismo na América latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

\_\_\_\_\_ A política do desenvolvimento desigual e combinado: a Teoria da Revolução Permanente. São Paulo, Sundermann, 2015. [Tradução feita por Luiz Gustavo Soares a partir da edição inglesa da editora Haymarket de 2010 que excluiu a segunda parte da obra original e da edição da Verso de 1981.]

MACIEL, D. *A argamassa da ordem: da ditadura militar à nova república (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2014.

MAIA, Andreas. “O que foi o Partido Operário Revolucionário”. In: GARCIA, M (org.). Contribuição à História da Esquerda Brasileira, 1960-1979. *Em Tempo*, nº 104, 17 a 30 de abril de 1980, pp. 16-17

\_\_\_\_\_ “A crise do posadismo”. In: GARCIA, M (org.). Contribuição à História da Esquerda Brasileira, 1960-1979. *Em Tempo*, nº 105, 01 a 14 de maio de 1980, pp. 14.

MANGIANTINI, M. *El Trotskismo y el debate en torno a la lucha armada*. Buenos Aires: Colección Controversias, Realización del colectivo El Topo Blindado, 2014.

MARTINS FILHO, J. R. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura, 1964-1969*. Campinas, 1993, s.n. Tese (Doutorado Ciência Política) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

MARTINS, C. E. *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

MATHIAS, S. K. *Distensão no Brasil: O projeto militar (1973-1979)*. Campinas: Papirus, 1995.

MATOS, M. B. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

MATTOS, M. B. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, M. e REIS FILHO, D. A. (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Vol. 5. São Paulo, Paz e Terra, pp. 185-211.

\_\_\_\_\_ *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Consequência, 2017.

MELO, D. B. de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

\_\_\_\_\_ e HOEVELER, R. C. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. *Tempos Históricos*, v. 18, p. 13–43, 2014.

MEUCCI, I. D. P. *A Revolução Cubana e o movimento trotskista na América Latina : impactos na construção de um projeto político (1959-1974)*. Dissertação de mestrado em Ciência Política Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2015. 175 pp.

MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos (Orgs). *Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar, a responsabilidade do Estado*. 2ª ed., rev. e ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

MONTEIRO, M. A. L. DE M. *O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra: uma análise de sua (re)leituras teóricas e programáticas (1944-63)*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2016. 425 pp.

MORAES, J. Q. de. A Mobilização democrática eo desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. *Tempo social*, v. 1, n. 2, p. 136–158, 1989.

MORENO, N. *Os governos de Frente Popular na História*. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003.

\_\_\_\_\_ *O Partido e a revolução*. Teoria, programa e política. Polêmica com Mandel. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008.

NAPOLITANO, M. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. *Estudos Avançados*, v. 28, n. 80, p. 41–58, 2014.

NOGUEIRA, M. A. (org.) . *PCB: vinte anos de política 1958-1979*. São Paulo: LECH-Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

POZZI, P. *Por las sendas argentinas - El PRT/ERP - La guerrilla marxista*. Buenos Aires, Imado Mundi, 2004.

QUARTIM, J. *Dictatorship and armed struggle in Brazil*. London: New Left Books, 1971.

QUERIDO, F. M. *Resistência intelectual e engajamento político em Michael Löwy e Daniel Bensaid: afinidades benjaminianas*. Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, IFCH, 2016.

REIS, D. A. *A Revolução faltou ao encontro*. Os Comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_ *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_ *Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória*. In: REIS, D. A.,

RIDENTI, M. e MOTTA, R. P. S. (orgs.) *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004. p. 29–52.

\_\_\_\_\_ e SÁ, J. F. de (orgs.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

RIDDELL, J. *To the masses: proceedings of the Third Congress of the Communist International, 1921*. Leiden-Boston: Brill, 2015.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Unesp, 2005. 2ª edição revista e ampliada.

\_\_\_\_\_ “Ecos de Trotsky na Esquerda Armada Brasileira, 1964-1974”. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.2, 1997.

\_\_\_\_\_ Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: Armadilhas para pesquisadores. In: REIS, D. A., RIDENTI, M., MOTTA, R. P. S. (orgs.) *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004. p. 53–65.

ROLLEMBERG, D. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROSSI, Carlos [i.e. Michael Löwy]. *La révolution permanente en Amérique Latine*. Paris, Maspero, 1972.

SAGRA, Alicia. *A Internacional. Um permanente combate contra o oportunismo e o sectarismo*. São Paulo: Sundermann, 2010. 2ª edição.

\_\_\_\_\_ Bolívia: 50 anos à beira da tomada do poder. In: *Marxismo Vivo*. São Paulo, 2004.

SANTANA, M. A. Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. *Política e Sociedade* n° 13, p. 279–309, out. 2008.

SINGER, P. *A Crise do “milagre”*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*, v.I e II, São Paulo, Sundermann, 2007.

\_\_\_\_\_. Programa de Transição. In: *Documentos de fundação da Quarta Internacional*. São Paulo, Sundermann, 2004.

\_\_\_\_\_. Programa de Transição. In: *A Questão do Programa*. São Paulo: Káiros, 1979.

\_\_\_\_\_. *Revolução Traída. Aonde vai a URSS*. São Paulo, Sundermann, 2005.

\_\_\_\_\_. *Aonde vai a França?*. São Paulo, Desafio, 1994. *Escritos sobre Sindicatos*. São Paulo, Kairós, 1979.

\_\_\_\_\_. *Otra vez sobre la cuestión del bonapartismo, El bonapartismo burgués y el bonapartismo soviético*. Marzo de 1935. <https://goo.gl/5NtzPj> última consulta 26/01/2018.

- VARELA, R. *História do PCP na Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand Editora, 2011.
- \_\_\_\_\_. *História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-1975*. Lisboa: Bertrand Editora, 2014.
- \_\_\_\_\_. et. all. *O que é uma revolução? : teoria, história e historiografia*. Lisboa: Edições Colibri, 2015.
- WELMOWICKI, J. *Cidadania ou Classe? O movimento operário da década de 80*. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2004.
- WINN, P. *A revolução Chilena*. São Paulo: Unesp, 2010.

## APÊNDICE

### *Cronologia*

#### *1968:*

##### *Abril:*

Fundação do *Partido Operário Comunista* (POC);

Surgimento no Rio Grande do Sul da *Fração Universitária do POR-T*, núcleo a partir da qual foi constituída a *Fração Bolchevique Trotskista* (FBT);

##### *Maiο:*

Manifestação do dia 1º de Maio na praça da Sé-São Paulo;  
Criação do Movimento Estudantil 1º de Maio ;

Ocupação da Faculdade de Filosofia da USP, na Rua Maria Antonia

##### *Junho:*

Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro;

##### *Julho:*

Greve operária em Osasco;

##### *Julho-Agosto:*

Conferência de fundação da *Fração Bolchevique Trotskista do POR-T* [ainda como] (Seção da IV Internacional);

##### *Setembro:*

Primeira edição de *Voz Proletária*, jornal da FBT;

##### *Outubro:*

Repressão ao XX Congresso da UNE, Ibiúna-SP ;

##### *Novembro:*

Invasão do Crusp-SP;

##### *Dezembro:*

Edição do Ato Institucional nº 5 e Congresso Nacional fechado;

Divisão no PRT argentino às vésperas do IX Congresso Mundial da Quarta Internacional;

**1969:***Maio:*

Prisão de Fábio Munhoz/ME1º de Maio;

*Julho:*

Prisão de Walter Paixão/ME1º de Maio;

Primeira Conferência da Regional Nordeste do POR-T e adesão à FBT

Nono Congresso Mundial da Quarta Internacional-SU, as teses de generalização da guerra de guerrilhas para a AL são aprovadas por ampla maioria

*Setembro:*

Rapto do embaixador dos EUA pelo comando revolucionário formado pela ALN e MR-8;

*Outubro:*

Posse do general Emílio Garrastazu Médici e reabertura do Congresso Nacional;

Viagem de Vito Letizia (FBT) à Europa para estabelecer contato com outras organizações trotskistas;

*Novembro:*

*Carlos Marighella*, principal dirigente da ALN é assassinado pela repressão em São Paulo;

*Dezembro:*

Início da saída de Arkan Simaan do país;

**1970:***Janeiro:*

Fábio Munhoz sai da prisão e vai para o exílio no Chile;

*Fevereiro:*

Crise no POC, a minoria da direção nacional deixa a organização e funda em seguida a Organização de Combate Marxista Leninista – *Política Operária* (OCML-PO);

II Conferência da FBT (ruptura com Posadas e sua Quarta Internacional);

*Abril-Maio:*

Repressão contra a FBT;

*Junho:*

Criação pelo ME1º de Maio da *Frente Estudantil Socialista* (FES);

*Julho-Agosto:*

Mudança do nome do ME1º de Maio para *Organização Comunista 1º de Maio* (OC1º de Maio);

*Agosto:*

Primeiro número de *Frente*, jornal da FES;

*Setembro:*

Vitória da Unidade Popular que levou *Salvador Allende* à presidência no Chile;

*Outubro:*

Bolívia: Greve geral derrota articulação golpista e leva à presidência o general nacionalista *Juan Torres*;

*Novembro:*

*Jornal 1º de Maio* (Setor Operário), publicação da OC1M;

*Novembro-Dezembro:*

Ida dos militantes do POC à França em contato com a Quarta Internacional-SU;

1971:

*Janeiro:*

*Jornal 1º de Maio* nº 5 da OC1M (documento *Algumas considerações sobre a formação da direção revolucionária do proletariado*);

*Fevereiro:*

Divulgado no Chile o documento *A propósito de um sequestro*, primeiro documento do Grupo *Ponto de Partida*, recém criado por militantes brasileiros no exílio chileno;

*Junho:*

Fundação da *Assembleia Nacional Popular* na Bolívia;

*Julho:*

Criação do *Comitê de Unificação* FBT-OC1M;

*Luiz Eduardo da Rocha Merlino* militante do POC e integrante da tendência (trotskista) *Combate* retorna ao Brasil;

*Agosto:*

Bolívia: Golpe reacionário de *Hugo Banzer* impõe nova derrota à revolução boliviana;

Início das viagens de membros do Comitê de Unificação à países da América Latina;

*Setembro:*

*Luiz Eduardo da Rocha Merlino* é assassinado pela repressão na Oban/DOI-CODI em São Paulo;

Capitão *Carlos Lamarca* e *Zequinha Barreto*, então integrantes do MR-8, são assassinados pela repressão no interior da Bahia.

Militantes do POC-Combate retornam para a América Latina (Chile e Argentina) e integram-se ao PRT-ERP argentino;

*Outubro:*

Argentina: VI Congresso do PRT-*La Verdad*;

*Outubro-Novembro:*

Criação do Grupo *Outubro* por militantes brasileiros exilados na França;

**1972:**

*Abril:*

Chile: Primeira *Conferencia Latinoamericana por la reconstrucción de la 4ª Internacional*, (organizada pelas organizações POR-*Masas*, Política Obrera, POMR e a OCI francesa);

Primeiro número da *Revista Outubro* do grupo homônimo;

Edição do primeiro número de *O Batente*, jornal operário da OC1M;

Nova repressão à FBT;

Dissolução do Comitê de Unificação FBT-OC1M;

*Dezembro:*

Argentina: Expulsão dos brasileiros do POC-Combate pela direção do PRT-ERP;

Início da I Conferencia da OC 1º de Maio;

**1973:**

*Janeiro:*

Conclusão da I Conferencia da OC 1º de Maio;

Argentina: fundação de *Fracción Roja*, com participação dos brasileiros do POC-Combate;

Chile: primeiro e único número de *Punto de Partida* (Revista de los marxistas revolucionários brasileños), publicação dos brasileiros exilados do Grupo Ponto de Partida;

*Março:*

Chile: lançamento da *Tendência Internacional Leninista Trotskista* (oposição a direção majoritária da Quarta Internacional-SU), com participação dos brasileiros do Ponto de Partida;

*Agosto:*

Canadá: no congresso do SWP-EUA a Tendência Internacional tornou-se *Fração*

*Internacional Leninista Trotskista;*

*Setembro:*

Chile: Golpe militar derruba o governo socialista de Salvador Allende;

*Outubro-Dezembro:*

Argentina: fundação da *Liga Operária* por remanescentes do Grupo Ponto de Partida;

**1974:**

*Fevereiro:*

X Congresso Mundial da Quarta Internacional-SU;

Primeiro número de *Independência Operária*, jornal da Liga Operária. Editado ainda na Argentina;

*Março:*

Posse do general Ernesto Geisel;

*Julho:*

A Fracción Roja torna-se *Liga Comunista Revolucionária*;

**ANEXO**

1 Quadro 1: Militantes trotskistas processados judicialmente, anos 1960 e 1970\* :

FBT 1970, Ação Penal 50/70, RS, BNM 219

<i>Nome</i>	<i>Idade</i>	<i>Ocupação</i>	<i>Sexo</i>	<i>Naturalidade/UF</i>	<i>residência</i>
Vito Antônio Letizia	32	professor	m	Rolante/RS	P. Alegre
Vera Lúcia Stringuini*	27	médica	f		P. Alegre/presaPE
Lúcio Borges Barcelos	24	estudante	m	3 Passos/RS	P. Alegre
Alexandre Schneiders da Silva	21	estudante	m	PA/RS	P. Alegre
Sylvio Nogueira Pinto Junior	33	servidor público/ES inco.	m	PA/RS	P. Alegre
Willi Alberto Brancks Dal Zot	21	estudante	m	Erechim/RS	P. Alegre
Nara Helena Naumann Machado	24	estudante e desenhista	f	Santo Angelo/RS	P. Alegre
Deivis Hutz	24	médico	m		Preso PE
Érico Dorneles**	26	médico	m		
Clarinda Fontoura Aranovich	24	estudante	f	São Gabriel/RS	São Paulo/SP
Luiz Antônio dos Santos Aranovich	23	geólogo	m	PA/RS	São Paulo/SP
Clóvis Carneiro de Oliveira	22	bancário	m	PA/RS	P. Alegre
Roaldo Naumann Machado	27	médico	m	Santo Angelo/RS	P. Alegre
Jussara Schestastki	18	estudante	f		
Julien Antônio Bernardi Ferreira	22	estudante	m		
Sérgio Joveleviths****	22	estudante	m		
Flora Zeltzer	25	professora	f	Cahoeira do Sul/RS	São Leopoldo-?
Neusa Knijnik	19	estudante	f		
Tania Ferreira			f		
Luiz Castilhos	38		m	Alegrete/RS	
TOTAL 20					

\* Neste levantamento não consideramos os militantes da Liga Operária detidos em 1977, pois o ano vai além do nosso escopo.

## FBT 1970, Ação Penal 76/70, PE, BNM nº 629

<i>Nome</i>	<i>Idade</i>	<i>Ocupação</i>	<i>Sexo</i>	<i>Naturalidade/UF</i>	<i>residência</i>
Cleuza Maria Aguiar Dorneles	21	ex-bancária e estudante	F	3 passos/RS	Recife
Erico Dorneles**	25	Médico	M	Cachoeira do Sul/RS	Recife
José Arlindo Soares ou Eraldo Gomes Coelho	24	estudante	M	Masspô/CE	Recife
Vera Lúcia Stringuini*	27	estudante	F	Cachoeira do Sul/RS	Recife
Vandealdo de Miranda Nogueira	21	Industriário (?)	M	Caruaru/PE	Recife
Inocência Rodrigues Uchoa	26	estudante	M	Aracati/CE	Recife
Ivan de Barros Falcão	26	comerciário	M	Panelas(?)/PE	Recife
Sérgio José Cavalcanti Buarque	25	estudante/universitário	M	Recife/PE	Recife
Erlita Rodrigues dos Santos	31	enfermeira	F	SE	Recife
Júlio Leocádio Tavares das Chagas *** Júlio Tavares das Chagas	25		M	PE	Recife
Júlio Santana da Silva	47	Trabalhador rural	M	PE	preso
Amaro Felix Pereira	41	Trabalhador rural	M		Barreiros/preso
TOTAL 12					

## FBT 1972, Ação Penal 780/72, SP, BNM 254

<i>Nome</i>	<i>Idade</i>	<i>Ocupação</i>	<i>Sexo</i>	<i>Naturalidade/UF</i>	<i>residência</i>
Arnaldo Schreiner	26		m	Marcelino Ramos/RS	Taboão Serra/SP
Bartolomeu José Gomes	23		m	Ipueiras/Ce	
Carlos Alberto Barbosa Pinto	29		m	Recife/PE	São Paulo/SP
Eliane Tejera Lisboa	20		f	Florianópolis/SC	São Paulo/SP
João Humberto Pereira Mafra	21		m	Uberaba/MG	São Paulo/SP
Julio Leocadio T. Chagas***	27		m	Recife/PE	Recife/PE
Paulo Emílio de Andrade Aguiar	28		m	Sobral/CE	Fortaleza/CE
Sergio Joveleviths	23		m	Erechim/RS	São Paulo/SP
TOTAL 08					

ME1M/OC1M 1970, Ação Penal 256/70, SP, BNM 648;

<i>Nome</i>	<i>Idade</i>	<i>Ocupação</i>	<i>Sexo</i>	<i>Naturalidade/UF</i>	<i>residência</i>
Arkan Youssef Simaan	25	estudante	m	Síria	São Paulo/SP

**ANEXO 2**

Quadro 2 – Organizações Trotskistas no Brasil, por *ocupação* dos processados judicialmente, anos 1960 e 1970 (excluídos os nomes repetidos).\*

	POC	PORT	FBT	ME1M/ OC1M
Artistas	- -	- -	- -	-
Autônômos	4 3,3 %	3 2,1%	- -	-
Empregados	8 6,5%	14 9,9%	1 2,4%	-
Empresários	- -	- -	- -	-
Estudantes	50 40,6%	29 20,6%	14 34,1	1 100%
Funcionários púb.	2 2,5%	6 4,9%	1 2,4%	-
Lavradores	1 0,8%	1 3,4%	2 4,8%	-
Militantes	- -	- -	- -	-
Militares baixa p.	- -	26 18,4%	- -	-
Oficiais militares	1 0,8%	2 1,4%	- -	-
Professores	22 17,9%	10 7,1%	2 2,4%	-
Profissionais Liberais ou c/Ensino Superior	18 14,6%	16 11,4%	7 17%	-
Religiosos	- -	- -	- -	-
Técnicos médios	9 7,3%	9 6,4%	- -	-
Trabalhadores manuais urbanos	4 3,3%	25 17,7%	1 2,4%	-
outros	- -	1 0,7%	3 7,3%	-
Não consta ocupação	14 -	- -	10 24,3%	-
Total	137	141	41	1
Total c/ ocupação conhecida	123 100%	141 100%	38 92,7%	1 100%

\* Com base nos dados do BNM e no tratamento dado por Marcelo Ridenti (2010).

## ANEXO 3

*A repressão a serviço do desenvolvimentismo*<sup>1</sup>

Revista de América nº 8/9, mayo/agosto de 1972.

La Verdad entrevistou no ano passado no Brasil os companheiros trotskistas, membros da Organização Comunista 1º de Maio e da Fração Bolchevique Trotskista (cisão do posadismo), que se propõem a construção de um Partido Operário Revolucionário. A entrevista foi publicada nos números 292 e 293 do jornal semanal. Esperamos ter reproduzido com fidelidade o pensamento dos camaradas brasileiros, vítimas, atualmente, da perseguição do regime.<sup>2</sup>

## 1) Qual é a política econômica do governo brasileiro?

Creemos que o central para a compreensão da ditadura militar semifascista<sup>3</sup> está em sua política “desenvolvimentista”. Em linhas gerais é a mesma que a traçada pela “Sorbonne” (Escola Superior de Guerra) sob a direção de Castelo Branco<sup>4</sup>. Não reivindica uma

1 Publicamos a tradução que segue, precedida de uma breve introdução, primeiramente na revista *Perseu*: história, memória e política. Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo, nº 13, Ano II, fevereiro 2017, pp. 213-229. Também disponível online: <https://goo.gl/Ma5PB4>, acesso em 12/05/2017.

2 A versão da entrevista que tomamos por base para essa tradução foi a reproduzida na edição nº8/9 da *Revista de America*, publicada em maio de 1972. Também em maio de 1972 a entrevista, vertida ao inglês, foi publicada no periódico do SWP dos EUA *Intercontinental Press* vol. 10 nº 18, com o título *Developing Struggle against dictatorship*. A mesma entrevista também foi publicada em janeiro de 1973, na primeira e única edição da *Revista Punto de Partida*, do grupo homônimo de brasileiros exilados no Chile. Apesar da apresentação apontar que a entrevista foi realizada no Brasil, não há evidências de que ela foi feita em terras brasileiras. Ao contrário, como argumentamos em nosso trabalho, no capítulo dois, seção 2.4 O Comitê de Unificação FBT-OC1M (1971-1972), foram os brasileiros que estiveram na Argentina. É razoável supor então que tal expediente tinha preocupações relacionadas com a segurança dos brasileiros e confundir a repressão política. Conf. entre outros DOCUMENTO sem título [História do 1º de Maio até os dias atuais], s/a, s/l, 14/01/1973, 30 pp. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Luiz Araújo. *Punto de Partida*. Revista de los marxistas revolucionarios brasileños. Chile, s.c.p., enero 1973, nº 1. 5-8 pp. Acervo pessoal de Arkan Simaan. Nossa tradução reproduz tal como foi publicada na *Revista de America* nº 8/9. Conf. La repressión al servicio del desarrollismo. In: *Revista de America* nº 8/9, s/l. [Argentina], s.c.p., mayo/agosto de 1972. 38-41 pp. Archivo León Trotsky ([www.archivoleontrotsky.org](http://www.archivoleontrotsky.org)).

3 Era comum entre as esquerdas revolucionárias do período a utilização da expressão fascista, muitas vezes sem precisão conceitual, para designar os governos e o regime político subsequentes ao golpe de Estado de 1964. Para os trotskistas brasileiros, na ocasião da entrevista, eles preferiram caracterizar a Ditadura Militar como semifascista, ou seja, um regime político não abertamente fascista, pela ausência de um partido mobilizando as massas pequeno-burguesas. O qualificativo semifascista então apreendia a intensidade da repressão, exercida através dos aparelhos policial-militar, que atingia também setores burgueses, mas estava voltado prioritariamente e diretamente para impedir de maneira violenta a organização e expressão política independente do movimento operário. Assim os militantes do Comitê de Unificação FBT-OC1M partilhavam a análise que resultou das discussões sobre governos e regimes políticos da América Latina durante o VI Congresso do PRT-LV argentino. Sobre esse último aspecto ver *Los gobiernos latino-americanos y la lucha revolucionaria*. Documento del V[VI] Congreso del PRT (La Verdad) – Octubre 1971. In: *Revista de América*, nº 8/9, mayo/agosto de 1972, pp. 10-16. As principais referências para a discussão do fascismo entre os trotskistas são TROTSKY, L. *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha*. Sundermann: São Paulo, 2011; e TROTSKY, L. *Aonde vai a França? Desafio*: São Paulo, 1994.

4 A Escola Superior de Guerra foi fundada em 1949 por oficiais militares e contou com a assistência e consultoria dos EUA e França. Junto com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), instituiuções civis, protagonizou as articulações golpistas para a deposição de João Goulart em 1964. O general Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1967) era uma das principais

independência, ou uma certa autonomia sobre o imperialismo, mas uma integração cada mais maior com ele. É uma política que responde, fundamentalmente, aos interesses do imperialismo e dos grupos de monopólios integrados a ele. Para sua aplicação se faz necessário um regime ditatorial com a função de “ajustar” toda a vida econômica, política e social em benefício de uma estratégia, que tem como base a produção de bens duráveis/semiduráveis, investimentos imperialistas em novos setores industriais e voltados para o exterior. Isto é, despreza o mercado interno.

*2) Como se adaptam a esta política a burguesia “nacional” e outros setores burgueses ou pequeno burgueses ?*

Até agora tem ocorrido um desenvolvimento econômico, capitalista, não nos níveis alardeados pelo governo brasileiro e os defensores do seu “caminho”, que beneficia somente o imperialismo, os monopólios e os setores ligados a eles, direta ou indiretamente. A grande maioria da população não é beneficiada. A burguesia nacional, por ser o setor da burguesia que tem como mercado, para seus produtos, o interno, se debilita fortemente. A diminuição da capacidade de compra da grande maioria da população diminuiu também seu mercado, determinando o fechamento de várias fábricas. Desde o início, desde Castelo Branco, este setor burguês teve duas opções: ou se integrar no “esquema desenvolvimentista”, ligando-se com o imperialismo ou diminuir seus rendimentos transformando-se, na maioria dos casos, em pequena burguesia. É claro que se expressam “lutas” entre esse setor e o imperialismo. Suas críticas à ditadura estão dirigidas contra esse processo. A pequena burguesia também sofre com essa política e aqui se encontra a causa de sua esquerdização. Duas tendências se expressam nesse setor. Uma de proletarização e outra de incremento do seu poder de compra, tornando os produtos duráveis e semiduráveis acessíveis ao mercado interno.

*3) Qual é a situação do movimento operário, camponês e popular ?*

O proletariado e o campesinato, grande maioria da população, não só são marginalizados completamente da estratégia “desenvolvimentista”, como é graças a queda contínua no seu nível de vida e sua maior exploração que se desenvolve o capitalismo.

O chamado arrocho salarial é aplicado desde os primeiros dias de 64, e levou, até

---

lideranças do complexo ESG/IPES/IBAD e tornou-se o primeiro ditador depois do golpe. Conf. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981; e ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985.

agora, o salário pago ao proletariado a uma desvalorização real de 40% .

Toda essa política anti-operária, reacionária e entreguista gera uma série de novas contradições político-econômica-sociais, que não são comentadas pelo governo ou pelos defensores desse “caminho”, além de aumentar ainda mais as contradições já existentes.

As desigualdades regionais e sub-regionais; a imensa concentração de renda e de capital, que beneficiam o imperialismo e seus agentes, enquanto a grande maioria da população sofre com os horrores da fome e desnutrição, servem para aumentar o êxodo rural e as “favelas”, os marginalizados, os párias, a criminalidade e a prostituição.

Recife tem mais da metade de seus habitantes composta de semidesempregados ou desempregados. São milhares de casas construídas sobre palafitas, onde reina a mortalidade infantil, a contaminação e o analfabetismo. Tudo isso foi reforçado desde 1964.

#### *4) Quais são os planos políticos da ditadura?*

Para a sua política a ditadura semifascista não tem o mínimo interesse na existência de canais que possibilitem uma vida política ao proletariado, ao campesinato ou aos estudantes. A experiência brasileira tem demonstrado que ao encontrar uma mínima possibilidade de intervenção, o proletariado a aproveita em seu benefício, ou seja, em defesa de seus interesses, diametralmente opostos aos da ditadura. Osasco é um exemplo, e a ditadura tem consciência disso. Por isso o regime reprime violentamente toda a vida política, sindical, estudantil, partidária, e busca, através de campanhas patrióticas e de projetos nacionais demagógicos e inaplicáveis, “impactar” e, fundamentalmente, com uma repressão feroz, fascista, evitar que o povo pense e lute.

A principal arma do governo ditatorial é a repressão fascista, uma constante, indescritível pela sua irracionalidade, frieza, brutalidade, ousadia e amplitude. Democratas burgueses e pequeno-burgueses, religiosos, intelectuais, operários, camponeses e estudantes, revolucionários e reformistas, marxistas e cristãos, enfim, todos os que se colocam, revolucionários ou não, a lutar contra o semifascismo, são reprimidos, torturados ou condenados a longos anos de prisão. Milhares e milhares de presos políticos, centenas de torturados e mais de cem mortos por torturas, além de dezenas de jovens revolucionários processados e com possibilidade de pena de morte, são dados concretos<sup>5</sup>. Por outro lado, ao

---

<sup>5</sup> Na sequência do rapto do embaixador dos EUA pelas organizações revolucionárias, em setembro de 1969, o regime militar estabeleceu, no mesmo mês, a pena de morte, prisão perpétua e o banimento, com o Ato Institucional nº 14, de 5 de setembro de 1969, reforçando a estrutura legal do aparato repressivo. Embora legalmente não aplicada o regime assassinou diversos opositores ilegalmente. Conf. ARQUIDIOCESE DE SÃO

vocabulário comum são adicionados expressões claras sobre o que significa toda a política “desenvolvimentista”, “hidráulica”, “choques elétricos”, “mesa de operações”, “Esquadrão da Morte”, etc.

Rubens Paiva<sup>6</sup>, industrial democrático burguês, Mario Alves<sup>7</sup>, dirigente do PCBR, Marighella e Toledo, dirigentes da ALN<sup>8</sup>, Lamarca do MR8<sup>9</sup>, Raimundo Lucena da VPR<sup>10</sup>, Medina do POC<sup>11</sup> e muitos outros, todos dirigentes de diferentes organizações, para falar dos mais conhecidos, foram mortos. A repressão fascista não atinge somente uma classe social ou uma só organização: é muito mais ampla. A unidade de denúncia desses crimes é uma luta contra a ditadura, é um dever de todas as organizações revolucionárias e democráticas. É uma luta de frente única. Todos os antifascistas tem neste momento um ponto comum: a luta contra a ditadura militar semifascista. A luta pelas liberdades democráticas e sindicais, contra as leis anti-operárias e antidemocráticas, e pela liberdade de todos os presos políticos, é a base da luta do proletariado no momento atual. E nesta luta todos os que se

---

PAULO. *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985; e ALVES, M. H. M. *op. cit.*

6 Rubens Beirodt Paiva (1929-1971) engenheiro civil e ex-deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1962, cassado pelo primeiro Ato Institucional de 9 abril de 1964, tornou-se um dos casos emblemáticos, pela grande repercussão, de desaparecimento forçado. Em janeiro de 1971 Rubens Paiva foi levado da sua casa por agentes da repressão e nunca mais voltou. Assassinado, em decorrência das sessões de tortura no DOI-CODI/RJ, seus restos mortais nunca foram encontrados. Conf. MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos (Orgs). *op. cit.*, pp. 630-634. Ver também a pesquisa sobre o caso presente no relatório final da Comissão Nacional da Verdade em BRASIL. *Relatório/Comissão Nacional da Verdade*, vol. I. Brasília: CNV, 2014. pp. 562-570. Disponível em: <[http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf)>, acesso em: 24/11/2016.

7 Mario Alves de Souza Vieira (1923-1970) foi militante do PCB até sua expulsão no VI Congresso do partido em 1967. Junto com outros militantes expulsos por divergências políticas Mario Alves fundou o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), do qual foi o principal dirigente. Em janeiro de 1970 foi sequestrado por agentes do DOI-CODI/RJ e barbaramente torturado até a morte. Conf. MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos (Orgs). *op. cit.*, pp. 445-446.

8 Carlos Marighella (1911-1969) foi assassinado por agentes do DOPS-SP em 04 de novembro de 1969 em São Paulo e Joaquim Câmara Ferreira (Toledo) (1913-1970) foi torturado até a morte em 23 de outubro de 1970, no DOPS-SP, ambos eram dirigentes da Ação Libertadora Nacional (ALN), uma ruptura do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1967, uma das principais organizações da esquerda armada. Conf. MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos (Orgs). *Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar, a responsabilidade do Estado*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. 2ª ed., rev. e ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. pp. 96-103, 114-116.

9 Carlos Lamarca (1937-1971) ex-capitão do Exército brasileiro foi executado pelo exército em 17 de setembro de 1971, no interior da Bahia. Fora integrante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Conf. MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos (Orgs). *op. cit.*, pp. 497-505.

10 Antônio Raymundo de Lucena (1921-1970) dirigente da VPR foi assassinado por policiais em 20 de fevereiro de 1970 em Atibaia-SP. Conf. MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos (Orgs). *op. cit.*, pp. 328-333.

11 Luiz Eduardo da Rocha Merlino (Medina/Nicolau) (1947-1971) foi morto em 19 de setembro de 1971, em decorrência das sessões de tortura a que foi submetido na Oban/DOI-Codi em São Paulo. Merlino foi preso em Santos poucos dias depois de chegar da França, onde estabeleceu contato com o movimento trotskista e retornou ao Brasil afim de reorganizar o Partido Operário Comunista. Conf. MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos (org's). *op. cit.*, pp. 600-604; e COLETIVO MERLINO. *Merlino Presente!* Caderno de combate pela memória. s/l, s.c.p., janeiro de 2011, 40 pp.

situam contra a ditadura tem uma função. Função de denunciar as leis, tanto as públicas quanto as “secretas”, instauradas recentemente pelo regime, conhecidas só pelos funcionários, e que constituem uma aberração<sup>12</sup>. E de divulgar toda greve de fome, como a que estão fazendo atualmente os companheiros presos na ilha de Flores<sup>13</sup>.

5) *Como tem sido e qual é a participação do trotskismo neste aspecto?*

A participação do trotskismo nesta luta contra a ditadura e pelo socialismo deve buscar formar uma frente de ação com outros grupos, ou setores. Nós buscamos a forma de constituir essa frente para a ação. Impulsionamos esta frente, mas ao mesmo tempo, lutamos pela construção do partido trotskista e pela revolução socialista.

6) *Como caracterizam o processo que se abre agora?*

Na atual etapa existem dois fatores fundamentais que se complementam e que caracterizam o novo processo que se abre.

Primeiro: uma crise econômica que já se iniciou e que tende, no médio prazo, a expressar-se violentamente e claramente e que pode colocar em perigo a existência da ditadura militar e sua política pró-imperialista<sup>14</sup>. A crise econômica já era previsível, antes de se expressar tão claramente a crise do imperialismo, pela impossibilidade de um desenvolvimento econômico como o almejado pela ditadura. Mas a crise do imperialismo foi como uma verdadeira “chicotada” para a confiança da burguesia e da pequena burguesia na estabilidade da ditadura e sua viabilidade política. As bolsas de valores do Rio de Janeiro e de São Paulo expressaram isso imediatamente.

Toda a política “desenvolvimentista” se baseava fundamentalmente no mercado exterior e especialmente norte-americano. Uma crise do imperialismo ianque aponta

12 Em 11 de novembro de 1971 foi instituído o Decreto nº 69.534 que autorizou o executivo do Estado a promulgar *decretos-leis secretos*, sem a publicação em qualquer veículo de imprensa oficial. Conf. ALVES, M. H. M. *op. cit.*, p. 159.

13 Os brasileiros referem-se aqui à greve de fome feita por presos políticos do presídio da Ilha das Flores no Rio de Janeiro em 1970. Eles denunciavam o sequestro de presas políticas à porta do Presídio Feminino de Bangu, depois de terem sido soltas, por mandato do Superior Tribunal Militar. Conf. FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Relação das principais greves de fome*. Disponível em <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/relacao-das-principais-greves-de-fome>>, acesso: 29/08/2016.

14 A única evidência que podemos encontrar para sustentar a afirmação sobre a crise econômica internacional àquela altura é a desvalorização unilateral do dólar feita pelo presidente dos EUA Richard Nixon em 1971, visando aumentar a competitividade das mercadorias do seu país, que perdia mercado para as indústrias da Alemanha Oriental e Japão. Mas essa medida ainda estava longe de causar os impactos que seriam sentidos a partir de 1974, em consequência do choque da alta do petróleo. Conf. KUCINSKI, B. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1982.

diretamente para o seu aliado brasileiro. A elevação de barreiras alfandegárias é um duro golpe para a “estratégia desenvolvimentista”<sup>15</sup>. Dias antes da notícia, Delfim Netto<sup>16</sup>, falava da necessidade de aumentar em 80% a exportação de manufaturas, para poder manter o atual ritmo de crescimento industrial. Quinze dias atrás preconizava a “guerra por novos mercados”. E faz menos de um mês estava nos EUA dizendo que se não se levantassem as barreiras alfandegárias toda a política “desenvolvimentista” poderia vir abaixo.

Segundo: um novo avanço da luta de classes estudantis e operárias. Para compreender esse novo avanço é necessário que os companheiros argentinos tenham claro duas coisas:

a) as lutas operárias se dão aqui em forma bem distinta que as da Argentina. Não existe uma burocracia forte – e muito menos uma estrutura nacional, nem sequer regional. É uma burocracia completamente diferente da peronista. Não existe CGT e os sindicatos nunca existiram dentro das fábricas. Não há, nem houve, delegados eleitos pelos companheiros de fábrica e não há experiência de comissões de fábricas.

b) Existem profundas diferenças econômicas e geográficas no nível de organização e experiência política da classe operária e dos estudantes, entre as diversas sub-regiões. Não se pode compreender as lutas sociais e revolucionárias se não se entende isto, não é a mesma coisa o nordeste, o centro, o sul ou a Amazônia.

Com desigualdades de ritmo e forma podemos dizer que existe nacionalmente um importante avanço. Ocorreram greves operárias na Bahia, Rio, São Paulo, etc. Este avanço é mais visível e mais amplo em São Paulo<sup>17</sup>. É um processo lento e muito debilitado, através de pequenas greves, pela formação de pequenos comitês ou grupos de ativistas em diversas fábricas, por uma maior participação nos sindicatos ou pela formação de oposições sindicais antiburocráticas e antipatronais; e entre os estudantes, pelas assembleias de faculdades, por greves contra o aumento do preço das refeições e pela existência, fortalecimento e

15 Aqui os entrevistados aludem às dificuldades econômicas dos EUA que perdia mercados para as indústrias da Alemanha Ocidental e Japão, em 1971. No início desse ano os EUA acenaram, como solução, com a criação de barreiras alfandegárias, ou seja, a criação de impostos sobre as importações. O que poderia acarretar em prejuízos para a economia brasileira ao reduzir os ganhos com a exportação aos EUA. No entanto, a solução decidida veio em agosto com a desvalorização unilateral do dólar, aumentando assim a competitividade de suas mercadorias. Conf. KUCINSKI, B. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1982. p. 23-24.

16 Antônio Delfim Netto (1928) foi um dos principais civis em atividade na ESG, tornou-se Ministro da Fazenda de 1967-1973. Conf. ALVES, M. H. M. op. cit. p. 25.

17 Os trotskistas brasileiros também exageraram nessa avaliação, 1971 foi o ano de maior cerco político e repressivo ao movimento operário e popular, não houve registro de greves ou outras manifestações nesse ano. Em 1972 o movimento dos trabalhadores ainda era muito incipiente, com a eclosão de 11 greves na região da grande São Paulo, a situação só viria a alterar a partir de 1973 com ações em sua maioria por aumento de salário. Conf. FREDERICO, C. (Org.). *A esquerda e o movimento operário 1964-1984. A crise do “milagre brasileiro”*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. Vol 2. 95-110 pp.

desenvolvimento nas universidades e colégios secundários da Frente Estudantil Socialista<sup>18</sup>. cremos que há todo um novo processo de avanço que se inicia. E se o compreendermos e nos adequarmos corretamente politicamente e organizativamente, podemos dar uma saída para a atual situação do país.

7) *Como pensam vocês em intervir?*

Há uns oito meses atrás, duas organizações de esquerda, através de um manifesto, fizeram um chamado para a formação de uma frente operária de esquerda. Nós aceitamos a princípio, mas não foi possível concretizá-la, entre outros motivos, porque uma das organizações, o POC (Partido Operário Comunista), foi profundamente golpeado, rompendo-se desde então os contatos. Mesmo com esse tropeço, vemos como possível a concretização de uma Frente Operária Socialista, armado de um correto programa de transição. O trabalho na classe operária tem nos fortalecido política e organicamente e aponta para a realização da Frente, que pode ser realizada com a coordenação de organizações nos comitês de fábricas e de ativistas.

8) *Vocês enxergam fissuras dentro do regime e na ditadura?*

O novo avanço das lutas operárias e estudantis e a crise econômica, que cada dia se faz mais evidente, criam uma nova situação na qual os choques dentro da burguesia e da própria ditadura, aumentam dia a dia. Albuquerque Lima, ao pedir “liberdades sociais” e por dizer que Gil Octavio Rodriguez é o sucessor ideológico dentro das Forças Armadas, foi destituído em menos de oito dias do cargo de Diretor da Escola Superior de Guerra<sup>19</sup>. Fernando Lira,

---

18 A Frente Estudantil Socialista (FES) foi criada em julho de 1970 pela Organização Comunista 1º de Maio. Dela também participaram militantes da FBT até sua queda em 1972, em decorrência do processo de unificação das organizações então em curso. A FES atuou até 1976, quando teve início a unificação dos setores estudantis da OC1M e da Organização Marxista Brasileira (OMB), que deu origem à tendência estudantil Liberdade e Luta. Conf. DOCUMENTO sem título [História do 1º de Maio até os dias atuais], s/a, s/l, 14/01/1973, 30 pp. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Luiz Araújo; e CARTA de Lino [Luiz Araújo] para Raul [Arkan Simaan] e Filinto [Francisco Solano], São Paulo [Brasil-França], 19/01/1971, 2 pp. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Luiz Araújo.

19 Na bibliografia e acervos de jornais do período consultados não encontramos o registro desse episódio, assim como qualquer menção ao militar de nome Gil Octávio Rodriguez. É bem provável que eles tenham se confundido ou que os argentinos equivocaram-se na transcrição da entrevista. O fato é que em março de 1971 Afonso Augusto de Albuquerque Lima (1909-1981) foi transferido para a reserva, encerrando assim sua carreira militar e consequentemente suas ambições políticas ao lhe ser negada a patente de general quatro estrelas, condição que o habilitaria a disputar a Presidência – na tradição estabelecida pelos militares somente oficiais do último grau da hierarquia poderiam ser alçados ao Planalto. Tratava-se de uma punição ao militar de temperamento conservador e de viés nacionalista, com influência entre a oficialidade, por sua atuação na crise sucessória que se seguiu ao adoecimento de Costa e Silva (1899-1969) em 1969, quando entrou na disputa pela Presidência. Conf. ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro – Pós-

deputado da chamada ala “jovem” do MDB, critica a política da burguesia e pede liberdades políticas<sup>20</sup>. Magalhães Pinto<sup>21</sup> e outros membros da Arena exigem também mais liberdades de expressão. Por sua vez, as declarações da polícia dizendo que a “subversão” não está morta e que vai se expressar outra vez nas fábricas, sindicatos e escolas, são feitas para anunciar que é necessário aumentar a repressão.

Como vemos, diversas situações burguesas [diversos setores burgueses] entram em discordância e se chocam, como consequência do novo avanço das lutas operárias e estudantis e da crise econômica que se inicia.

#### 9) *Como respondem as organizações revolucionárias diante do novo ascenso?*

No campo revolucionário esta nova situação também repercute. Consideramos que a unificação da Organização Comunista 1º de Maio e a Fração Bolchevique Trotskista, é um passo adiante na luta de classe e revolucionária e na construção do partido leninista no Brasil. Durante mais de dois anos e até começo de 1971 os contatos eram caóticos e, na maioria das vezes, improdutivos. Agora, a situação se modificou. Foi constituído um Comitê de Unificação que coordena o trabalho dentro do movimento operário e estudantil. E este processo de unificação é reflexo do novo avanço da luta de classes e revolucionária no Brasil.

#### 10) *Qual a relação existe entre a unificação e a construção do partido?*

Não vemos nenhuma contradição entre a unificação e a construção do partido. Ao contrário: a unificação é positiva, mas somente um passo. Nós vemos a construção do partido como um processo orgânico entre nossa unificação e nossa participação e fortalecimento nas lutas operárias e estudantis, e a integração dentro desse mesmo processo de outras tendências que, recusando as variantes pequeno-burguesas do reformismo e do militarismo, se voltam para a classe operária e se dirigem ao marxismo, ou seja, ao trotskismo.

---

1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>, acesso em: 24/11/2016.

20 Fernando Soares Lira (1938-2013) à época iniciava seu segundo mandato como deputado federal por Pernambuco (PE) na legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o primeiro foi na legislatura 1967-1971 como deputado estadual no mesmo estado e pelo mesmo partido. Alinhado ao que foi chamado de “grupo dos autênticos” do MDB defendia uma oposição mais contundente ao regime militar, contrapondo-se ao “grupo moderado” que defendiam uma posição mais conciliadora com o governo. Conf. ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *op. cit.*

21 José de Magalhães Pinto (1909-1996) banqueiro e político mineiro, foi um dos líderes civis do golpe de 1964. Em 1971 era senador por Minas Gerais na legenda da Arena. Suas diferenças políticas com o governo, prenunciada pelos entrevistados, tornaram-se mais evidentes em 1978 quando tentou tornar-se candidato à sucessão de Ernesto Geisel. Conf. ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *op. cit.*

*11) Como colaboram as colônias de brasileiros exilados?*

É dentro desse marco que têm um papel bastante importante os companheiros trotskistas exilados. No Chile, por exemplo, a formação, o correto funcionamento e desenvolvimento do grupo Punto de Partida, tem muito valor. Quando estes companheiros propõem a formação de uma Tendência Revolucionária integrada por todos os grupos antimilitaristas e antireformistas, estão contribuindo para o sucesso da tendência marxista revolucionária no exílio, com repercussões dentro do Brasil. Ajuda a romper o isolamento e o sectarismo dos grupos bem intencionados, facilitando a discussão para a ação comum.

*12) Como concebem nosso vínculo internacional?*

Nossa concepção é que a construção do partido revolucionário não será possível dentro dos estreitos limites do Brasil e das colônias de brasileiros exilados. O partido somente pode ser concebido como uma parte da unidade revolucionária e da luta de classes mundial.

No nosso Congresso de Unificação, vamos definir nossa relação com o trotskismo mundial, a IV Internacional.

**Fonte:** Revista de América nº 8/9, mayo-agosto de 1972, pp. 38-41 (Cópia digital). Acervo: Archivo Leon Trotsky ([www.archivoleontrotsky.org](http://www.archivoleontrotsky.org)).

## ANEXO 4

*Uma entrevista com quatro trotskistas brasileiros<sup>1</sup>*

Intercontinental Press vol. 10, nº 29, July 24 1972.

[A entrevista a seguir, com quatro militantes da Fração Bolchevique Trotskista do Brasil, foi feita por um trotskista americano no último mês de fevereiro. A entrevista foi realizada em um país vizinho<sup>2</sup>.]

\* \* \*

*Pergunta.* Quando a organização de vocês surgiu ?

*Resposta.* A Fração surgiu no sul do Brasil em 1968. A partir dos trabalhadores e estudantes que romperam com os Posadistas<sup>3</sup>. A ruptura ocorreu devido ao sectarismo e funcionamento burocrático dos Posadistas. No centro e no norte do Brasil militantes posadistas também romperam com Posadas. A maioria dos membros, no entanto, não eram posadistas. Eles ingressaram depois do racha. Os posadistas eram relativamente fortes no Brasil. Mas hoje eles praticamente não existem mais.

Inicialmente éramos uma organização regional. Tentamos organizar várias conferências nacionais para discutir qual deveria ser nossa política. Mas nossas discussões e tentativas para clarificar nossa política foram interrompidas em abril e maio de 1970, com a violenta repressão contra nós. Quase todo nosso Comitê Central foi preso.<sup>4</sup>

Muitos de nós já havíamos sido presos antes de 1970 e muitos dos nossos estavam na prisão naquele momento. Mas em 1970 a repressão pegou toda a direção, afetando seriamente nosso funcionamento.

Apesar dessas dificuldades nós continuamos a definir nossas posições e a nos reorganizar. Toda nossa discussão esta centrada sobre a questão de como construir um partido

1 Nossa tradução reproduz tal como foi publicado no semanário do SWP, o *Intercontinental Press*, vol. 10, nº 29. Conf. An Interview with four brazilian trotskyists. *Intercontinental Press*, vol. 10, nº 29 - July 24, 1972, pp. 854-855 (Cópia digital). Acervo: Intercontinental Press online ([www.pathfinderpress.com/Intercontinental-Press](http://www.pathfinderpress.com/Intercontinental-Press))

2 An Interview with four brazilian trotskyists foi realizada na Argentina quando a delegação dos militantes da FBT passaram por aquele país para participar de cursos de formação teórica-política oferecido pelo Partido Revolucionário del Trabajador-*La Verdad* (PRT-LV).

3 [Nota original da revista] Seguidores de Juan Posadas, antigo líder do movimento trotskista latino-americano, rompeu com a Quarta Internacional mais de uma década atrás.

4 Em 1970 a repressão desencadeada no Rio Grande do Sul, em razão da frustrada tentativa de “sequestro” do cônsul dos EUA em Porto Alegre por um comando da VPR, também alcançou a FBT. O ataque à fração ocorreu logo após a realização da sua 2ª Conferência, onde as regionais do nordeste, recém saídas do POR-T também participaram. Naquela ocasião a FBT formalizou efetivamente sua ruptura com o POR-T e a internacional de Posadas.

trotskista no Brasil.

Hoje nós estamos em um processo de formação do partido trotskista, junto com outra corrente trotskista que existe no Brasil e outros grupos que estão se aproximando do trotskismo.<sup>5</sup>

*P. A maioria dos militantes estão no Brasil ?*

R. A maioria dos nossos militantes estão no Brasil. Nossa posição sobre isso é que nossos militantes devem ficar no Brasil, exceto nas situações extremas.

*P. Atualmente vocês tem militantes na prisão ?*

R. Sim. Muitos dos nossos dirigentes estão presos. Muitos outros estiveram presos. Atualmente, muitos estão sendo procurados pela polícia, ou seja, estão na lista dos procurados. Ainda assim, todos esses camaradas mantém sua militância no Brasil.

*P. Em quais regiões do Brasil a organização existe?*

R. Nós temos células funcionando em várias partes no nordeste do país. E estamos avançando também para as regiões mais populosas e industrializadas, como no centro e sudeste, em algumas delas temos um desenvolvimento melhor.<sup>6</sup>

*P. Qual a posição de vocês sobre a guerra de guerrilha ?*

R. Nós achamos equivocado se ela for aplicada como estratégia geral. Nós somos a favor de um enraizamento na classe operária e no movimento estudantil para consolidar o partido revolucionário.

Embora sejamos contrários à guerra de guerrilha como estratégia, nós não descartamos

---

5 Os militantes referem-se aqui à Organização Comunista 1º de Maio, com a qual discutiam no Comitê de Unificação. Supomos que os outros setores que se aproximariam do trotskismo era o Grupo Ponto de Partida, formado por exilados brasileiros no exílio chileno.

6 Os entrevistados exageravam as dimensões existentes àquela altura da FBT. Depois das quedas de 1970 a organização não possuía efetivamente mais do que dez militantes que tentavam reorganiza-la. Luiz Araújo, em carta de julho de 1971 para a França, afirmava: “Aqui em São Paulo, deve ter a F.[BT] uns oito elementos (...) Não tem infra-estrutura nenhuma (local para reunião, meio de impressão, trabalham o dia todo, como poucas exceções) e apenas um deles trabalha numa fábrica: nisto se resume sua atividade política. E fora de São Paulo, não há quase nada, além de contatos.” No mesmo sentido ia o informe de dezembro de 1971, do enviado do PRT-LV ao Brasil, este afirmava: “a debilidade do grupo é terrível, falaram de seis militantes, que depois se reduziram a tres, que não puderam se reunir”. Conf. COMPANHEIROS Raul [Arkan Simaan] e Filinto [Francisco Solano]. Autor: Lino [Luiz Araújo]. Cópia carbono da carta datada de São Paulo, 15 de julho de 1971. In: Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Luiz Araújo; e DOCUMENTO sem título [informe da viagem ao Brasil], 04 de dezembro de 1971. In: Fundación Pluma, Fondo Documentos de la Fundación Pluma. Primer período: del GOM al PST, ([www.fundacionpluma.info/](http://www.fundacionpluma.info/)).

sua utilização quando a luta de classes chegar a um certo estágio. A guerrilha é somente uma das formas de luta armada que as massas podem utilizar no processo revolucionário. Mas a guerrilha como estratégia não pode formar a vanguarda da classe trabalhadora que conduz concretamente, no dia a dia, a luta de classes.

Nós somos a favor do Programa de Transição para nos aproximarmos do movimento de massas.

Nós tivemos muitas experiências concretas e negativas com aqueles que defendem a guerra de guerrilha. Por exemplo, uma vez conseguimos organizar, sob difíceis condições, fortes grupos de milhares de trabalhadores agrícolas da usina de açúcar. Nós pretendíamos ganhar o sindicato para uma linha classista. Então, um desses grupos de guerrilha, que nunca desenvolveram nenhum trabalho junto aos trabalhadores, decidiu provocar uma “revolta” colocando fogo no canavial. As autoridades imediatamente nos acusaram de ter queimado o canavial. O resultado foi a confusão entre as massas e a repressão à corrente classista do sindicato. Os revolucionários que estavam trabalhando com as massas foram presos. Os latifundiários foram indenizados pelo governo devido à queima do canavial e a eleição do sindicato, onde a corrente classista poderia ganhar, foi suspensa para permanecer sob o controle da burocracia.<sup>7</sup>

Obviamente, isso é diferente quando a guerra de guerrilha é um produto das massas. Mas no Brasil todos os guerrilheiros vem da pequena burguesia. Eles não trabalham nem vivem com as massas. Atualmente, no entanto, as organizações pró-guerra de guerrilhas no Brasil dificilmente ainda existam.

*P. Mas é possível realizar trabalho de massas nas fábricas e junto aos estudantes nas atuais condições de repressão?*

R. Nós estamos fazendo. Estamos desenvolvendo um limitado trabalho na classe trabalhadora. Inicialmente nós estamos construindo comitês de fábricas. Estes comitês tem que ser clandestinos ou semi-clandestinos, mas depois eles poderão atuar mais abertamente nos sindicatos. Nós não vamos dizer exatamente como estamos fazendo por razões óbvias, mas nós conseguimos importantes avanços em algumas fábricas e universidades.

No trabalho sindical é necessário construir uma ampla unidade política pelas

---

<sup>7</sup> Provavelmente os militantes referem-se aqui a um dos episódios protagonizados pelo Partido Comunista Revolucionário (PCR), dissidência do PCdoB que ocorreu em 1966 na região nordeste. O PCR desenvolveu, entre outras ações, atos como incêndio de canaviais na Zona da Mata. Conf. GORENDER, J. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Expressão Popular, 2014, p. 121.

demandas mínimas. Assim, nós nos integramos às organizações semi-espontâneas de oposição sindical em cada fábrica para defender uma orientação e uma política mais definidas. E também, é claro, procuramos recrutar os melhores elementos para o partido.

No movimento estudantil nós levantamos a palavra de ordem da aliança operária-estudantil. Nossos maiores oponentes entre os estudantes costumavam ser aqueles da linha ultra-esquerdista guerrilheira. Hoje esta corrente desapareceu e já não é um problema.

*P. Qual a opinião da organização sobre a Quarta Internacional?*

R. Nós acreditamos que a Quarta Internacional está em processo de construção.

Formalmente, nós ainda não tomamos uma decisão, mas em breve vamos discutir e decidir nossa posição sobre a Quarta Internacional. Parte do problema é nosso isolamento, devido à repressão no Brasil. É muito difícil para nós conseguir informações sobre o que está acontecendo internacionalmente.

*P. O que vocês acham dos regimes políticos da Rússia, China e de Cuba ?*

R. A Rússia é um estado operário degenerado. Os dirigentes da Rússia não tem nada a ver com o verdadeiro movimento revolucionário. A China também é um estado operário com uma burocracia, mas não acreditamos que seja a mesma como a da Rússia. De qualquer forma, nós estamos pela revolução política em ambas, Rússia e China. Para nós Cuba também é um estado operário, mas sem ter nem uma burocracia privilegiada consolidada ou uma democracia operária.<sup>8</sup>

*P. Qual a opinião de vocês sobre o regime de Allende?*

---

8 Esta pergunta, e em certa medida a próxima sobre o regime de Allende, retomava questões que foram debatidas e estavam em aberto no movimento trotskista internacional. Tratava-se de definir qual era a natureza política dos Estados que passaram por processos revolucionários, ou dos países com formação social em transição do capitalismo para o socialismo. Em grande medida este debate esteve no centro da grande divisão que ocorreu entre os trotskistas no pós-Segunda Guerra, que se deu sobre a caracterização das formações sociais dos países do Leste Europeu e o significado do stalinismo. Os trotskistas contavam com as elaborações teóricas de Trotsky sobre a Rússia, para quem o Estado era operário, porque mantinha as conquistas sócio-econômicas da revolução, mas o poder político fora expropriado dos trabalhadores por uma burocracia parasitária, o *stalinismo*; a tarefa dos revolucionários era, a seu ver, a luta pela derrubada dessa burocracia e a restituição da democracia operária, ou seja, nas suas palavras, uma *revolução política*. Sobre as elaborações de Trotsky a esse respeito ver principalmente TROTSKY, L. *A Revolução traída*. São Paulo: Sundermann, 2005 e TROTSKY, L. *Em Defesa do marxismo*. São Paulo: Sundermann, 2011. E sobre o desenvolvimento dessa elaboração de Trotsky e os debates entre os trotskistas no pós-Segunda Guerra ver MONTEIRO, Marcio A. L. de M. *O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra: uma análise de sua (re)leituras teóricas e programáticas (1944-63)*. Niterói, 2016. 425 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

R. É um governo burguês reformista, de maneira alguma um estado operário.

*P. Qual a opinião de vocês sobre o regime de Allende?*

R. Passamos por um prolongado processo de discussão sobre isso. E não temos uma posição formal neste momento, devido à repressão que interrompeu nossa discussão.

*P. Vocês acreditam que a repressão vai diminuir no futuro?*

R. A repressão é diferente em diferentes regiões do Brasil. Atualmente um complicado processo está acontecendo entre os setores da classe dominante. Crescem as diferenças existentes dentro da classe dominante, junto com um incremento na luta de classes, especialmente em São Paulo. Acreditamos que não devemos descartar a possibilidade de um aumento da repressão no período imediato.

*P. A repressão visa principalmente os grupos guerrilheiros ?*

R. Não. A repressão é direcionada a todas as organizações. A diferença é que eles provavelmente assassinem mais aqueles que participam da luta armada. Mas líderes operários também foram assassinados. Há vários casos de encarceramentos de militantes da classe trabalhadora. Como já dissemos, hoje são poucos os envolvidos na luta armada, por isso o aparato repressivo orienta-se cada vez mais para os grupos que desenvolvem um trabalho de massas nas fábricas e universidades. Podemos acrescentar que em alguns casos quando prisioneiros políticos são citados em protestos fora do Brasil, eles são colocados em solitárias. Sabemos que em um desses casos um prisioneiro político está na solitária há dois anos.

*P. Gostariam de enviar uma mensagem para o movimento revolucionário dos Estados Unidos?*

R. Nos solidarizamos com as lutas de lá, como o movimento contra a Guerra no Vietnã, com os trabalhadores e as nacionalidades oprimidas e o movimento de libertação das mulheres. As lutas concretas nos Estados Unidos tem ajudado diretamente a nossa luta no Brasil. Em breve nós esperamos conhecer mais sobre o movimento revolucionário nos Estados Unidos.

**Fonte:** *Intercontinental Press*, vol. 10, nº 29 - July 24, 1972, pp. 854-855 (Cópia digital).

Acervo: Intercontinental Press online ([www.pathfinderpress.com/Intercontinental-Press](http://www.pathfinderpress.com/Intercontinental-Press) )